

Julho de 2015

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigracao](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, O PAÍS, Grandas Notícias, Novo Jornal, O Crime, Expansão, Economia e Finanças, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucuo e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No

âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, José Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Minars reafirma protecção social aos mais vulneráveis	7
1.2 Fortes progressos no combate à pobreza	7
1.3 Dramas são a preferência da semana	8
2. MICROFINANÇAS	10
2.1 Instituições financeiras não bancárias apostam em pequenos empreendedores	10
2.2 Micro-Capital investe 10 milhões de kwanzas nova agência	11
2.3 Desvalorização do Kwanza está a 'ajudar' mercado imobiliário	13
2.4 Falta de créditos " amarra"	14
2.5 BPC mantém a suspensão de crédito	15
2.6 "Rede Crédito Angola" Aberta Em Luanda	16
2.7 cro-Capital investe 10 milhões de kwanzas nova agência	16
2.8 Desvalorização do Kwanza está a 'ajudar' mercado imobiliário	18
3. MERCADO INFORMAL	20
3.1 Os mucubais também já são 'zungueiros'	20
3.2 Cartoon	20
3.3 STAFF DE TAXIS- a organização por detrás do nome	21
3.4 Actividades produtivas. Pescas e criação de animais de carne devem constituir prioridade	21
3.5 Pobreza. "Zungueira" zangadas com políticas de erradicação de Executivo	23
3.6 Ambulantes contam com novo mercado	24
3.7 Responsável Denúncia Abate Clandestino De Animais Para O Consumo	25
3.8 Invasão força regresso da Estalagem	25
3.9 A manha dos motoqueiros	26
3.10 Quem fiscaliza os fiscais do GPL	27
3.11 Dramas são a preferência da semana	28
3.12 Executivo deve tirar lições com petróleo e investir na agricultura	29
3.13 Fica proibida a circulação de moto táxis	29
3.14 Aberto Mercado Municipal do Lubango	30
3.15 Produtos que não ajudam a economia da província	31
3.16 Ambulantes contam com novo mercado	31
3.17 Responsável denúncia abate clandestino de animais para o consumo	32
3.18 Direitos do consumidor	33
3.19 A crise nas Classes Baixas	33
3.20 Comércio Angolano de Gatas Ante o Poder do Dinheiro Libanês	35
4. OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	37
4.1 Balanço orçamental do primeiro trimestre aprovado com registo de um superávite	37
4.2 Execução do OGE 2015 com saldo superavit de 250 milhões de kwanzas	38
4.3 Estado perdeu 25 mil milhões Kz com empresas públicas em 2014	39
4.4 Executivo faz um desembolso para saldar dívidas do OGE 2014	40
4.5 Aquisições absorvem metade do OGE	41
4.6 Menos 85% de receitas	42
4.7 OGE 20015. Receitas caem 85% em Maio	42

4.8	Balço orçamental do primeiro trimestre aprovado com registo de um superávit	43
4.9	Estado perdeu 25 mil milhões Kz com empresas públicas em 2014	43
4.10	Aquisições absorvem metade do OGE	45

5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 47

5.1	Vendedoras da Cuca a ferro' e fogo com polícias e fiscais	47
5.2	Agentes de Desenvolvimento Comunitário promovem higiene e Saúde nos municípios	47
5.3	MPLA enquadrado com as eleições gerais de 2017 e autárquicas de 2018	48
5.4	Futungo de Belas quer mudar de imagem	49
5.5	Líderes parlamentares discutem tarefas para eleições autárquicas	50
5.6	Sobe e Desce	50
5.7	Comércio Angolano de Gatas Ante o Poder do Dinheiro Libanês	51
5.8	Futungo de Belas quer mudar de imagem	54
5.9	Líderes parlamentares discutem tarefas para eleições autárquicas	55
5.10	Agentes de Desenvolvimento Comunitário promovem higiene e Saúde nos municípios	55
5.11	“Os problemas dos musseques só serão resolvidos quando tivermos autarquias”	56
5.12	Comissão de moradores reúne com as igrejas	57

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 59

6.1	Professores e enfermeiros aguardam por resistências	59
6.2	A gestão das cidades	60
6.3	Angola regista aumento da taxa de urbanização	61
6.4	Desenvolvimento municipal tem apoio garantido da Dw	62
6.5	Requalificação de bairros melhora gestão das cidades	63
6.6	O desafio das cidades	64
6.7	Luanda avança com programas para acomodar crescimento local	65
6.8	Oferta de habitação poderá aumentar nas províncias do Cuanza Sul e Cabinda	66
6.9	Relação económica com a China abriu um novo capítulo-José Eduardo dos Santos	66
6.10	Juventude, desemprego e casa própria	67
6.11	Administrações devem impedir novas tragédias	67
6.12	Baía de Luanda: Um Mega Projecto financiado em Angola	68
6.13	Terrenos para construção de casas loteados este ano	69
6.14	Autoconstrução com mais terras à disposição	70
6.15	Desvalorização do Kwanza está a ‘ajudar’ mercado imobiliário	70
6.16	Como Pagar O Imposto Predial Urbano	71
6.17	Juventude, desemprego e casa própria	73
6.18	Dívida obriga à venda dos apartamentos do Anangola	73
6.19	Escassez de material de construção dificulta edificação da casa própria	74
6.20	“Estou muito triste com o que se passa na roa da Sambizanga”	75
6.21	Governo aprova preços de venda das residências dos projectos habitacionais	76
6.22	Lucrar com as centralidades	76
6.23	“Os problemas dos musseques só serão resolvidos quando tivermos autarquias”	77
6.24	Moradores indignados e divididos	78

7. TERRA 80

7.1	Descartado envolvimento de militares	80
7.2	Em pouco tempo processo abortou	80
7.3	Terreno em Cacuaco. Administração apela à disciplina	82
7.4	Municípios em zonas de risco começaram a receber direitos de superfície provisórios	83
7.5	Programa de requalificação dos Bitas causa revolta entre os camponeses	84
7.6	Autoridades reduzem conflitos de terra	86

7.7	Deputada da UNITA em conluio com Administrador municipal de Viana usurpam terrenos de velha de 85 Anos de idade	86
7.8	Dez mil pedidos de terrenos dão entrada na Administração Municipal de Cacucaco	87
7.9	Camponeses recebem título de propriedade	88
7.10	Empresários defendem explorações inertes para diversificação da economia	89
7.11	Lotes para construção entregues à população	90
7.12	Autoconstrução com mais terras à disposição	90
7.13	Novos pólos industriais em Angola	91
7.14	'Terra do Futuro' cria 17 novos fazendeiros	91
7.15	Luanda. Arranca loteamento 'Inteligente' de parcelas no Icolo e Bengo	92
7.16	Militares armados tentaram usurpar terreno (Lavra) Da Mãe do Presidente do Tribunal Supremo na zona do Bitá	94
7.17	Concessão de terrenos com grande procura	94
7.18	Oficial Militar Ocupa e destrói Lavras	96
7.19	Dez mil pedidos de terrenos dão entrada na Administração Municipal de Cacucaco	97
7.20	Moradores indignados e divididos	98

8. SERVIÇOS BÁSICOS

99

8.1	Moradores envolvidos na limpeza da Maianga	99
8.2	Drenagem de águas pluviais antes do início das chuvas	99
8.3	Benguela investe milhões de kwanzas	99
8.4	Novo modelo entra em vigor. É hora de limpar Luanda	100
8.5	Sistema electrónico trava garimpo de água	101
8.6	Municípios exigem qualidade das obras	102
8.7	"Vamos construir valas de drenagem"	102
8.8	Quiçama, o único município de Luanda sem água canalizada	103
8.9	Recomendado prosseguimento do programa	105
8.10	"Garimpo" de água deve ser denunciado	106
8.11	Condições melhoradas nas cadeias	106
8.12	Lixo deixa vias intransitáveis	107
8.13	Fraca gestão de resíduos contrasta com urbanização de Angola	107
8.14	Ampliado sistema de tratamento de água	108
8.15	Elisal	109
8.16	Poluição sonora preocupa as autoridades	109
8.17	Lixo com dias contados	109
8.18	Lixo Entre Alimentos	111
8.19	Recolha eficaz d resíduos sólidos torna cidades mais urbanizadas	111
8.20	Epal	113
8.21	Está a nascer "Fábrica" de Mosquito	113
8.22	Paralisada hoje estação de tratamento de água	113
8.23	Distribuidora aposta na melhoria da oferta	114
8.24	Nuvens Cinzentas envolvem novo modelo de recolha de lixo	114
8.25	Lixo domina meio ambiente	116
8.26	Solução do lixo só em Agosto	116
8.27	Maré de problemas no bairro Kalussinga	116

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

118

9.1	Aumentam os casos de violência doméstica	118
9.2	Na Matala foram Registados mais de 90 casos de violência doméstica	118
9.3	Delinquência no Cacucaco leva ao abandono de casas	118
9.4	Há bairros sitiados» em Luanda	119
9.5	Situação insustentável no Golf-II	121
9.6	Bairro Paraíso	121
9.7	Regista-se aumento de crimes	122

9.8	Nação Unida defende cumprimento dos direitos políticos das mulheres	122
9.9	Suspeita-se que funcionário do ENDE colaboram com marginais	122
9.10	Comerciantes Estrangeiro clamaram por intervenção	123
9.11	General acusado de expropriar terras de Camponeses em Malange	124
9.12	Marginais voltam a aterrorizar Luanda	125
9.13	Polícia denuncia venda ilegal de armas	126
9.14	Criminalidade atormenta bairros de Luanda	126
9.15	Situação insustentável no Golf-II	127
9.16	Há bairros sitiados» em Luanda	128
9.17	Mulheres formada em Empreendedorismo	129

10. AMBIENTE 131

10.1	Benguela investe milhões de kwanzas	131
10.2	Drenagem de águas pluviais antes do início das chuvas	131
10.3	Nevoeiro denso é causador da chuva fraca em Luanda	131
10.4	Elisal não consegue dar soluções na recolha de lixo no Distrito Urbano do Sambizanga.	132
10.5	Senhor Governador, vem aí as chuvas	133
10.6	Produtos que não ajudam a economia da província	133
10.7	Governo combate corte ilegal de madeira	134
10.8	Ministério desencoraja uso de plásticos	135
10.9	Produção de madeira atrai empresas do sector	136
10.10	Mais de 750 mil pessoas afectadas pela seca	137
10.11	Cabinda Forma Activistas Ambientais	137
10.12	Administrações devem impedir novas tragédias	138
10.13	Fome e seca agravam nos Gambos	138

11. MIGRAÇÃO 141

11.1	Estrangeiros ilegais detidos	141
------	------------------------------	-----

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 142

12.1	Conversações para a adesão a organização internacional	142
12.2	“ Um terço dos diamantes artesanais escapam ao nosso controlo”	142
12.3	Inaugurada mina de exploração de granito	144
12.4	Angola com boas referências na liderança do Processo Kimberly	145

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Minars reafirma protecção social aos mais vulneráveis

Jornal Grandes Notícias
24 De Julho de 2015

A secretária de Estado para Assistência Social, Maria Luz Sã Magalhães, reafirmou, em Luanda, que o Estado promove e garante as medidas necessárias para assegurar o direito a assistência a infância, gravidez, deficiência e a velhice em qualquer situação de capacidade para o trabalho.

A responsável reafirmou o facto quando discursava no encerramento da sessão da apresentação do Projecto de Apoio à Protecção Social (APROSCOC), numa parceria entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Ministério da Assistência e Reinserção Social (Minars) e a União Europeia (EU).

Salientou que a estratégia da assistência social está ligada aos chamados "três pés": nomeadamente, prevenção, protecção e promoção que representa o eixo imprescindível do sector social e a directriz fundamental da implementação de projecto APROSOC.

A responsável reforçou que o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013/2017 em conformidade com a estratégia de Angola 2025 tem como meta o desenvolvimento humano através da erradicação da pobreza.

Referiu também que no fim do plano define objectivos gerais, na medida de política e de prioridade para distribuir os recursos e rendimentos nacionais, de forma equitativa e assim contribuir activamente na redução da vulnerabilidade social e produtiva.

I.2 Fortes progressos no combate à pobreza

Jornal de Angola
28 De Julho de 2015
Texto: Arcângela Rodrigues

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse ontem existirem progressos na aplicação de

programas para redução da pobreza na população feminina, o que está a contribuir para a redução das assimetrias nas relações entre mulheres e homens.

Ao discursar na abertura do Conselho Multisectorial de Género, o ministro apontou avanços na promoção do trabalho e de actividades geradoras de rendimento. O ministro disse que, neste capítulo, há participação maioritária das mulheres, com incentivo ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

De acordo com o ministro, no país são observáveis resultados da ascensão das mulheres em postos de tomada de decisão e sua adesão em áreas consideradas tradicionalmente masculinas. Baptista Borges frisou avanços no acesso aos serviços sociais básicos, incluindo a educação e saúde com forte pendor no meio rural.

João Baptista Borges espera que Conselho discuta temáticas que contribuam para a identificação de causas e consequências dos problemas ainda existentes nas múltiplas vertentes que inviabilizam a promoção da mulher e aumente o seu poder para que, de forma gradual, ganhe autonomia e contribua decisivamente no combate à fome e à pobreza, de forma a melhorar a condição social, económica e política das famílias, comunidades e da sociedade em geral.

Os participantes vão fazer o balanço da dimensão da igualdade e equidade de género no planeamento, elaboração, execução, alocação de recursos na perspectiva de género, acompanhamento e avaliação da legislação e de todas as políticas globais e sectoriais, bem como das políticas, estratégias, projectos e programas de cooperação e desenvolvimento conducentes à protecção e promoção da igualdade de género no país.

João Baptista Borges lembrou momentos e instrumentos jurídico-políticos adoptados para a defesa de maior poder e dignidade das mulheres, como a Conferência Mundial de Beijing das Nações Unidas de 1995, e a Declaração e Plataforma de Acção de Beijing, a Declaração do Milénio, além da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, um protocolo relativo aos direitos da mulher em África.

Sobre o direito à segurança alimentar, o ministro disse que está estabelecido que os Estados-membros do protocolo devem assegurar à mulher o direito de acesso à água potável, às fontes de energia doméstica e à terra e outros meios de produção alimentar.

João Baptista Borges lembrou que, sob orientação do Presidente José Eduardo dos Santos, teve lugar em

Agosto passado o Fórum Nacional de Auscultação à Mulher Rural, sob o lema "Contributo da mulher rural no processo de desenvolvimento", que contou com a participação de cerca de três mil pessoas, uma iniciativa de teor político e social que permitiu dar voz às mulheres rurais e potenciar as políticas de participação das mulheres no desenvolvimento do país.

O Conselho tem como objectivo analisar e discutir sobre os hiatos ainda existentes na vida social, económica, política e cultural das mulheres e homens, que constituem factores impeditivos para a sua participação activa no processo de desenvolvimento do país e identificar vias estratégicas para a resolução dos mesmos.

Organizado pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, sob o lema "Empoderar a mulher é promover a igualdade e equidade de género, rumo ao desenvolvimento sustentável", o Conselho analisa, igualmente, vários documentos, como o balanço do grau de cumprimento das recomendações da última sessão do Conselho Multisectorial de Género, Relatório de Género 2014/2015, recomendações a nível internacional em relação à situação da mulher e o relatório sobre comité das mortes maternas.

Maria Mpava Medina fez a apresentação do relatório sobre as recomendações a nível internacional em relação à situação da mulher e informou que ficou concluído, na 24ª sessão ordinária da conferência da União Africana, melhorar a contribuição das mulheres e seu benefício na agricultura e melhorar o acesso das mulheres à saúde.

1.3 Dramas são a preferência da semana

Jornal de Angola

24m de Julho de 2015

Texto: Mário Cohen

O espectáculo, "o Roque - Romance de um Mercado", adaptado do livro homónimo de Hendrick Vaal Neto, conta, através de várias histórias, as aventuras e desgraças de muitas pessoas que faziam compras no antigo mercado, a partir do ponto de vista dos vendedores e dos clientes.

Para o encenador do grupo, o espectáculo e também uma forma de mostrar aos jovens a importância da determinação, "É preciso que o passado seja usado como uma referência para os jovens seguirem e, por isso, estamos a explorar o máximo possível a peça", disse Victor Sampaio.

A peça, acrescenta, e também uma oportunidade de mostrar e elevar a grandiosidade do país, através de um mercado que foi motive de entrevistas de órgãos de informação de vários países, devido a coragem e ousadia dos seus vendedores para vencer na vida, principalmente num período difícil, devido a guerra.

"Hoje, com o advento da Paz, acredito que os jovens devem buscar inspiração em momentos como aquele, que nos levaram a pensar para o fazer novamente e ajudar a recriar um país melhor, assente em princípios que nos distinguem dos outros povos pelas peculiaridades", destacou.

Fundado a 28 de Fevereiro de 2002, por um grupo de jovens do distrito do Sambizanga, o Twana Teatro teve a sua primeira aparição em Dezembro de 2002, com a exibição da peça "A união faz a força". Depois o grupo participou em diversos espectáculos e concursos: ao ponto de ter obtido o primeiro lugar no Festival de Teatro do Sambizanga, em 2010, com "Luanda a Cidade do Diabo". Os festivais aos quais foi convidado deram ao grupo experiência e permitiu-lhe ganhar mais público. O espectáculo "o Roque - Romance de um Mercado" foi estreado em 2009, na Liga Africana e já foi também apresentado no Cine Sporting, no Sumbe.

"O Contador de Serenata"

"O Contador de Serenata" e o título do espectáculo de teatro que o grupo Conjuntura D' Artes preparou para apresentar, também no domingo 19h00, mas no Colégio Leovany, na Mabor, município do Cazenga, em Luanda.

O encenador do grupo disse ontem ao Jornal de Angola que a peça é um drama sobre a jovem Carla, salva de se afogar por um artista de rua, um contador de serenatas. "É uma forma de mostrar aos jovens que os artistas também podem ter um lugar de destaque na sociedade e no desenvolvimento de qualquer comunidade", disse Cláudio Luis.

A classe artística actualmente ainda é menosprezada por muitas pessoas, a ponto de muitos jovens chegarem a ser menosprezados pelas suas parceiras por viverem ainda da arte. Os artistas ainda são marginalizados. Muitos acreditam que são apenas pessoas que querem exhibir-se e menosprezam o seu papel educador e a sua importância para a própria sociedade. Este espectáculo vai ajudar a mostrar uma nova perspectiva", explicou o responsável.

O grupo Conjuntura D' Artes já apresentou espectáculos em várias províncias do país com destaque para as do Bengo, Benguela e Uíge. Entre as suas peças de referência despontam, entre outras,

"Amor e ódio", "Dois Corações e uma História"
"Cheque em Branco" "A Morte do Velho Nzuzi",
"Dói; Homens e um Destino" e "o Mulumbeiro e o
Mijão".

2. MICROFINANÇAS

2.1 Instituições financeiras não bancárias apostam em pequenos empreendedores

Jornal Agora

31 De Julho de 2015

Texto: Miguel Daniel

De acordo com a administradora-executiva da 'Rede Crédito Angola', Alexandrina Narciso, o valor mínimo a conceder é de 20 mil kwanzas, segundo os pacotes e os produtos actualmente disponíveis.

"Somos uma instituição ligada ao segmento de micro finanças, crédito e micro-seguro. Temos como parcelas de reembolso que vai de 1%, no caso de financiamento ao investimento, 1,3% para crédito e 1,5%, nos casos de consumo, ou seja, na compra de mobília, podendo atingir os 15% por ano", esclareceu.

A gestora é optimista quanto ao momento de crise que o País vive, augurando que seja encarada uma oportunidade ao invés de problema, sobretudo para os empreendedores e os comerciantes que, para ela, devem pautar para vendas em parcelas, para se fazer face ao actual momento.

Alexandrina revelou que, em pouco menos de um mês no mercado, a instituição tem registado inúmeras solicitações e propostas de projectos de investimento, pelo que aventa a possibilidade de vir a redimensionar-se o tecto máximo do financiamento inicialmente proposto.

"O nosso objectivo é o de revolucionar a venda a crédito ou em parcelas, porque garante maior conforto tanto para o comprador quanto ao vendedor. Relativamente ao financiamento, as pessoas podem apresentar o que bem entenderem, e nós adequamo-lo às necessidades do doador", sublinhou.

Em contrapartida, os interessados devem apresentar duas fotografias, cópia do Bilhete de Identidade, bem como do Cartão de Contribuinte e 500 kwanzas para os singulares contra os 2.000 para empresas. Quanto ao valor de abertura de conta, variam de 5.000 a 25 mil kwanzas.

Alexandrina fez saber que a instituição que dirige tem parcerias com várias instituições, quer privadas, quer estatais, pelo que convida as pessoas que tenham estabelecimentos inoperantes a apresentarem as suas

propostas, que elas garantem boas parcerias para o arrendamento, mas sem especulação.

"A falta de espaços para a implantação de projectos de investimento tem sido um 'calcanhar de Aquiles', pelo que o Executivo devia estabelecer medidas que permitam a utilidade destes estabelecimentos, sem, em contrapartida, prejudicar o proprietário e o arrendatário", apelou.

A empreendedora, com vasta experiência adquirida no mercado brasileiro, informou que a sua instituição zela, igualmente, da atracção de investidores, como é o caso de alguns Italianos que, de acordo com a mesma, pretendem trazer para o País cerca de 30 pequenas indústrias, sem esquecer os hispanos que advogam investir no mercado financeiro.

Conforme a responsável, o comité de crédito composto por 11 elementos da instituição prevê reunir-se, na próxima terça-feira, com o fito de aprovar e de conceder o primeiro financiamento a 30 projectos dos 80 já seleccionados, com maior realce para os sectores da restauração, serigrafia, acabamento de residência e agricultura.

"Temos um senhor de 62 anos com vasta experiência em serigrafia, mas posso assegurar que existem fortes financiadores nos sectores da Odontologia, Cultura, Antropologia e Biodiversidade", avançou, tendo lembrado que, para os grupos de Kixikila, devem entrar com 5.000 cada um dos cinco membros e que deverão receber 100 mil kwanzas por mês.

Alexandrina Narciso declarou, por um lado, que, para melhor controlo dos seus filiados, a instituição exige que as pessoas sejam economicamente activas ou desenvolvam um negócio, e que vivam na mesma comunidade, no caso dos grupos de Kixikila.

A gestora esclareceu, ao mesmo tempo, que cliente vai a um estabelecimento comercial com convénio à rede e faz as compras correspondentes ao valor do crédito.

Esta modalidade, elucidou, consiste em fazer os pagamentos de determinado produto de forma faseada.

A administradora-executiva prosseguiu que os interessados (lojistas) deverão contactar a instituição, cadastrar-se, para, depois, abrir a conta e remeter o processo de crédito, devendo passar por uma formação antes do financiamento, cuja taxa de juro ronda os 3,5%. A fonte revelou que, inicialmente, tem autorização do BNA para nove províncias, das quais, Cabinda, Huambo, Benguela, Lubango, Malange, Namibe, Cuanza Norte e Luanda.

Explicou que a formação é umas das exigências do BNA; por isso, todos os interessados têm de beneficiar de conhecimentos sobre o empreendedorismo.

A 'Rede Crédito Angola' emprega, actualmente, aproximadamente 40 pessoas, um número que vai evoluir de acordo com o seu plano de expansão.

Por seu turno, a gerente da Micro-Capital, Dirce Rodrigues, outra instituição financeira não bancária, com representações em três das 18 províncias, revelou que, em duas semanas, a agência do Zango, em Viana, já concedeu cerca de cinco financiamentos, perspectivando um mercado promissor.

Dirce falou, igualmente, que as instituições surgem como resposta às pequenas iniciativas ligadas ao sector financeiro, que não encontram respaldo nos bancos comerciais, como é o caso do micro crédito, adiantamentos e financiamento a micro empreendedores, com valores que vão de 50 mil a um milhão de kwanzas.

"Temos pacotes para o sector agrícola, incremento ao pequeno negócio, a viagens, à iniciativa empresarial que denominamos por micro solidário, o BUE fácil para pessoas com necessidades de adiantamento salarial, cuja maturidade dos pacotes vai de um a 12 meses para o reembolso.

Com quatro agências, das quais duas em Luanda, uma em Cabinda e outra no Lobito, a empresa tem por objectivo incentivar a bancarização dos rendimentos dos seus filiados e combater a venda ilegal.

A jovem gestora adiantou, igualmente, que as percentagens do reembolso variam de acordo com o montante do financiamento, mas não fugiu à regra da sua antecessora, alegando que o crédito ao consumo tem a taxa mais alta.

KIXICRÉDITO. Nascido da Organização Não-governamental 'Development Workshop DW Angola', o Kixi-crédito disponibilizou 108 milhões, 825 mil e 931 kwanzas para o apoio ao programa de combate à pobreza nas comunidades da Huíla, em 2014.

Segundo a fonte contactada pelo Agora, os prazos de reembolso vão até dois anos, com uma taxa de reembolso na ordem dos 35%.

"O objectivo da agência é o de ajudar a melhoria da qualidade de vida da população desempregada, mas que tenham um negócio. Logo, não autoriza a cedência de crédito para pessoas remuneradas", revelou, acrescentando que o valor mínimo é de 300 mil kwanzas e deve ser devolvido em 12 meses.

A fonte que vimos citando destacou, igualmente, que o programa iniciado em 1999 está implantado nas 18 províncias, partindo de uma pesquisa sobre o mercado informal, denominada 'Women Enterprise Development', realizada pela Development Workshop (DW), da qual resultou a criação do 'Sustainable Uvellihood Program (SLP)', implementado na periferia da cidade de Luanda e, em 2001, na província do Huambo.

A assistência às populações deslocadas durante o período de guerra, que consistia num dos focos do SLP, o micro crédito surgiu para apoiar, sobretudo, as mulheres para desenvolverem pequenas actividades geradoras de rendimentos para o sustento familiar.

Em 2008, ao abrigo do Decreto-Lei 13/05, do Ministério das Finanças, transformou-se numa sociedade de micro crédito, licenciada pelo BNA.

2.2 Micro-Capital investe 10 milhões de kwanzas nova agência

Jornal Seminário Económico

23 De Julho de 2015

Texto: Camilo Lemos

A Micro Capital, instituição financeira não bancária, injectou 10 milhões de kwanzas em uma nova agência inaugurada, na última sexta-feira, 17, no Zango-I, em Luanda. De acordo com a directora de Crédito da Micro-Capital, [acklín Piçarra, a recente inauguração resulta de um plano de expansão da instituição que prevê estender -se por todo o país, trazendo para mais próximo das famílias os serviços da empresa, garantindo-lhes oportunidade de acesso ao crédito e contribuindo para a redução da pobreza.

O empreendimento conta com uma área de construção de 50 metros quadrados e garantiu três novos postos de trabalho.

Actualmente, a instituição tem 350 cliente, número que [acklín Piçarra considera aceitável se e levar em consideração o pouco tempo de actuação no mercado. Em termos de previsão disse esperar duplicar o número de clientes até ao final do ano.

"A nossa intenção é ultrapassar a meta. Abrimos esta agência e a previsão é estendermo-nos para as 18 províncias. Quanto mais pessoas tiverem acesso ao nosso crédito melhor, porque o micro-crédito é destinado àquelas pessoas que não têm acesso à banca comercial que pede várias garantias. Nós não pedimos, senão os rendimentos", fez saber.

A senda do crescimento previsto pela Micro-Capital, a directora de crédito referiu -se também a importância do crescimento profissional dos colaboradores de modo a que estes dignifiquem a instituição diante dos seus clientes e não só.

Quanto ao crédito mal parado, [ackline Piçarro disse não haver nenhum, porque, justifica, que a instituição tem trabalhado muito com os clientes através de acompanhamento directo, no sentido de diminuir o incumprimento no reembolso dos créditos.

"Sabemos que nem sempre o negócio corre bem. Os rendimentos não são os mesmos em todos os meses e nós procuramos ajudá-los através de aconselhamentos sobre as melhores formas de procederem o pagamento. Quando não podem pagar na mesma proporção nós aconselhamo-los a fazer um pagamento parcial, daí dizermos que não temos um incumprimento alto por parte dos clientes", fez saber.

A Micro-Capital deu início às suas actividades em Abril de 2014 e hoje conta com 4 agências distribuídas nas províncias de Luanda, Benguela, Lobito e em Cabinda. Conta com uma carteira de crédito de cerca de 2 milhões de dólares, sendo o sector do comércio o mais financiado, segundo Piçarra.

Desde o início das suas actividades, a Micro-Capital faz, na voz da directora de Crédito, um balanço positivo, apesar de não ter obtido até ao final do ano passado, o resultado líquido esperado, por se tratar de um período de recuperação de investimento.

"O balanço é positivo. Temos dado algum contributo significativo' sobretudo na luta para o combate à pobreza, à inclusão social, trazendo as pessoas para a economia formal, aumentando a taxa de bancarização da economia, contribuindo para o acesso ao financiamento aos micro-empresários na canalização de pequenos projectos. O nosso resultado líquido no primeiro ano foi negativo. Foi um ano em que a empresa estava a recuperar o investimento que foi feito", disse, reservando-se a revelar o investimento.

A gerente da agência da Micro-Capital do Zango-I, Dirce Rodrigues, disse estar a prever um árduo e compensador desafio na orientação dos destinos da agência inaugurada. A responsável garantiu que a concessão de crédito vai obedecer à mesma dinâmica com que a Micro-Capital tem vindo a implementar com rapidez, sem burocracia e a tempo record, atingindo a expectativa dos clientes. "Temos no máximo, uma semana para respondermos

às solicitações de um crédito. Basta que o cliente esteja legalizado em termos de documentação", disse, afirmando que os créditos não são concedidos àquelas pessoas que não têm emprego.

Micro Capital vai abrir agência no Soyo

Dentro do seu programa de expansão, a Micro-Capital prevê abrir no próximo mês de Agosto uma agência no Soyo, província do Zaire. A referida agência vai contar, de acordo com [ackline Piçarra, com um investimento de 10 milhões de kwanzas e vai gerar três novos postos de trabalho.

A nossa ideia é dar cobertura noutras áreas do país. Já identificamos mais províncias a nível do país. Temos previsto a abertura de mais uma agência no Soyo que deve acontecer já no próximo mês e vamos continuar nesta senda de abertura de mais balcões, dando assim o nosso contributo para o combate à pobreza", disse.

Em termos de cronologia, seguir-se-ão, nos próximos tempos, a abertura de agências nas províncias de Benguela, Huambo e Lubango, respectivamente.

A Micro-Capital dispõe de seis tipos de crédito, nomeadamente: o crédito Micro-Empresário, destinado a auxiliar o incremento de pequenos negócios, com um montante que varia entre 50 mil kwanzas no mínimo a 1 milhão de kwanzas máximo, tendo a maturidade na ordem dos 12 meses; e o Micro Agricultor destinado a financiar a aquisição de fertilizantes, adubos, sementes e materiais para agricultura tendo as mesmas disposições que a do Micro-Empresário.

'Conta com o produto Micro-Viagem, crédito destinado a financiar viagens a particulares com um montante de 50 mil kwanzas mínimo e 1 milhão máximo, com uma maturidade de seis meses.

Tem o Micro Solidário com um tecto mínimo de 50 mil kwanzas e 'máximo de 1 milhão de kwanzas, na maturidade de 12 meses e é destinado a financiar um grupo de seis pessoas para o desenvolvimento de uma actividade comercial ou iniciativa empresarial.

Ainda conta com o produto Bué fácil, um crédito destinado a empresários, numa base individual, quando estes apresentam as necessidades relacionadas com adiantamento dos seus salários para fazer face ao cumprimento de projectos pessoais.

Os montantes disponibilizados para este produto variam de 50 mil kwanzas mínimo a 1 milhão de kwanzas máximos, na maturidade de 3 meses.

Finalmente, tem o produto Micro 24 horas destinado a empreendedores, numa base individual, quando estes apresentam necessidades relacionadas com o adiantamento de seus salários. O montante para este tipo de crédito é de 10 mil kwanzas mínimo a 100 mil kwanzas, máximo, na maturidade de um mês .

2.3 Desvalorização do Kwanza está a 'ajudar' mercado imobiliário

Jornal Expansão

24 De Julho de 2015

Texto: Ricardo David Lopes

A desvalorização do kwanza tem ajudado à recuperação do mercado imobiliário nos últimos meses, revela o director-geral da Urbano Em entrevista por e-mail ao Expansão, Marco Cardoso assume que os primeiros meses do ano foram de recuo para a actividade. Mas garante que Angola se mantém como "um dos melhores países do mundo" para "investimento estrangeiro.

Segundo o responsável da imobiliária, que opera desde 2012 em Angola, no primeiro trimestre deste ano houve "quebras muito significativas em termos de volume de negócios". Neste período, explica, "estava toda a gente ainda muito apreensiva e à espera para ver o que acontecia", tendo em conta o impacto da queda do preço do petróleo.

Mas, actualmente, assiste-se a "uma recuperação muito expressiva, tanto a nível de volume como do valor", com o negócio a "aproximar-se dos números de anos anteriores, afirma, sem quantificar.

"Acho que as pessoas viram que, apesar do momento económico, a vida continua", diz o director-geral, que defende que "a desvalorização da moeda nacional tem alavancado muito esta retoma, porque as pessoas apercebem-se de que os kwanzas que possuem no banco valem menos a cada dia que passa, e a maneira mais segura de garantirem a rentabilização do seu dinheiro continua a ser através do investimento imobiliário".

Para Marco Cardoso, "Angola continua a ser um dos melhores países do mundo para investimento estrangeiro, uma vez que tem um grande potencial de crescimento a médio e longo prazo".

Preços ajustaram nalguns segmentos A capital do País, garante, "vai continuar a necessitar de satisfazer as necessidades crescentes de procura do mercado residencial e do mercado de escritórios. Contudo, "vai prosseguir a deslocalização de empresas para fora do centro financeiro da cidade

durante os próximos anos", o que fará com que Talatona continue a crescer e a desenvolver-se como centro imobiliário. "Tanto a nível empresarial como residencial, Talatona consegue oferecer menores custos operacionais às empresas e melhor qualidade de vida aos seus quadros", sublinha.

Marco Cardoso confirma que tem havido "ajustes" nos preços em alguns segmentos do mercado de imóveis usados, mas rejeita que exista uma 'bolha imobiliária' em Angola. "Hoje já não se fazem negócios com os valores insensatos de finais da década passada", sublinha o director-geral, que admite que, nessa altura, por ter havido "um mercado muito informal e com pouca oferta de qualidade, existiu muita especulação".

"Se existiu uma 'bolha', já rebentou há algum tempo, e o mercado tem vindo a ajustar-se", diz. "Em todos os mercados, as oscilações da procura influenciam os preços, e é realmente em imóveis usados que se encontram alguns acertos nos preços", sobretudo no arrendamento.

Contudo, acrescenta, "este ajuste não é generalizado e acontece, principalmente, nos segmentos mais baixos, já que muitos imóveis tinham valores de renda de segmentos superiores".

Já no mercado de venda, "não se tem assistido a quebras nos preços", de forma geral. "Hoje temos um mercado muito mais segmentado. Existiram segmentos do mercado que sofreram ajustes nos preços, mas registamos outros em que os preços subiram", assinala Marco Cardoso, para quem o mercado angolano "começa a dar alguns sinais de maturidade".

"Por um lado existem cada vez mais players no mercado, sejam promotores, banca ou consultores, o que também significa mais oferta. Por outro, lado, este é um mercado cada vez mais formal e com uma banca muito mais rigorosa", factores que, defende o gestor, tornam o sector imobiliário angolano "menos propenso à especulação".

Quanto ao futuro da Urban, empresa de direito angolano, Marco Cardoso revela que, "apesar de planeado", a imobiliária ainda não está em mais províncias para além de Luanda, colmatando esta situação "estabelecendo parcerias com agentes locais".

Baseada em Talatona, a empresa, para além do escritório principal, tem stands de vendas nos empreendimentos que comercializa e deverá abrir mais três pontos de venda até ao final do ano, diz, sem indicar as localizações.

A Urban está integrada no Mobilada Group, composto por empresas internacionais dos sectores da distribuição, construção, imobiliário, alimentação, arquitectura e arquitectura de interiores, turismo e retalho. Actualmente, está presente em Portugal, Líbano e Angola.

2.4 Falta de créditos “ amarra”

Novo Jornal

10 De Julho de 2015

O COMERCIANTE António Panda está preocupado com o momento que se encontram os seus negócios. Há duas semanas que as coisas lhe correm mal na loja.

"Não há clientes. E quando já preferem ir comprar na loja do meu vizinho Ali de nacionalidade libanesa", reclama.

A loja deste jovem comerciante está "com poucos produtos" o que não leva os clientes a escolherem--na para fazer compras nesta loja.

"Pedi um crédito, mas não tive sucesso. Agora vou alugar a loja a um estrangeiro e vou para o campo produzir", projecta.

O seu vizinho Santos Panzo tem os mesmos problemas. Recorreu a uma instituição bancária, mas também não conseguiu.

"Assim como é que vamos potenciar o sector privado no ramo do comércio", questiona o comerciante que também pensa já em desistir.

Enfim, estes são apenas dois exemplos dos que afligem milhares de comerciantes na província do Uíge que encontram dificuldades para desenvolverem as suas actividades comerciais.

Pese embora a situação, as autoridades da província do Uíge querem melhorias no que diz respeito à presença de investidores nacionais e estrangeiros tendo em vista o desenvolvimento da região.

A actual situação económica da província requer a tomada de atitudes e acções que contribuam para o processo de diversificação da economia.

O desenvolvimento do sector privado na província do Uíge é ainda bastante incipiente.

Exceptua-se o evidente crescimento da actividade comercial da zona urbana, principalmente na sede da província.

O comerciante Panzo Pedro acredita na melhoria do sector privado.

"O que falta neste momento são créditos bancários. De resto as pessoas têm vontade de trabalhar", disse.

O panorama de alguns municípios não favorece o comércio nem a agricultura empresarial.

Na opinião do comerciante Amadeu José, a situação já está a melhorar com a reabilitação das estradas que ligam a cidade do Uíge e municípios.

"Neste momento nota-se o desenvolvimento dos municípios, porque as estradas já oferecem as condições necessárias para o transporte das mercadorias", elogiou.

A melhoria das infra-estruturas com estradas, fornecimento de água, energia eléctrica e comunicação, e o aumento das instituições bancárias encorajam alguns investidores nos vários sectores da economia.

De modo geral, o sectorial da província encontra-se capitalizado e depara-se com dificuldades para aceder bancários.

Apesar das dificuldades, alguns segmentos empresariais procuram o seu espaço, aproveitando as oportunidades que o contexto oferece.

Até 2002 o comércio era desenvolvido principalmente pelo informal e em quantidades insuficientes para satisfazer procura de bens e serviços das populações.

"Agora já temos muitos supermercados, lojas e outras infra-estruturas comerciais", gaba-se um integrante do Executivo local.

A gama de produtos de consumo oferecidos pelos comerciantes é igualmente abundante.

“ O grande problema é a falta de dinheiro” resumiu a camponesa Maria António que vende banana no mercado municipal do Uíge.

Uma outra situação que preocupa as autoridades no Uíge é o controlo quase absoluto do comércio por parte de estrangeiros.

“ Os comerciantes estrangeiros tomaram conta dos pequenos negócios que deveriam ser área exclusiva dos nacionais. Sem margem de manobra, os comerciantes angolanos cedem os respectivos alvarás aos estrangeiros”, reclama o antigo comerciantes Domingos Pedro.

Os estrangeiros ilegais e legais no Uíge têm muita facilidade para ganhar dinheiro, fruto da fragilidade da classe empresarial do País.

O crescente aparecimento de comerciantes estrangeiros no ramo de prestação de serviços, comércio precário e informal, com maior incidência para as casas de reprodução fotográfica e cantinas, preocupa as autoridades locais.

Como consequência, os comerciantes angolanos estão a falir, o que os leva a ceder os respectivos alvarás comerciais aos não nacionais.

Uma prática à margem das normas que regulam a actividade comercial no país.

No Uíge verifica-se também a existência de estabelecimentos comerciais de cidadãos angolanos explorados por estrangeiros de várias nacionalidades em regime de subaluguer, tanto de instalações, como de documento de licenciamento da actividade comercial.

A transformação de residências em estabelecimentos comerciais e áreas impróprias para determinado tipo de comércio, aliado à falta de extintores de incêndio e à existência de casas de banho inadequadas para recintos comerciais é uma realidade.

Notou-se uma inobservância da legislação comercial vigente, sobretudo na especialização da venda de mercadorias nas zonas urbanas por parte dos comerciantes estrangeiros, o que tem levado ao indeferimento de pedidos de averbamento e de emissão de alvarás comerciais.

O economista Salomão Vasco disse ao Novo Jornal que para o arranque da economia da província são essenciais os créditos bancários aos produtores visando a recuperação das capacidades produtivas e de prestação de serviços.

"É necessário o relançamento das actividades económicas possibilitando a retenção da poupança no banco e, conseqüentemente, a concessão de financiamento para o investimento local, permitindo assim a rotação de capital bancário". Opinou.

Segundo ele, o enquadramento orográfico da província e as suas condições ecológicas, caracterizam-na como de vocação agrícola, pecuária silvícola e piscícola.

"As características ecológicas e a abundância de água, além de proporcionar condições ideais para a cultura do café, conferem à província vastas possibilidades de atingir um nível de ampla diversificação

agrícola em todo o seu território, desde que haja um apoio substancial", acrescentou.

2.5 BPC mantem a suspensão de crédito

Jornal Manchete

3 De Julho de 2015

Texto: Pérola das Acácias

O contexto financeiro do banco é cinzento. O presidente do Conselho de Administração do BPC, Paixão Júnior, admitiu essa realidade. Em entrevista a Rádio Nacional de Angola, nesta segunda-feira, 29/06, em Luanda, o gestor sublinhou que actual crise financeira e económica, motivada pela baixa do preço do petróleo no mercado internacional, que assola o país, está a repercutir-se negativamente na liquidez do Banco.

"Uma realidade que tem tido consequência na liquidez do banco tomando-o completamente dependente da melhoria do preço do crude no mercado internacional. A não melhoria, a situação se tornaria insustentável num curtíssimo prazo", afirmou o gestor.

De acordo com PCA do BPC, o contexto exige cautela. Face aos problemas de liquidez, que também motivados pelo crédito mal parado. "As empresas e particulares não estão a honrar com os compromissos que assumiram com o banco", referiu Paixão Júnior. "Estamos mal; temos que admitir, porque a nossa perspectiva, em termos de plano de negócios, era superior à realidade actual. Estamos aquém do preconizado no começo do ano. Não foi bom, tanto mais que, no âmbito da rentabilidade de exercício", reiterou o PCA. Nesse sentido, o PCA anunciou a suspensão dos serviços de crédito a particulares e a empresas. Sem especificar o tempo que deverá durar a medida, Paixão Júnior afirmou apenas que os que pretendem contrair empréstimos ao BPC terão de aguardar por mais algum um período que não deverá se alargar por muito. Paixão Júnior mostrasse optimista. Para ele existem indicadores que o preço do petróleo deverá subir nos próximos tempos, o que deverá aumentar a entrada de mais para aumentar a liquidez.

2.6 “Rede Crédito Angola” Aberta Em Luanda

Jornal Manchete

3 De Julho de 2015

Texto: Moreira Mário

Arrancou na passada segunda-feira, 29 de Junho, em Luanda, o projecto Rede Crédito Angola, uma Sociedade de Cooperativa de Crédito que tem como objectivo atenuar a pobreza, através de pequenos empréstimos, ou seja, oferecer serviços financeiros e não financeiros à população economicamente activa e com alguma renda mensal.

De acordo com a administradora executiva da instituição, Alexandrina Narciso, que prestou a informação à imprensa, trata-se de uma instituição financeira não bancária que veio, sobretudo, apoiar o empresariado nacional e não só.

Entre os serviços disponíveis pela Rede Crédito Angola, segundo a responsável destaca-se o crédito ao consumo em, que o cliente vai a um estabelecimento comercial através de um convénio firmado com a rede e faz as compras correspondentes ao valor do crédito. Ainda de acordo com a interlocutora, essa modalidade tem a vantagem de ter um pagamento faseado.

Nesse caso, acrescentou, o lojista tem que ter um convénio com a Rede de Crédito, tendo de seguida sublinhado que "é preciso que o candidato seja economicamente activo ou possua alguma renda para a efectivação do financiamento", acrescentou, prosseguindo que os interessados (lojistas) "deverão contactar a instituição, cadastrar-se, para depois abrir a conta e remeter o processo de crédito, devendo passar por uma formação para posteriormente ser aprovado o processo da solicitação do financiamento".

Relativamente aos processos necessários para o acesso ao crédito, a administradora lembrou que muitas das vezes as pessoas têm ideias mas não conseguem passa-las às instituições financeiras, porque lhes é cobrado juros muito elevado.

No entanto, está em estudo a fixação da taxa de juro em 3.5. Outros créditos disponíveis pela rede são o crédito Grupo, Investimento, Jovem e o Amigo que é o grande forte da instituição. "O beneficiário deverá ser responsável no cumprimento do seu papel, relativamente ao reembolso do valor concedido em crédito", apelou.

A fonte disse por outro lado, que este projecto inicialmente tem autorização do Banco Nacional de

Angola para nove províncias, citando apenas algumas como a de Cabinda, Huambo, Benguela, Lubango, Malanje, Namibe e Cuanza Norte.

"A formação é umas das exigências do Banco Nacional de Angola, por isso todos os interessados tem que beneficiar de conhecimentos sobre o empreendedorismo", explicou.

Número de cliente

Dentro dos planos de negócios a Rede Crédito Angola trabalha com um total de dez líderes, sendo cada um deles tem uma meta estipulada de cerca de oitocentos clientes, segundo fez saber Alexandrina Narciso, adiantando que os mesmos têm a responsabilidade de atrair outros dez formando para entrarem na organização.

"Por exemplo, formamos 84 pessoas e deste horizonte criou-se dez líderes os quais se destacam em diferentes aspectos entre eles o dinamismo", revelou a interlocutora.

Porém, seis milhões de dólares, é o valor limite que constitui o tecto máximo do financiamento concedido pela Rede Crédito Angola, e o valor mínimo é de 200 dólares, cuja sede está situada no distrito urbano do Rangel, nas proximidades do hospital Américo Boavida.

2.7 cro-Capital investe 10 milhões de kwanzas nova agência

Jornal Seminário Económico

23 De Julho de 2015

Texto: Camilo Lemos

A Micro-Capital, instituição financeira não bancária, injectou 10 milhões de kwanzas em uma nova agência inaugurada, na última sexta-feira, 17, no Zango-I, em Luanda. De acordo com a directora de Crédito da Micro-Capital, Jackline Piçarra, a recente inauguração resulta de um plano de expansão da instituição que prevê estender-se por todo o país, trazendo para mais próximo das famílias os serviços da empresa, garantindo-lhes oportunidade de acesso ao crédito e contribuindo para a redução da pobreza.

O empreendimento conta com uma área de construção de 50 metros quadrados e garantiu três novos postos de trabalho.

Actualmente, a instituição tem 350 cliente, número que Jackline Piçarra considera aceitável se e levar em consideração o pouco tempo de actuação no

mercado. Em termos de previsão disse esperar duplicar o número de clientes até ao final do ano.

"A nossa intenção é ultrapassar a meta. Abrimos esta agência e a previsão é estendermo-nos para as 18 províncias. Quanto mais pessoas tiverem acesso ao nosso crédito melhor, porque o micro-crédito é destinado àquelas pessoas que não têm acesso à banca comercial que pede várias garantias. Nós não pedimos, senão os rendimentos", fez saber.

A senda do crescimento previsto pela Micro-Capital, a directora de crédito referiu -se também a importância do crescimento profissional dos colaboradores de modo a que estes dignifiquem a instituição diante dos seus clientes e não só.

Quanto ao crédito mal parado, Jackline Piçarra disse não haver nenhum, porque, justifica, que a instituição tem trabalhado muito com os clientes através de acompanhamento directo, no sentido de diminuir o incumprimento no reembolso dos créditos.

"Sabemos que nem sempre o negócio corre bem. Os rendimentos não são os mesmos em todos os meses e nós procuramos ajudá-los através de aconselhamentos sobre as melhores formas de procederem o pagamento. Quando não podem pagar na mesma proporção nós aconselhamo-los a fazer um pagamento parcial, daí dizermos que não temos um incumprimento alto por parte dos clientes", fez saber.

A Micro-Capital deu início às suas actividades em Abril de 2014 e hoje conta com 4 agências distribuídas nas províncias de Luanda, Benguela, Lobito e em Cabinda. Conta com uma carteira de crédito de cerca de 2 milhões de dólares, sendo o sector do comércio o mais financiado, segundo Piçarra.

Desde o início das suas actividades, a Micro-Capital faz, na voz da directora de Crédito, um balanço positivo, apesar de não ter obtido até ao final do ano passado, o resultado líquido esperado, por se tratar de um período de recuperação de investimento.

"O balanço é positivo. Temos dado algum contributo significativo' sobretudo na luta para o combate à pobreza, à inclusão social, trazendo as pessoas para a economia formal, aumentando a taxa de bancarização da economia, contribuindo para o acesso ao financiamento aos micro-empresários na canalização de pequenos projectos. O nosso resultado líquido no primeiro ano foi negativo. Foi um ano em que a empresa estava a recuperar o

investimento que foi feito", disse, reservando-se a revelar o investimento.

A gerente da agência da Micro-Capital do Zango-I, Dirce Rodrigues, disse estar a prever um árduo e compensador desafio na orientação dos destinos da agência inaugurada. A responsável garantiu que a concessão de crédito vai obedecer à mesma dinâmica com que a Micro-Capital tem vindo a implementar com rapidez, sem burocracia e a tempo record, atingindo a expectativa dos clientes.

"Temos no máximo, uma semana para respondermos às solicitações de um crédito. Basta que o cliente esteja legalizado em termos de documentação", disse, afirmando que os créditos não são concedidos àquelas pessoas que não têm emprego.

Micro Capital vai abrir agência no Soyo

Dentro do seu programa de expansão, a Micro-Capital prevê abrir no próximo mês de Agosto uma agência no Soyo, província do Zaire. A referida agência vai contar, de acordo com Jackline Piçarra, com um investimento de 10 milhões de kwanzas e vai gerar três novos postos de trabalho.

A nossa ideia é dar cobertura noutras áreas do país. Já identificamos mais províncias a nível do país. Temos previsto a abertura de mais uma agência no Soyo que deve acontecer já no próximo mês e vamos continuar nesta senda de abertura de mais balcões, dando assim o nosso contributo para o combate à pobreza", disse.

Em termos de cronologia, seguir-se-ão, nos próximos tempos, a abertura de agências nas províncias de Benguela, Huambo e Lubango, respectivamente.

A Micro-Capital dispõe de seis tipos de crédito, nomeadamente: o crédito Micro-Empresário, destinado a auxiliar o incremento de pequenos negócios, com um montante que varia entre 50 mil kwanzas no mínimo a 1 milhão de kwanzas máximo, tendo a maturidade na ordem dos 12 meses; e o Micro Agricultor destinado a financiar a aquisição de fertilizantes, adubos, sementes e materiais para agricultura tendo as mesmas disposições que a do Micro-empresário.

'Conta com o produto Micro-Viagem, crédito destinado a financiar viagens a particulares com um montante de 50 mil kwanzas mínimo e 1 milhão máximo, com uma maturidade de seis meses.

Tem o Micro Solidário com um tecto mínimo de 50 mil kwanzas e 'máximo de 1 milhão de kwanzas, na maturidade de 12 meses e é destinado a financiar um

grupo de seis pessoas para o desenvolvimento de uma actividade comercial ou iniciativa empresarial.

Ainda conta com o produto Bué fácil, um crédito destinado a empreendedores, numa base individual, quando estes apresentam as necessidades relacionadas com adiantamento dos seus salários para fazer face ao cumprimento de projectos pessoais.

Os montantes disponibilizados para este produto variam de 50 mil kwanzas mínimo a 1 milhão de kwanzas máximos, na maturidade de 3 meses.

Finalmente, tem o produto Micro 24 horas destinado a empreendedores, numa base individual, quando estes apresentam necessidades relacionadas com o adiantamento de seus salários. O montante para este tipo de crédito é de 10 mil kwanzas mínimo a 100 mil kwanzas, máximo, na maturidade de um mês.

2.8 Desvalorização do Kwanza está a 'ajudar' mercado imobiliário

Jornal Expansão

24 De Julho de 2015

Texto: Ricardo David Lopes

A desvalorização do kwanza tem ajudado à recuperação do mercado imobiliário nos últimos meses, revela o director-geral da Urbano Em entrevista por e-mail ao Expansão, Marco Cardoso assume que os primeiros meses do ano foram de recuo para a actividade. Mas garante que Angola se mantém como "um dos melhores países do mundo" para "investimento estrangeiro.

Segundo o responsável da imobiliária, que opera desde 2012 em Angola, no primeiro trimestre deste ano houve "quebras muito significativas em termos de volume de negócios". Neste período, explica, "estava toda a gente ainda muito apreensiva e à espera para ver o que acontecia", tendo em conta o impacto da queda do preço do petróleo.

Mas, actualmente, assiste-se a "uma recuperação muito expressiva, tanto a nível de volume como do valor", com o negócio a "aproximar-se dos números de anos anteriores, afirma, sem quantificar.

"Acho que as pessoas viram que, apesar do momento económico, a vida continua", diz o director-geral, que defende que "a desvalorização da moeda nacional tem alavancado muito esta retoma, porque as pessoas apercebem-se de que os kwanzas que possuem no banco valem menos a cada dia que passa, e a maneira mais segura de garantirem a rentabilização do seu

dinheiro continua a ser através do investimento imobiliário".

Para Marco Cardoso, "Angola continua a ser um dos melhores países do mundo para investimento estrangeiro, uma vez que tem um grande potencial de crescimento a médio e longo prazo".

Preços ajustaram nalguns segmentos

A capital do País, garante, "vai continuar a necessitar de satisfazer as necessidades crescentes de procura do mercado residencial e do mercado de escritórios. Contudo, "vai prosseguir a deslocalização de empresas para fora do centro financeiro da cidade durante os próximos anos", o que fará com que Talatona continue a crescer e a desenvolver-se como centro imobiliário. "Tanto a nível empresarial como residencial, Talatona consegue oferecer menores custos operacionais às empresas e melhor qualidade de vida aos seus quadros", sublinha.

Marco Cardoso confirma que tem havido "ajustes" nos preços em alguns segmentos do mercado de imóveis usados, mas rejeita que exista uma 'bolha imobiliária' em Angola. "Hoje já não se fazem negócios com os valores insensatos de finais da década passada", sublinha o director-geral, que admite que, nessa altura, por ter havido "um mercado muito informal e com pouca oferta de qualidade, existiu muita especulação".

"Se existiu uma 'bolha', já rebentou há algum tempo, e o mercado tem vindo a ajustar-se", diz. "Em todos os mercados, as oscilações da procura influenciam os preços, e é realmente em imóveis usados que se encontram alguns acertos nos preços", sobretudo no arrendamento.

Contudo, acrescenta, "este ajuste não é generalizado e acontece, principalmente, nos segmentos mais baixos, já que muitos imóveis tinham valores de renda de segmentos superiores".

Já no mercado de venda, "não se tem assistido a quebras nos preços", de forma geral. "Hoje temos um mercado muito mais segmentado. Existiram segmentos do mercado que sofreram ajustes nos preços, mas registamos outros em que os preços subiram", assinala Marco Cardoso, para quem o mercado angolano "começa a dar alguns sinais de maturidade".

"Por um lado existem cada vez mais players no mercado, sejam promotores, banca ou consultores, o que também significa mais oferta. Por outro, lado, este é um mercado cada vez mais formal e com uma banca muito mais rigorosa", factores que, defende o

gestor, tornam o sector imobiliário angolano "menos propenso à especulação".

Quanto ao futuro da Urban, empresa de direito angolano, Marco Cardoso revela que, "apesar de planeado", a imobiliária ainda não está em mais províncias para além de Luanda, colmatando esta situação "estabelecendo parcerias com agentes locais".

Baseada em Talatona, a empresa, para além do escritório principal, tem stands de vendas nos empreendimentos que comercializa e deverá abrir mais três pontos de venda até ao final do ano, diz, sem indicar as localizações.

A Urban está integrada no Mobilada Group, composto por empresas internacionais dos sectores da distribuição, construção, imobiliário, alimentação, arquitectura e arquitectura de interiores, turismo e retalho. Actualmente, está presente em Portugal, Líbano e Angola.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Os mucubais também já são 'zungueiros'

Jornal Agora

10 De Julho de 2015

Texto: Júlio Gomes

Será que há mesmo razões para os mucubais, sobretudo mulheres, estarem nas ruas das cidades a vender óleo mupeke e a pedir esmola nas esquinas? O fenómeno é novo, tanto em Luanda como no Namibe, de onde é originário este povo que vive do gado e para gado.

Dizem que a substância retirada da casca de árvores nativas ajuda no crescimento do cabelo, ao mesmo tempo que evita a sua queda.

Mas, o que nos traz a esta 'plateia' não são os benefícios do mupeke, é algo mais do que isso, ou seja, a forma como esta mole vem sendo encarada nos programas de desenvolvimento social das autoridades.

Quem os conhece no âmago diz que os mucubais não andam de baixo para cima, ou seja, de Norte a Sul à toa, como se costuma dizer. São homens e mulheres que gostam de ter à volta da casa o seu rebanho, do qual extraem, às manhãs, o leite que, depois de azedo, acompanha o pirão de massango ou de massambala.

Gostam de ficar nas suas cubatas de pau-a-pique, cobertas de capim e, se dali estão a sair para os grandes centros urbanos, em busca de outra vida, é porque algo está a falhar.

Um 'velho' amigo sociólogo instado a propósito disse que o que está a faltar é a aplicação de políticas que permitam o desenvolvimento do cidadão a partir do seu quimbo.

Estas palavras fazem-me lembrar um político e governante, que já foi muito influente neste país. Dizia ele que "se o lema é o desenvolvimento do nosso país, devíamos começar pela aldeia, fazendo que o cidadão que está nos mais recônditos lugares do território sinta os efeitos da governação".

Tinha, sim senhor, razão este homem. Hoje, corrói-me o coração ao ver mucubais (incluindo jovens)

deambularem por esta Luanda que fica a mais de mil quilómetros da sua terra natal.

Vendem a sua buginganga ao preço que garante pouco ou muito pouco. Logo, para completar o pão, suplicam num português desenrascado aos transeuntes 100 Kwanzas.

É uma humilhação! Os mucubais precisam de ser tratados com deferência. Deviam permanecer lá onde nasceram, potenciado a sua forma de estar na vida."

Comenta-se que, antigamente, não deambulavam tanto porque havia lojas onde podiam permutar o gado com os tecidos samakaka que usam para cobrir o corpo.

Das trocas comerciais entre a cidade e o campo, no interior, apenas restam recordações. Como resultado, os mucubais estão a vir aos magotes para os centros urbanos, uma vez que lá onde nasceram 'não há nada'.

A par das lojas, é preciso levar escola, postos de saúde, água potável, energia eléctrica e insistir na sensibilização para acompanharem a modernidade, sem a destruição da sua convivência.

Ao serem ignorados, amanhã já serão também outros povos como os kamussequeles a sair, com justa razão, dos seus 'esconderijos' nas matas, em busca de 'novos ventos' que também, por ironia do destino, não estão disponíveis na cidade.

3.2 Cartoon



3.3 STAFF DE TAXIS- a organização por detrás do nome

Jornal O PAÍS

10 De Julho de 2015

Texto: André Mussarno

O nome identitário é colocado nos vidros, frontal ou traseiro. Quando os aderentes ao muitos, chegam a numerará os carros para uma melhor identificação. Por exemplo, em Viana opera a "Staff da Nike", que já chegou a ter mais de 50 carros filiados.

Alguns chegam a adoptar uma sigla ou logótipo. Os nomes vão desde marcas conhecidas a simples adjectivos passando por pequenas frases ou slogans como "os pausados, curte a vida com cuidado, os reebok, os pica-pau", dentre outros.

Mais do que simples moda, são na verdade organizações estruturadas com liderança, sistema de colecta financeira e acções de beneficência para os membros. Algumas chegam a reunir no seu seio quase uma frota. Por altura de óbitos ou casamentos de associados, dizem que os cidadãos "assustam-se tal e o número de veículos que saem em apoio".

Ao líder, chamam "presidente da staff", que habitualmente é auxiliado por mais duas pessoas. Ao longo da semana escolhem um dia para realizar o principal encontro da organização e dar a contribuição obrigatória, mas avistam-se quase todos os dias no fim da jornada laboral ou no intervalo para o almoço.

Tem uma organizada lista telefónica onde constam todos os membros e prestadores de serviços com que estão em permanente contacto para "o que der e vier, nos bons e maus momentos".

As staff são servidas por mecânicos e electricistas que tem a obrigação de largar o trabalho e partir em socorro, caso um membro esteja a precisar de apoio. Nelas se filiam igualmente condutores desempregados, na esperança de por esta via conseguirem emprego.

Estão servidas até de profissionais bate-chapas e pintores-auto, prontos a reparar qualquer dano provocado por um membro no exercício da actividade, chamam a esta equipa de profissionais "homens de trabalhos rápidos".

A sua lista diz constar pessoas influentes que ajudam no exercício da sua actividade. Revelam que o seu lobby se estende até ao cultivo de uma "boa relação

com a Polícia" porque, dizem, que assim podem exercer a actividade sem muitas perturbações na via.

Questionados sobre se isso passava por pagar "luvas", todos os contactados disseram que não, limitando-se a afirmar que a sua forma de organização já começou a ser útil até para a própria polícia que só com o distintivo da espécie consegue identificar os prevaricadores.

3.4 Actividades produtivas. Pescas e criação de animais de carne devem constituir prioridade

Jornal Agora

31 De Julho de 2015

Essas foram algumas das revelações feitas, recentemente, pelo engenheiro Jorge Pinto, assessor da Associação Industrial de Angola, no decorrer de uma das edições do programa radiofónico Vector, produzido por esta instituição e difundido pela LAC, em que radiografou o sector das pescas, tido como fundamental no processo de diversificação da economia, que agora, em tempo de crise, tanto se propala, depois de um certo adormecimento provocado pela engorda das receitas em alta do petróleo, principal produto de exportação.

Jorge Pinto fez a cronologia das pescas em Angola. Ainda no séc. XIX, iniciou-se a colonização das costas do País, a Sul de Benguela. Exportou-se pescado seco e salgado, de má qualidade, para algumas colónias. Os pescadores exportaram óleo e farinha de peixe, chegando a ser os maiores exportadores do mundo e a Alemanha o principal cliente, durante alguns anos.

A indústria transformadora do sector das pescas, referiu, desenvolveu-se, tornou-se muito próspera, e, em 1932, existiu uma fábrica de farinha de peixe, no Namibe, e as pescas abasteciam o mercado nacional com peixe refrigerado, através dos caminhos-de-ferro. Em 1966, foi criado um Instituto de Estudos científicos do pescado. Quatro anos depois, com a importância económica das pescas, surgiu o Instituto das Indústrias da Pesca de Angola. Das pescas, saía o peixe fresco e os seus derivados (óleo e farinha de peixe) que, em 1973, chegou a 196.359 toneladas, tendo o Estado uma importante expressão exportadora nas conservas e pastas de atum.

O assessor da AIA disse também que o País tem grandes recursos, com uma extensão de costa de viveiro e de desova que pode por si reproduzir e manter o equilíbrio entre o que se captura e a recomposição da biomassa. Mas, como considerou,

há uma grande falta de formação para se gerir um recurso biológico aquático: faltam cursos de biologia marinha, técnicos e mestres de pesca, gestores de pescas, etc.

Quanto à pesca ilegal, Jorge Pinto defendeu ser preciso exercer mais vigilância. "Se na pesca industrial o armador não se sentir vigiado, por ganância irá tirar o maior lucro". E, sobre isso, manifestou dúvidas em relação aos números de captura apontados, semelhantes aos de há 40 anos, questionando se são precisos.

Se não houver uma gestão correcta no processo de captura, disse ainda, pode haver um total desequilíbrio do sector, porque, estabelecendo comparações, clarificou que, se "na agricultura se planta, mas nas pescas lida-se com recursos biológicos aquáticos e eles é que se reproduzem. A pesca ilegal a destruir habitats vai dificultar a recomposição da biomassa. E o Armador sabe disso".

Vantagens da pesca selectiva.

Sobre recursos marinhos e políticas de protecção das espécies, deu o exemplo da garoupa como um dos peixes de maior valor comercial. A certa profundidade é difícil encontrá-la e os arrastões farão que os bancos de corais verdadeiro habitat dessa espécie e outras - destruam tudo. Jorge Pinto alerta que, se não houver vigilância, entramos num processo negativo.

Referiu, igualmente, durante a conversa no Vector, que "não há dados precisos do que se retira dos oceanos, e daí a dificuldade de saber se o recurso baixou ou se as pescas praticadas não são tão eficientes"

Falando sobre a diversificação económica, Jorge Pinto focou as vantagens da prática da pesca selectiva. Defende que o País ganharia e que terá que se ter uma modalidade de pesca que capture para se industrializarem os óleos e farinhas de peixe. Deu conta, igualmente, que a pesca semi-industrial, antes da independência, já fornecia essa qualidade de pescado. Havia a pesca artesanal que era valiosa e ocupava muita gente que ia buscar o peixe de alto valor comercial, prática que contribuía para a elevação das receitas do sector de Pescado. E colocou a pergunta a quem dirige o sector: "Porque não se adoptar o processo das Lotas, onde a quantificação e selecção pode ser feita"? E responde: "Sabíamos o que é retirado para melhor gerirmos".

Retirar maior proveito da costa e dos recursos.

Jorge Pinto abordou, de igual modo, a necessidade de se proceder à redução do Imposto, pois considera

que não se podem desenvolver as pescas aplicando taxas e impostos elevadíssimos. "O sector tem de ter incentivos, para que seja apetecível ao investidor. É difícil um pescador artesanal pagar 50 mil kwanzas de imposto", justificou.

Insistiu, igualmente, no privilégio de termos uma costa de 1.600 km, 25 mil espécies marinhas conhecidas ... e que o peixe é fundamental para o ser humano. E se já existe o recurso, entende que, deveríamos preparar a exploração dele para retirar o melhor proveito. Devia pensar-se também nos sectores da Hotelaria e Restauração, acrescentou, de modo a conseguirem ter peixe de qualidade para servir os clientes. "As redes de distribuição têm dificuldades e acabam por importar, com a saída de divisas. Não deveria haver importação. Quem visita um país da orla marítima quer comer o bom que se tira do mar, e grande parte das vezes, os visitantes chegam aos restaurantes para comer robalo importado. Isso não ajuda na diversificação económica".

No decorrer da sua intervenção, considerou "Benguela um endereço importante, impulsionador da qualidade das pescas e transformação do pescado em Angola". Sendo as pescas um recurso natural, reconheceu-o como um sector relevante para a economia e um dos prováveis contribuintes para a diversificação económica.

E, com a aposta certa, as pescas, aliadas ao petróleo, irão levar as receitas nacionais para outro patamar. Disse que, à partida, o mais importante nas pescas é manter a produtividade dos oceanos, exercendo-se mais vigilância, melhor gestão dos recursos e reestruturação do modelo das pescas.

Conferência contradições da crise que o país vive.

Na mesma edição do Vector, a AIA lamentou a saída de técnicos estrangeiros qualificados, nos mais diversos domínios, "mandados embora do País depois de três anos de serviço". Considera que as empresas acabam "por perder o investimento que fizeram nesses técnicos e Angola por perder essas competências, em vez de se adoptarem políticas para o seu enraizamento. A AIA, na voz do seu presidente, José Severino, considera ser um falso pretexto, isso de terem de ir embora supostamente, porque, "permanecendo cá, estão a tirar postos de trabalho aos angolanos".

Por outro lado, a AIA dá conta que "existem perto de 200 mil quadros angolanos no exterior e cerca de 100 mil que já optaram pela nacionalidade estrangeira. São 300 mil técnicos e especialistas que não regressam,

por estarem em países que tudo fazem para não os deixar sair, pois valorizam os técnicos, mesmo quando estrangeiros"!

A AIA questiona mesmo "se não será tempo de se fazerem ajustes nesta política, mantendo-a onde houver pertinência, acelerando, assim, o nosso desenvolvimento para que a diversificação da economia se expanda mais rápido"?

Outros exemplos de oportunidade de negócio.

Nesta edição de Vector, foram igualmente abordadas questões relacionadas com a merenda escolar, bem como sobre a criação de animais de carne.

Sobre a primeira questão, e tendo como base informação divulgada num debate de peritos do Programa Nacional de Formação de Quadros, ficou-se a saber que o número de crianças no Pré-escolar do Ensino de Base representa um terço da população (8 milhões). Como tal, refere a AIA, pensando-se numa merenda escolar "teríamos um volume de negócios de perto de cinco milhões de dólares por dia e 750 milhões num ano. Um número, a dar um sinal ao mercado das oportunidades de negócio para investimentos no País, menos dependente das importações".

No tocante à criação de animais de carne, considera que o negócio não deixa de ser uma rara oportunidade de se lançar obstinadamente num programa que permita ao País sair da dependência da importação de carne a favor da produção nacional, e para uma fase posterior chegar-se mesmo à exportação .

Entende-se dessa forma, destaca a AIA, que Angola tem todas as condições para atingir níveis de produção satisfatórios, já que gado, não abundando, merece estar muito mais activo no mercado do segmento alimentar.

A instituição salienta que, quando se fala de gado bovino, este, na sua maioria de propriedade camponesa, se fala de cerca de quatro milhões de cabeças na região Sul, mas também já com forte presença de gado de criação intensiva e empresarial, muito dele de cruzamento de raças apuradas com gado tradicional e nalgumas regiões do País e com crescimento de disseminação não só por lá, mas também noutras, como na mancha Norte da província do Cuanza Sul e Cuanza Norte. .

Recorde-se de que o Angola exporta centenas de milhões de dólares, ano após ano, para a importação de carne bovina de alguns países, destaque para o Brasil, Uruguai e Argentina, estes os maiores

exportadores, mas também da África do Sul, Portugal e França, e até carne de búfalo da Índia.

Ao contrário das demais províncias, Luanda é o maior centro consumidor de carne importada, chegando a um nível de consumo de mais de 90% dacarne bovina importada, apesar do esforço de pequenos marchantes na periferia e do abate de gado no Sul, que chega à capital por via da camionagem.

3.5 Pobreza. 'Zungueira' zangadas com políticas de erradicação de Executivo

Jornal Agora

31 De Julho de 2015

Texto: Ereneu Máquina

A maioria das vendedoras de rua, vulgo 'zungueiras', diz não concordar com os pronunciamentos, nesta segunda-feira, do ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, de que existem progressos na aplicação de programas, visando reduzir a pobreza.

Marta António, 38 anos, Lúcia Katiavala, 22 anos, Laura Afonso Nelety e Luzia do Carmo, quatro entre as várias vendedoras de rua com as quais o Agora conversou sobre os programas do Executivo para reduzir a pobreza, manifestaram total desconhecimento em relação aos projectos concretos que visam reduzir a pobreza no seio da população feminina.

Maria António diz que, apesar de ter a 10.^a classe e um curso básico de Enfermagem, sobrevive vendendo roupa usada nas ruas de Luanda. "Se houvesse políticas concretas para reduzir a pobreza, o primeiro passo seria o da criação de empregos para as pessoas, mas, ao contrário, para todos os empregos, pedem cursos superiores. Em Caxito, por exemplo, a maioria da população vivia do cultivo da cana-de-açúcar, mas, desde que a fábrica foi 'deitada' abaixo, o povo está votado a uma indigência sem precedentes".

Por seu turno, Laura Lucas, que também é originária do Bengo, revelou que, na sua província, existem localidades onde as crianças ainda estudam debaixo das árvores, por falta de salas de aula.

Acrescentou que as pessoas de idade avançada são as mais atingidas pela pobreza, na medida em que aquela população não é camponesa na sua essência. "Eles eram operários da fábrica de açúcar e hoje são obrigados a viver da caça furtiva, correndo todos os riscos que esse ofício oferece".

"Eu sou filha de um destes mais velhos. O meu marido não trabalha, porque ele era militar, não tem estudos. Não há nenhuma empresa que o possa receber nestas condições, por isso é que consideramos

que as políticas do Executivo nunca serão frutíferas se não investirem viradas muito mais para o interior, criando centros de empregos, como fábricas, indústrias de transformação".

Laura Lucas entende, igualmente, que os empresários deviam ser levados a investir fora da capital. "Todos só querem aqui em Luanda. Isso está mal, é por isso que há muitas demolições, deviam é dirigir os comerciantes e empresários a ir lá no nosso mato e pôr os seus negócios".

O titular da Energia e Aguas declarou que há uma participação maioritária das mulheres, com o incentivo ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas, bem como o acesso aos serviços sociais básicos, incluindo a educação e a saúde com forte pendor no meio rural.

O governante, que discursava durante a abertura da X Sessão do Conselho Multissetorial de Género (CMG), organizado pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, sob lema 'Empoderar a mulher é promover a igualdade e equidade de género, rumo ao desenvolvimento sustentável, terá dito também que, "no País, são observáveis resultados da ascensão das mulheres em postos de tomada de decisão e a sua adesão "em áreas consideradas tradicionalmente masculinas, com vista à redução das assimetrias nas relações entre mulheres e homens".

As nossas fontes alegam que seria bom que os governantes fossem aos bairros e às aldeias sem aviso prévio aos seus administradores e, com certeza, teriam outra opinião.

Luzia do Carmo aponta exemplos da cidade de Luanda como um dos sinais indicativos de que a pobreza está cada vez mais galopante. "Estou aqui, são agora aproximadamente 16 horas, e apenas vendi 200 Kz, não sei se com esse dinheiro devo acarretar água do tangaue da vizinha ou se devo comprar velas para acender à noite, sem, contudo, falar do jantar", fez saber, acrescentando que o mais grave é que, na capital, o Estado ainda não conseguiu absorver todas as crianças para o sistema de ensino e muita gente se vê forçada a aderir aos chamados colégios ou escolas particulares que, muitas vezes, não têm condições para leccionar. ~

3.6 Ambulantes contam com novo mercado

Jornal De Angola

23 De Julho de 2015

Texto: Estanislau Costa

Mais de 300 vendedores ambulantes estão a ser transferidos da sede municipal do Quipungo para o novo mercado local, com 160 bancadas, construído por iniciativa do Governo Provincial da Huíla para conferir mais segurança e comodidade aos negociantes e clientes.

A administradora de Quipungo, Cândida Ukali, disse ontem, ao *Jornal de Angola*, que a construção do mercado faz parte do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, que já permitiu a criação de estruturas idênticas em localidades dos municípios da Chibia, Jamba, Lubango e Huinpata.

Com a construção do mercado, o governo provincial pretende facilitar o escoamento dos produtos agrícolas para os grandes centros de consumo da Huíla e arredores.

A construção de armazéns comunitários e de mercados, bem como a execução do Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (Papagro), além de contribuir para o aproveitamento de bens agrícolas e pecuários, serve de incentivo para os agricultores aumentarem as suas áreas de cultivo.

Na localidade do Quilómetro 40, arredores do Lubango, as autoridades criaram um centro para a aquisição de feijão, mandioca, batata rena e doce, e frutas, que já deram uma receita de 89 milhões de kwanzas aos agricultores.

Satisfeita, a vendedora Cristina Oliveira disse ao *Jornal de Angola* que a partir de agora está ultrapassado o perigo a que estavam sujeitas próximo da Estrada Nacional 250. "Os carros passam aqui com muita velocidade e já houve vários desaires", referiu, elogiando a construção do novo mercado.

Cristina Oliveira referiu que com a colocação de bancadas, implantação da área de conservação de produtos e sistema de saneamento básico, a comercialização no município de Quipungo é agora feita em melhores condições higiénicas.

Quem partilha da mesma opinião é o comerciante de gado bovino, caprino e suíno, Jamba Francisco, que valoriza a nova infra-estrutura de impacto social. Ele apelou aos utilizadores do novo mercado a participarem na gestão do imóvel e contribuir para as receitas do Estado.

Por sua vez, o governador da Huíla, João Marcelino Typinge, apelou aos vendedores a cuidarem do mercado e recordou que um significativo número de famílias na província dedica-se ao comércio de produtos agrícolas, mantendo um dinâmico elo de ligação entre o campo e a cidade.

"Isso motiva a execução de projectos que visam melhorar as condições da actividade agrícola nas comunidades", acrescentou o governador da Huíla, João Marcelino Typinge.

3.7 Responsável Denúncia Abate Clandestino De Animais Para O Consumo

Jornal A República
24 De Julho de 2015

Em declarações, o responsável manifestou-se preocupado com o facto, já que, segundo ele, após o abate destes animais, alguns dos quais com doenças contagiosas, a carne é vendida nos mercados da região. Jorge Almeida informou que a província possui apenas, oficialmente, dois locais de abate de animais para consumo, onde são minorados alguns aspectos de higiene e sanidade, uma vez que os mesmos também não possuem tecnologia exigida para um matadouro decente.

Disse que maior parte dos matadouros clandestinos, que poderão ser encerrados ainda este ano, funcionam nos municípios da Caála, Longonjo e Ucuma, lamentando o facto dos consumidores insistirem em comprar carne em locais não oficiais. Informou que o departamento de Veterinária está a trabalhar no sentido de contrapor esta situação e evitar a existência de locais de abate de animais sem o controlo veterinário, além de estar em execução um plano de choque para combater o abate de animais e venda de carne em locais inapropriados.

"A população deve ter o máximo cuidado na compra de carne nos mercados paralelos, com vista a evitar doenças provenientes dos animais abatidos em locais clandestinos sem qualquer condição de higiene e controlo veterinário, sobretudo a tuberculose intestinal, a gangleionar e bronco-pneumonia", avisou.

Informou que em Junho foram abatidos nos dois locais oficiais 403 bois, 403 cabritos e um porco.

Ainda no mês em referência, o serviço de veterinária da província do Huambo inspeccionou, segundo o seu responsável, 365 toneladas de peixe congelado, 20 de peixe seco, 450 de frango em partes, 78 de frango, 116 de galinhas congeladas, 27 de coxas de frango, 10 de fígado de porco, 50 de salsichas, 10 de fígado de bovino, sete de leite em pó, entre outros. Quanto à produção avícola, disse que a província conta com 174 mil galinhas em aviário de produção de ovos, no município do Huambo, e 297 mil, no município da Chicala-Cholohanga.

Jorge Almeida admitiu haver um grande interesse dos cidadãos em criarem aviários de produção de ovos, a julgar pelas solicitações de legalização que o departamento de veterinária tem estado a receber.

3.8 Invasão força regresso da Estalagem

Jornal O PAÍS
24 De Julho de 2015
Texto. Domingos Bento

O mercado da estalagem surgiu nos anos 80. Neste período, a praça era tida como ponto de referência na comercialização de produtos agrícolas provenientes das províncias do Bengo, Kwanza-Norte, Malange e Uíge. Em 2004, o Governo Provincial de Luanda (GPL) decidiu encerrar a referida praça em consequência da grande quantidade de lixo que produzia e também os elevados números de atropelamentos que se registavam nas imediações.

Aquando do seu encerramento, os mais de li mil vendedores que dependiam do então mercado para sobreviver manifestaram a sua indignação. Por este motivo houve um forte braço-de-ferro entre o GPL e os populares que culminou em morte e ferimentos. Na altura, a Polícia Nacional falava no registo de uma vítima mortal e no ferimento de outras quatro pessoas. Já os vendedores diziam ter sido 4 as vítimas mortais causadas naquela tremenda confusão que movimentou efectivos da Ordem Pública, Intervenção Rápida e Policia Militar.

Depois de ter sido encerrado, quer o GPL como a Administração Municipal de Viana nada revelaram sobre o destino que seria dado a zona. Apenas fez-se a vedação da área com muros acima de um metro de altura que impossibilitavam a entrada de pessoas. Esta falta de informação deu azo a objecções e

especulações por parte dos mais variados segmentos da sociedade. Alguns acreditavam na ideia de que o local havia caído na malha da especulação imobiliária que, nos últimos tempos, tem se apoderado de vários espaços públicos na capital do país. Todavia, passados todos esses anos, nada foi feito no terreno. Dado ao estado de abandono, os antigos vendedores decidiram voltar e reabrir o antigo mercado. Para o efeito, partiram parte da vedação e se apoderaram do lugar sem consentimento das autoridades que, até ao momento, ainda não tomaram alguma medida.

No início desta semana O País visitou o "regressado" mercado para aferir as condições actuais. Já passavam das 11h00 desta Terça-feira quando escalamos a praça. À nossa chegada deparamo-nos com um aglomerado de vendedores que efectuavam os seus negócios defronte a fachada principal. Neste ponto, os automobilistas e passageiros que circulam pela estrada de Catete, que liga Viana ao centro da cidade, afiguram como potenciais compradores. Para convencê-los, os vendedores deambulam por tudo quanto é canto com os mais diversos tipos de produtos. Esta atitude tem causado enormes embaraços ao trânsito automóvel e é tida como o principal causador dos constantes engarrafamentos visíveis naquele perímetro.

Tal como constatamos, nem mesmo a ponte área, estendida na parte frontal do mercado, é poupada pelos vendedores ávidos pelo lucro a todo custo. Os mesmos tornaram aquele bem público num concorrido ponto de vendas. Em consequência desta situação os transeuntes encontram grandes dificuldades na sua mobilidade.

3.9 A manha dos motoqueiros

Jornal Manchete

31 De Julho de 2016

Vulgarmente conhecidos, um pouco por todo o país, como "kupapatas", estes homens têm a nobre missão de transportar os mungolês, de um lado para o outro, sobretudo nas periferias e bualas. O meu primeiro contacto com estes rapazes das motas aconteceu em meados dos anos 80, nas Terras das Acácias Rubras, Benguela, para onde me tinha deslocado ilusoriamente com o fito de afixar residência (deso)fiacial. Na altura, a maioria dos muzangalas com quem lidava, no Zengá e no RA (Rangel) tinham bazado para a "Kwemba" (tropa), uns ficaram "Mampelas", braço armado do MPLA, enquanto outros, por força das circunstâncias, tiveram que parar no outro lado da barricada, tornando-se "kokorokós", o antigo exército da UNITA, então

liderado pelo "Ngana Kimuezo" (Homem das barbas), em alusão a Jonas Savimbi.

Naqueles tempos surgiram várias "kefefeteladas" insinuando que os putos que eram incorporados para o cumprimento do serviço militar obrigatório, do lado dos "Manpelas", muitos deles eram "paiados" (vendidos) por chefes militares ao "Ngana Kimuezo". Tratou-se de um negócio que fez milionários, muitos dos quais deambulam por esta Angola com "divumos" (barrigas) grandes parece mboas questão de bebé (grávida). Sukuamá! Um velho amigo, da minha mocidade, disse na altura trata-se da continuidade do tráfico de escravos em Angola. Mametuéeé ... Tatoóóóóóóóóóóóóóóó. Mas, como já estamos em tempo de paz não vale a pena aqui levantarmos estes mambos malaikos por isso, para aqueles que o quissende fez ricochete, pedimos que despreocupai-vos, pois não vamos apontar os vossos nomes, apesar de que bem mereciam aparecer na lista de "kamanguistas" (traficantes) de kandengues que se alistavam para cumprir o serviço militar obrigatório. Aliás, o próprio "Ngana Kimuezo" gabava-se no seu galinheiro fora, que no seio dos homens do Man Duda, o Comandante-em-Chefe, haviam buerereééééé de muadiês colaboradores seus que o apoiavam com homens, pitéu e mutimbas (armas).

Por isso a guerra cá na banda durou longos e tristes anos, tendo deixado várias sequelas. Este cenário contribuiu, tal como falam os que sabem "dingular" política de meia e de tigela inteira, para o êxodo populacional nas grandes cidades, com realce para a "Nguingi" (Luanda).

Os "kupapatas" já existiam no interior do país, mesmo antes de o conflito armado ter tomado proporções alarmantes em todo o país. Quando tomei o primeiro contacto com estes ndengues, não me passou pela cabeça que esta actividade viria a expandir-se em todos os cantos e recantos de Angola, "em pouco tempo", como sempre diz o nosso avilo Júlio Gomes, o homem e "dirigente" que está com o mesmo vigor de sempre, para agir hoje, agir amanhã e agir depois. É obra!

Mas, deixa que vos diga uma "cacoisa": Quando estes muzangalas começaram a aportar a "Nguimbi", idos do interior do país, sobretudo dos "maxocololos" de Benguela, Huambo e Huíla, não tinham quase que experiência alguma no que à condução de motorizadas diz respeito. Eram como os chineses, que aprenderam a conduzir cá na banda, andavam sem "cadaplas" (documentos) e quando estiverem envolvidos em acidentes tinham apenas a "senha": "Kopelipa", Pois bem, estes ndengues das "turrum" (motorizadas) no início da sua actividade deram bué

de bassulas aos passageiros, na sua maioria, garinas. Certo dia, fui a uma banda de Viana, lá onde estavam em vantagem numérica os "kupapatas" e, enquanto "mamava" um "birita" observei que a maioria das garinas que paiavam naquilo que chama "Fera das Rolotes", tinha queimadura na perna - não sei se de quantos graus - só sei que gemiam de dor e não podiam meter calças. Na verdade, os "kupapatas" torraram bué de "quinamas" (pernas) das mboas e alguns muadiês também. Para além da falta de experiência, muitos deles entravam na linha, logo pela manhã, fraquinhos da ressaca resultante da torra (bebedeira) do dia anterior, não tendo forças para aguentar o desequilíbrio da motorizada, sobretudo nas zonas com muita areia. Daí, então, apareciam as bassulas.

Hoje, por hoje, estão já craques, os que estão a entrar agora na profissão lhes é aconselhado a passar por um treinamento prévio para dar conta das coisas, assim como evitar entornar os pacotinhos de água-ardente.

"Kupapateiro" hoje tomou-se famoso, até já tem buereréé de garinas. Até alunas do ensino médio e das universidades estão a subir na "mulumba" dos motoqueiros.

Recentemente, por exemplo, não sei porque carga d'água atrevi-me a chamar um "kupapata", enquanto aguardava pelo meu automóvel que estava a ser lavado numa estação de serviço informal, e dei uma voltinha à procura de algumas biritas para enganar a garganta que já estava muitas horas seca. Durante a viagem, fui interrogando o puto que ia ao volante - feito um agente "alicate" (bófia) -sobre o seu dia-a-dia. Foi então que fiquei a saber que são as "balabinas" que caem por eles para fazer amizade e outros mambos próprios de quem não é de ferro. "Elas mesmo é que se entregam mô kota", começou por contar, acrescentando que "nós também «saproveitamos» da fesada, kota". Disse ainda o meu amigo "kupapateiro" que sempre que levam uma mboa bala-bala, a velocidade é outra: "Temos que andar devagar para que a viagem se tome longa, até porque elas mesmo, gostam de se encostar nas nossas costas e dá um goza daqueles... ". O puto gabou-se de ter três garinas no Zango IV e que sempre as apoia quando vão a escola. "A Zefa studia de manhã, a Lina, de tarde e a Melita, à noite. Então, consigo me desdobrar", disse, visivelmente orgulhoso para depois me jogar uma cassuada: "O papoite pensa que só são vocês que têm popós, que as garinas seguem? Puro engano, há bandas aqui no Zango onde não táxi, o único transporte é a motorizada, então, aqui mandamos nós, mô kota".

Galei no puto, com estes meus olhos de olhar mesmo, que já pestanejam há Cento e Pico Anitos, fiquei com admiração da sua pessoa. Parece uma pessoa frágil e inocente, qual uma criança que só pensa no rebuçado, afinal de contas, "singani mboreééé", o muadiê é bué vijú. Aliás, eles todos são bué vijús e na sua manha vão saindo no lucro, "degustando" boas balabinas. Sukuamáááá! "Cate fiquei de boca".

3.10 Quem fiscaliza os fiscais do GPL

Economia e Mercado

Julho de 2015

Texto: Sebastião Vemba

Quase sempre, os fiscais do Governo Provincial de Luanda, cuja actividade muitas vezes se confunde com a dos inspectores económicos, embora seja complementar, cometem excessos nas suas operações, o papel da Direcção de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas consiste em prevenir e reprimir a pratica de crimes contra a economia e contra a saúde pública, como o define o seu director, Alexandre Canelas. Por outro lado, a este órgão cabe também garantir a disciplina no exercício das actividades económicas, nomeadamente porque a criminalidade nesta área e das mais refinadas e provoca consideráveis prejuízos, às vezes não muito bem quantificáveis numa primeira análise, ao Estado e ao consumidor.

Sendo assim, justifica-se que o Governo Provincial de Luanda tenha reforçado as acções de Fiscalização na capital, o centro económico do país, onde, de acordo com dados oficiais, os índices de comércio ilegal e actividades afins são acentuados.

Esta acção, por outro lado, visa garantir alguma ordem urbana na província, onde o comercio informal e ambulante, do qual resulta uma grande produção de resíduos sólidos, infelizmente não recolhidos a tempo por quem e pago para desenvolver esta actividade, e feito de forma desordeira, roubando a já parca estética que resta a cidade.

Mas se os pressupostos são indiscutíveis, já a pratica nem sempre o e. E que este programa revela falhas de concepção e/ou preparação, pois, e fazendo jus as palavras de Alexandre Canelas, compete-lhe, em primeira instancia, garantir que quem o executa actue também numa lógica de prevenção. Assim, era de esperar que esta postura fosse visível nos agentes responsáveis pela sua operacionalização no terreno, ou seja, que os fiscais da província de Luanda fossem

um espelho desse cuidado legislativo.

Infelizmente, na sua grande maioria, estes representantes do Estado, que deveriam ser os primeiros exemplo da integridade e equilíbrio da lei, revelam uma gritante falta de preparação para este cargo, recorrendo, mesmo quando não se justifica, ao uso da força, num inaceitável atropelo ao respeito pelo cidadão e aos pressupostos que compõem a nossa estrutura legislativa.

Mais grave ainda, e consequência da falta de ética profissional e, provavelmente da carência de formação, que em si é um problema que afecta o país, como reporta o tema de capa desta edição da Economia & Mercado, verifica-se da parte dos fiscais do GPL um aproveitamento impróprio, e para fins pessoais, do "poder" da sua profissão. Para ser mais claro, e visível e elevado o índice de corrupção no seio destes operativos que, as vezes, desavergonhadamente e aos olhos de todos os que passam, extorquem bens e valores monetários a pacatos cidadãos que tentam ganhar a vida de forma honesta.

Atenção: ao se pretende de forma alguma defender ou promover a pratica da venda desordeira e ilegal na cidade, sendo que é necessário a existência de um órgão que garanta a ordem neste aspecto. Mas com tantos atropelados a legalidade que é suposto representarem, faz todo sentido questionarmos a quem de direito: Quem é que fiscaliza os fiscais do GPL?

3.11 Dramas são a preferência da semana

Jornal de Angola

24m de Julho de 2015

Texto: Mário Coben

O espectáculo, "o Roque - Romance de um Mercado", adaptado do livro homónimo de Hendrick Vaal Neto, conta, através de várias histórias, as aventuras e desgraças de muitas pessoas que faziam compras no antigo mercado, a partir do ponto de vista dos vendedores e dos clientes.

Para o encenador do grupo, o espectáculo é também uma forma de mostrar aos jovens a importância da determinação, "É preciso que o passado seja usado como uma referência para os jovens seguirem e, por isso, estamos a explorar o máximo possível a peça", disse Victor Sampaio.

A peça, acrescenta, é também uma oportunidade de mostrar e elevar a grandiosidade do país, através de

um mercado que foi motive de entrevistas de órgãos de informação de vários países, devido a coragem e ousadia dos seus vendedores para vencer na vida, principalmente num período difícil, devido a guerra.

"Hoje, com o advento da Paz, acredito que os jovens devem buscar inspiração em momentos como aquele, que nos levaram a pensar para o fazer novamente e ajudar a recriar um país melhor, assente em princípios que nos distinguem dos outros povos pelas peculiaridades", destacou.

Fundado a 28 de Fevereiro de 2002, por um grupo de jovens do distrito do Sambizanga, o Twana Teatro teve a sua primeira aparição em Dezembro de 2002, com a exibição da peça "A união faz a força". Depois o grupo participou em diversos espectáculos e concursos: ao ponto de ter obtido o primeiro lugar no Festival de Teatro do Sambizanga, em 2010, com "Luanda a Cidade do Diabo". Os festivais aos quais foi convidado deram ao grupo experiência e permitiu-lhe ganhar mais público. O espectáculo "o Roque - Romance de um Mercado" foi estreado em 2009, na Liga Africana e já foi também apresentado no Cine Sporting, no Sumbe.

"O Contador de Serenata"

"O Contador de Serenata" é o título do espectáculo de teatro que o grupo Conjuntura D' Artes preparou para apresentar, também no domingo 19h00, mas no Colégio Leovany, na Mabor, município do Cazenga, em Luanda.

O encenador do grupo disse ontem ao Jornal de Angola que a peça é um drama sobre a jovem Carla, salva de se afogar por um artista de rua, um contador de serenatas. "É uma forma de mostrar aos jovens que os artistas também podem ter um lugar de destaque na sociedade e no desenvolvimento de qualquer comunidade", disse Cláudio Luis.

A classe artística actualmente ainda é menosprezada por muitas pessoas, a ponto de muitos jovens chegarem a ser menosprezados pelas suas parceiras por viverem ainda da arte. Os artistas ainda são marginalizados. Muitos acreditam que são apenas pessoas que querem exhibir-se e menosprezam o seu papel educador e a sua importância para a própria sociedade. Este espectáculo vai ajudar a mostrar uma nova perspectiva", explicou o responsável.

O grupo Conjuntura D' Artes já apresentou espectáculos em várias províncias do país com destaque para as do Bengo, Benguela e Uíge. Entre as suas peças de referência despontam, entre outras, "Amor e ódio", "Dois Corações e uma História" "Cheque em Branco" "A Morte do Velho Nzuzi",

"Dói; Homens e um Destino" e "o Mulumbeiro e o Mijão".

3.12 Executivo deve tirar lições com petróleo e investir na agricultura

Jornal o País

17 De Julho de 2015

Os vendedores transferidos oficialmente na última sexta-feira, do mercado Bula Matadi, vulgo João de Almeida, na cidade do Lubango, reclamam da falta de segurança e de unidades bancárias, na localidade do Rio Nangombe, a 10 Quilómetros da urbe.

A reclamação foi feita por Salomão António, membro da Comissão de Vendedores do extinto mercado do João De Almeida, durante a cerimónia de inauguração da nova praça.

Para além da falta de segurança e de unidades bancárias, Salomão António aponta ainda a ausência de água potável. 'De maneira muito respeitosa, dirigimos o nosso apreço ao senhor comandante provincial da polícia nacional na Huíla, que leve mais uma vez a nossa segurança, com o aumento de mais polícia nesta localidade. O mercado está localizado numa área com um potencial aquífero considerável, pedimos que seja instalado um sistema de abastecimento de água', disse. O nosso interlocutor falou ainda da falta de muitos serviços em falta no referido mercado, tendo destacado a iluminação pública, balneários públicos, e a precariedade do troço que liga o centro da cidade e o mercado do Rio Namgombe.

O Governador Provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, garantiu que as dificuldades apresentadas pela comissão de vendedores do mercado do Rio Nangombe, serão ultrapassadas mediante a conjugação de esforço entre o governo e o sector privado. 'Ouvimos as vossas reclamações, e tornámos nota, vamos encontrar maneira de os solucionar, num esforço conjunto, entre o governo e o sector privado. Já estão em curso as obras de asfaltagem da estrada que liga o município do Lubango ao município da Bibala, é um projecto do Governo Central e que está a caminhar a bom ritmo. O caso de segurança também foi anotado pelo segundo comandante provincial da polícia, vamos também negociar com os nossos bancários no sentido de eles poderem instalar aqui as suas agências' garantiu

Por outro lado, João Marcelino Typinge lamentou o facto de muitos mercados que foram construídos com fundos públicos se encontrarem subaproveitados.

3.13 Fica proibida a circulação de moto táxis

Jornal De Angola

15 De Junho de 2015

Texto: Marcelino Dumbo

A circulação rodoviária em algumas ruas e avenidas da cidade do Huambo sofre restrições nos próximos tempos. A fim de evitar os contínuos acidentes e as mortes por desrespeito ao código de Estrada, a Comissão Executiva Provincial de Viação e Ordenamento do Trânsito do Huambo vai fazer melhoramentos.

As restrições à circulação na cidade do Huambo abrangem as avenidas da Independência e Dangereux, onde ocorrem mais da metade dos acidentes da urbe. O director de Viação e Trânsito do Comando Provincial da Polícia Nacional, superintendente Porfírio Ekuikui, disse à reportagem do Jornal de Angola que os moto taxistas e os veículos com peso superior a 30 toneladas são os alvos principais das medidas disciplinadoras que vão alterar o tráfego automóvel nos próximos tempos.

A actuação do Governo Provincial tem como prioridade a regularização do trânsito de motociclos, a sinalização das vias da cidade, a remoção dos mercados junto das estradas nacionais e a inclusão dos conteúdos do Código de Estrada no currículo escolar, na disciplina de Educação Moral e Cívica.

A Associação dos Mototaxistas (Amotrang) foi chamada perus autoridades provinciais a colaborar na organização do tráfego rodoviário para reduzir a sinistralidade na cidade do Huambo e em toda a província.

Paragens obrigatórias e devidamente sinalizadas para os mototaxis vão ser construídas com vista a diminuir os embarços que as viaturas de duas rodas causam na circulação rodoviária.

Alterações no sistema de sinalização vertical e horizontal nas vias e a criação de parques de estacionamento fazem parte dos melhoramentos a executar pela Administração Municipal do Huambo. A remoção dos mercados informais de Benfica, Ferro e Cambiote, por se encontrarem junto de estradas nacionais e comprometerem a segurança dos viajantes e dos próprios negociantes, é uma medida a ser executada no curto prazo e que acautela os interesses dos vendedores.

A localização desses mercados informais viola o Código de Estrada e atenta contra a urbanização da

entrada da cidade, disse ao Jornal de Angola o director de Viação e Trânsito do Comando Provincial da Polícia Nacional. Porfírio Ekuikui acrescentou que a Comissão Provincial de Viação e Ordenamento do Trânsito considera urgente que a Direcção da Educação aceite a proposta de inserir as temáticas do Código de Estrada no currículo escolar.

Acidentes diminuíram

A cidade do Huambo registou nos últimos tempos uma redução. De cinco a seis acidentes de viação por dia, uma média que tende a baixar com o aumento das operações dos agentes reguladores de trânsito e das campanhas de educação rodoviária, revelam dados do Comando Provincial da Polícia Nacional.

Apesar da redução do número de acidentes, o superintendente Porfírio Ekuikui considera que as restrições na circulação de moto taxistas nas principais avenidas da cidade tendem a diminuir a sinistralidade rodoviária. Estas medidas, as melhorias no asfalto, iluminação pública e sinalização vão tornar as vias rodoviárias da cidade Huambo mais seguras, disse Porfírio Ekuikui.

A falta de prudência dos condutores, o mau estado técnico de muitas viaturas, a condução sob o efeito de álcool, excesso de velocidade, a fraca iluminação pública, a pouca sinalização e a degradação das vias são apontadas como as principais causas de acidentes na cidade.

Associação dos moto taxistas

As restrições à circulação de motorizadas, embora possam ser mal interpretadas pelos associados, trazem grandes benefícios aos cidadãos, referiu à reportagem do Jornal de Angola o delegado regional do centro e sul da Associação dos Mototaxistas, Frederico Fernando. "Tudo é difícil no início, como uma nova lei nos parece dura no começo." Estão identificadas 179 paragens actuais para mototáxis na cidade do Huambo, número que tende a aumentar com o surgimento de novas unidades comerciais junto das principais ruas e avenidas, acrescentou Frederico Fernando. A Associação dos Mototaxistas propõe a criação de 64 a 75 paragens em toda a cidade, devidamente assinaladas e numeradas. Os associados da associação usam capacetes numerados, para se distinguirem dos demais moto taxistas. A criação de paragens é feita por sectores, como Nzaji, Cacilhas, Xavier Samacau, Vilinga e Bandeira, para permitir a organização e controlo dos próprios associados no caso de acidentes, roubo de motorizadas e outras ocorrências. De Janeiro de 2014 a Março de 2015, registaram-se 8.518 acidentes com motociclistas.

Para reduzir o número de desastres, a direcção da Associação dos Mototaxistas efectua campanhas de sensibilização para os associados aderirem às escolas de condução e se habilitem ao exercício de condução.

Este trabalho permitiu a formação de três mil motociclistas, entre os quais 24 sobas das ombalas, que receberam a carta e licença de condução, depois de frequentarem aulas teóricas, ministradas em português e umbundu, aulas práticas de condução.

A direcção centro e sul da Associação dos Mototaxistas coordena as províncias do Huambo, Bié, Cuanza Sul, Benguela e Cuando Cubango. A associação tem 17.546 associados cadastrados na província do Huambo, mas as estimativas apontam para a existência de 30 mil motoqueiros só na capital da província.

Os melhoramentos na circulação rodoviária da cidade do Huambo surge em boa hora. Urbe que sara as feridas de prolongadas guerras aposta hoje no desenvolvimento sustentável e no bem-estar e na segurança da população. Os moto táxis tas devem ter consciência de que o meio de que dispõem para prestar um serviço público não pode ser também um equipamento de destruição e morte na via pública.

3.14 Aberto Mercado Municipal do Lubango

Jornal De Angola

14 De Julho de 2015

Texto: Arão Martins

Os vendedores do mercado João de Almeida, nos arredores da cidade do Lubango, na província da Huíla, existente há 26 anos, contam, desde o fim-de-semana, com um novo espaço, com melhores condições e mais segurança, na zona do rio Nangombe, comuna da Quilemba.

Construído numa área de 61 hectares, o mercado, com três mil bancadas, tem um posto de polícia, câmaras de frio, balneários públicos, armazéns, áreas para os Bancos, zona de circulação e estacionamento de camiões, matadouro e estacionamento de táxis.

O empreendimento foi inaugurado pelo presidente da bancada parlamentar do MPLA e coordenador do grupo de acompanhamento do bureau político do Comité Central à província da Huíla, Virgílio de Fontes Pereira.

Em nome da comissão de vendedores do mercado, António Salomão reconheceu que o antigo mercado

João de Almeida não oferecia o mínimo de condições para se exercer a actividade comercial, daí a sua extinção.

Os vendedores estão satisfeitos com a transferência para o novo mercado, sobretudo por estar situado junto à estação dos Caminhos de Ferro de Moçâmedes, o que vai facilitar o transbordo dos produtos provenientes do campo, disse António Salomão.

"Estarmos satisfeitos com as condições que encontramos e esperamos conservar este bem público para podermos expor e comercializar os produtos. O que vimos aqui não tem nada a ver com o anterior mercado, onde não havia o mínimo de higiene para se praticar a actividade comercial", realçou António Salomão, que solicitou à administração do mercado que não permita que as pessoas comercializem a retalho os produtos fora das bancadas ou fora do mercado.

A asfaldagem do troço rodoviário entre o Bairro da Mitcha e o Rio Nduva, a iluminação da via que liga o centro da cidade ao mercado, mais quartos de banho públicos no novo espaço e uma creche para os filhos dos vendedores foram solicitados pelos vendedores do novo mercado municipal.

O administrador municipal do Lubango, Francisco Barros, disse que os vendedores estão informados e sensibilizados sobre o encerramento do antigo mercado, local onde agora são efectuadas obras para escolas e hospitais.

O processo de transferência começou no sábado, decorre sem sobressaltos e abrange todos os vendedores cadastrados e há ainda uma área de expansão, explicou Francisco Barros. O governador da Huíla, João Marcelino Tyipinge, pediu aos vendedores para conservarem as infra-estruturas colocadas à disposição.

O comportamento de alguns vendedores que, depois de o Governo construir mercados com melhores condições, abandonam estes locais sem justificação, foi criticado pelo governador provincial, que citou como exemplos os mercados dos Nambambi e da Lage.

3.15 Produtos que não ajudam a economia da província

Novo Jornal

10 De Julho de 2015

SE NO SECTOR comercial a situação é preocupante, a exploração da madeira pouco ou nada

ajuda ao desenvolvimento da província mesmo tratando-se de uma região rica.

"A madeira é saqueada de uma forma desenfreada", queixa-se o empresário deste ramo António Gombo.

Abordado pelo Novo Jornal à margem do quinto fórum de oportunidades de negócio que ocorreu na cidade do Uíge, Gombo pede a intervenção por parte do Governo a fim de se pôr cobro à situação.

"O corte selectivo de um pequeno número de espécies de árvores pelos empresários florestais e a não especialização das empresas do sector pode ocasionar a sua extinção", queixaram-se os participantes ao encontro.

Os conferencistas concluíram ser necessária a criação de condições e incentivos para a construção de entrepostos de comercialização da madeira, evitando o enorme prejuízo à economia local e a aceleração da degradação das infra-estruturas rodoviárias, que propicia o aumento da sinistralidade rodoviária na região.

Pediram ao governo da província e ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural que reflectam e analisem conjuntamente a legislação sobre a matéria e as condições técnicas para o relançamento do café e que a partir do próximo ano se proíba a saída massiva de madeira da província.

Os participantes ao fórum de oportunidades de negócios exigiram ao Governo e às empresas privadas existentes na região a criação de condições para o fomento e arranque de centros de formação profissional em diversas especialidades florestais e a engajar a juventude em tarefas úteis.

O comunicado refere ainda que nos próximos Fóruns sobre o café o Ministério da Agricultura possa apresentar um estudo exaustivo sobre a situação do café a nível nacional, balanceando o grau do cumprimento dos planos sobre a matéria apontados pelo governo para 2013/2017.

3.16 Ambulantes contam com novo mercado

Jornal De Angola

23 De Julho de 2015

Texto: Estanislau Costa

Mais de 300 vendedores ambulantes estão a ser transferidos da sede municipal do Quipungo para o novo mercado local, com 160 bancadas, construído por iniciativa do Governo Provincial da Huíla para

conferir mais segurança e comodidade aos negociantes e clientes.

A administradora de Quipungo, Cândida Ukali, disse ontem, ao Jornal de Angola, que a construção do mercado faz parte do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, que já permitiu a criação de estruturas idênticas em localidades dos municípios da Chibia, Jamba, Lubango e Huinpata.

Com a construção do mercado, o governo provincial pretende facilitar o escoamento dos produtos agrícolas para os grandes centros de consumo da Huíla e arredores.

A construção de armazéns comunitários e de mercados, bem como a execução do Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (Papagro), além de contribuir para o aproveitamento de bens agrícolas e pecuários, serve de incentivo para os agricultores aumentarem as suas áreas de cultivo.

Na localidade do Quilómetro 40, arredores do Lubango, as autoridades criaram um centro para a aquisição de feijão, mandioca, batata rena e doce, e frutas, que já deram uma receita de 89 milhões de kwanzas aos agricultores.

Satisfeita, a vendedora Cristina Oliveira disse ao Jornal de Angola que a partir de agora está ultrapassado o perigo a que estavam sujeitas próximo da Estrada Nacional 250. "Os carros passam aqui com muita velocidade e já houve vários desaires", referiu, elogiando a construção do novo mercado.

Cristina Oliveira referiu que com a colocação de bancadas, implantação da área de conservação de produtos e sistema de saneamento básico, a comercialização no município de Quipungo é agora feita em melhores condições higiénicas.

Quem partilha da mesma opinião é o comerciante de gado bovino, caprino e suíno, Jamba Francisco, que valoriza a nova infra-estrutura de impacto social. Ele apelou aos utilizadores do novo mercado a participarem na gestão do imóvel e contribuírem para as receitas do Estado.

Por sua vez, o governador da Huíla, João Marcelino Tyipinge, apelou aos vendedores a cuidarem do mercado e recordou que um significativo número de famílias na província dedica-se ao comércio de produtos agrícolas, mantendo um dinâmico elo de ligação entre o campo e a cidade.

"Isso motiva a execução de projectos que visam melhorar as condições da actividade agrícola nas

comunidades", acrescentou o governador da Huíla, João Marcelino Tyipinge.

3.17 Responsável denúncia abate clandestino de animais para o consumo

Jornal A República
24 De Julho de 2015

Em declarações, o responsável manifestou-se preocupado com o facto, já que, segundo ele, após o abate destes animais, alguns dos quais com doenças contagiosas, a carne é vendida nos mercados da região. Jorge Almeida informou que a província possui apenas, oficialmente, dois locais de abate de animais para consumo, onde são minorados alguns aspectos de higiene e sanidade, uma vez que os mesmos também não possuem tecnologia exigida para um matadouro decente.

Disse que maior parte dos matadouros clandestinos, que poderão ser encerrados ainda este ano, funcionam nos municípios da Caála, Longonjo e Ucuma, lamentando o facto de os consumidores insistirem em comprar carne em locais não oficiais. Informou que o departamento de Veterinária está a trabalhar no sentido de contrapor esta situação e evitar a existência de locais de abate de animais sem o controlo veterinário, além de estar em execução um plano de choque para combater o abate de animais e venda de carne em locais inapropriados.

"A população deve ter o máximo cuidado na compra de carne nos mercados paralelos, com vista a evitar doenças provenientes dos animais abatidos em locais clandestinos sem qualquer condição de higiene e controlo veterinário, sobretudo a tuberculose intestinal, a ganglionar e bronco-pneumonia", avisou.

Informou que em Junho foram abatidos nos dois locais oficiais 403 bois, 403 cabritos e um porco.

Ainda no mês em referência, o serviço de veterinária da província do Huambo inspeccionou, segundo o seu responsável, 365 toneladas de peixe congelado, 20 de peixe seco, 450 de frango em partes, 78 de frango, 116 de galinhas congeladas, 27 de coxas de frango, 10 de fígado de porco, 50 de salsichas, 10 de fígado de bovino, sete de leite em pó, entre outros. Quanto à produção avícola, disse que a província conta com 174 mil galinhas em aviário de produção de ovos, no município do Huambo, e 297 mil, no município da Chicala-Cholohanga.

Jorge Almeida admitiu haver um grande interesse dos cidadãos em criarem aviários de produção de ovos, a julgar pelas solicitações de legalização que o departamento de veterinária tem estado a receber.

3.18 Direitos do consumidor

Novo Jornal

17 De Julho de 2015

Texto: Eduardo Gito Ernesto Gouveia,

Faustino Diogo e Yolanda Pacavira

A reforçar esta posição constitucional está a lei de defesa do consumidor 15/03 de 22 de Junho que define a relação jurídica que se estabelece entre cliente e fornecedor de determinado bem ou serviço.

Mas infelizmente, a realidade tem sido outra. Muitos são os casos onde os consumidores são desrespeitados com violações flagrantes dos seus direitos.

Sectores como comércio, restauração, banca, seguros, comunicações e clínicas estão na linha da frente entre os mais prevaricadores, segundo dados das instituições de defesa dos direitos dos consumidores.

Um dos casos mais recentes deu-se com um operador de serviço de televisão paga, que retirou da sua grelha de programação um canal que fazia parte do pacote pago pelos consumidores.

Situação que provocou descontentamento entre os clientes da referida operadora que se sentem "enganados" pela descontinuação do cumprimento do contrato estabelecido com a fornecedora do serviço.

Algumas informações dão conta de que há processos em curso, na tentativa dos consumidores lesados verem restituídos os seus direitos.

Contactado o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, não foram dadas respostas, uma vez que estas só seriam feitas após a entrega de uma carta a solicitar a de vida entrevista. Dada a urgência do assunto e a necessidade de esclarecer os leitores, muitos dos quais consumidores destes serviços, recorreremos a uma fonte ligada a esta instituição que revelou ter havido um encontro entre o INADEC e a Multi-choice, na perspectiva de esclarecer o que se passa em torno deste episódio e que medidas podem ser tomadas.

A mesma fonte não avançou mais dados relacionados com o encontro que revelou ter acontecido há poucos dias e não confirmou a existência de

processos a serem movidos contra a empresa prestadora de serviços de televisão.

Para a Associação angolana do direito do Consumidor, (AADIC) "tendo o consumidor celebrado um contrato de prestação de serviços de televisão por cabo ou por satélite, em que pagou o preço pelo pacote de que é parte o canal da Globo e, conseqüentemente por razões alheias à sua vontade se vê privado daquele canal, remete-nos para uma situação de falta de conformidade ou incumprimento do contrato, pondo em causa o direito à protecção dos interesses económicos do consumidor (artigo 15.0 da Lei de Defesa do Consumidor), o direito à prestação de serviços com qualidade (artigo 5.0 da mesma lei), sendo, por isso, o fornecedor desses serviços, no caso a Multichoice, responsável, independentemente de culpa, pelos danos que vier a causar ao, nos termos do n.º 2 do artigo 10.0 da Lei de Defesa do Consumidor, reservando-se o consumidor ao direito de rescindir o contrato".

Abel Nduli, técnico em serviço naquela associação, realça ainda que para o caso em apreço, diga-se, a saída da Globo dos pacotes dos demais prestadores de serviços de televisão por cabo ou satélite pode o consumidor exigir a restituição imediata do valor pago ou a redução proporcional do preço, nos termos do n.º 1, alíneas a) e b), do artigo 12.0 da Lei de Defesa do Consumidor.

O membro da AADIC considera que assuntos relacionados com os direitos do consumidor começam a suscitar o interesse da sociedade angolana, havendo indícios de que os cidadãos querem passar a assumir a sua defesa. Acrescenta ainda que é inegável que as relações de consumo são das mais importantes nas sociedades modernas, fazendo com que os Estados adoptem leis e regulamentos de tutela de direitos do consumidor, procurando, por via do Direito, a justiça na relação entre o consumidor e o fornecedor, assegurando, deste modo, o necessário equilíbrio entre as partes, com particular atenção para a protecção do consumidor, dada a sua vulnerabilidade nestas relações.

3.19 A crise nas Classes Baixas

Jornal A Capital

18 De Julho 2015

Texto: Manuel Alberto

Coragem! É só orar. Esta é a frase mais comum ouvida nos mais diversos círculos de intercâmbio

quer juvenis ou adultos, quando o assunto for "o impacto da situação financeira no seio das famílias". E, quanto mais não seja, uma pergunta que não se cala: "como sobreviver à esta crise financeira?"

A primeira consequência é que já é grande o número de crianças e adolescentes impedidas de continuarem os estudos, uma vez que seus tutores, pais ou encarregados, estão limitados de pagar as propinas.

'A seguir segue-se o elevado custo dos produtos alimentares de primeira necessidade, que a cada dia disparam no mercado, não apenas no informal. Para piorar o quadro, dezenas de cidadãos, pais e mães de famílias, vão perdendo os seus empregos, vítimas dos sequentes despedimentos perpetrados pelos empregadores, eles, também, amarrados com a falaciosa falta de recursos financeiros e não só.

A fotografia da realidade vigente é bem pior que tudo isto, e começa a ser completamente preocupante, ante as fortes tendências de agravar, já que cada vez mais pessoas perdem o poder de compra, principalmente aquelas que, já tinham um poder económico muito baixo.

Ao contrário de 2009, este é um ano em que as coisas parecem mais difíceis e de extrema dificuldade para as famílias.

Por exemplo, Marcelino Mateus Francisco, 35 anos, funcionário público, em declarações ao A Capital, disse que atravessa uma fase de autêntica insatisfação, originada pela crise financeira que lesou os cofres da empresa para a qual trabalha.

Como consequência, há seis meses ele não recebe os seus ordenados, o que tem repercussões directas na vida familiar.

"A situação que vivo é mesmo caótica. Tende, a cada dia que passa, a inclinar-se mais para o pior", descreveu, observando que a falta de dinheiro provocou um clima de instabilidade emocional no lar, uma vez que até a situação do colégio dos filhos ressentiu.

"Devia quatro meses de propina. Sem recursos, tinham que abandonar os estudos", ilustrou Marcelino Francisco, motorista de profissão, que, no entanto, tem feito das tripas o coração para acudir, ao menos, a fome dos filhos. É assim que, em vez de ficar "a ver navios", decidiu montar uma bancada para chamadas telefónicas no mercado do bairro.

"Essa foi a forma que achei para contornar a situação que está difícil. Apesar de não ser muito o que arrecado, já tem ajudado para aguentar a casa,

com o pequeno-almoço e às vezes o jantar", motivou-se.

E, não é tudo. Outrossim é que, até mesmo na casa de renda onde vive com a família, já está com os dias contados.

"Estou com dívida de dois meses. Não sei como fazer para resolver esse problema", lastimou.

Nas mesmas condições que Francisco está o Tadinho do Amara! Pai de seis filhos, descreve como tem subsistido ao calvário da crise financeira.

"Nem mesmo dinheiro para comprar um pacote de sumo para os filhos, tenho. A geleira está às moscas", acentuou, notando que se trata de algo que noutros tempos nunca aconteceu.

"Estou há seis meses sem salário. De rastos, praticamente. É um momento muito duro", exteriorizou, para mais adiante dizer que tanto os filhos como ele encontram-se fora do sistema escolar por causa da crise financeira.

"Interrompi o ano pelos mesmos motivos", deplorou, acrescentando que as refeições em casa mudaram drasticamente, sendo que, por vezes só em dias milagrosos, conseguem ter duas refeições.

Viu no negócio das chamadas telefónicas o meio mais rápido para remediar.

"Estamos no mercado com dois Telas só para aguentar o momento", realçou.

"A necessidade obriga. Estou a precisar de um emprego urgente para tirar família desse sufoco", clamou.

Igual a inúmeras outras, a família do velho Gonçalves José Domingos, 64 anos, ex-militar padece tanto como nunca antes. Com perda parcial da audição e, como se não bastasse, deficiente da perna direita, ganha o seu pão concertando sapatos num mercado situado no município do Cazenga. Segundo ele, há muito que vinha enfrentado fases difíceis, a crise só veio piorar a situação.

"O sofrimento está irreparável. As coisas estão difíceis. Não estamos a passar bem", afirmou o "idoso sapateiro, que, entretanto, nos últimos dias está a perder a clientela.

"Quase que não aparece. Até agora, passam das 12hoos, nem 100 kwanzas ainda tenho", exemplificou o velho Domingos.

3.20 Comércio Angolano de Gatas Ante o Poder do Dinheiro Libanês

Jornal A Capital

20 De Julho de 2015

Texto: Pedro Paulo Pinto

As dificuldades de acesso a divisas têm as suas consequências devidamente marcadas em boa parte das grandes superfícies que, há alguns anos, ajudam a diversificar o comércio no País. Quem, nos últimos dias, deslocou-se a uma das lojas da rede de supermercados Kero, por exemplo, deparou-se, certamente, com esta realidade: prateleiras mais vazias que o habitual, denunciando a escassez de vários produtos que, antes, faziam a delícia dos consumidores.

O fenómeno não atingiu apenas as lojas da rede Kero. Outras, de igual ou menor dimensão, enfrentam o mesmo problema, algumas, inclusive, confrontando-se com uma reduzida oferta de produtos de primeira necessidade. Mas há, em tudo isso, um dado deveras curioso. Se aqueles que se abastecem de víveres nas grandes superfícies comerciais estão a confrontar-se com a escassez de produtos, outra classe de consumidores parece não sentir tais efeitos. São os cidadãos de menor renda, aqueles que recorrem, essencialmente às cantinas, onde, ao contrário dos supermercados, a crise não está a levar a uma escassez de produtos nas respectivas prateleiras.

Está-se, pois, perante um verdadeiro paradoxo. Gigantescas infra-estruturas comerciais, contabilisticamente e tecnicamente melhor organizadas, enfrentam dificuldades para satisfazer as necessidades dos seus clientes, enquanto estabelecimentos precários, aparentemente sem contabilidade e mão-de-obra especializada, funcionam como se cobertas por um manto impermeável às convulsões económicas angolanas.

O Ministério do Comércio, em Angola, enquadra as cantinas na classe de estabelecimento retalhista. Mas dada a precariedade do serviço que prestam e pelo facto de muitas delas funcionarem na ilegalidade, as cantinas estão, por outro lado, agrupadas na subclasse de venda ambulante, portanto, no comércio formal. Os dados oficiais apontam para a existência de pelo menos 80 mil estabelecimentos comerciais no País. Desses apenas três quartos são legais. Ou seja, existem, pelo menos, 20 mil estabelecimentos comerciais, virados

essencialmente para a venda retalho, a funcionar à margem da lei.

Assim a olho nú, este número pode ter um significado menor. Mas vistas as coisas com profundidade, ele se agiganta. Demonstra como as autoridades estão a falhar, de forma grosseira, nos seus planos de modernização da rede comercial angolana e, por conseguinte, de diminuição da carga informal na economia angolana. Ao contrário do que as quatro paredes em que se instalam as cantinas podem sugerir, o comércio informal tende a manter-se "vivinho da Silva" sustentando-se, hoje por hoje, nestes pequenos e precários estabelecimentos.

Ou seja, quando, em 2010, o mercado do Roque Santeiro, então núcleo da economia informal de Angola, foi encerrado, as expectativas mais optimistas apontavam para o facto de as autoridades estarem, na altura, a vencer a guerra contra o comércio. Ledo engano. Embora tenha deixado de existir fisicamente, do ponto de vista conceptual aquela estrutura continua.

Como uma célula que se multiplica, o Roque Santeiro da actualidade é constituído por um conjunto de mercados e cantinas espalhadas em cada canto, em cada esquinas das capitais de províncias angolanas, obedecendo, no fundo, a voz de comando e a filosofia originais.

Facilmente se constata que a mesma rede que, no passado, abastecia o lucrativo mercado Roque Santeiro, hoje continua a encher as prateleiras das cantinas, as bermas das principais avenidas e os mercados de esquina, embora recorrendo a métodos algo mais apurados. Não só é responsável por abastecer as cantinas como, ainda, inunda as ruas de Luanda com vendedores ambulantes, repartindo em mil pedaços o corpo único que, no passado, constituiu o gigantesco Roque Santeiro.

As referências a essas redes, bem como aos seus efeitos nocivos para a economia angolana não são, de todo, inéditas.

Foram, inclusive, feitas ao mais alto nível. Antes mesmo de se decidir desencadear uma guerra contra o Roque Santeiro e, depois, lançar um ataque cerrado ao comércio informal, o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, chamou a atenção da sociedade para esse fenómeno. Referiu-se, concretamente, a um conjunto de "três ou quatro" grandes grupos empresariais que, controlados por cidadãos estrangeiros, já o minavam na altura o comércio grossista e manipulavam os preços dos produtos essenciais de consumo, claro, importados.

O quadro, de facto, não mudou. Esses grupos empresariais que, embora tenham sido citados pelo Presidente da República são deveras conhecidos, continuam mais fortes que nunca. Não só dominaram o comércio grossista como, ainda, controlam a maior parte do comércio retalhista, através de cantinas e de outras estruturas que vão abrindo aqui e acolá. Nomes como Golfrate, Atlas Group, Arosfram e Angoalissar estão na mente da maioria dos angolanos, mesmo quando metamorfoseados em outras designações empresariais, todavia com o mesmo objecto social.

Dois dos aspectos citados pelo Presidente José Eduardo dos Santos no referido discurso ganham, agora, especial força. Ainda em 2004, falou da manipulação de preços, feita por esses empresários, mas aludiu, sobretudo, às dificuldades que causavam à gestão macroeconómica do seu Governo. E mais: referiu-se a "lucros fabulosos" que tais grupos obtinham e, como consequência, queixou-se de "sangria constate de divisas da nossa economia".

Subornos e tráficos de influência

Onze anos depois, e não obstante todos os programas económicos criados e investimentos feitos numa tentativa de mudança do quadro, o facto é que o fenómeno continua. Os "lucros fabulosos" desses empresários continuam a fazer-se sentir, os preços dos produtos essenciais de consumo ainda são manipulados e a "sangria de divisas" fez-se sentir, mais uma vez, nos últimos tempos.

Vai-se destapando o véu sobre o rosto de uma classe empresarial, constituída por cidadãos oriundos essencialmente do Líbano, que através de práticas ilegais e de uma rede de influências sustentada por elevados subornos, consegue transformar programas governamentais em autênticas piadas e deixar os angolanos, a todos os níveis, de gatas.

E essa rede de subornos é muito mais abrangente do que se pode imaginar, envolvendo desde autoridades migratórias, para facilitar a entrada ao país de cidadãos do leste de África para se ocuparem da operacionalidade das cantinas, mantendo, inclusive, tentáculos em instituições financeiras, para acesso fácil às divisas, e policiais, para conseguirem fugir das barreiras anti invasão de capitais.

Um esquema, que aparenta ser arcaico, é, no fundo, um complexo sistema económico paralelo que subsiste, mesmo, à margem do sistema bancário comercial. Uma cantina, com um volume de vendas de 200 mil kwanzas diários, pode parecer um pequeno negócio.

Mas já um conjunto de 20 mil cantinas com o mesmo índice de transacção corresponde, claramente, a um grande negócio. A complexidade está no facto de a gritante maioria não usar, sequer, uma conta bancária, pelo que os valores arrecadados teriam de ser depositados nalguma caixa forte ao serviço de uma economia paralela.

Eixo do mal

Projectos como o Presild deram um alento a quem se preocupa com essas questões. Mas, logo se revelaram nados mortos, como são, ademais, provas a situação decadente das lojas criadas sob o seu âmbito. As 'Lojas Poupa Lá' deixaram de existir, e as poucas que subsistem, mesmo sob outra designação, fazem-no envoltas em mares de dificuldades. Um pouco mais desafogadas parecem estar algumas lojas da 'Rede Nosso Super', mas ainda assim em situação de agonia, manifestamente incapazes de ombrear com os armazéns de libaneses, tão pouco com as "minúsculas" cantinas.

E o que dizer do Entreposto Aduaneiro? Milhões de dólares foram gastos na tentativa de conferir a dignidade necessária ao sistema comercial angolano, mas em muito poucos casos houve um resultado positivo. Em melhor situação se posicionam, todavia, as iniciativas privadas que resultaram na implementação de projectos como a rede de supermercados Kero e de outras marcas que, timidamente, procuram afirmar-se no mercado. Todavia, ainda em número inferior para contrapor ao poderio libanês.

Perspectivas iguais estão, agora, a ser seguidas pela nova direcção do Ministério do Comércio, consistindo, basicamente, em alterações cosméticas a projectos já antes implementados com nomes diferentes. 'Paparocas' e outros quantos nomes, digamos, pitorescos, assume-se como o rosto visível de um fracasso pré-anunciado na luta contra os comerciantes do eixo do mal, ou seja, os barões da máfia da comida.

Quem mantém alguma intimidade com o sistema que garante a subsistência das cantinas não tem dúvidas: o dinheiro que elas produzem contribui, em grande medida, para financiar uma rede de subornos que culmina com a evasão de quantias milionárias de divisas.

Desde a forma como esse dinheiro é retirado das cantinas para uma espécie de centro de controlo, o seu percurso obedece a uma tramitação baseada em métodos cautelosos, cujo principal objectivo é, mesmo, manter o controlo sobre a maioria da massa

monetária
em circulação.

E é, justamente, com todo esse dinheiro acumulado que os donos ocultos destes pequenos negócios concorrem nos leilões organizados, semanalmente, pelo Banco Nacional de Angola (BNA) para a venda de divisas. Com essas jogadas, esses grandes grupos empresariais, aqueles sobre os quais o Presidente da República se queixara anos atrás, consegue ficar com a maior parte das divisas disponibilizadas no mercado, prejudicando, assim, em grande medida até mesmo os bancos comerciais e as casas de câmbio.

Esses mesmos dólares, adquiridos a preços baixos nos leilões de divisas, são depois lançados no mercado informal já a preços mais baixos, permitindo, a quem assim proceda a obtenção de lucros para serem, então, outra vez aplicados na compra de divisas. Essas saem, como acima já foi referido, do controlo das autoridades através das fronteiras terrestres.

Nem a palavra do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, teve força suficiente para travar a influência desse quarteto de empresas libanesas. É verdade que, depois do seu discurso no Namibe, as autoridades desdobraram-se em iniciativas, programas e mesmo "negociatas" numa tentativa vã de alterar o quadro. Este não apenas continua pintado com as mesmas cores como, a cada sinal de turbulência económica internacional, lá estão os libaneses a dar o ar da sua graça, tal é o estado de dependência, face ao seu poderio, do sistema comercial angolano.

4. OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Balanço orçamental do primeiro trimestre aprovado com registo de um superáвите

Jornal Economia e Finanças
24 De Julho de 2015

O balanço orçamental do primeiro trimestre tem um saldo positivo de mais de 252 mil milhões de kwanzas. Estas entradas resultam de receitas arrecadadas num valor um pouco acima de 925 mil milhões que correspondem a 17 por cento do previsto. A despesa realizada foi de 672,9 mil milhões, equivalentes a 12 por cento da despesa orçamentada.

De acordo com o secretário de Estado do Tesouro, Leonel da Silva, que falava na apresentação do relatório às comissões de especialidades da Assembleia Nacional, a receita petrolífera cifrou-se em 384,6 mil milhões de kwanzas, representando um grau de execução de 38 por cento e uma contribuição de 42 em relação à receita total prevista para o período.

Leonel da Silva, que representou o ministro Armando Manuel, referiu, deste modo, que o balanço orçamental do primeiro trimestre teve um saldo superavitário de cerca de duzentos e cinquenta milhões de kwanzas.

As outras receitas tributárias caracterizaram-se, fundamentalmente, pela receita do imposto industrial, consumo, receitas de importação, taxas e emolumentos diversos na ordem de 352,1 mil milhões com um nível de realização de 26 por cento.

O balanço orçamental é a demonstração contabilística pública que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentais, comparando as parcelas previstas e fixadas com as executadas.

O documento deve ser remetido depois disso para o plenário da Assembleia Nacional que deverá, na generalidade, apreciar as principais incidências das contas trimestrais.

Analistas de mercado admitem mesmo que apesar de um ambiente difícil, as contas devem manter as perspectivas iniciais lançadas pelo Executivo. A queda dos preços do petróleo, principal produto das exportações angolanas, continua a ser um factor de desequilíbrio, o que levou a uma revisão inicial do OGE. Contudo, os pronunciamentos do Governo apontam para a normal continuidade dos projectos estruturantes em curso.

As primeira e a quinta comissões de trabalho da Assembleia Nacional, nomeadamente Assuntos Constitucionais e Jurídicos e Economia e Finanças.

4.2 Execução do OGE 2015 com saldo superavit de 250 milhões de kwanzas

Jornal Semanário Económico

30 De Julho de 2015

Texto: Hélder Caculo

Durante O primeiro trimestre do presente exercício económico, o Estado angolano arrecadou receitas no valor de 925.097 milhões de kwanzas, correspondendo a 17% das receitas previstas, e teve despesas calculadas em 672.908 milhões de kwanzas, que representam 12% da despesa orçamentada. Estas cifras resultaram num saldo orçamental positivo, na ordem dos 252 milhões de kwanzas.

A informação foi avançada, recentemente, durante a sessão da 10ª Reunião Plenária Ordinária, no Palácio dos Congressos' pelo secretário de Estado do Tesouro, Leonel Da Silva, quando apresentava aos deputados, o Relatório de Execução Orçamental, referente ao primeiro trimestre de 2015.0 documento aprovado pela Assembleia Nacional, na generalidade durante a semana passada, apresenta o balanço do primeiro trimestre do exercício financeiro de 2015, apresenta dados sobre a execução do OGE, incluindo os balanços orçamental, financeiro, patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais.

O grau de execução das receitas correntes, segundo o documento apresentado pelo secretário de Estado do Tesouro, situou -se dentro do programado, e atendeu aos níveis de realização, com particular destaque para a receita petrolífera com uma arrecadação acima dos 300 milhões de kwanzas, correspondendo a um grau de realização de 38%.

Em relação às receitas de capital, os financiamentos totalizaram 169.391 milhões de kwanzas, essencialmente constituídas por captações de créditos mobiliário no mercado interno.

Os créditos externos foram caracterizados por desembolsos que afectaram a execução orçamental de 2014, apresentando apenas o fluxo financeiro em 2015 para acomodação de despesas de 2014.

O documento detalha ainda as despesas-correntes em termos de execução, com destaque para os gastos com pessoal, subsídios e outras transferências num montante acima dos 300 e 136 milhões de kwanzas, respectivamente.

O relatório de execução salienta ainda que o Estado continua a aplicar esforços, no âmbito do enquadramento de postos de trabalho, sendo que em 2015, a despesa com pessoal foi superior em relação á 2014, em 16 pontos percentuais.

No que toca às Despesas de Capital, maior ênfase para as despesas com Investimentos com 62.919 milhões que representam 10% de execução, seguindo-se as Transferências de Capital com 1.707 milhões de kwanzas, representando uma execução de 3º10, em relação ao valor previsto.

A proposta de revisão do OGE para 2015 efectuou corte de 44,3 por cento no sector Económico' tendo a Defesa, Segurança e Ordem Pública recebidos menos 17,2 por cento e os Serviços Públicos Gerais menos 35,8 por cento.

O documento definiu que a previsão da cotação do barril de cru de para exportação, necessária para a estimativa das receitas fiscais, descesse de USD 81 para USD40.

Na revisão do OGE 2015, a cotação estimada do barril de crude, considerada necessária para prever o encaixe financeiro e as despesas possíveis, foi reduzida de 80 para 40 dólares. Porém, há várias semanas que o barril de crude permanece acima dos 60 dólares no mercado internacional .

4.3 Estado perdeu 25 mil milhões Kz com empresas públicas em 2014

Jornal Expansão

24 De Julho de 2015

Texto: Osvaldo Manuel

Os resultados líquidos do Sector Empresarial Público (SEP) caíram cerca de 60% em 2014, face ao ano anterior, para cerca de 114,7 mil milhões Kz. Na origem da quebra, sobretudo, o recuo de quase 54% dos lucros do sector petrolífero, ou seja, da Sonangol, para cerca de 140 mil milhões Kz, gerado pelo 'trambolhão' do preço do petróleo.

De acordo com dados divulgados esta semana pelo Instituto do Sector Empresarial Público (ISEP), na cerimónia de homologação de contas das empresas públicas, o ano passado foi de má memória, também, para as companhias não petrolíferas, que, em grande parte, apresentaram prejuízos.

Resultado: excluindo o contributo da Sonangol, o SEP, que integra cerca de nove dezenas de empresas, das quais apenas 57 apresentaram contas à tutela relativas a 2014, teve prejuízos superiores a 24 mil milhões Kz (ver infografia nas páginas 4 e 5).

Em 2013, apesar de reduzidos, os resultados líquidos das empresas do sector não petrolífero tinham sido positivos, rondando os 4 mil milhões Kz, de acordo com as contas do Expansão baseadas em dados fornecidos pelo ISEP.

Mas, em 2014, o panorama degradou-se. O caso mais crítico foi nas empresas tuteladas pelo Ministério dos Transportes, que perderam mais de 16 mil milhões Kz. ENANA, Porto de Luanda, Porto do Amboim, CFB, CFM, CFL e TAAG são alguns exemplos de empresas sob a alçada do ministério liderado por Augusto da Silva Tomás - ainda que o ISEP não tenha divulgado contas individuais.

O sector das telecomunicações, com perdas a rondar os 9,1 mil milhões Kz, foi o segundo que mais

perdeu, seguindo-se as companhias tuteladas pelo Ministério da Energia e Águas, que tiveram prejuízos de cerca de 7,3 mil milhões Kz.

Comunicação Social, com perdas próximas de 3,3 mil milhões Kz (aqui estão empresas como a Angop, a TPA, Edições Novembro, RNA e a Gráfica Popular), Agricultura, com prejuízos de 2,1 mil milhões Kz (fazem parte deste 'universo, por exemplo, a Cafangol, a Gesterra ou a Sopir), Comércio (onde estão, nomeadamente, a EAA, o Nosso Super e o Poupalá), onde o resultado líquido foi negativo em 1,6 mil milhões, e Defesa, com resultados negativos de 1,4 mil milhões Kz, completam o 'leque' das que fecharam o ano no 'vermelho'

Pela positiva, destacam-se as empresas tuteladas pelos ministérios da Indústria, com lucros de 8,7 mil milhões, Finanças (7 mil milhões, o que inclui banca e seguros, com destaque para a ENSA), Geologia e Minas (cerca de mil milhões Kz). Com lucros residuais ficaram as empresas sob a alçada do Conselho de Ministros (caso da Imprensa Nacional), e ministérios da Economia, Segurança Social, e Pescas.

Oito empresas sem reservas nas contas

Em 2014, o ISEP homologou sem reservar as contas de oito empresas, uma melhoria face a 2013 e 2012, quando apenas três tinham tido esta' distinção. O número de empresas que prestaram contas quase estagnou, passando de 56 em 2013 para 57 no ano passado (ver infografia nas páginas 4 e 5). As empresas cujas contas foram homologadas sem reservas foram a Unicargas, Edições Novembro, ENAD, ENDE, BAD, Imprensa Nacional, EDEL e Angop.

O presidente do ISEP, Renda Inglês, destacou que 33 empresas públicas viram as contas homologadas, face a 32 em 2013, o que considerou ser apenas uma "subida ligeira de instituições preocupadas em apresentar os seus relatórios".

De acordo com o responsável, a homologação das contas de empresas públicas, feita pelo ministro da Economia, é sem reservas quando os documentos submetidos são "transparentes e explicam correctamente os fluxos de caixa". São consideradas contas homologadas com reservas aquelas que pecam por falta de informação contabilística ou apresentam dados confusos sobre a sua gestão financeira e patrimonial.

ISEP quer chegar a 2017 sem reservas nas contas Renda Inglês sublinhou que, no caso de empresas que apresentem contas com reservas por longos

períodos sem resolução, o ISEP vai realizar os trabalhos, no sentido de eliminar os problemas, porque "é um desafio chegar a 2017 com contas das empresas sem reservas".

"Vamos apoiar e trabalhar com as empresas com reservas, mas, se elas não conseguirem, vamos tomar o controlo e coordenar os trabalhos, porque o desafio é atingir o ano de 2017 com o exercício 2016/2017 com as contas sem reservas", explicou.

Entretanto, disse, o novo 'pacote' legislativo do SEP - que o Governo tinha prometido para este ano, mas que ainda não foi aprovado - tem como principal propósito "promover a transparência das contas". Quem não prestar contas "será punido", garante Renda Inglês, em entrevista ao Expansão (ver página6).

Já o ministro da Economia, Abrahão Gourgel, foi mais específico, reiterando uma 'promessa' feita em anos anteriores e prevista na nova legislação. Os conselhos de administração das empresas públicas que apresentarem resistência à melhoria da gestão das suas instituições ou que apresentarem contas com reservas reiteradas vezes poderão ser exonerados.

A exoneração, segundo o governante, constitui uma das consequências mais gravosas dos comportamentos dos gestores que não apresentem mudanças a fim de melhorar a sua administração. "Essas medidas são de 'choque', mas resultam de um processo pedagógico e só serão aplicadas caso não se registem mudanças", explicou

Gourgel reconheceu, contudo, que, embora existam empresas com contas com reservas, muitas têm-se esforçado por fazer o melhor, e as reservas, às vezes, estão relacionadas com factores alheios à sua vontade.

Empresas paralisadas serão extintas

O ministro adiantou ainda que as empresas públicas paralisadas e semi paralisadas "serão extintas" mas não indicou quando. De acordo com o governante, está em curso um processo para se analisar que empresas não têm sustentabilidade, constituindo apenas despesa para o Estado. Após esta análise, disse, serão extintas, mas as que forem de interesse público receberão financiamento do Estado.

Actualmente, o SEP inclui 91 empresas, entre activas, com actividade residual, em fase de desenvolvimento ou recuperação, em fase de arranque e paralisadas. As empresas com actividade residual são aquelas que estão paralisadas mas que geram receitas mediante o arrendamento do seu património imobiliário ou

empresas activas que operam abaixo da sua capacidade instalada.

Bens públicos devem ser bem geridos, diz KPMG

Ao Expansão, fonte oficial da KPMG explicou que a realização de auditorias às contas das empresas traz "maior transparência no reporte da situação patrimonial e financeira do Estado e dessa forma assegura que os recursos públicos estão a ser bem geridos".

No que diz respeito a empresas paralisadas, a fonte defende que, "caso não sejam susceptíveis de desenvolver uma actividade relevante para o Estado, deverá equacionar-se a sua dissolução e liquidação".

"Poderá também considerar-se a sua fusão noutras entidades, às quais o seu património possa ser útil para a prossecução de um fim de natureza pública", explica a fonte, que lembra que, noutros países, "a privatização de empresas públicas tem sido um dos mecanismos mais utilizados para diminuir a despesa pública".

O Expansão procurou ouvir outras empresas de auditoria que operam no País, como a Deloitte, a EY e a PwC, mas nenhuma respondeu em tempo útil.

4.4 Executivo faz um desembolso para saldar dívidas do OGE 2014

Jornal Economia e Finanças
31 De Julho de 2015

O Ministério das Finanças regularizou, recentemente, o pagamento de despesas relativas ao exercício de 2014, dos governos provinciais num valor total de mais de 28 mil milhões de kwanzas.

Destes valores, para as categorias de gastos em bens e serviços foi desembolsada a quantia de 13 mil milhões e em despesas de capital o valor de 15 mil milhões de kwanzas.

De acordo com um documento do Ministério das Finanças, O ministro Armando Manuel deu esta informação durante um encontro de cariz técnico-metodológico sobre a definição dos limites de despesa para a elaboração da proposta do OGE 2016 dos governos provinciais. O encontro ocorreu em Luanda e foi promovido pelo Ministério da Administração do Território (MAT).

"O momento em que nos encontramos exige uma gestão bastante criteriosa dos escassos recursos disponíveis. Os gestores públicos são por isso alertados a uma maior racionalidade das despesas,

não comprometendo a economia e os programas estabelecidos. Neste sentido, gostaríamos de tranquilizar os governos provinciais quanto à regularização, nos últimos dias, de todas as ordens de saque que a 31 de Dezembro de 2014 se encontravam pendentes em banco para pagamento", lê-se no documento.

Ao intervir na abertura do encontro, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa louvou a nova metodologia adoptada pelo Minfin por permitir que os governos provinciais possam participar de forma mais activa na elaboração do documento, cuja versão final é posteriormente submetida, pelo Titular do Poder Executivo, à Assembleia Nacional para discussão e aprovação. "Desta forma, o documento final reflecte melhor os anseios dos órgãos do poder local", disse.

Durante o encontro com os governadores das 18 províncias, houve, igualmente, uma informação prestada pelo ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Iob Graça, sobre os projectos que farão parte do programa de investimentos públicos (PIP). Por ora, o PIP 2016 dependerá da definição do quadro macroeconómico.

Dados, anteriormente, divulgados à imprensa avançam que o cumprimento dos programas de investimentos públicos (PIP) deste ano prosseguem, obedecendo a uma escala de importância das mesmas. É objectivo do Executivo não parar, apesar da reduzida capacidade financeira, mas permitir que obras como escolas, hospitais, escolas e postos de abastecimento de água e electricidade prossigam em primeiro plano.

4.5 Aquisições absorvem metade do OGE

Jornal de Angola

24 De Julho de 2015

Texto: Josina de Carvalho

A informação foi avançada pela técnica do SNCP Roberta Malaquias na mesa-redonda sobre "Como fazer negócios com o Estado a luz da lei da Contratação Pública", promovida pelo Ministério das Finanças e pela Associação Empresarial de Luanda no Fórum de Investimento 2015, realizado na Feira Internacional de Luanda (FILDA).

Roberta Malaquias acrescentou que a contratação pública constituiu, no ano passado, 31 por cento do Produto Interno Bruto em somas maioritariamente absorvidas por Luanda, com 59 por cento, e a Huíla, com oito por cento

A directora do Serviço Nacional de Contratação Pública, Rosaria Filipe, anunciou no encontro a revisão e a criação de diplomas legais para aperfeiçoar os procedimentos, simplificar e estimular a adopção de boas praticas nas aquisições do Estado.

Rosaria Filipe considerou que fazer negócios com o Estado a luz da Lei da Contratação Pública pressupõe relações contratuais assentes na segurança e na certeza jurídica, onde os fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviços são avaliados pela qualidade e capacidade de oferta e os níveis elevados de procura por parte do Estado. O rigor e a transparência, sublinhou, são os parâmetros da actuação do SNCP para supervisão e regulação do mercado da contratação pública.

A directora do Serviço Nacional de Contratação Publica assegurou que a Lei da Contratação Publica oferece garantias jurídicas que permitem aos fornecedores fazer valer os seus direitos e interesses legalmente protegidos. A Lei da Contratação Publica, acrescentou, também encara os fornecedores estrangeiros como verdadeiros parceiros estratégicos do Estado, atendendo a que a participação de entidades estrangeiras coloca o empresariado nacional na rota da competitividade internacional, em busca de valor acrescentado tendente a diversificação da economia nacional.

Para a directora do Serviço Nacional de Contratação Pública, a participação de entidades estrangeiras na contratação do Estado e também justificável pelos níveis elevados de procura e a insuficiente oferta do mercado nacional em determinados sectores da actividade económica, Rosaria Filipe definiu o Serviço Nacional de Contratação Publica como um verdadeiro parceiro dos fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviço interessados em estabelecer contratos com o Estado.

"Acreditamos que um melhor conhecimento das oportunidades e das regras em vigor vai permitir não só melhorar a qualidade das aquisições, como reduzir os custos indirectos que sobrecarregam os agentes do mercado da contratação publica", declarou.

Garantias aos empresários o presidente da Associação Empresarial de Luanda, Francisco Viana, defendeu a criação de fundos de garantia por parte do Estado, para beneficiar os empresários em caso de atraso dos pagamentos.

"A semelhança do que se pede aos empresários, o Estado deve também criar um fundo de garantia, para haver um equilíbrio", justificou, reconhecendo haver

também atrasos por parte dos empresários, na conclusão das empreitadas.

Francisco Viana informou que a Associação Empresarial de Luanda vai criar um observatório da contratação pública, em colaboração com o Ministério das Finanças, para apoiar os empresários na constituição dos processos para contratação pública.

4.6 Menos 85% de receitas

Novo Jornal

10 De Julho de 2015

As receitas do Estado angolano, acentuaram em Maio a quebra que se regista desde o início do ano, devido à crise da cotação do petróleo, reduzindo-se em cerca de 85 por cento, em termos homólogos. O relatório de execução orçamental do Ministério das Finanças indica que as receitas totais angolanas, de capital e correntes, cifraram-se à volta dos 60 mil milhões de kwanzas em Maio. No mesmo mês de 2014 - antes da crise da cotação internacional do barril de crude - essas receitas ultrapassaram os 400 mil milhões de kwanzas.

"Esta variação negativa foi resultado de uma diminuição nas receitas correntes e nas receitas de capital de 77% e de 97%, respectivamente", lê-se no documento, consultado pela Lusa. Trata-se de uma forte quebra também quando comparado com o mês de maior arrecadação de receita em 2015, Fevereiro, com os cerca de 350 mil milhões de kwanzas.

O mesmo documento de execução orçamental também reflecte um corte de 66% na despesa pública angolana no mês de Maio, face a 2014, cifrando-se em 200 mil milhões de kwanzas. Ou seja, só no mês de Maio, face a estes indicadores do Ministério das Finanças, as contas públicas angolanas apresentaram um défice - diferença entre as receitas e as despesas de pelo menos 140 mil milhões de kwanzas.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, anunciou no início deste mês um aumento da despesa pública no segundo semestre deste ano, depois dos cortes na revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) devido à crise da cotação internacional do petróleo.

De acordo com José Eduardo dos Santos, as receitas do Estado "aumentaram ligeiramente" até ao final do primeiro semestre, explicando esta melhoria com a subida das receitas dos sectores petrolífero e não-petrolífero, mas também com a aprovação de várias linhas de financiamento, levando a Comissão

Económica do Conselho de Ministros a um "reajuste" das medidas macroeconómicas.

"Apontou [a comissão] a possibilidade de um ligeiro aumento da despesa pública no segundo semestre, podendo-se assim apoiar mais as áreas da Saúde, Educação e outros sectores sociais, e canalizar mais recursos cambiais para a economia", disse José Eduardo dos Santos.

O peso da exportação do petróleo nas receitas fiscais angolanas cifrou-se em 2014 em cerca de 70%, mas deverá cair este ano para 36,5%, o que levou o Governo a rever o OGE em Março último, cortando um terço em todas as despesas públicas. Nessa revisão, a cotação estimada no barril de crude necessária para prever o encaixe financeiro e as despesas possíveis €, foi reduzida de 80 para 40 dólares. Contudo, há várias semanas que o barril de crude permanece acima dos 60 dólares no mercado internacional.

4.7 OGE 2015. Receitas caem 85% em Maio

Jornal Agora

10 De Julho de 2015

O relatório de execução orçamental do Ministério das Finanças indica que as receitas totais angolanas, de capital e correntes, se cifraram à volta dos 60 mil milhões de kwanzas (440 milhões de euros) em Maio. No mesmo mês de 2014, antes da crise da cotação internacional do barril de crude, ultrapassaram os 400 mil milhões de kwanzas (2,9 mil milhões de euros).

"Esta variação negativa foi resultado de uma diminuição nas receitas correntes e nas de capital de 77% e de 97%, respectivamente", lê-se no documento, consultado pela 'Lusa'. Trata-se de uma forte quebra, também quando comparado com o mês de maior arrecadação de receita em 2015, Fevereiro, com os cerca de 350 mil milhões de kwanzas (Z,5 mil milhões de euros).

O mesmo documento de execução orçamental reflecte, igualmente, sobre um corte de 66% na despesa pública angolana em Maio, face a 2014, cifrando-se em 200 mil milhões de kwanzas (1,4 mil milhões de euros), ou seja, só no referido, em função destes indicadores do Ministério das Finanças, as contas públicas angolanas apresentaram um défice - diferença entre as receitas e as despesas de pelo menos 140 mil milhões de kwanzas (1.030 milhões de euros).

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, anunciou, a 2 de Julho, um aumento da despesa pública no segundo semestre deste ano, depois dos cortes na revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE), devido à crise da cotação internacional do petróleo.

De acordo com o Chefe de Estado, as receitas do Estado "aumentaram ligeiramente" até ao final do primeiro semestre, explicando esta melhoria com a subida das dos sectores petrolífero e não-petrolífero, mas também com a aprovação de várias linhas de financiamento, levando a Comissão Económica do Conselho de Ministros a um 'reajuste' das medidas macro-económicas.

"Apontou [a comissão] a possibilidade de um ligeiro aumento da despesa pública no segundo semestre, podendo-se, assim, apoiar mais as áreas da Saúde, Educação e outros sectores sociais, bem como canalizar mais recursos cambiais para a economia", fez saber.

O peso da exportação do petróleo nas receitas fiscais angolanas cifrou-se em 2014 em cerca de 70%, mas deverá cair este ano para 36,5%, o que levou o Governo a rever o OGE em Março último, cortando um terço em todas as despesas públicas. Nessa revisão, a cotação estimada no barril de crude - necessária para prever o encaixe financeiro e as despesas possíveis, foi reduzida de 80 para 40 dólares. Em contrapartida, há várias semanas que o barril de crude permanece acima dos 60 dólares no mercado internacional.

4.8 Balanço orçamental do primeiro trimestre aprovado com registo de um superávit

Jornal Economia e Finanças
24 De Julho de 2015

O balanço orçamental do primeiro trimestre tem um saldo positivo de mais de 252 mil milhões de kwanzas. Estas entradas resultam de receitas arrecadadas num valor um pouco acima de 925 mil milhões que correspondem a 17 por cento do previsto. A despesa realizada foi de 672,9 mil milhões, equivalentes a 12 por cento da despesa orçamentada.

De acordo com o secretário de Estado do Tesouro, Leonel da Silva, que falava na apresentação do relatório às comissões de especialidades da Assembleia Nacional, a receita petrolífera cifrou-se em 384,6 mil milhões de kwanzas, representando um grau de execução de 38 por cento e uma contribuição

de 42 em relação à receita total prevista para o período.

Leonel da Silva, que representou o ministro Armando Manuel, referiu, deste modo, que o balanço orçamental do primeiro trimestre teve um saldo superavitário de cerca de duzentos e cinquenta milhões de kwanzas.

As outras receitas tributárias caracterizaram-se, fundamentalmente, pela receita do imposto industrial, consumo, receitas de importação, taxas e emolumentos diversos na ordem de 352,1 mil milhões com um nível de realização de 26 por cento.

O balanço orçamental é a demonstração contabilística pública que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentais, comparando as parcelas previstas e fixadas com as executadas.

O documento deve ser remetido depois disso para o plenário da Assembleia Nacional que deverá, na generalidade, apreciar as principais incidências das contas trimestrais.

Analistas de mercado admitem mesmo que apesar de um ambiente difícil, as contas devem manter as perspectivas iniciais lançadas pelo Executivo. A queda dos preços do petróleo, principal produto das exportações angolanas, continua a ser um factor de desequilíbrio, o que levou a uma revisão inicial do OGE. Contudo, os pronunciamentos do Governo apontam para a normal continuidade dos projectos estruturantes em curso.

A primeira e a quinta comissões de trabalho da Assembleia Nacional, nomeadamente Assuntos Constitucionais e Jurídicos e Economia e Finanças.

4.9 Estado perdeu 25 mil milhões Kz com empresas públicas em 2014

Jornal Expansão
24 De Julho de 2015
Texto: Osvaldo Manuel

Os resultados líquidos do Sector Empresarial Público (SEP) caíram cerca de 60% em 2014, face ao ano anterior, para cerca de 114,7 mil milhões Kz. Na origem da quebra, sobretudo, o recuo de quase 54% dos lucros do sector petrolífero, ou seja, da Sonangol, para cerca de 140 mil milhões Kz, gerado pelo 'trambolhão' do preço do petróleo.

De acordo com dados divulgados esta semana pelo Instituto do Sector Empresarial Público (ISEP), na

cerimónia de homologação de contas das empresas públicas, o ano passado foi de má memória, também, para as companhias não petrolíferas, que, em grande parte, apresentaram prejuízos.

Resultado: excluindo o contributo da Sonangol, o SEP, que integra cerca de nove dezenas de empresas, das quais apenas 57 apresentaram contas à tutela relativas a 2014, teve prejuízos superiores a 24 mil milhões Kz (ver infografia nas páginas 4 e 5).

Em 2013, apesar de reduzidos, os resultados líquidos das empresas do sector não petrolífero tinham sido positivos, rondando os 4 mil milhões Kz, de acordo com as contas do Expansão baseadas em dados fornecidos pelo ISEP.

Mas, em 2014, o panorama degradou-se. O caso mais crítico foi nas empresas tuteladas pelo Ministério dos Transportes, que perderam mais de 16 mil milhões Kz. ENANA, Porto de Luanda, Porto do Amboim, CFB, CFM, CFL e TAAG são alguns exemplos de empresas sob a alçada do ministério liderado por Augusto da Silva Tomás - ainda que o ISEP não tenha divulgado contas individuais.

O sector das telecomunicações, com perdas a rondar os 9,1 mil milhões Kz, foi o segundo que mais perdeu, seguindo-se as companhias tuteladas pelo Ministério da Energia e Águas, que tiveram prejuízos de cerca de 7,3 mil milhões Kz.

Comunicação Social, com perdas próximas de 3,3 mil milhões Kz (aqui estão empresas como a Angop, a TPA, Edições Novembro, RNA e a Gráfica Popular), Agricultura, com prejuízos de 2,1 mil milhões Kz (fazem parte deste 'universo, por exemplo, a Cafangol, a Gesterra ou a Sopir), Comércio (onde estão, nomeadamente, a EAA, o Nosso Super e o Poupalá), onde o resultado líquido foi negativo em 1,6 mil milhões, e Defesa, com resultados negativos de 1,4 mil milhões Kz, completam o 'leque' das que fecharam o ano no 'vermelho'

Pela positiva, destacam-se as empresas tuteladas pelos ministérios da Indústria, com lucros de 8,7 mil milhões, Finanças (7 mil milhões, o que inclui banca e seguros, com destaque para a ENSA), Geologia e Minas (cerca de mil milhões Kz). Com lucros residuais ficaram as empresas sob a alçada do Conselho de Ministros (caso da Imprensa Nacional), e ministérios da Economia, Segurança Social, e Pescas.

Oito empresas sem reservas nas contas

Em 2014, o ISEP homologou sem reservas as contas de oito empresas, uma melhoria face a 2013 e 2012, quando apenas três tinham tido esta' distinção. O

número de empresas que prestaram contas quase estagnou, passando de 56 em 2013 para 57 no ano passado (ver infografia nas páginas 4 e 5). As empresas cujas contas foram homologadas sem reservas foram a Unicargas, Edições Novembro, ENAD, ENDE, BAD, Imprensa Nacional, EDEL e Angop.

O presidente do ISEP, Renda Inglês, destacou que 33 empresas públicas viram as contas homologadas, face a 32 em 2013, o que considerou ser apenas uma "subida ligeira de instituições preocupadas em apresentar os seus relatórios".

De acordo com o responsável, a homologação das contas de empresas públicas, feita pelo ministro da Economia, é sem reservas quando os documentos submetidos são "transparentes e explicam correctamente os fluxos de caixa". São consideradas contas homologadas com reservas aquelas que pecam por falta de informação contabilística ou apresentam dados confusos sobre a sua gestão financeira e patrimonial.

ISEP quer chegar a 2017 sem reservas nas contas Renda Inglês sublinhou que, no caso de empresas que apresentem contas com reservas por longos períodos sem resolução, o ISEP vai realizar os trabalhos, no sentido de eliminar os problemas, porque "é um desafio chegar a 2017 com contas das empresas sem reservas".

"Vamos apoiar e trabalhar com as empresas com reservas, mas, se elas não conseguirem, vamos tomar o controlo e coordenar os trabalhos, porque o desafio é atingir o ano de 2017 com o exercício 2016/2017 com as contas sem reservas", explicou.

Entretanto, disse, o novo 'pacote' legislativo do SEP - que o Governo tinha prometido para este ano, mas que ainda não foi aprovado - tem como principal propósito "promover a transparência das contas". Quem não prestar contas "será punido", garante Renda Inglês, em entrevista ao Expansão (ver página 6).

Já o ministro da Economia, Abrahão Gourgel, foi mais específico, reiterando uma 'promessa' feita em anos anteriores e prevista na nova legislação. Os conselhos de administração das empresas públicas que apresentarem resistência à melhoria da gestão das suas instituições ou que apresentarem contas com reservas reiteradas vezes poderão ser exonerados.

A exoneração, segundo o governante, constitui uma das consequências mais gravosas dos comportamentos dos gestores que não apresentem mudanças a fim de melhorar a sua administração.

"Essas medidas são de 'choque', mas resultam de um processo pedagógico e só serão aplicadas caso não se registem mudanças", explicou

Gourgel reconheceu, contudo, que, embora existam empresas com contas com reservas, muitas têm-se esforçado por fazer o melhor, e as reservas, às vezes, estão relacionadas com factores alheios à sua vontade.

Empresas paralisadas serão extintas

O ministro adiantou ainda que as empresas públicas paralisadas e semi paralisadas "serão extintas" mas não indicou quando. De acordo com o governante, está em curso um processo para se analisar que empresas não têm sustentabilidade, constituindo apenas despesa para o Estado. Após esta análise, disse, serão extintas, mas as que forem de interesse público receberão financiamento do Estado.

Actualmente, o SEP inclui 91 empresas, entre activas, com actividade residual, em fase de desenvolvimento ou recuperação, em fase de arranque e paralisadas. As empresas com actividade residual são aquelas que estão paralisadas mas que geram receitas mediante o arrendamento do seu património imobiliário ou empresas activas que operam abaixo da sua capacidade instalada.

Bens públicos devem ser bem geridos, diz KPMG

Ao Expansão, fonte oficial da KPMG explicou que a realização de auditorias às contas das empresas traz "maior transparência no reporte da situação patrimonial e financeira do Estado e dessa forma assegura que os recursos públicos estão a ser bem geridos".

No que diz respeito a empresas paralisadas, a fonte defende que, "caso não sejam susceptíveis de desenvolver uma actividade relevante para o Estado, deverá equacionar-se a sua dissolução e liquidação".

"Poderá também considerar-se a sua fusão noutras entidades, às quais o seu património possa ser útil para a prossecução de um fim de natureza pública", explica a fonte, que lembra que, noutros países, "a privatização de empresas públicas tem sido um dos mecanismos mais utilizados para diminuir a despesa pública".

O Expansão procurou ouvir outras empresas de auditoria que operam no País, como a Deloitte, a EY e a PwC, mas nenhuma respondeu em tempo útil.

4.10 Aquisições absorvem metade do OGE

Jornal de Angola

24 De Julho de 2015

Texto: Josina de Carvalho

A informação foi avançada pela técnica do SNCP Roberta Malaquias na mesa-redonda sobre "Como fazer negócios com o Estado a luz da lei da Contratação Pública", promovida pelo Ministério das Finanças e pela Associação Empresarial de Luanda no Fórum de Investimento 2015, realizado na Feira Internacional de Luanda (FILDA).

Roberta Malaquias acrescentou que a contratação pública constituiu, no ano passado, 31 por cento do Produto Interno Bruto em somas maioritariamente absorvidas por Luanda, com 59 por cento, e a Huíla, com oito por cento.

A directora do Serviço Nacional de Contratação Pública, Rosaria Filipe, anunciou no encontro a revisão e a criação de diplomas legais para aperfeiçoar os procedimentos, simplificar e estimular a adopção de boas praticas nas aquisições do Estado.

Rosaria Filipe considerou que fazer negócios com o Estado a luz da Lei da Contratação Pública pressupõe relações contratuais assentes na segurança e na certeza jurídica, onde os fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviços são avaliados pela qualidade e capacidade de oferta e os níveis elevados de procura por parte do Estado. O rigor e a transparência, sublinhou, são os parâmetros da actuação do SNCP para supervisão e regulação do mercado da contratação pública.

A directora do Serviço Nacional de Contratação Publica assegurou que a Lei da Contratação Publica oferece garantias jurídicas que permitem aos fornecedores fazer valer os seus direitos e interesses legalmente protegidos. A Lei da Contratação Publica, acrescentou, também encara os fornecedores estrangeiros como verdadeiros parceiros estratégicos do Estado, atendendo a que a participação de entidades estrangeiras coloca o empresariado nacional na rota da competitividade internacional, em busca de valor acrescentado tendente a diversificação da economia nacional.

Para a directora do Serviço Nacional de Contratação Pública, a participação de entidades estrangeiras na contratação do Estado e também justificável pelos níveis elevados de procura e a insuficiente oferta do mercado nacional em determinados sectores da actividade económica, Rosaria Filipe definiu o Serviço Nacional de Contratação Pública como um verdadeiro parceiro dos fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviço interessados em estabelecer contratos com o Estado.

"Acreditamos que um melhor conhecimento das oportunidades e das regras em vigor vai permitir não só melhorar a qualidade das aquisições, como reduzir os custos indirectos que sobrecarregam os agentes do mercado da contratação pública", declarou.

Garantias aos empresários o presidente da Associação Empresarial de Luanda, Francisco Viana, defendeu a criação de fundos de garantia por parte do Estado, para beneficiar os empresários em caso de atraso dos pagamentos.

"A semelhança do que se pede aos empresários, o Estado deve também criar um fundo de garantia, para haver um equilíbrio", justificou, reconhecendo haver também atrasos por parte dos empresários, na conclusão das empreitadas.

Francisco Viana informou que a Associação Empresarial de Luanda vai criar um observatório da contratação pública, em colaboração com o Ministério das Finanças, para apoiar os empresários na constituição dos processos para contratação pública.

5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Vendedoras da Cuca a ferro' e fogo com polícias e fiscais

Jornal Grandes Notícias
24 De Julho de 2015

Há cerca de uma semana o Administrador Municipal do Cazenga, Nataniel Narciso, veio a público dizer que a sua administração tinha iniciado com uma operação "amanhecer":

Com vista a desalojar e acabar com a venda ambulante no largo da Cuca. A acção iniciou-se imediatamente com fiscais da administração local e efectivos da Polícia para cumprir tal propósito. Passado cerca de 15 dias o cenário mantém-se, apenas com uma diferença é que as vendedoras adoptaram um sistema de defesa para defenderem os seus objectivos, ou seja; agruparam -se para enfrentar corporalmente/ e ou a pedrada, quem tentar estragar o seu ganha-pão. Prova disso é que uma cidadã anónima falando sobre o assunto confessou de que bateu três fiscais em defesa do seu negócio, enquanto as outras apedrejavam quem tentasse intervir na peleja.

Quando isso não acontece a corrupção aos policiais e fiscais é a saída para continuarem a exercer a sua actividade tal como acontece no "arreou" do São Paulo e do Hoji ya Henda.

5.2 Agentes de Desenvolvimento Comunitário promovem higiene e Saúde nos municípios

Jornal de Angola
8 De Julho de 2015
Texto: Edna Dala

Os 1.080 agentes vão ser distribuídos pelas províncias de Luanda, Bengo, Moxico, Uíge, Malanje e Lunda Norte, como experiência piloto, devendo as lições a retirar da sua avaliação servir de base para a posterior extensão do programa a nível nacional, indicou o ministro da Administração do Território.

Bornito de Sousa informou que os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário são uma nova entidade introduzida como auxiliar do Sistema

de Saúde, do desenvolvimento comunitário e do sistema de gestão municipal na perspectiva de aproximar os serviços públicos primários as populações mais vulneráveis, capacitando-as para o seu envolvimento e participação na busca de soluções para os seus problemas. O ministro realçou que os agentes corporizam a Política Nacional dos agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário, um instrumento que reafirma o compromisso do Executivo em expandir os serviços sociais e sanitários a todas as comunidades do país. O programa, frisou Bornito de Sousa, é um trabalho coordenado pelos ministérios da Saúde e da Administração do Território e envolve outros departamentos ministeriais e parceiros nacionais e internacionais. A acção operativa a nível municipal e coordenada pelo Fundo de Apoio Social (FAS) e as acções de formação asseguradas pelo Instituto

De formação da Administração local (IFAL). Um investimento significativo na qualidade Da água, a par da melhoria das condições de habilitação, da qualidade dos alimentos e do saneamento básico higiene do meio, o investimento na educação e capacitação profissional das pessoas e das comunidades, podem mudar de for radical e positiva os índices desenvolvimento humano e melhorar a qualidade de vida das comunidades rurais e peri-urbanas explicou o ministro da Administração do Território.

Bornito de Sousa considerou o projecto um bom exemplo do Programa de Municipalização dos Serviços de Saúde, que orienta os departamentos centrais a resistirem a ministração de se substituírem as administrações dos municípios e cidades na realização de iniciativas locais. "O bem-estar da população de todo o país, em particular das camada mais vulneráveis, e um dos objectivos do Executivo" e era alcançar esse objectivo, disse ministro da Administração do território, estão em execução vários programas e estratégias aos diversos níveis, como o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a pobreza, o Programa Agua para Todos, o Programa de Habitação Social, o Programa "200 Casas por Município, o programa Nacional de Alfabetização, os programas de Formação Profissional e o programa de Electrificação Rural.

O ministro da saúde, José Van-Dunem, disse que o Programa Nacional dos Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário é uma das mais importantes estratégias de aproximação dos serviços sociais e sanitários as comunidades, pois promove a participação democrática na Solução das necessidades e no exercício da cidadania.

José Van-Dunem realçou que o programa reafirma o compromisso do Executivo com o bem-estar social da população, "o Programa Nacional dos agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário constitui o elemento-chave para a consolidação dos serviços de saúde e visa o alcance da universalidade do acesso gratuito aos serviços de saúde e da integralidade das acções comunitárias que promovem praticas familiares chave", sublinhou.

Durante a cerimonia, o director nacional da Administração Local do Ministério da Administração do Território, Belisário dos Santos, apresentou a proposta de Política Nacional do Agente de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (PNADECOS), que considerou uma resposta ao compromisso do Executivo para a expansão dos serviços de saúde a nível local.

5.3 MPLA enquadrado com as eleições gerais de 2017 e autárquicas de 2018

Jornal O País

3 De Julho de 2015

Texto: Vanâncio Rodrigues

O MPLA vai realizar o seu VII congresso ordinário de 17 a 23 de Agosto de 2016 com duas inovações importantes, uno a substituição de cerca de metade dos actuais membros do seu Comité Central e a alteração da data em que tradicionalmente estes eventos são realizados.

A decisão de renovar o Comité Central em 45 por cento dos seus actuais membros é descrita, internamente, como uma medida que visa incorporar militantes dinâmicos e com formação política, ideológica e académica, e capacidade e espírito de iniciativa".

Relativamente aos membros suplentes, o Comité Central deixará de uma espécie "legião de reformados onde poucos trabalham", na opinião fonte deste jornal.

Neste sentido, o próximo órgão máximo a ser eleito no VII congresso terá 311 membros mas deixará de ter um "número infundável de membros suplentes", passando estes a representar 10 por cento do total dos integrantes deste órgão. Os comités provinciais, municipais e comunais terão, respectivamente, 115, 55 e 45 membros cada um.

Com base nesta nova visão estratégica, o MPLA pretende também elevar para não menos de 40 por cento a representação feminina neste órgão.

A mesma percentagem de renovação será observada aos níveis provincial, municipal e comunal no decurso do "processo orgânico" que, entretanto, iniciou com a convocação do congresso.

Relativamente à composição do congresso, os "camaradas" querem desta vez o número de delegados representados por inerência de funções ou por indicação e "não podem em circunstância alguma, exceder 1/3 do total previsto e de preferência para aqueles que de uma forma ou de outra têm tido alguma participação nas actividades da sua organização".

"Terminado o congresso serão seleccionados os quadros que irão liderar e executar as tarefas para as eleições gerais em 2017 e autárquicas em 2018", confidenciou a fonte de "o PÁIS".

Contenção de gastos

A anunciada crise financeira levou os "camaradas" a ponderarem a necessidade de conter os gastos e até distribuir alguns encargos logísticos entre os próprios membros e delegados ao VII encontro magno do MPLA. Até mesmo o alojamento dos delegados, desde as conferências intermédias e de base poderá contar com o concurso dos militantes, segundo recomendação da direcção partidária.

A direcção do MPLA entende que o momento exige dos militantes "alguma imaginação e iniciativa".

Processo preparatório

A preparação, propriamente dita, do VII congresso ordinário do MPLA começou com a reunião do Comité Central realizada em Abril deste ano, quando foram anunciadas as principais acções internas que serão observadas até Agosto de 2016.

Até o corrente ano vai decorrer a campanha de formação e capacitação dos dirigentes, responsáveis e quadros a todos os níveis.

Seguir-se-á o chamado "processo orgânico" que compreende a realização das assembleias militantes e conferências que deverão decorrer até Junho do próximo ano. Nestes eventos serão eleitos os delegados ao VII congresso incluindo os residentes no estrangeiro.

Uma reunião extraordinária do Comité Central deverá ter lugar em Junho de 2016 para aprovar o relatório a submeter ao congresso, a moção de estratégia do líder, as candidaturas e a alteração dos estatutos.

Objectivos do VD Congresso

A direcção do partido que governa país considera que o VII congresso terá como objectivo consolidar o estado democrático e de direito "dando enfoque ao primado da lei", e reforçar os princípios da transparência e boa governação "a todos os níveis".

Outros propósitos do conclave, revelados pela fonte, vão no sentido de "reforçar e consolidar a democracia, a paz e a unidade nacional, tendo em vista a estabilidade política, económica e social do país, e reforçar a credibilidade das instituições do Estado, e contribuir para o reforço da imagem e credibilidade do país no exterior".

A actualização dos estatutos e a reafirmação do socialismo democrático. "Como linha fundamental de orientação", constam igualmente dos desígnios que perseguem a reunião magna do órgão máximo do MPLA.

Assuntos em debate

Das principais matérias que serão levadas ao debate durante a reunião magna, o destaque vai para a governação do país.

O partido maioritário no Parlamento pretende prestar "atenção especial" à avaliação do grau de execução do Programa de Governo do quinquénio 2012-2017 "devendo este exercício constituir a base para introduzir as correcções que se mostrem pertinentes e necessárias".

No que tange à manutenção do poder político, as discussões estarão concentradas, segundo o documento, na consolidação do Estado Democrático e de Direito, dando especial atenção aos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e ao primado da unidade nacional.

5.4 Futungo de Belas quer mudar de imagem

Jornal de Angola

20 de Julho de 2015

Texto: YARASIMÃO

A comuna do Futungo de Belas organizou sábado uma campanha de limpeza que culminou com a proclamação da associação de moradores daquela zona, com o objectivo de solucionar os principais problemas que afligem a comunidade, relacionados nomeadamente com o fornecimento de energia, água, saneamento básico e combate à delinquência.

Avelino Costa, administrador comunal do Futungo de Belas, disse que a zona está a merecer trabalhos de requalificação e enalteceu a participação de efectivos da Unidade de Guarnição Presidencial (UGP) na campanha voluntária de limpeza organizada em parceria com a associação de moradores.

Tânia Simão, eleita presidente da Associação dos Moradores do Futungo de Belas, sublinhou que a comuna sempre foi uma zona organizada e bem tratada, que nos períodos mais difíceis do país acolheu os líderes da nação angolana, mas que nos últimos tempos surgiram focos de delinquência, de actividades ilícitas e mercados informais que descaracterizaram o seu traço original.

Por isso, disse por seu lado o administrador Avelino Costa, "estamos a organizar uma campanha voluntária aqui na orla marítima, que estava numa situação lastimável".

"Os moradores formaram aqui uma praça informal que deixava a praia em situação crítica, as praias ficavam sujas e moradores de outras áreas vinham de longe dedicar-se aqui ao uso de drogas, bebidas alcoólicas, e o local até servia para a entrada e saída de estrangeiros", acrescentou Avelino Costa, que disse acreditar que a criação da associação de moradores vai contribuir para mudar as condições da comuna.

Sobre o processo de requalificação, Avelino Costa informou que "está no bom caminho e dentro de dias vai haver melhorias, principalmente em relação aos problemas de energia, água e saneamento básico, bem como no combate à delinquência e à prostituição".

"Precisamos de banir essas práticas e comportamentos ilícitos na nossa comuna", venceu.

O tenente-coronel Augusto Laurindo Kayunduma, chefe da repartição de educação patriótica da Unidade de Guarnição Presidencial (UGP), disse que a tropa foi sensibilizada e mobilizada para de forma voluntária participar na campanha de limpeza. "Como militares e cidadãos angolanos que salvaguardam a pátria, também nos sentimos obrigados a participar nas actividades comunais, mesmo quando não somos chamados. E quando se trata de saneamento básico não podemos nos descartar. Limpar a comuna, que também é nossa, é um dever cívico", sublinhou.

Augusto Laurindo referiu que o Futungo de Belas é uma comuna que, para além do valor estratégico, tem um valor histórico. "Hoje é uma decepção para nós ver algum tipo de comportamento ilícito. Isso levou-

nos a participar na iniciativa de limpeza da comuna, principalmente agora, que foi proclamada a associação de moradores".

5.5 Líderes parlamentares discutem tarefas para eleições autárquicas

Jornal de Angola
19 de Julho de 2015

A transmissão em directo dos debates do Parlamento, os acordos assinados recentemente entre Angola e a China, e a gestão de tarefas para a preparação e realização das eleições autárquicas constam das matérias analisadas, na sexta-feira, em Luanda, pelos presidentes dos grupos parlamentares da Assembleia Nacional, na sua primeira conferência extraordinária deste ano.

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, disse que algumas dessas questões, como os debates mensais e a organização do funcionamento da Assembleia Nacional, carecem de uma abordagem mais técnica, no âmbito da revisão do Regimento Interno do Parlamento, que pode ocorrer ainda este ano.

As transmissões em directo dos debates parlamentares precisam de ser enquadradas "fora das responsabilidades da assembleia Nacional", acrescentou Virgílio de Fontes Pereira. "Estivemos a ver um conjunto de questões, algumas da responsabilidade da Assembleia Nacional e outras de outros órgãos. As que são da responsabilidade da Assembleia Nacional são decididas quando fizermos a revisão do Regimento Interno". Relativamente às eleições autárquicas, Virgílio de Fontes Pereira indicou que a discussão cingiu-se à forma como a Assembleia Nacional deve monitorar a execução do plano de tarefas, interagindo com os órgãos do Governo. Deve haver cruzamento de informação para os deputados poderem acompanhar as tarefas do Executivo, das quais depende a realização das eleições legislativas.

Os representantes dos partidos da oposição na Assembleia Nacional ficaram satisfeitos com a realização do encontro. O vice-presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, considerou importante a abordagem, uma vez mais, da questão das transmissões em directo dos debates no Parlamento. "Foi uma boa sessão de trabalho, pois permitiu fazer a arrumação adequada da metodologia, da dinâmica e dos conteúdos dos próximos tempos de funcionamento da Assembleia Nacional".

André Gaspar Mendes de Carvalho, da CASA-CE, disse ter sido um bom exercício parlamentar, na medida em que o encontro permitiu analisar o funcionamento da Assembleia Nacional. Benedito Daniel, do PRS, disse que a reunião serviu para delinear a organização interna da Assembleia Nacional. "Constatámos que os processos de urgência não têm obedecido às normas inscritas no regimento e recomendou-se aos proponentes de diplomas com carácter de urgência para fundamentarem sempre o mérito da urgência".

Lucas Ngonda, deputado da FNLA, também louvou a pertinência das matérias discutidas, tendo enfatizado a referente às transmissões em directo dos debates parlamentares. Para o líder da FNLA, a democracia só é transparente quando o Parlamento tem visibilidade para os partidos políticos poderem ter uma identidade, que é dada pelos seus deputados nos pronunciamentos em nome dos eleitores.

Os assuntos analisados na primeira conferência extraordinária dos presidentes dos grupos parlamentares foram propostos pelos partidos da oposição. A reunião foi orientada pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos. O artigo 45º da Lei nº 13/12 de 2 de Maio, Lei Orgânica do Regimento da Assembleia Nacional, indica que a conferência dos presidentes dos grupos parlamentares é o órgão de consulta do presidente da Assembleia Nacional, para apreciação de matérias e assuntos relativo ao regular funcionamento do Parlamento.

5.6 Sobe e Desce

Novo Jornal
17 De Julho de 2015

Sobe

O governador de Luanda, GRACIANO DOMINGOS, anunciou esta semana que está concluído o processo de desconcentração administrativa de Luanda, de acordo com o novo modelo de governação, que visa conferir mais poderes e autonomia às administrações municipais. O próximo passo ornar os municípios independentes do poder central. Sobretudo nas questões financeiras, que têm sido muitas dificuldades na gestão dos municípios país. Só resta esperar que de facto este novo modelo seja concluído na íntegra para o início da sua implementação e sentir resultados visíveis para o bem capital do país.

O Ministério da Família e Promoção da Mulher apresentou esta semana o projecto "Mais Família", para combater pobreza a nível das comunidades rurais. Baseado na ministração de cursos como educadores de infância, pastelaria e culinária, cabeleireiro e alfabetização, joalheria, olaria e decoração de azulejos, o projecto 'á desenvolvido nos distritos do Sambizanga, Rangel e do município do Cazenga. Desejamos que esta iniciativa contemple também o auxílio na obtenção empregos para os formandos, de forma a torná-la sustentável e com efeitos práticos.

Desce

O PCA da Sonangol garantiu esta semana que a empresa que dirige está bem de saúde e recomenda-se, apontando o dedo à "certa" imprensa portuguesa por estar a veicular informações dando conta de um estado de possível falência técnica da petrolífera. O que Francisco De Lemos não disse é que esta possível falência da Sonangol resulta de um documento interno por si produzido e distribuído aos administradores Grupo. Bom seria ouvir o patrão da Sonangol dizer e o citado documento é falso, o que não aconteceu até agora. Melhor ainda seria ouvir Francisco de Lemos explicar à sociedade como é que em dois meses transformou a Sonangol de "besta em bestial", ao lés de se socorrer da teoria da perseguição.

O país continua a registar atropelos constantes ao direito de reunião e de manifestação, consagrado na Constituição. O documento exarado, a meio da mana, pelo pelouro de Graciano Domingos, é a mais recente prova de que as autoridades continuam dispostas a reinventar uma interpretação da referida lei. Pretender que os promotores da manifestação agendada para o próximo 1 29 "provem a sua existência legal", para que esta ia autorizada, é o mesmo que exigir a todo o cidadão que doravante for a um protesto leve consigo o seu bilhete de identidade, o apresente às autoridades para que estas o autorizem a tomar corpo no coro protesto. Há aqui uma interpretação errónea.

5.7 Comércio Angolano de Gatas Ante o Poder do Dinheiro Libanês

Jornal A Capital

20 De Julho de 2015

Texto: Pedro Paulo Pinto

As dificuldades de acesso a divisas têm as suas consequências devidamente marcadas em boa parte

das grandes' superfícies que, há alguns anos, ajudam a diversificar o comércio no País. Quem, nos últimos dias, deslocou-se a uma das lojas da rede de supermercados Kero, por exemplo, deparou-se, certamente, com esta realidade: prateleiras mais vazias que o habitual, denunciando a escassez de vários produtos que, antes, faziam a delícia dos consumidores.

O fenómeno não atingiu apenas as lojas da rede Kero. Outras, de igual ou menor dimensão, enfrentam o mesmo problema, algumas, inclusive, confrontando-se com uma reduzida oferta de produtos de primeira necessidade. Mas há, em tudo isso, um dado deveras curioso. Se aqueles que se abastecem de víveres nas grandes superfícies comerciais estão a confrontar-se com a escassez de produtos, outra classe de consumidores parece não sentir tais efeitos. São os cidadãos de menor renda, aqueles que recorrem, essencialmente às cantinas, onde, ao contrário dos supermercados, a crise não está a levar a uma escassez de produtos nas respectivas prateleiras.

Está-se, pois, perante um verdadeiro paradoxo. Gigantescas infra-estruturas comerciais, contabilisticamente e tecnicamente melhor organizadas, enfrentam dificuldades para satisfazer as necessidades dos seus clientes, enquanto estabelecimentos precários, aparentemente sem contabilidade e mão-de-obra especializada, funcionam como se cobertas por um manto impermeável às convulsões económicas angolanas.

O Ministério do Comércio, em Angola, enquadra as cantinas na classe de estabelecimento retalhista. Mas dada a precariedade do serviço que prestam e pelo facto de muitas delas funcionarem na ilegalidade, as cantinas estão, por outro lado, agrupadas na subclasse de venda ambulante, portanto, no comércio formal. Os dados oficiais apontam para a existência de pelo menos 80 mil estabelecimentos comerciais no País. Desses apenas três quartos são legais. Ou seja, existem, pelo menos, 20 mil estabelecimentos comerciais, virados essencialmente para a venda retalho, a funcionar à margem da lei.

Assim a olho nú, este número pode ter um significado menor. Mas vistas as coisas com profundidade, ele se agiganta. Demonstra como as autoridades estão a falhar, de forma grosseira, nos seus planos de modernização da rede comercial angolana e, por conseguinte, de diminuição da carga informal na economia angolana. Ao contrário do que as quatro paredes em que se instalam as cantinas podem sugerir, o comércio informal tende a manter-

se "vivilho da Silva" sustentando-se, hoje por hoje, nestes pequenos e precários estabelecimentos.

Ou seja, quando, em 2010, o mercado do Roque Santeiro, então núcleo da economia informal de Angola, foi encerrado, as expectativas mais optimistas apontavam para o facto de as autoridades estarem, na altura, a vencer a guerra contra o comércio. Ledo engano. Embora tenha deixado de existir fisicamente, do ponto de vista conceptual aquela estrutura continua.

Como uma célula que se multiplica, o Roque Santeiro da actualidade é constituído por um conjunto de mercados e cantinas espalhadas em cada canto, em cada esquinas das capitais de províncias angolanas, obedecendo, no fundo, a voz de comando e a filosofia originais.

Facilmente se constata que a mesma rede que, no passado, abastecia o lucrativo mercado Roque Santeiro, hoje continua a encher as prateleiras das cantinas, as bermas das principais avenidas e os mercados de esquina, embora recorrendo a métodos algo mais apurados. Não só é responsável por abastecer as cantinas como, ainda, inunda as ruas de Luanda com vendedores ambulantes, repartindo em mil pedaços o corpo único que, no passado, constituiu o gigantesco Roque Santeiro.

As referências a essas redes, bem como aos seus efeitos nocivos para a economia angolana não são, de todo, inéditas.

Foram, inclusive, feitas ao mais alto nível. Antes mesmo de se decidir desencadear uma guerra contra o Roque Santeiro e, depois, lançar um ataque cerrado ao comércio informal, o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, chamou a atenção da sociedade para esse fenómeno. Referiu-se, concretamente, a um conjunto de "três ou quatro" grandes grupos empresariais que, controlados por cidadãos estrangeiros, já o minavam na altura o comércio grossista e manipulavam os preços dos produtos essenciais de consumo, claro, importados.

O quadro, de facto, não mudou. Esses grupos empresariais que, embora tenham sido citados pelo Presidente da República são deveras conhecidos, continuam mais fortes que nunca. Não só dominaram o comércio grossista como, ainda, controlam a maior parte do comércio retalhista, através de cantinas e de outras estruturas que vão abrindo aqui e acolá. Nomes como Golfrate, Atlas Group, Arosfram e Angoalissar estão na mente da maioria dos angolanos, mesmo quando metamorfoseados em outras designações empresariais, todavia com o mesmo objecto social.

Dois dos aspectos citados pelo Presidente José Eduardo dos Santos no referido discurso ganham, agora, especial força. Ainda em 2004, falou da manipulação de preços, feita por esses empresários, mas aludiu, sobretudo, às dificuldades que causavam à gestão macroeconómica do seu Governo. E mais: referiu-se a "lucros fabulosos" que tais grupos obtinham e, como consequência, queixou-se de "sangria constate de divisas da nossa economia".

Subornos e tráficos de influência

Onze anos depois, e não obstante todos os programas económicos criados e investimentos feitos numa tentativa de mudança do quadro, o facto é que o fenómeno continua. Os "lucros fabulosos" desses empresários continuam a fazer-se sentir, os preços dos produtos essenciais de consumo ainda são manipulados e a "sangria de divisas" fez-se sentir, mais uma vez, nos últimos tempos.

Vai-se destapando o véu sobre o rosto de uma classe empresarial, constituída por cidadãos oriundos essencialmente do Líbano, que através de práticas ilegais e de uma rede de influências sustentada por elevados subornos, consegue transformar programas governamentais em autênticas piadas e deixar os angolanos, a todos os níveis, de gatas.

E essa rede de subornos é muito mais abrangente do que se pode imaginar, envolvendo desde autoridades migratórias, para facilitar a entrada ao país de cidadãos do leste de África para se ocuparem da operacionalidade das cantinas, mantendo, inclusive, tentáculos em instituições financeiras, para acesso fácil às divisas, e policiais, para conseguirem fugir das barreiras anti evasão de capitais.

Um esquema, que aparenta ser arcaico, é, no fundo, um complexo sistema económico paralelo que subsiste, mesmo, à margem do sistema bancário comercial. Uma cantina, com um volume de vendas de 200 mil kwanzas diários, pode parecer um pequeno negócio.

Mas já um conjunto de 20 mil cantinas com o mesmo índice de transacção corresponde, claramente, a um grande negócio. A complexidade está no facto de a gritante maioria não usar, sequer, uma conta bancária, pelo que os valores arrecadados teriam de ser depositados nalguma caixa forte ao serviço de uma economia paralela.

Eixo do mal

Projectos como o Presild deram um alento a quem se preocupa com essas questões. Mas, logo se revelaram nados mortos, como são, ademais, provas a situação decadente das lojas criadas sob o

seu âmbito. As 'Lojas Poupa Lá' deixaram de existir, e as poucas que subsistem, mesmo sob outra designação, fazem-no envoltas em mares de dificuldades. Um pouco mais desafogadas parecem estar algumas lojas da 'Rede Nosso Super', mas ainda assim em situação de agonia, manifestamente incapazes de ombrear com os armazéns de libaneses, tão pouco com as "minúsculas" cantinas.

E o que dizer do Entrepósito Aduaneiro? Milhões de dólares foram gastos na tentativa de conferir a dignidade necessária ao sistema comercial angolano, mas em muito poucos casos houve um resultado positivo. Em melhor situação se posicionam, todavia, as iniciativas privadas que resultaram na implementação de projectos como a rede de supermercados Kero e de outras marcas que, timidamente, procuram afirmar-se no mercado. Todavia, ainda em número inferior para contrapor ao poderio libanês.

Perspectivas iguais estão, agora, a ser seguidas pela nova direcção do Ministério do Comércio, consistindo, basicamente, em alterações cosméticas a projectos já antes implementados com nomes diferentes. 'Paparocas' e outros quantos nomes, digamos, pitorescos, assume-se como o rosto visível de um fracasso pré-anunciado na luta contra os comerciantes do eixo do mal, ou seja, os barões da máfia da comida.

Quem mantém alguma intimidade com o sistema que garante a subsistência das cantinas não tem dúvidas: o dinheiro que elas produzem contribui, em grande medida, para financiar uma rede de subornos que culmina com a evasão de quantias milionárias de divisas.

Desde a forma como esse dinheiro é retirado das cantinas para uma espécie de centro de controlo, o seu percurso obedece a uma tramitação baseada em métodos cautelosos, cujo principal objectivo é, mesmo, manter o controlo sobre a maioria da massa monetária em circulação.

E é, justamente, com todo esse dinheiro acumulado que os donos ocultos destes pequenos negócios concorrem nos leilões organizados, semanalmente, pelo Banco Nacional de Angola (BNA) para a venda de divisas. Com essas jogadas, esses grandes grupos empresariais, aqueles sobre os quais o Presidente da República se queixara anos atrás, consegue ficar com a maior parte das divisas disponibilizadas no mercado, prejudicando, assim, em grande medida até mesmo os bancos comerciais e as casas de câmbio.

Esses mesmos dólares, adquiridos a preços baixos nos leilões de divisas, são depois lançados no

mercado informal já a preços mais baixos, permitindo, a quem assim proceda a obtenção de lucros para serem, então, outra vez aplicados na compra de divisas. Essas saem, como acima já foi referido, do controlo das autoridades através das fronteiras terrestres.

Nem a palavra do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, teve força suficiente para travar a influência desse quarteto de empresas libanesas. É verdade que, depois do seu discurso no Namibe, as autoridades desdobraram-se em iniciativas, programas e mesmo "negociatas" numa tentativa vã de alterar o quadro. Este não apenas continua pintado com as mesmas cores como, a cada sinal de turbulência económica internacional, lá estão os libaneses a dar o ar da sua graça, tal é o estado de dependência, face ao seu poderio, do sistema comercial angolano.

A Crise Nas Classes Baixas

Coragem! É só orar. Esta é a frase mais comum ouvida nos mais diversos círculos de intercâmbio quer juvenis ou adultos, quando o assunto for "o impacto da situação financeira no seio das famílias". E, quanto mais não seja, uma pergunta que não se cala: "como sobreviver à esta crise financeira?"

A primeira consequência é que já é grande o número de crianças e adolescentes impedidas de continuarem os estudos, uma vez que seus tutores, pais ou encarregados, estão limitados de pagar as propinas.

'A seguir segue-se o elevado custo dos produtos alimentares de primeira necessidade, que a cada dia disparam no mercado, não apenas no informal. Para piorar o quadro, dezenas de cidadãos, pais e mães de famílias, vão perdendo os seus empregos, vítimas dos seguintes despedimentos perpetrados pelos empregadores, eles, também, amarrados com a falaciosa falta de recursos financeiros e não só.

A fotografia da realidade vigente é bem pior que tudo isto, e começa a ser completamente preocupante, ante as fortes tendências de agravar, já que cada vez mais pessoas perdem o poder de compra, principalmente aquelas que, já tinham um poder económico muito baixo.

Ao contrário de 2009, este é um ano em que as coisas parecem mais difíceis e de extrema dificuldade para as famílias.

Por exemplo, Marcelino Mateus Francisco, 35 anos, funcionário público, em declarações ao A Capital, disse que atravessa uma fase de autêntica insatisfação,

originada pela crise financeira que lesou os cofres da empresa para a qual trabalha.

Como consequência, há seis meses ele não recebe os seus ordenados, o que tem repercussões directas na vida familiar.

"A situação que vivo é mesmo caótica. Tende, a cada dia que passa, a inclinar-se mais para o pior", descreveu, observando que a falta de dinheiro provocou um clima de instabilidade emocional no lar, uma vez que até a situação do colégio dos filhos ressentiu.

"Devia quatro meses de propina. Sem recursos, tinham que abandonar os estudos", ilustrou Marcelino Francisco, motorista de profissão, que, no entanto, tem feito das tripas o coração para acudir, ao menos, a fome dos filhos. É assim que, em vez de ficar "a ver navios", decidiu montar uma bancada para chamadas telefónicas no mercado do bairro.

"Essa foi a forma que achei para contornar a situação que está difícil. Apesar de não ser muito o que arrecado, já tem ajudado para aguentar a casa, com o pequeno-almoço e às vezes o jantar", motivou-se.

E, não é tudo. Outrossim é que, até mesmo na casa de renda onde vive com a família, já está com os dias contados.

"Estou com dívida de dois meses. Não sei como fazer para resolver esse problema", lastimou.

Nas mesmas condições que Francisco está o Tadinho do Amara! Pai de seis filhos, descreve como tem subsistido ao calvário da crise financeira.

"Nem mesmo dinheiro para comprar um pacote de sumo para os filhos, tenho. A geleira está às moscas", acentuou, notando que se trata de algo que noutros tempos nunca aconteceu.

5.8 Futungo de Belas quer mudar de imagem

Jornal de Angola

20 de Julho de 2015

Texto: YARASIMÃO

A comuna do Futungo de Belas organizou sábado uma campanha de limpeza que culminou com a proclamação da associação de moradores daquela zona, com o objectivo de solucionar os principais problemas que afligem a comunidade, relacionados nomeadamente com o fornecimento de energia, água, saneamento básico e combate à delinquência.

Avelino Costa, administrador comunal do Futungo de Belas, disse que a zona está a merecer trabalhos de requalificação e enalteceu a participação de efectivos da Unidade de Guarnição Presidencial (UGP) na campanha voluntária de limpeza organizada em parceria com a associação de moradores.

Tânia Simão, eleita presidente da Associação dos Moradores do Futungo de Belas, sublinhou que a comuna sempre foi uma zona organizada e bem tratada, que nos períodos mais difíceis do país acolheu os líderes da nação angolana, mas que nos últimos tempos surgiram focos de delinquência, de actividades ilícitas e mercados informais que descaracterizaram o seu traço original.

Por isso, disse por seu lado o administrador Avelino Costa, "estamos a organizar uma campanha voluntária aqui na orla marítima, que estava numa situação lastimável".

"Os moradores formaram aqui uma praça informal que deixava a praia em situação crítica, as praias ficavam sujas e moradores de outras áreas vinham de longe dedicar-se aqui ao uso de drogas, bebidas alcoólicas, e o local até servia para a entrada e saída de estrangeiros", acrescentou Avelino Costa, que disse acreditar que a criação da associação de moradores vai contribuir para mudar as condições da comuna.

Sobre o processo de requalificação, Avelino Costa informou que "está no bom caminho e dentro de dias vai haver melhorias, principalmente em relação aos problemas de energia, água e saneamento básico, bem como no combate à delinquência e à prostituição".

"Precisamos de banir essas práticas e comportamentos ilícitos na nossa comuna", venceu.

O tenente-coronel Augusto Laurindo Kayunduma, chefe da repartição de educação patriótica da Unidade de Guarnição Presidencial (UGP), disse que a tropa foi sensibilizada e mobilizada para de forma voluntária participar na campanha de limpeza. "Como militares e cidadãos angolanos que salvaguardam a pátria, também nos sentimos obrigados a participar nas actividades comunais, mesmo quando não somos chamados. E quando se trata de saneamento básico não podemos nos descartar. Limpar a comuna, que também é nossa, é um dever cívico", sublinhou.

Augusto Laurindo referiu que o Futungo de Belas é uma comuna que, para além do valor estratégico, tem um valor histórico. "Hoje é uma decepção para nós ver algum tipo de comportamento ilícito. Isso levou-nos a participar na iniciativa de limpeza da comuna,

principalmente agora, que foi proclamada a associação de moradores".

5.9 Líderes parlamentares discutem tarefas para eleições autárquicas

Jornal de Angola

19 de Julho de 2015

A transmissão em directo dos debates do Parlamento, os acordos assinados recentemente entre Angola e a China, e a gestão de tarefas para a preparação e realização das eleições autárquicas constam das matérias analisadas, na sexta-feira, em Luanda, pelos presidentes dos grupos parlamentares da Assembleia Nacional, na sua primeira conferência extraordinária deste ano.

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, disse que algumas dessas questões, como os debates mensais e a organização do funcionamento da Assembleia Nacional, carecem de uma abordagem mais técnica, no âmbito da revisão do Regimento Interno do Parlamento, que pode ocorrer ainda este ano.

As transmissões em directo dos debates parlamentares precisam de ser enquadradas "fora das responsabilidades da Assembleia Nacional", acrescentou Virgílio de Fontes Pereira. "Estivemos a ver um conjunto de questões, algumas da responsabilidade da Assembleia Nacional e outras de outros órgãos. As que são da responsabilidade da Assembleia Nacional são decididas quando fizermos a revisão do Regimento Interno". Relativamente às eleições autárquicas, Virgílio de Fontes Pereira indicou que a discussão cingiu-se à forma como a Assembleia Nacional deve monitorar a execução do plano de tarefas, interagindo com os órgãos do Governo. Deve haver cruzamento de informação para os deputados poderem acompanhar as tarefas do Executivo, das quais depende a realização das eleições legislativas.

Os representantes dos partidos da oposição na Assembleia Nacional ficaram satisfeitos com a realização do encontro. O vice-presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, considerou importante a abordagem, uma vez mais, da questão das transmissões em directo dos debates no Parlamento. "Foi uma boa sessão de trabalho, pois permitiu fazer a arrumação adequada da metodologia, da dinâmica e dos conteúdos dos próximos tempos de funcionamento da Assembleia Nacional".

André Gaspar Mendes de Carvalho, da CASA-CE, disse ter sido um bom exercício parlamentar, na medida em que o encontro permitiu analisar o funcionamento da Assembleia Nacional. Benedito Daniel, do PRS, disse que a reunião serviu para delinear a organização interna da Assembleia Nacional. "Constatámos que os processos de urgência não têm obedecido às normas inscritas no regimento e recomendou-se aos proponentes de diplomas com carácter de urgência para fundamentarem sempre o mérito da urgência".

Lucas Ngonda, deputado da FNLA, também louvou a pertinência das matérias discutidas, tendo enfatizado a referente às transmissões em directo dos debates parlamentares. Para o líder da FNLA, a democracia só é transparente quando o Parlamento tem visibilidade para os partidos políticos poderem ter uma identidade, que é dada pelos seus deputados nos pronunciamentos em nome dos eleitores.

Os assuntos analisados na primeira conferência extraordinária dos presidentes dos grupos parlamentares foram propostos pelos partidos da oposição. A reunião foi orientada pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos. O artigo 45º da Lei nº 13/12 de 2 de Maio, Lei Orgânica do Regimento da Assembleia Nacional, indica que a conferência dos presidentes dos grupos parlamentares é o órgão de consulta do presidente da Assembleia Nacional, para apreciação de matérias e assuntos relativo ao regular funcionamento do Parlamento.

5.10 Agentes de Desenvolvimento Comunitário promovem higiene e Saúde nos municípios

Jornal de Angola

8 De Julho de 2015

Texto: Edna Dala

Os 1.080 agentes vão ser distribuídos pelas províncias de Luanda, Bengo, Moxico, Uíge, Malanje e Lunda Norte, como experiência piloto, devendo as lições a retirar da sua avaliação servir de base para a posterior extensão do programa a nível nacional, indicou o ministro da Administração do Território.

Bornito de Sousa informou que os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário são uma nova entidade introduzida como auxiliar do Sistema de Saúde, do desenvolvimento comunitário e do sistema de gestão municipal na perspectiva de

aproximar os serviços públicos primários as populações mais vulneráveis, capacitando-as para o seu envolvimento e participação na busca de soluções para os seus problemas. O ministro realçou que os agentes corporizam a Política Nacional dos agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário, um instrumento que reafirma o compromisso do Executivo em expandir os serviços sociais e sanitários a todas as comunidades do país. O programa, frisou Bornito de Sousa, é um trabalho coordenado pelos ministérios da Saúde e da Administração do Território e envolve outros departamentos ministeriais e parceiros nacionais e internacionais. A acção operativa a nível municipal e coordenada pelo Fundo de Apoio Social (FAS) e as acções de formação asseguradas pelo Instituto

De formação da Administração local (IFAL). Um investimento significativo na qualidade Da água, a par da melhoria das condições de habilitade, da qualidade dos alimentos e do saneamento básico higiene do meio, o investimento na educação e capacitação profissional das pessoas e das comunidades, podem mudar de for radical e positiva os índices desenvolvimento humano e melhorar a qualidade de vida das comunidades rurais e peri-urbanas explicou o ministro da Administração do Território.

Bornito de Sousa considerou o projecto um bom exemplo do Programa de Municipalização dos Serviços de Saúde, que orienta os departamentos centrais a resistirem a ministação de se substituírem as administrações dos municípios e cidades na realização de iniciativas locais. "O bem-estar da população de todo o país, em particular das camada mais vulneráveis, e um dos objectivos do Executivo" e era alcançar esse objectivo, disse ministro da Administração do território, estão em execução vários programas e estratégias aos diversos níveis, como o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a pobreza, o Programa Agua para Todos, o Programa de Habitação Social, o Programa "200 Casas por Município, o programa Nacional de Alfabetização, os programas de Formação Profissional e o programa de Electrificação Rural.

O ministro da saúde, José Van-Dunem, disse que o Programa Nacional dos Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário é uma das mais importantes estratégias de aproximação dos serviços sociais e sanitários as comunidades, pois promove a participação democrática na Solução das necessidades e no exercício da cidadania.

José Van-Dunem realçou que o programa reafirma o compromisso do Executivo com o bem-estar social

da população, "o Programa Nacional dos agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário constitui o elemento-chave para a consolidação dos serviços de saúde e visa o alcance da universalidade do acesso gratuito aos serviços de saúde e da integralidade das acções comunitárias que promovem praticas familiares chave", sublinhou.

Durante a cerimonia, o director nacional da Administração Local do Ministério da Administração do Território, Belisário dos Santos, apresentou a proposta de Política Nacional do Agente de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (PNADECOS), que considerou uma resposta ao compromisso do Executivo para a expansão dos serviços de saúde a nível local.

5.11 “Os problemas dos musseques só serão resolvidos quando tivermos autarquias”

Jornal O PAÍS
31 De Julho de 2015

Visitou há meses o Rangel onde nasceu e conhece os meandros da reconstrução de alguns bairros da capital. Qual é o modelo que deveria ser adoptada nesta requalificação?

Falando concretamente do Rangel, a guerra provocou um êxodo muito grande das populações campesinas para a cidade de Luanda. Foram pessoas que vieram construir em Luanda e também familiares que vieram se juntar a outras que já estavam aqui. Num quintal onde havia 10 pessoas numa casa, passaram a ser 20. Não havia anexos e os quintais foram cortados para meter um e viver mais duas ou três famílias. Quando um país paralisa por causa de uma guerra prolongada, a primeira coisa que tem de fazer é trabalhar no saneamento e na mobilidade.

A água salobra e a degradação que existe em quase toda a extensão do Rangel está associado a isso?

No caso concreto do Rangel não se fez isso. É uma degradação que se multiplica exponencialmente, a cada ano que passa este momento, como ainda não se fez saneamento básico do Rangel, o que temos ali é um desastre verdadeiro. Todos os anos este desastre aumenta de nível. Portanto, mas também é preciso muito dinheiro para se fazer o saneamento básico e reurbanizar o Rangel todo. Por isso, digo que o problema dos musseques só vão ser resolvidos

quanto tivermos autarquias montadas. Porque é uma loucura o Estado tentar fazer urbanização nos musseques.

O Estado, enquanto organismo central, tentar fazer reurbanização ou requalificação dos musseques é uma loucura. Tem que ser as autarquias, que são instituições públicas, a decidir como é que querem a sua requalificação. Portanto, temos que acelerar bastante em direcção à criação das autarquias, para que o próprio povo decida como é que deve ser a sua própria vida e a requalificação.

Quem for ao Palanca, no Kilamba Kiaxi, vai ver ruas asfaltadas, no bairro Popular estão a 'betonar' e noutras partes da capital. Tudo isso faz parte de um plano director ou são trabalhos paliativos?

Não obedece de um plano director.

Acho que são decisões tomadas ainda a nível das administrações municipais.

Portanto, mais uma vez a grande necessidade de acelerarmos com a constituição dos processos de autarquias para que elas próprias se municiem financeiramente, tenham uma autonomia administrativa e possam elas mesmas tomar decisões, contratar consultores e técnicos experientes e peritos que vão ajudar a materializar as ideias nascidas do próprio conselho ou da própria autarquia.

O que se pode esperar quando tivermos o plano director de Luanda?

Se o plano director de Luanda visa, no meu ponto de vista, criar circulares e resolver os problemas internos de Luanda sem ter em conta aberturas para o interior do país, nos moldes em que vos falei de pelo menos três eixos, vai redundar numa força contrária àquela que seria a ideal para desanuviar e descongestionar a cidade. Ou seja, poderíamos vir a incorrer num efeito boomerang. Se fecharmos a cidade de Luanda com circulares, e elas não tiverem ligação imediata com o interior, através de grandes linhas de fuga, uma para o interior, outra para o norte e uma para o sul, vamos ter o efeito boomerang. Todo o mundo vai entrar para Luanda e vai se congestionar ainda mais.

É preciso libertar Luanda do aperto a que se encontra. Não é fazendo arranjos internos, mas sim externos. Temos sempre que olhar para o plano director da cidade de Luanda numa perspectiva de entrada e saída. Não podemos ver o plano director como um quarto onde as pessoas entram por uma porta e depois não têm novas portas.

A cidade de Luanda neste momento está congestionada, tem uma demografia de cerca de sete

milhões de pessoas, temos que ver através de um plano director como desanuviar a cidade, como fazer que as pessoas possam sair e entrar.

Não podemos fazer um plano em que as pessoas se sintam bem dentro e ficam fechadas por grandes circulares em espiral.

5.12 Comissão de moradores reúne com as igrejas

Jornal Inforsambila

Julho de 2015

Texto: Augusto Afonso

As comissões de moradores do Sambizanga, reuniram-se com 32 igrejas localizadas no Distrito. O encontro teve lugar no bairro Pombinha, onde estiveram presente também entidades governamentais, da administração local, autoridades tradicionais e população em geral. Visou avaliar a actividade dos conselhos religiosos, que estão sediados na comuna do Sambizanga sede. Segundo o 'presidente da comissão de moradores do bairro Pombinha, Gaspar Francisco Bindama, o número de ceitas religiosas que abrem dia a pois dia e que aparecem com doutrinas diferentes é preocupante, não apenas no distrito do Sambizanga mas em toda Luanda e até mesmo no país. Gaspar Bindama acrescentou que muitas dessas igrejas são apenas reconhecidas pelo Estado e não legalizadas, o que muita gente não consegue diferenciar. Por outra, a mensagem que vão passando aos seus crentes, as vezes não é credível, como é o caso que recentemente aconteceu na província do Huambo «com os nossos Irmão da seita A Luz do Mundo Sétimo dia. «O Sambizanga dentro do seu conselho religioso tem implementado regras a fim de não existir um fluxo de igrejas», disse o responsável da comissão de moradores.

Para o encontro, a comissão contava com 32 Igrejas, mas apenas nove se fizeram presente. Já o catequista da igreja IECA Alberto Juliano Cangombe disse sentir-se satisfeito com o bom trabalho da polícia feito nos últimos tempos, nos arredores.

Havia um tempo em que os jovens lavavam carros junto ao portão a Igreja. Conviviam mesmo no passeio, ouviam música alta, não era possível continuar com as nossas actividades. Mas desde que pusemos a questão a comissão, tudo foi ultrapassado".

Questionado sobre a proliferação de seitas religiosas, o catequista considerou o problema do imediatismo por parte de certos Pastores.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Professores e enfermeiros aguardam por resistências

Jornal de Angola

31 De Julho de 2015-08-03

Texto: Rodrigues Cambala

Ate nos depararmos com o camponês Valdemiro Manuel, adivinha-se ser possível viajar de carro ate a povoação de Cachirandanda, a 140 quilómetros da vila da Muxima, sede do município da Quissama. Os primeiros 24 quilómetros são feitos em terreno nivelado atem a povoação de Lucala.

Aos 25 anos, Valdemiro e um camponês de fibra. Cultiva mandioca que transforma em farinha. Nos dias de folga, cuida dos três filhos e aguarda pela cisterna que vende agua aos habitantes.

Para tratar da saúde, os habitantes de Lucala vão a sede do município. A única escola e de ensino primário. Enquanto acaricia a cabeça da filha, Valdemiro exprime com admiração: "o caminho não esta bom. Em Cachirandanda, só se vai de canoa. Daqui em diante «o caminho tem muitos buracos", o alerta veio antes de três funcionários da Administração da Quissama. Na hora de passarem, acenaram varias vezes a cabeça da esquerda para direi ta.

"Preferimos ir a Malanje que a Cachirandanda. Não sei se vocês chegam. A via tem muitos buracos", alertou. Cachirandanda e uma localidade da Quissama, onde uma equipa do Ministério da Saúde esta a medicar adultos com oncorcecese, a cegueira dos rios, e crianças com shistosomiase, que afecta o trato urinário, doenças provocadas pelo uso de agua não tratada retirada de rios e lagoas.

De Muxima a Cachirandanda, são perto de 140 quilómetros. Era o destino da reportagem do Jornal de Angola. No mes passado, a população abriu uma picada com enxadas e catanas numa extensão de 35 quilómetros ate a comuna de Mombundo, para possibilitar a circulação de carros e bens. "Não vão chegar, porque as equipas de saúde foram de helicóptero", avisa. Júlio Zacambo, administrador adjunto de Demba Chio.

Com a bola na mão e mochila no ombro, Nelson Rodrigues, 17 anos, vive em Lucala. Esta com o pai na berma da via, pedindo boleia para ir a escola, na

aldeia seja, em Demba Chio. São 21 quilómetros que já fez vezes sem conta a pé, na companhia de outros colegas. O trajecto leva quatro horas a pé. Demba Chio e a localidade mais próxima com ensino do primeiro ciclo. Por causa do mau estado da via, os encarregados pagam 1.500 kwanzas por uma corrida nas motorizadas para os filhos chegarem a escola. Fazer vaivém e quase impossível. Nos dias de aulas, Rodrigues fica hospedado na casa de um familiar. Aos fins-de-semana ele volta aos cuidados dos pais em Lucala.

Abandono do bairro

O caminho e íngreme. As lombas e buracos são inúmeros. Grande parte do trajecto e realizado em terreno argiloso. Há evidências de que os carros não chegam a Demba Chio no tempo chuvoso. Numerosas borboletas pintalgadas sobrevoam na mata fechada. Os pássaros sibilam junto dos ninhos. Varies repteis atravessam o caminho. Nas árvores observam-se macacos a saltitar de galho em galho. Em toda a extensão da via estão instaladas armadilhas para atrair as moscas tsé-tsé, causadoras da Tripanossomiase, vulgarmente conhecida como doença do sono. O sol esta ténue entre as nuvens. O dia esta fresco. Nelson Rodrigues humedece os lábios com a língua antes de agradecer e se despedir da equipa de reportagem do Jornal de Angola. Os calcanhares do adolescente poisam no chão por conta do chinelo que mal acolhe a palma do pé. Os 21 quilómetros estão percorridos em duas horas. Demba Chio e comuna da Quissama, que tem onze povoações, das quais quatro ficam na outra margem do rio Kwanza. Para lá chegar de carro, utiliza-se a rota do Dondo. De barco a viagem demora quatro horas. Para acabar com o isolamento daquelas povoações, a Administração de Demba Chio pretende pedir o apoio da população para a abertura de uma picada com machados e catanas, por falta de máquinas de terraplenagem. Este modelo de trabalho vai ser executado em todas as povoações inacessíveis. Tal como nas restantes localidades, a maioria da casa de Demba Chio e de pau-a-pique e chapas de zinco. A primeira vista pode-se concluir ser um bairro despovoado.

O administrador adjunto, Júlio Zacambo, e o chefe da secção para as Comunidades, Joaquim Sabão justificam a falta de escolas do ensino secundário, emprego e credito para os camponeses como as principais razões para o êxodo rural. A comuna tem dois mil habitantes, um número que a Administração admite estar a reduzir-se progressivamente. "A comuna está deserta, porque as pessoas estão a deixar as comunidades para se deslocar para a cidade Luanda", assevera o administrador adjunto.

Com dois enfermeiros, o posto médico funciona todos os dias. Os partos são realizados por parteiras tradicionais com formação dada pelo Ministério da Saúde. O paludismo, doenças diarreicas e a conjuntivite são frequentes. A doença de sono foi vencida. Joaquim Sabão e o funcionário mais jovem na Administração. Tem 27 anos e há quatro trabalham em prol da comuna. Fala com propriedade sobre a vida da população e aborda com preocupação a necessidade da construção de mais urna escola e de pelo menos onze professores. Demba Chio tem apenas urna escola, do ensino primário. No período da manhã e frequentado por crianças da iniciação a sexta classe. De tarde, a escola recebe alunos do primeiro ciclo.

Casa dos professores

Os professores e enfermeiros vivem em casas de pau-a-pique, muito antigas, sem janelas e com chão de barro. As chapas de zinco ganha a cor da ferrugem e furos que passagem a agua das chuvas. As portas são igualmente de chapa de zinco sem fechaduras.

São catorze horas e a escola está vazia. Poucos alunos nas turmas. Os professores residem em Luanda e estão atrasados. Entre as chapas e a paredes as salas, observam-se morcegos. Ribeiro Quibeto está apreensivo. Ele director para o primeiro ciclo. Franzino e de fácil trato, anda de turma em turma para cobrir os professores faltosos. Orienta os alunos e deixa ciclos de Língua Portuguesa. A dos professores fica a 80 metros. As condições dos professores são precárias. A porta de chapa de zinco te ruidosamente, apesar de ser ta com esmero. Sem janela, o quarto e muito escuro. O colchão está por cima de uma cama feita de pequenos troncos. As fossas da escola deterioram-se com as chuvas. Professores e alunos utilizam latrinas construídas por trás da escola. O director diz que os professores reclamam constantemente das condições da casa, motivo que os faz deslocar-se com frequência a Luanda.

Os escassos quatro passos do dormitório dos professores, foram construídas, há dois anos, duas residências. Uma para professores e outras para enfermeiros. Ribeiro Quibeto afirma que aguardam, ate ao momento, pela entrega das chaves.

Estrada

A casa do soba José Cabubulo fica defronte da escola. O soba remove o milho da espiga com a esposa Elisa Francisco. Logo que vê os visitantes faz um trejeito rápido sem transparecer a velhice. Verga-se quase todo para saudar e ao mesmo tempo tenta encontrar assentos. Ele faz parte do grupo de

camponeses que pretende criar uma cooperativa para angariar financiamento e desenvolver a actividade agrícola. José Cabubulo tem o rosto alegre e uma dose de humor. "O colono registou os meus irmãos menores como sendo meus mais velhos. A idade era na altura adivinhada. Eu tenho mais de 75 anos", diz em forma de gracejo quando tentava justificar a gaguez no momento de dizer a sua real idade. A banheira esta cheia de milho. "O que produzimos só serve para comer e mais nada", explica de punhos cerrados.

O administrador adjunto e o soba Cabubulo convergem quando nomeiam os problemas da comunidade. "Achuva e bem-vinda, mas quando cai, as pessoas já sabem que vão consumir agua da chuva e da cacimba. A cisterna não chega aqui devido ao mau estado da via", diz o ancião, Antes de ser indicado soba em 1990, foi coordenador do bairro na década de 70. De resto, como diz Júlio Zacambo, Demba Chio precisa de uma via terraplenada, água potável, energia eléctrica e a instalação de antenas para ter comunicação da rede móvel.

Elisa Francisco e Conceição Agostinho mantém-se caladas por pouco tempo. Mal a conversa com o soba chega ao fim, levantam-se e, em voz alta, Elisa apresenta outras dificuldades. "Faltam medicamentos e um laboratório de análises clínicas no posto médico. O abastecimento de agua e feito uma vez por semana. Faltam cantinas e lojas. Há desistências constantes das "mamas" as aulas de alfabetização, alegando cansaço."

6.2 A gestão das cidades

Jornal de Angola

29 De Julho de 2015

Os desafios da urbanização e gestão das cidades são temas de um seminário internacional que decorre desde ontem, em Luanda, numa iniciativa da ONG Development Workshop (DW), em parceria com o Ministério da Administração do Território e da Rede Aliança das Cidades.

O encontro reúne governantes, especialistas angolanos e estrangeiros para abordar um tema actual e com profundo impacto sobre as famílias e servirá para abordar experiências de Angola e internacionais sobre a gestão das cidades, políticas habitacionais e de ocupação de terras, bem como o estabelecimento de parcerias entre instituições públicas e privadas.

Os desafios da urbanização em Angola são complexos e numerosos, atendendo ao passado recente de conflito e os seus efeitos ainda visíveis em muitas áreas do país. Em alguns casos, os planos de

planeamento urbanístico ficaram condicionados pelos efeitos desastrosos do conflito armado, noutras circunstâncias deram lugar ao acondicionamento de famílias que fugiam das agruras da guerra.

O crescimento das cidades angolanas, espécie de reverso da moeda em que do outro lado esteve o êxodo rural, representa um desafio dos tempos modernos, mas também uma oportunidade.

Atendendo à previsão segundo a qual nos próximos anos haverá maior quantidade de população a residir nas zonas urbanas, é fundamental que o crescimento das cidades se processe de forma que não se acentuem os problemas nas cidades. É bom que as cidades cresçam com garantias de condições de vida, habitabilidade, segurança e sustentabilidade.

As zonas periféricas ao redor de numerosas cidades constituíam e ainda constituem grandes desafios, atendendo às dificuldades para a sua requalificação e melhoria das condições físicas das mesmas. Mas trata-se igualmente de uma fase de oportunidade para que o processo de urbanização' de construção das centralidades e de requalificação das zonas periféricas decorra de forma sustentável em conformidade com o Plano Nacional de Desenvolvimento.

Este seminário, ao lado de outras iniciativas, constitui uma prova de que Angola não minimiza a planificação e gestão urbana, pelo contrário, nesta fase de reconstrução e desenvolvimento social há um engajamento do Estado para que tenhamos cidades sustentáveis. Os seminários desta dimensão justificam-se pela necessidade de, num mundo globalizado, haver troca de experiência, de partilha das boas práticas no que à urbanização e gestão de terras diz respeito.

O Executivo encara com satisfação iniciativas que promovam a parceria entre instituições públicas, privadas e cidadãos associados ou não em organizações para juntos fazerem face aos desafios impostos pelo crescimento das cidades. O empenho dos cidadãos é fundamental para que tenhamos um modelo participativo, facto que favorece o crescimento ordenado das cidades e assegura melhores condições de vida e habitabilidade.

Tratando-se de um assunto de grande relevância e com profundo impacto na vida das comunidades, não há dúvidas de que vale a pena envolver toda a sociedade. Precisamos todos de contribuir com ideias para que as nossas cidades cresçam de forma ordenada e que as zonas periféricas ao redor das cidades sejam um componente positivo desse crescimento e não um estorvo.

E muito bom o facto de, nestes encontros, os participantes da parte angolana trocarem experiências com representantes de países como o Brasil, África do Sul, Namíbia, Moçambique, Uganda, Zimbabwe e Bélgica, além de representantes das embaixadas destes países em Angola. Trata-se de um seminário relevante, numa altura em que o país realiza um conjunto de esforços para inverter o quadro herdado do passado recente em que a ocupação de terrenos nem sempre obedeceu aos critérios da planificação urbana, além de factores como segurança, habitabilidade e mobilidade.

Actualmente, o país ensaia uma estratégia de inversão do processo de construção desordenada que alterou profundamente o aspecto paisagístico das zonas urbanas de Cabinda ao Cunene.

Acreditamos que até quinta-feira, os especialistas, gestores e técnicos vão trocar experiências, apreciar os desafios da urbanização e da sua gestão. Temas como Gestão de Cidades e de Terras, Políticas de Fomento Habitacional e de Expansão e Crescimento de Cidades, incluindo a Gestão Participativa de Terras constam do programa do presente encontro, seguramente com importantes recomendações. Esperamos que os subsídios das discussões saídas do seminário internacional sobre os desafios da urbanização e da sua gestão das cidades em Angola sirvam as estratégias ensaiadas para termos zonas urbanas e periféricas sustentáveis.

Os contributos devem concorrer para que as comunidades, em colaboração com as instituições do Estado, contribuam para a criação de condições apropriadas para minimizar os efeitos gravosos da degradação ambiental e outros males sociais.

6.3 Angola regista aumento da taxa de urbanização

Jornal de Angola
29 De Julho de 2015
Texto: Edna Dala

A facilidade no acesso aos serviços e equipamentos públicos e a realização financeira são as principais razões da urbanização da população angolana, disse, ontem, em Luanda, o secretário de Estado para os Assuntos Institucionais e Eleitorais do Ministério da Administração do Território.

Adão de Almeida salientou, na abertura do Seminário sobre os Desafios da Urbanização e Gestão das Cidades, que em Angola são visíveis os desafios decorrentes da elevação da taxa de urbanização da população.

O rápido crescimento da população dos principais centros urbanos concorre com outros factores conjunturais e estruturais que nem sempre foram acompanhados de medidas de organização, controlo e gestão urbanas, considerou o secretário de Estado para os Assuntos Institucionais e Eleitorais do Ministério da Administração do Território.

O surgimento e crescimento de bairros desordenados, nos quais "é muito difícil, hoje, a instalação de infra-estruturas básicas para o abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica e saneamento básico" são a consequência do afluxo muito rápido de populações aos centros urbanos, explicou Adão de Almeida, que acrescentou continuar a população mundial a crescer, atingindo os sete mil milhões de pessoas, com uma taxa de urbanização de 54 por cento, com perspectivas de crescimento.

Para o caso de Angola, Adão de Almeida frisou que os indicadores não fogem à tendência global, pois as taxas de crescimento e de urbanização continuam a crescer. "De acordo com os resultados preliminares do Censo Geral da População e Habitação, dos 24,3 milhões de habitantes, mais de 15 milhões vivem em meio urbano, isto é, 62 por cento da população", referiu o secretário de Estado, que informou serem "inúmeras" as iniciativas do Executivo para minimizar o contínuo afluxo de populações rurais às cidades, algumas em execução e outras já concluídas, como a construção de centralidades em quase todas as províncias, a adopção de mecanismos modernos de gestão das cidades e a requalificação de bairros a nível nacional.

Adão de Almeida disse que no âmbito do plano institucional têm sido adoptadas medidas para enfrentar desafios resultantes da elevada taxa de urbanização, entre as quais uma maior desconcentração administrativa, em particular em Luanda.

O encontro, organizado pela Organização Não Governamental Development Workshop (DW), em parceria com o Ministério da Administração do Território e a Cities Alliance, visou promover uma parceria que permita uma troca de experiências e difunda as acções de Angola no contexto internacional, e partilhar as boas práticas em questões sobre urbanização e gestão de cidades adaptadas ao contexto local.

O gestor do sector de governação da Development Workshop, João Domingos, esclareceu que o encontro visou trocar experiências a nível internacional sobre questões de urbanização e gestão das cidades que permitam identificar modelos e lições que podem ser aplicados à realidade angolana. "Existe uma série de desafios colocados sobre a urbanização das cidades, mobilidade urbana, posse de terras, expansão da cidade e o seu crescimento".

João Domingos realçou que o planeamento que a cidade de Luanda desenhou precisa cada vez mais ser inclusivo e ter a participação dos cidadãos desde a sua concepção e discussão inicial. "Com a inclusão dos cidadãos em todos os processos, cada vez mais as pessoas vão ver os projectos como um património de todos nós e não como um bem do Governo".

Foram abordadas na abertura do Seminário sobre os Desafios da Urbanização e Gestão das Cidades questões sobre gestão de terras e desenvolvimento das cidades e municípios, políticas de expansão habitacional, autarquias locais e seus desafios e o compromisso dos cidadãos nos processos de desenvolvimento local.

O Seminário sobre os Desafios da Urbanização e Gestão das Cidades termina amanhã, com uma visita de campo ao projecto de requalificação urbana do Cazenga e à Centralidade do Kilamba.

O encontro tem a participação de representantes do Brasil, África do Sul e Moçambique.

6.4 Desenvolvimento municipal tem apoio garantido da Dw

Jornal Economia e Finanças
31 De Julho de 2015

A Development Workshop (DW) Angola tem apoiado os programas do Executivo angolano, em vários eixos da actividade socioeconómica, com maior destaque para a luta contra a pobreza urbana, além da estratégia para a descentralização e desenvolvimento municipal. Segundo o director da DW Angola, Allan Cain, que no workshop, apresentou a experiência da organização não governamental (ONG), na gestão participativa, disse existem várias oportunidades no meio urbano angolano, já que o Governo tem adoptado uma política "ambiciosa" que promove a construção de casas e visa neste processo, eliminar a maioria dos assentamentos designados como musseques. Neste aspecto, o gestor destacou o programa do Executivo angolano que pretende facilitar a

autoconstrução, que depois de concluído, prevê atingir um total de 685 mil casas em todo o território nacional.

O responsável revelou também a importância da Lei de Terras de 2004, que reafirma a autoridade do Estado como gestor e proprietário primário de todos os recursos fundiários.

A DW entende que se deve construir uma rede de pobreza urbana que defende o acesso equitativo a serviços básicos melhorados, assim como promover a tomada de decisão participativa em relação à gestão da terra e melhorar a segurança da posse.

Gestão de terras

Na sua intervenção, o director da DW Angola, destacou um estudo realizado por aquela ONG, em alguns municípios da província de Luanda, que teve por objectivo fornecer informações sobre as formas de acesso à terra urbana, em Luanda, para a autoconstrução através de mercados imobiliários formais e informais.

O projecto contribui para o desenvolvimento de políticas urbanas e gestão de terras nas áreas urbanas e periurbanas em Angola, além de avaliar os factores e agentes que governam os mercados informais de terra urbana em Luanda.

Do estudo concluiu-se que três quartos da população vivem nas áreas onde não tem a sua posse de terra legalizada.

O estudo revela que existe um mercado informal de terra significativo em Luanda, onde pelo menos 61,3 por cento das transacções envolvem pagamentos financeiros.

Estas transacções são consideradas como seguras e legítimas pela maioria dos compradores, e a maior parte delas são precárias ou inseguras visto que apenas 6,8 por cento podem ser justificadas com base em documentos oficialmente considerados legais.

Parceria

Em parceria com o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), órgão afecto ao Ministério da Administração do Território, a DW tem apoiado projectos que visam reforçar a capacidade técnica das administrações municipais e provinciais fortalecidas em áreas de mapeamento participativo.

Também colabora na gestão de informações sobre o terreno, uso de sistemas de informação geográfica, em linha com o modelo de domínio posse social (SDTM).

6.5 Requalificação de bairros melhora gestão das cidades

Jornal Economia e Finanças

Texto: Adérito Velo

O crescimento rápido da população dos principais centros urbanos, concorrendo com outros factores conjunturais e estruturantes, nem sempre foi acompanhado de medidas de organização, controlo e gestão urbana.

A afirmação é do secretário de Estado para os Assuntos Institucionais, Adão de Almeida, quando procedia, na passada terça-feira (28), em Luanda, à abertura do workshop de intercâmbio, realizado sob o lema "Os desafios da urbanização e gestão das cidades", numa organização da Development Workshop (DW) Angola, Ministério da Administração do Território e a Cities Alliance.

No seu pronunciamento, Adão de Almeida, sublinhou que o êxodo populacional provocou o surgimento e crescimento os bairros desordenados (construções em zonas de alto risco), nos quais, é "muito difícil", a instalação de infra-estruturas básicas para o abastecimento de água, o fornecimento de energia eléctrica ou para o saneamento básico.

"Tais situações espelham bem a dimensão dos desafios e a complexidade das soluções", destacou.

Programas estruturantes

O governante disse que tal como o que se verificou a nível mundial, onde a taxa de urbanização é de metade da população, cifrando-se em cerca de 54 por cento, cujas estimativas apontam para que em 2050 este número atinja a marca dos 66, em Angola os indicadores apontam para esta tendência de crescimento.

Para sustentar esta posição, Adão de Almeida, recorreu aos resultados preliminares do censo geral da população e da Habitação, que indica existência de 24,3 milhões de habitantes, onde pouco mais de 15 milhões vivem em meios urbanos, representando cerca de 62 por cento da população.

O governante entende que as maiores facilidades de acesso aos serviços e equipamentos públicos, bem como as maiores possibilidades de realização financeira, "são hoje um dos principais motivos da urbanização da população angolana".

Para se fazer face a estes desafios, o secretário de Estado para os Assuntos Institucionais, revelou que o Executivo angolano, projectou um conjunto de acções, baseadas na construção de centralidades em várias províncias e a adopção de mecanismos modernos de gestão das cidades, além das requalificações de bairros a nível nacional.

"Os processos, praticamente contínuos, de realojamento da população residente em zonas de risco, a construção de infra-estruturas sociais básicas, entre outras, revelam bem a atenção particular e cuidada que a questão tem estado a merecer", pontualizou.

Desconcentração administrativa

No plano institucional, Adão de Almeida, destacou as acções que têm sido adoptadas para fazer face aos desafios resultantes da elevação da taxa de urbanização.

Como exemplo, o secretário de Estado sublinhou que estão em curso projectos que visam uma maior desconcentração administrativa.

Neste particular, o realce recai para a província de Luanda, que já tem "alguma" autonomia administrativa como meio de reforçar a capacidade de intervenção dos municípios na resolução dos problemas directos das populações, tendo como lema central "A vida faz-se nos municípios".

6.6 O desafio das cidades

Jornal Economia e Finanças
31 De Julho de 2015

A reflexão permanente sobre a}; mais diferentes questões ligadas as desafios das nossas cidades exigem a participação de todos, para que se encontrem soluções duradouras.

A população mundial continua a crescer e atingiu já as sete mil milhões de pessoas, o que leva as cidadãos de cada país a terem uma participação mais directa na vida e gestão das cidades, numa altura em que a taxa de urbanização mundial é já de mais de metade da população, cifrando-se em cerca de 54 por cento, e continua a apresentar perspectivas de crescimento.

Estima-se que no ano de 2050, o número da taxa de urbanização mundial atinja a marca dos 66 por cento. Estes indicadores mundiais, como é óbvio, também já estão a se reflectir em Angola, que conta actualmente com pouco mais de 15 milhões de habitantes, representando 62 por cento da população.

A tendência requer o redobrar de iniciativas, o que motivou a realização em Luanda, de um workshop de intercâmbio, realizado sob o lema "os desafios da urbanização e gestão das cidades numa organização da Development workshop (DW) Angola, Ministério da Administração do Território e a Cities Alliance.

O evento juntou vários especialistas nacionais e convidados estrangeiros, que vieram dar as suas contribuições, com base as experiência}; dos seus respectivos países.

Em Angola, o Executivo tem desenvolvido vária}; acções, que desde o alcance da paz em 2002, estão a mudar o país, com tendência}; clara}; para um crescimento sustentável, apoiado em política}; palpáveis e exequíveis.

Como exemplo, está a melhoria da qualidade de vida dos angolanos, que através da reabilitação e construção das principais infra-estruturas socioeconómicas, o país tem estado a se agigantar.

Com a regulamentação em 2004 da Lei de Terras, que tem no Estado o gestor e proprietário primário de todos os recursos fundiários, o Governo angolano tem adoptado uma política ambiciosa que promove a construção de Casas e visa neste processo eliminar a maioria dos assentamentos designados como "Musseques ':

Neste processo, o Governo 'pretende facilitar a auto-construção dirigida, onde o cidadão adquire do Estado/Governo um lote de terra para construção da sua residência, num modelo já pré-definido.

Não menos importante é o processo de desconcentração administrativa, tendo numa primeira fase a província de Luanda, dando assim corpo a máxima de que" a vida faz-se nos municípios para que os cidadãos tenham participação activa e efectiva.

É nos municípios que Executivo angolano tem centrado as suas atenções daí, a realização das feiras anuais dos municípios, para em conjunto e em conformidade com a especificidade de cada localidade, se encontrem medida}; eficazes rumo a um crescimento harmonioso.

6.7 Luanda avança com programas para acomodar crescimento local

Jornal Economia e Finanças

31 De Julho de 2014

Texto: Isaque Lourenço

Os dados demográficos indicam que a cidade de Luanda, até 2030, poderá atingir a cifra de 12 milhões de habitantes, contra os actuais pouco mais de seis apurados no censo geral da população e habitação realizado no ano passado.

Para dar resposta a este crescimento, as autoridades da capital têm gizado um plano urbanístico. Também conhecido como "Plano director geral metropolitano de Luanda", a sua implementação até 2030 acontece sob o slogan "Luanda cidade inovadora" e vai estar pronto para análise do Executivo já no próximo mês.

O referido plano visa organizar, estruturar e construir da melhor forma em solo urbano do território de Luanda.

Tratando-se de um grandioso programa de reformulação da actual capital, o Presidente da República criou, em certa ocasião, o conselho de coordenação estratégica de Luanda.

A estratégia de desenvolvimento da cidade de Luanda, aprovada pelo referido organismo, assenta a sua mudança em três pilares fundamentais, designadamente a habitabilidade, a estética e o crescimento sustentável e atractivo.

Habitabilidade

Relativamente à habitabilidade, indica que a mesma engloba o saneamento, o abastecimento de água e energia e a existência de equipamentos sociais. A estética contempla a preservação da paisagem e da sua identidade.

A estratégia, definida para um período de 15 anos, visa fundamentalmente tornar a cidade capital mais compacta, com variedade de pólos económicos, por forma a assegurar o emprego próximo dos lugares de residência, com maior desconcentração em relação ao centro, garantindo-se a ligação dinâmica com as centralidades, com áreas verdes protegidas e com uma orla costeira maximizada.

A visão estratégica para o desenvolvimento da cidade de Luanda tem por base, por um lado, manter a cidade antiga como centro histórico, cultural, político e turístico e, por outro, modernizar e estruturar junto aos rios Cuanza e Bengo um centro económico, industrial, agro-industrial e uma praça financeira.

Neste quadro, a Barra do Cuanza terá um desenvolvimento sustentável de baixo impacto ambiental e quaisquer projectos costeiros serão sujeitos ao plano de ordenamento da costa marítima.

A estratégia abarca, também, a questão da rede rodoviária, visando aumentar a sua capacidade, com realce para a rede de vias rápidas existentes, bem como a criação de outras vias integradas e eficientes de transportes públicos.

Arquitectos

O presidente da Ordem dos Arquitectos de Angola, Victor Leonel, acompanha com bastante interesse às discussões que são promovidas à volta do plano director geral metropolitano de Luanda.

Segundo disse ao JE, daquilo que lhe foi dado a ver, o documento em elaboração procura dar resposta aos vários constrangimentos actuais, pois nele estão já contempladas soluções sobre a existência de parques de lazer em quantidade e localização aceitáveis. Há, igualmente, de acordo com o responsável, uma resposta muito clara acerca da mobilidade e zonas de implantação de metros e outros meios inteligentes de transportes. A definição clara de áreas de construção de habitação, zonas verdes e de cultivo são outras das características do plano bastante aplaudidas pelo arquitecto.

Tratando-se de um guião de como se deve fazer e em que direcção se deve seguir, o arquitecto Victor Leonel lembra que Luanda tem, neste momento, controlado cerca de 780 profissionais, número suficiente para dar resposta aos desafios que se colocam nesse domínio.

A preocupação está com as outras províncias, uma vez que apenas Benguela e Huíla com duas escolas e Huambo, Cabinda e Namibe com uma cada, respectivamente, estão a dar formação superior em arquitectura.

Ainda assim, admite que estas escolas, atendendo à densidade populacional das províncias em que estão fixadas, poderão num prazo de cinco anos formar em número desejável os técnicos pretendidos. Depois disso, sugere que sejam revistos os planos de formação e de licenciamento de escolas, para evitar que técnicos superiormente formados, estejam no desemprego.

A União Internacional dos Arquitectos recomenda um arquitecto para cada dez mil habitantes.

As estatísticas do sector avançam que 92 por cento dos profissionais residem em Luanda. Destes, 82,26 por cento apresentam-se em autoria e outros 17,74 em co-autoria.

A Universidade Agostinho Neto lidera os índices de formação (43,88 por cento), seguida da Metodista (18,46) e a UPRA (15,90) como as que mais formam arquitectos.

6.8 Oferta de habitação poderá aumentar nas províncias do Cuanza Sul e Cabinda

Jornal Economia e Finanças
31 De Julho de 2015

A oferta de moradias no município do Ebo, província do Cuanza Sul, vai aumentar este ano, com a conclusão de 100 das 200 casas sociais previstas para a circunscrição, disse recentemente à Angop, naquela localidade, o administrador local, Rui Miguel.

Em declarações à Angop sobre o programa de fomento habitacional, o administrador adiantou que a edificação dessas residências teve início no último trimestre de 2014, estando concluídas 87 casas.

"Essas casas vão oferecer uma vida condigna às famílias, bem como atrair quadros para o município", frisou o administrador.

Segundo Rui Miguel, a par dessas moradias, foram construídas 20 casas evolutivas nas comunas do Condê e Quissange.

O município do Ebo dista 160 quilómetros da cidade do Sumbe (capital da província) e tem uma população estimada em cerca 158.051 habitantes, na sua maioria camponesa.

Mais casas em Cacongo

Ainda no sector habitacional, cerca de 140 casas sociais das 200 previstas para a localidade do Zenga, município de Cacongo, província de Cabinda, encontram-se concluídas, soube a Angop.

A informação foi revelada pelo secretário local das Infra-Estruturas e Equipamentos, Pedro Faustino Zau, tendo avançado que a conclusão das outras 60 casas está prevista para Outubro deste ano.

De acordo com o responsável, a empreitada, iniciada em Abril de 2012, está a cargo de empresas construtoras locais.

Sublinhou que as residências são da tipologia T3 e foram erguidas no âmbito do programa de construção de 200 fogos por municípios, em curso no país. O município de Cacongo tem 1.732 quilómetros quadrados, cerca de 21.000 habitantes e é

constituído pelas comunas de Lândana, Dinge e Massabi.

A sede municipal tem crescido bastante nos últimos tempos com o surgimento de investidores no ramo hoteleiro. Além do petróleo

as suas praias são ricas em peixe e outros frutos do mar.

6.9 Relação económica com a China abriu um novo capítulo-José Eduardo dos Santos

Jornal República
03 De Julho 2015

O presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, afirmou, em Luanda, que na relação económica com a China se abriu um capítulo novo e importante, referente ao estabelecimento de parcerias entre empresas angolanas e chinesas; nos sectores publico e privado,

Discursando na abertura da III sessão extraordinária do Comité Central do MPLA, José Eduardo dos Santos referiu que esta parceria ira permitir a produção, em Angola, de parte dos materiais que serão utilizados nas empreitadas das obras publicas levadas a cabo no quadro dos contratos celebrados com empresas chinesas.

De acordo com o presidente do MPLA, uma comissão do Governo esta a terminar a elaboração dos planos executivos para assegurar a aplicação dos recursos obtidos nas linhas de crédito e destinados ao investimento público com a discriminação de todos os projectos. Afirmou que foi revista a Lei de Investimento Privado para desconcentrar a aprovação do investimento e reforçar a autoridade dos ministros dos respectivos sectores nesta matéria, eliminando-se assim a interferência do Parlamento neste assunto, cuja competência a Constituição atribui ao Executivo.

"Será conveniente que esta lei seja aprovada com urgência para tornar maia célere o procedimento para aplicação da política sobre o investimento no nosso país": defendeu José Eduardo dos Santos. Para o presidente do partido governante, a desconcentração da politica do investimento e a consequente melhoria do ambiente de negócios e uma medida decisiva para o surgimento de mais empresas e o crescimento da economia e do emprego.

"Precisamos de criar milhares de empregos e milhares de empregos por ano e de proteger o emprego dos angolanos", reforçou. Participam nesta reunião, que decorre no Complexo Turístico Futungo II, município de Belas, e com o término previsto para hoje, 244 membros dos 311 que integram o Comité Central do MPLA.

6.10 Juventude, desemprego e casa própria

Economia e Mercado

Texto: Sebastião Vemba

A luta pela obtenção de casa própria e extensiva a grande maioria dos angolanos e inclui todos os níveis sociais. Porém, este sonho, que para muitos é sentido, dramaticamente, como um pesadelo, e vivido de forma agravada, e particularmente penosa, pela juventude, pois os jovens são fortemente penalizados pelo desemprego, conforme admite o Ministro de tutela, sendo que este constitui um dos seus maiores problemas.

As taxas oficiais de desemprego no país rondam as 26%, mas, de acordo com especialistas, se considerarmos as pessoas ocupadas em actividades informais, este número é ainda maior, com especial incidência na juventude e principalmente quando se trata de conseguir o primeiro emprego.

Contrariamente à promessa feita pelo Governo angolano, em 2008, de criar, em quatro anos, um milhão de postos de trabalho, aproveitando o processo de diversificação da economia, que hoje é referência obrigatória nos discursos dos governantes, embora existam muitas dúvidas sobre o seu andamento e resultados reais, passados quase seis anos, a verdade é que o desemprego ainda é grassa entre a população angolana, tornando-se urgente a criação de uma agenda participativa e realista sobre o emprego no país.

Voltando à juventude, há ainda um outro problema de fundo e a exigir uma resposta urgente. Com efeito, esta é a formar-se um quadro, não menos grave, que assenta no aumento do número de jovens profissionais, alguns bem qualificados e altamente competitivos que, despedidos da ilusão inerente à sua condição etária e de perspectivas de futuro, são confrontados com a dura realidade e draconiana tarefa de conseguir casa própria.

A construção das centralidades veio alterar e trazer uma nova esperança de melhoria na oferta do mercado imobiliário, mas se esta for apenas uma política isolada e circunstancial, a melhoria será sol de

pouca dura. Ou seja, apesar dos programas habitacionais em curso, os quais resolveram parte do problema, ainda que com alguma conturbação e aproveitamentos políticos, é necessário que não se trate o problema da casa própria para a juventude como uma questão desarticulada do programa nacional de fomento e criação de emprego.

Por outro lado, o sector imobiliário privado deve diversificar e inovar a sua oferta, de modo a atingir a tarjeta da população ainda jovem, mas que já vem tendo poder de compra, malgrado ainda insuficiente para suportar a compra de um imóvel nos moldes e preços existentes, ou ainda, ser confrontado com a frustração de supostamente ter os rendimentos suficientes, mas não ser elegível.

Para terminar, embora sirva para um próximo contraponto, algumas linhas para as famílias recentemente desalojadas nos bairros Chicala I e II. Se o objectivo é, como incessantemente tem sido propalado, garantir às pessoas não só melhores condições de habitabilidade, mas acima de tudo uma melhor qualidade de vida, que estas acções sejam intensificadas e alargadas a outros bairros em situação de risco. Mas, se não for esta a finalidade, que haja maior ponderação, pois não faz sentido desalojar pessoas, roubando-lhes a vida, pobre mas própria, transferindo-as para bairros supostamente sociais, mas sem as mínimas condições de sociabilidade.

6.11 Administrações devem impedir novas tragédias

Jornal de Angola

24 De Julho de 2015

Texto: Arcângela Rodrigues

As administrações municipais de Luanda foram, ontem, em Luanda, exortadas, pela vice-governadora de Luanda para a Área Técnica e Infra-estruturas, a criarem condições que evitem a ocorrência de "situações catastróficas" para a população durante a época chuvosa.

Njila de Carvalho disse, na abertura da reunião da Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros de Luanda, ser importante que durante o tempo de cacimbo "se criem estratégias e condições de modo a evitar-se situações catastróficas para a população", e acrescentou que as administrações municipais devem ter um domínio das zonas de risco.

"As campanhas de sensibilização devem ser reforçadas nos órgãos de comunicação social, solicitando o apoio da sociedade civil, igrejas, comissões de moradores, escolas e sementeiras de

forma a encontrarmos uma (mica linha de trabalho para a redução da sinistralidade que tem vitimado muitas famílias na nossa província", disse a vice-governadora na reunião que analisou a época chuvosa 20 14- 2015 e plano de contingência ate 2017.

O chefe de secção de Planeamento e Operações do Comando Provincial de Luanda dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Flávio Chibumdi, informou que os municípios de Viana, Cacucaco, Cazenga, Luanda e Icolo e Bengo são os que registaram mais vitimas humanas e prejuízos materiais.

6.12 Baía de Luanda: Um Mega Projecto financiado em Angola

Jornal O Mercado

7 De Julho de 2015

Texto: António Pedro

Afinal, como foi desenhada a concretização dessa mega empreitada cujo investimento privado atingiu aos milhões USD em benefício de uma obra pública?

Gustavo Zacarias, director financeiro, e Tomás de Oliveira, director do departamento jurídico, falaram ao Mercado: "Poucos são os sítios no mundo onde se fez um projecto desta envergadura e natureza, porque o Estado fez uma obra estruturante sem despende quaisquer fundos".

O Estado não gastou quaisquer verbas na obra de requalificação da Baía de Luanda, que é a avenida mais emblemática de Angola.

Mas como funcionou o project finance para a Baía de Luanda? A antiga Avenida 4 de Fevereiro era de quatro faixas, duas para cada lado, onde não havia divisão central, e a Baía estava bastante poluída e assoreada.

Há cerca de seis a sete anos, para quem se recorda, junto ao restaurante Rialto, durante a maré baixa, podia haver pessoas a apanhar bivalves no meio da baía, e as águas residuais desaguavam quase todas na baía.

Para a materialização do investimento de cerca de 450 milhões USD, a Sociedade Baía de Luanda teve de escolher empresas habilitadas e com os meios técnicos para fazer a obra.

No caso das dragagens, foi seleccionada uma empresa belga, com uma vasta experiência em construir diques, que fez deslocar por mar dragas, desde a Bélgica para a Baía de Luanda, para fazer toda a obra pública.

A empreitada, em termos de dragagem, envolveu a remoção de muitos metros cúbicos de areia que poderiam ter sido deitados em alto-mar, mas foram aproveitados para a criação de áreas artificiais.

"Com as areias criou-se a nova marginal", relatam, em uníssono, Gustavo e Tomás, surgindo assim novas zonas públicas e parcelas de terreno sobre o mar da baía: uma parcela junto ao Hotel Presidente e ao Porto de Luanda, outra junto ao viaduto que foi construído de raiz, à entrada da ilha, e uma outra junto ao Hotel Panorama, ao passo que uma última no fim da ilha.

A título de exemplo, a parcela A, que se encontra junto do porto, tem cerca de nove hectares edificados com recurso à areia resultante do processo de dragagem. A parcela 3, junto ao Hotel Panorama, que tem uma dimensão muito maior, foi também resultado das areias dragadas.

"Esta obra pública foi suportada apenas por investidores privados, com capitais próprios, e também com o apoio da banca nacional, que em contrapartida receberam o direito de superfície das parcelas, para poderem proceder ao seu desenvolvimento imobiliário", disse Gustavo, reforçado pelo seu colega Tomás.

Tomás detalhou que o desenvolvimento imobiliário inclui as concessões para a exploração dos espaços comerciais a edificar, dos equipamentos de publicidade, dos parques de estacionamento executados e ainda a possibilidade de realizar e promover eventos culturais na parcela B, como se tem visto na altura da passagem de ano.

Nesse modelo de project finance, o Estado conseguiu renovar toda uma artéria fundamental e bastante extensa - com cerca de 3,2 km - sem qualquer esforço financeiro.

Outra das razões para o sucesso financeiro do projecto reside no facto de a mesma ter utilizado uma matéria-prima resultante dos próprios trabalhos, uma vez que as areias retiradas do fundo da baía serviram de matéria-prima para as dragagens.

Novos activos imobiliários

Os activos imobiliários, dados em contrapartida pela obra pública, para além das parcelas A e 3, são enormes.

Existe ainda a parcela B, que fica junto ao Baleizão ou à Praça Amizade Cuba-Angola, que é uma parcela dedicada essencialmente a eventos culturais, permite também a construção de um espaço cultural, um

centro de convenções, um anfiteatro, tudo o que seja de componente cultural.

Depois existe a parcela 1, junto à entrada da ilha, ladeada por um viaduto novo, baptizado como Ponte da Kianda, que foi inaugurada pelo Presidente da República, em Agosto de 2012.

"Esta já tem em curso o licenciamento da obra, há-de ser um complexo imobiliário composto por cinco torres, uma habitacional e quatro para escritórios", diz Tomás.

O desenvolvimento deste projecto imobiliário está a ser executado por um promotor nacional, que essencialmente conduz interesses de vários investidores nacionais.

Na parcela 3, situa-se na Ilha do Cabo depois de se atravessar a ponte, por detrás do Hotel Panorama, já está em curso a obra de loteamento, sobre a qual serão construídas as infra-estruturas públicas, a contenção marítima, os passeios e os arruamentos.

Em termos de execução à contenção marítima, a empreitada encontra-se 50% concluída, e as demais infra-estruturas públicas da parcela 3 deverão estar concluídas até ao fim do corrente ano, podendo, eventualmente, haver um atraso de cerca de um mês, contudo é intenção da Sociedade Baía de Luanda que em Janeiro de 2016 o loteamento esteja concluído. Do loteamento feito na parcela 3 resultaram salotes, dos quais em dois deles já estão em construção dois edifícios, que contam já com a respectiva estrutura concluída. Noutro lote desta parcela, já foi construída a estação de abastecimento da Pumangol.

O referido posto de abastecimento de combustível foi a primeira obrada parcelas, por ser uma infra-estrutura de que a cidade precisava. Está ainda previsto um hotel, um centro comercial e mais dois lotes de equipamentos: uma clínica, uma escola ou um colégio.

6.13 Terrenos para construção de casas loteados este ano

Jornal de Angola

15 De Julho de 2015

Texto: Joaquim Júnior

Os primeiros investimentos imobiliários na reserva fundiária do Catapa, no Uíge, começam a surgir no início de 2016, revelou ontem o secretário de Estado do Urbanismo, Nhangá de Assunção, após visita às obras de infra-estruturação.

Nhangá de Assunção recebeu dos técnicos informações detalhadas sobre os trabalhos desenvolvidos no local onde as obras estão a ser executadas.

Parte das infra-estruturas básicas de apoio ao projecto já foram realizados, como os arruamentos, colocação de lancis, redes de esgotos, abastecimento de água e instalação de equipamentos de telecomunicações. Até ao fim do ano os terrenos são loteados para receber os primeiros equipamentos imobiliários, informou o secretário de Estado do Urbanismo.

As infra-estruturas em construção na reserva fundiária do Catapa pretendem atrair o sector privado a investir na região, sobretudo na construção de equipamentos sociais que beneficiam a população que vive à volta da reserva fundiária. "As propostas dos agentes económicos interessados na execução de projectos imobiliários no local já satisfazem as pretensões do Ministério do Urbanismo e Habitação."

O Executivo cria as condições para atrair grandes investimentos na região e as informações recebidas no terreno indicam que existe uma boa resposta de investidores, explicou o secretário de Estado do Urbanismo "E desta forma que o Governo tem o retorno do investimento feito na infra-estruturação deste espaço."

A reserva fundiária do Catapa tem uma extensão de 100 hectares, divididos em lotes habitacionais para 3.230 famílias, áreas para a construção de indústrias, serviços e actividades comerciais.

"O programa de autoconstrução dirigida tem um grande peso no programa de Urbanismo e Habitação em curso no país, pois, com estas reservas vamos permitir que mais jovens possam ter um terreno para construção da sua casa, mas seguindo um padrão definido pelo Governo", afirmou o secretário de Estado do Urbanismo.

No Catapa já estão construídas 100 habitações para a juventude, que aguardam apenas a conclusão das infra-estruturas integradas em curso no local, para a área ser habitável. O maior constrangimento constatado pelo secretário de Estado tem a ver com o facto de alguns moradores ocuparem ilegalmente parcelas de terreno na reserva fundiária, situação que está a ser solucionada pela Administração Municipal do Uíge, com vista a garantir o andamento normal das obras.

No bairro Candombe Velho, o secretário de Estado do Urbanismo visitou as obras das redes de águas residuais e fluviais, da energia eléctrica, asfaltagem das

ruas, arranjo de passeios e urbanização e paisagismo. Uma acção conjunta com a Administração Municipal do Uíge, para aproveitamento dos espaços livres existentes no interior do bairro para melhorar a qualidade de vida dos residentes foi sugerida ao Governo Provincial pelo secretário de Estado.

Centralidade do Quilomosso

Na companhia do governador provincial do Uíge, Paulo Pombolo, o secretário de Estado do Urbanismo visitou obras da centralidade do Quilomosso, projecto habitacional com 1.010 habitações já concluídas, das 4.500 previstas.

No local, o secretário de Estado-Nhanga de Assunção recebeu informações sobre os sistemas de abastecimento de água potável, de tratamento das águas residuais e de produção e distribuição de energia eléctrica e sobre os acessos viários.

O secretário de Estado do Urbanismo, Nhanga de Assunção, manifestou-se satisfeito com o estado das obras e referiu a necessidade de maior atenção aos acessos à centralidade, tendo recomendado a definição de espaços para a instalação dos serviços, áreas verdes e tratamento de resíduos sólidos.

A Cidade Horizonte Quilomosso integra prédios de quatro pisos com oito apartamentos cada, e moradias de um e dois pisos.

No município de Dange Quitexe, na província do Uíge, o secretário de Estado, Nhanga de Assunção, informou-se das obras de construção das 200 casas sociais em construção no âmbito do Programa Nacional de Habitação.

6.14 Autoconstrução com mais terras à disposição

Jornal De Angola

11 De Julho de 2015

Texto: Kamuanga Júlia

O Governo Provincial da Lunda Sul distribuiu ontem, em Saurimo, 66 lotes de terreno à população, para a autoconstrução dirigida, no âmbito do Programa de Ordenamento e Urbanização da Cidade.

A entrega simbólica dos lotes, situados nas imediações do bairro 4 de Fevereiro, numa área de mais de 1.881 metros quadrados, foi testemunhada pelos deputados do círculo provincial do MPLA e outros convidados.

O administrador municipal de Saurimo, Gregório Miasso, disse que na área preparada prevê-se também

a construção de armazéns para o comércio, escolas e outros serviços, além de espaços de lazer, e decorrem os trabalhos para garantir o saneamento básico.

A governadora provincial da Lunda Sul, Cândida Narciso, garantiu que o Governo continua a envidar esforços, com a ajuda das autoridades tradicionais, para a criação de condições para evitar as construções anárquicas nas comunidades.

A governante reiterou, por outro lado, o apelo para os cidadãos cumprirem as regras de construção, a fim de permitir a instalação de sistemas de abastecimento de água e de fornecimento de energia eléctrica.

6.15 Desvalorização do Kwanza está a 'ajudar' mercado imobiliário

Jornal Expansão

24 De Julho de 2015

Texto: Ricardo David Lopes

A desvalorização do kwanza tem ajudado à recuperação do mercado imobiliário nos últimos meses, revela o director-geral da Urbano Em entrevista por e-mail ao Expansão, Marco Cardoso assume que os primeiros meses do ano foram de recuo para a actividade. Mas garante que Angola se mantém como "um dos melhores países do mundo" para "investimento estrangeiro.

Segundo o responsável da imobiliária, que opera desde 2012 em Angola, no primeiro trimestre deste ano houve "quebras muito significativas em termos de volume de negócios". Neste período, explica, "estava toda a gente ainda muito apreensiva e à espera para ver o que acontecia", tendo em conta o impacto da queda do preço do petróleo.

Mas, actualmente, assiste-se a "uma recuperação muito expressiva, tanto a nível de volume como do valor", com o negócio a "aproximar-se dos números de anos anteriores, afirma, sem quantificar.

"Acho que as pessoas viram que, apesar do momento económico, a vida continua", diz o director-geral, que defende que "a desvalorização da moeda nacional tem alavancado muito esta retoma, porque as pessoas apercebem-se de que os kwanzas que possuem no banco valem menos a cada dia que passa, e a maneira mais segura de garantirem a rentabilização do seu dinheiro continua a ser através do investimento imobiliário".

Para Marco Cardoso, "Angola continua a ser um dos melhores países do mundo para investimento

estrangeiro, uma vez que tem um grande potencial de crescimento a médio e longo prazo".

Preços ajustaram nalguns segmentos

A capital do País, garante, "vai continuar a necessitar de satisfazer as necessidades crescentes de procura do mercado residencial e do mercado de escritórios. Contudo, "vai prosseguir a deslocalização de empresas para fora do centro financeiro da cidade durante os próximos anos", o que fará com que Talatona continue a crescer e a desenvolver-se como centro imobiliário. "Tanto a nível empresarial como residencial, Talatona consegue oferecer menores custos operacionais às empresas e melhor qualidade de vida aos seus quadros", sublinha.

Marco Cardoso confirma que tem havido "ajustes" nos preços em alguns segmentos do mercado de imóveis usados, mas rejeita que exista uma 'bolha imobiliária' em Angola. "Hoje já não se fazem negócios com os valores insensatos de finais da década passada", sublinha o director-geral, que admite que, nessa altura, por ter havido "um mercado muito informal e com pouca oferta de qualidade, existiu muita especulação".

"Se existiu uma 'bolha', já rebentou há algum tempo, e o mercado tem vindo a ajustar-se", diz. "Em todos os mercados, as oscilações da procura influenciam os preços, e é realmente em imóveis usados que se encontram alguns acertos nos preços", sobretudo no arrendamento.

Contudo, acrescenta, "este ajuste não é generalizado e acontece, principalmente, nos segmentos mais baixos, já que muitos imóveis tinham valores de renda de segmentos superiores".

Já no mercado de venda, "não se tem assistido a quebras nos preços", de forma geral. "Hoje temos um mercado muito mais segmentado. Existiram segmentos do mercado que sofreram ajustes nos preços, mas registamos outros em que os preços subiram", assinala Marco Cardoso, para quem o mercado angolano "começa a dar alguns sinais de maturidade".

"Por um lado existem cada vez mais players no mercado, sejam promotores, banca ou consultores, o que também significa mais oferta. Por outro, lado, este é um mercado cada vez mais formal e com uma banca muito mais rigorosa", factores que, defende o gestor, tornam o sector imobiliário angolano "menos propenso à especulação".

Quanto ao futuro da Urban, empresa de direito angolano, Marco Cardoso revela que, "apesar de planeado", a imobiliária ainda não está em mais

províncias para além de Luanda, colmatando esta situação "estabelecendo parcerias com agentes locais".

Baseada em Talatona, a empresa, para além do escritório principal, tem stands de vendas nos empreendimentos que comercializa e deverá abrir mais três pontos de venda até ao final do ano, diz, sem indicar as localizações.

A Urban está integrada no Mobilada Group, composto por empresas internacionais dos sectores da distribuição, construção, imobiliário, alimentação, arquitectura e arquitectura de interiores, turismo e retalho. Actualmente, está presente em Portugal, Líbano e Angola.

6.16 Como Pagar O Imposto Predial Urbano

Jornal De Angola

27 De Julho de 2015

Texto: Armindo Estrela

Jornal de Angola - Qual é a incidência do Imposto Predial Urbano (IPU)?

Miguel Panzo - O Imposto Predial Urbano é uma contribuição monetária que cada cidadão deve pagar ao Estado pela posse, detenção, usufruto de imóvel ou fruição de rendas referentes a imóveis. Este imposto incide sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos ou sobre o seu rendimento quando se encontrem arrendados. Todo o cidadão, nacional ou estrangeiro, que possua imóveis deve inscrevê-los na Repartição Fiscal da área da respectiva localização.

Jornal de Angola - 'Como se procede ao pagamento do Imposto Predial Urbano?

Miguel Panzo - Todos os anos, durante o mês de Janeiro, o contribuinte deve ir à Repartição Fiscal da área da localização dos imóveis, preencher o Documento de Liquidação de Impostos (DLI) e proceder ao pagamento do Imposto Predial Urbano na dependência bancária instalada junto da Repartição ou através do Portal do Contribuinte. Se a opção for pagar em duas prestações, deve o contribuinte repetir esse procedimento no mês de Julho de cada ano. Se o imóvel está já inscrito to na Repartição Fiscal, deve o seu titular actualizar o respectivo valor patrimonial. Para casos de imóveis não inscritos, omissos, devem os titulares dos mesmos proceder à inscrição na Repartição Fiscal da localização do imóvel. Em qualquer destes casos, devem os interessados apresentar a Declaração Modelo 5 do Imposto Predial Urbano na Repartição,

onde lhes é prestado todo o apoio e esclarecimentos para o respectivo preenchimento. Essa declaração pode, e deve, ser apresentada pelo proprietário ou qualquer outro beneficiário. Em última instância, cabe ao Estado, através da Repartição Fiscal, proceder à inscrição dos mesmos por sua própria iniciativa.

Jornal de Angola - Para esse fim, que documentos deve apresentar o cidadão?

Miguel Panzo - A Declaração Modelo 5, antes referida, deve ser acompanhada, sempre que possível, dos seguintes documentos: Memória Descritiva, Planta, Certidão ou título de constituição de propriedade horizontal, Título de Direito de Superfície e Escritura Pública ou Contrato Promessa de Compra e Venda. A falta de qualquer um dos documentos citados não impede a apresentação da Declaração.

Modelo 5 e a inscrição do imóvel, devendo o titular juntar, posteriormente, a documentação em falta. As informações prestadas pelos contribuintes na Declaração Modelo 5 de inscrição e alteração de prédios urbanos são tomadas pela Administração Geral Tributária como verídicas, isto até prova em contrário.

Jornal de Angola - Como é que um inquilino deve proceder para a regularização de um imóvel?

Miguel Panzo - Tratando-se de pessoa singular que não exerça qualquer actividade económica, não tem qualquer obrigação a cumprir, a não ser colaborar com a Administração Geral Tributária. No caso de pessoa singular ou colectiva que exerça qualquer actividade económica, está obrigada por lei a proceder à retenção na fonte de 15 por cento sobre o pagamento da renda. O imposto retido deve ser entregue à respectiva Repartição Fiscal até ao último dia do mês seguinte.

Jornal de Angola - Como se legaliza a fracção autónoma, por exemplo um apartamento, dentro de um edifício?

Miguel Panzo - A Declaração Modelo 5 para inscrição matricial dos imóveis em propriedade horizontal deve ser apresentada pelo respectivo administrador, mas se este não o fizer, compete aos condóminos cumprir essa obrigação.

Jornal de Angola - Assiste-se no país a um crescimento exponencial do parque imobiliário, mas grande parte dos edificios condomínios ainda não estão registados nas Repartições Fiscais Como proceder nestes casos?

Miguel Panzo - Todos os imóveis estão sujeitos a inscrição e tributação em Imposto Predial Urbano, logo que concluídos, ocupados ou com licença de utilização emitida, devendo a respectiva Declaração Modelo 5 ser apresentada até ao fim do mês seguinte. Para esse efeito, os proprietários devem apresentá-la na Repartição Fiscal da área onde se localiza o imóvel.

Jornal de Angola - E no caso das Centralidades?

Miguel Panzo - Os imóveis situados em Centralidades estão sujeitos às mesmas obrigações dos imóveis.

Jornal de Angola - Que factores pesam na avaliação dos imóveis? Como se faz a avaliação dos imóveis?

Miguel Panzo - Os factores intervenientes na avaliação fiscal do imóvel, designados coeficientes, são os seguintes: Província e Município da localização do imóvel, idade, afectação, disponibilidade de serviço (água, luz e saneamento básico) e área coberta de construção. A multiplicação destes factores determina o resultado da avaliação que, em princípio, corresponde ao respectivo valor patrimonial.

Jornal de Angola - Qual é a taxa do Imposto Predial Urbano e como se calcula?

Miguel Panzo - A taxa do Imposto Predial Urbano é de 0,5 por cento sobre o montante do valor patrimonial que exceda os cinco milhões de kwanzas. Para os prédios que se encontram arrendados, aplica-se a taxa efectiva de 15 por cento sobre o total da renda.

Jornal de Angola - A Administração Geral Tributária está a desenvolver a iniciativa das Brigadas Fiscais de Imposto Predial Urbano. Como vão actuar essas Brigadas Fiscais?

Miguel Panzo - As Brigadas Fiscais do Imposto Predial Urbano apresentam-se como uma das importantes medidas cujo objectivo é potenciar a arrecadação do Imposto Predial Urbano, regularizar os imóveis não inscritos, actualizar o valor patrimonial dos imóveis inscritos e fiscalizar o pagamento do imposto. As Brigadas Fiscais de Imposto Predial Urbano actuam externamente, solicitando que os contribuintes facultem toda a informação necessária no prazo legalmente previsto.

6.17 Juventude, desemprego e casa própria

Economia e Mercado

Texto: Sebastião Vemba

A luta pela obtenção de casa própria e extensiva a grande maioria dos angolanos e inclui todos os níveis sociais. Porém, este sonho, que para muitos é sentido, dramaticamente, como um pesadelo, e vivido de forma agravada, e particularmente penosa, pela juventude, pois os jovens são fortemente penalizados pelo desemprego, conforme admite o Ministro da Tutela, sendo que este constitui um dos seus maiores problemas.

As taxas oficiais de desemprego no país rondam as 26%, mas, de acordo com especialistas, se considerarmos as pessoas ocupadas em actividades informais, este número é ainda maior, com especial incidência na juventude e principalmente quando se trata de conseguir o primeiro emprego.

Contrariamente à promessa feita pelo Governo angolano, em 2008, de criar, em quatro anos, um milhão de postos de trabalho, aproveitando o processo de diversificação da economia, que hoje é referência obrigatória nos discursos dos governantes, embora existam muitas dúvidas sobre o seu andamento e resultados reais, passados quase seis anos, a verdade é que o desemprego ainda é grassa entre a população angolana, tornando-se urgente a criação de uma agenda participativa e realista sobre o emprego no país.

Voltando à juventude, há ainda um outro problema de fundo e a exigir uma resposta urgente. Com efeito, esta é a formar-se um quadro, não menos grave, que assenta no aumento do número de jovens profissionais, alguns bem qualificados e altamente competitivos que, despidos da ilusão inerente à sua condição etária e de perspectivas de futuro, são confrontados com a dura realidade e draconiana tarefa de conseguir casa própria.

A construção das centralidades veio alterar e trazer uma nova esperança de melhoria na oferta do mercado imobiliário, mas se esta for apenas uma política isolada e circunstancial, a melhoria será sol de pouca duração. Ou seja, apesar dos programas habitacionais em curso, os quais resolveram parte do problema, ainda que com alguma conturbação e aproveitamentos políticos, é necessário que não se trate o problema da casa própria para a juventude como uma questão desarticulada do programa nacional de fomento e criação de emprego.

6.18 Dívida obriga à venda dos apartamentos do Anangola

Jornal O PAÍS

31 De Julho de 2015

Texto: Milton Manaça

Alguns apartamentos do primeiro edifício erguido no âmbito do processo de requalificação do BO que serviria para acolher apenas moradores desta zona histórica de Luanda serão comercializados para liquidar a dívida com a construtora, informou a O PAÍS o representante da Comissão Ad-Hoc, Carlos Aberto Garrido.

Carlos Garrido disse que no encontro realizado a 9 de Maio, cujo teor está bem exposto numa acta a que este jornal teve acesso, o presidente do CACL informou igualmente que o edifício inaugurado em Agosto de 2014 não foi feito apenas para os moradores deste bairro.

Os pronunciamentos de José Tavares apanharam de surpresa os moradores que realçaram que "esta informação contrária à que foram proferidas inicialmente pela administradora do distrito de Sambizanga que em declarações ao Jornal de Angola de 16 de Dezembro de 2014 afirmou que nenhum estranho teria acesso aos apartamentos".

Na acta da reunião, os moradores sublinham que sempre lhes foi informado que o edifício Anangola, situado na Rua do Massangano, seria o primeiro de um total de três que tinha como objectivo exclusivo alojar os moradores cujas casas estão a ser demolidas.

"O que sempre nos foi dito, e isso é público, é que o prédio serviria para acolher os moradores daqui e ninguém seria realojado noutra zona de Luanda", reforçou Hélder Galiano, tendo acrescentado que as mesmas garantias foram reforçadas no acto de inauguração do edifício.

Segundo os representantes dos moradores, no decurso das conversações que serviu para avaliar o processo de requalificação e a forma como os moradores estão a ser desalojados, o responsável da CACL exibiu uma conta bancária que alegou pertencer ao Ministério das Finanças aonde os interessados na aquisição dos apartamentos deverão depositar dinheiro.

Para confirmar a autenticidade do documento, "solicitamos ao senhor José Tavares uma cópia da referida conta, mas ele recusou-se a fornecer, não

entanto, dar qualquer tipo de justificação", contaram os moradores.

No entanto, a Comissão Ad-Hoc entende que estas explicações visam tão-somente distrair a opinião pública e surgem na sequência de denúncias feitas pelos moradores de que alguns apartamentos já estão ocupados por pessoas que não pertencem ao Bairro Operário (como noticiou este jornal na edição 339).

Por isso, para criar transparência no processo, sugerem que se faça uma auditoria no processo de requalificação para se apurar as alega das irregularidades na ocupação dos edifícios, assim como a elaboração de uma edital de todos os moradores contemplados com apartamentos, cujos resultados devem ser publicados no Jornal de Angola.

Importa lembrar que o termo de responsabilidade distribuído às famílias a ocuparem apartamentos do edifício Anangola, estabelece no seu primeiro ponto da linha 'd' que a habitação cedida destina-se exclusivamente para residência do beneficiário e dos elementos do seu agregado familiar.

O mesmo documento em posse deste jornal, determina a proibição de qualquer outra utilização, nomeadamente, subarrendamento total ou parcial, cedência da casa ou exercício de actividades comerciais ou industriais.

Refira-se ainda que em Janeiro deste ano a Comissão Ad - Hoc do BO elaborou um dossier de preocupações e enviaram-no ao secretário- geral do MPLA, Dino Matross, que por sua vez remeteu ao gabinete do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

"Peço que esta explicação seja remetida ao conhecimento do Camarada Presidente", lê-se no documento.

'Não existe autorização para desalojamentos'

Contrariamente ao que se assiste no interior do bairro em que os moradores alegam estarem a ser confrontados com imposições e ameaças por parte de alguns funcionários da administração do Sambizanga forçando-os a assinar documentos para serem transferido ao Zango 3 e o edifício Anangola, o presidente da CACL garantiu na reunião que não existe orientação alguma para que os moradores sejam desalojados.

É que, de acordo com os moradores, José Tavares disse que "o processo encontra-se parado por ordens superiores", tendo questionado o administrador comunal do BO, Tony Caldas, sobre as razões que o levaram a ordenar os desalojamentos, mas este se

limitou a baixar a cabeça sem nada dizer, conforme explicou Carlos Garrido.

Ainda nesta vertente, acrescentou que foram informados que neste momento existem outras obras prioritários que não passam pela demolição do bairro, pelo que os moradores não são obrigados a abandonar as suas casas e no momento oportuno o Governo negociará com os proprietários.

Mas os proletários alegam que não é isto que se tem constatado, pois que os acordos saídos nos encontros quer com a administração comunal, assim como a administração distrital apenas têm ficado no papel, registando-se o inverso na pátria.

Por outro lado, o sector imobiliário privado deve diversificar e inovar a sua oferta, de modo a atingir a tarjeta da população ainda jovem, mas que já vem tendo poder de compra, malgrado ainda insuficiente para suportar a compra de um imóvel nos moldes e preços existentes, ou ainda, ser confrontado com a frustração de supostamente ter os rendimentos suficientes, mas não ser elegível.

Para terminar, embora sirva para um próximo contraponto, algumas linhas para as famílias recentemente desalojadas nos bairros Chicala I e II. Se a objectivo e, como incessantemente tem sido propalado, garantir as pessoas não só melhores condições de habitabilidade, mas acima de tudo uma melhor qualidade de vida, que estas acções sejam intensificadas e alargadas a outros bairros em situação de risco. Mas, se não for esta a finalidade, que haja maior ponderação, pois não faz sentido desalojar pessoas, roubando-lhes a vida, pobre mas própria, transferindo-as para bairros supostamente sociais, mas sem as mínimas condições de sociabilidade.

6.19 Escassez de material de construção dificulta edificação da casa própria

Jornal Grandes Notícias
31 De Julho de 2015

A carência de materiais de construção em Ambaca, Cuanza Norte, considerado pelos munícipes de Camabatela (sede municipal) como principal obstáculo para quem tenciona construir a casa própria. Pessoas contactadas foram unânimes em afirmar que a exiguidade de estabelecimentos de venda de materiais de construção, associado aos preços exorbitantes praticados no mercado local dificulta a implementação de um projecto de

construção da casa própria. Domingos Taho frisou que a falta de competitividade no mercado, faz com que o material seja vendido a preços que custam aos "olhos da cara" tornado difícil a construção da casa própria. Para si, o facto de uma carrada de areia custar entre 65 a 70 mil kwanzas, que demonstra claramente o verdadeiro cenário de especulação que caracteriza o mercado local. Esta realidade, avançou, faz com que grande parte dos jovens construa casas com materiais precários, como adobe, o que já não é compatível com as modernas técnicas de construção e com o novo plano de urbanização do Executivo que visa a erradicação dos musseques.

"Hoje em dia, os jovens Já não querem construir casas provisórias, mas os preços dos materiais de construção são tão altos que não conseguimos. Estas casas já não estão de acordo com os recentes planos de urbanização e não contribuem para a melhoria da imagem urbana", disse. Engrácia Francisco, que empreende a construção da sua casa, salientou que está a debater-se com inúmeros problemas, razão pela qual as obras já se arrastam a mais de três meses, tudo em função das dificuldades de aquisição dos materiais de construção. Celestino Kikoca defende a necessidade de a administração municipal criar estratégias que visam incentivar os empresários a investir na região, sobretudo no domínio da construção, de modos a diversificar as fontes de aquisição destes materiais. Para Benjamim Beati, gerente da única fábrica de blocos existente no município, o bloco custa mais de 100 kwanzas e os preços praticados têm a ver com os gastos decorrentes da sua operacionalidade, designadamente a falta de energia, água e da escassez da matéria-prima (cimento e areia). Ambaca tem somente uma loja de venda de material de construção e alguns outros postos, onde esporadicamente se vendem cimento e outros materiais.

6.20 “Estou muito triste com o que se passa na roa da Sambizanga”

Jornal O PAÍS

31 De Julho de 2015

A requalificação que a cidade de Luanda está a sofrer é positiva ou negativa, tendo em conta que estão a surgir muitos edifícios modernos e os antigos vão desaparecendo?

Em muitos casos é positiva e noutros não. Não lhe posso dar uma resposta taxativa, porque há soluções em Luanda do ponto de vista da arquitectura e do

urbanismo que me agradam. Há outras completamente aberrantes que não concordo.

Quais são estas soluções aberrantes?

Nós priorizamos a casa. Quando isso acontece e deixamos em segundo plano o urbanismo, essa solução é aberrante. O que as pessoas querem é o bem-estar, não é a casa em si como quatro paredes. É por isso que muitas vezes critiquei as pessoas que diziam que temos que construir milhares e milhares de casas. Sempre disse que vamos construir muitas cidades e não casas. Portanto, quando a gente começa a construir casas, ou mesmo prédios, sem olhar para o urbanismo estamos a destruir a cidade. Porque não estamos a dar bem-estar. Estamos apenas a levantar paredes. Aquilo que as pessoas chamam a política do betão. Se tivermos a fazer só betão e a colocar paredes, não estamos a fazer urbanismo e ir em direcção ao bem-estar das pessoas. Portanto, as soluções em Luanda que visam criar bem-estar, conforto às pessoas são soluções positivas. As outras são apenas soluções do ponto de vista económico e financeiro que beneficiam os seus investidores. Qualquer construção tem dois objectivos. Um que é ganhar dinheiro e a outra satisfazer as necessidades dos cidadãos, criar-lhe bem-estar. Quando temos uma solução que dissocia estes dois interesses, essa solução está errada.

'Está -se a respeitar a volumetria a nível da cidade capital, sobretudo depois de diversas advertências do IPGUL?

Em alguns casos não. Estou muito triste com o que se está a passar na rua da Samba. A volumetria aí me parece que viola todos os princípios da boa arquitectura e do bom urbanismo. A estrada da Samba é intermédia que dá vazão para estrada do sul. É uma estrada que devia ser preservada e respeitada. Aí estão a crescer edifícios que lhe vão tirar maior utilidade. A grande serventia daquela estrada vai desaparecer com aqueles os que estão a crescer aí. Essa é uma crítica que faço do ponto de vista técnico. Há edifícios de 15,20 ou 50 andares, mas é preciso saber porque é gente tem que fazer um edifício uma determinada área geográfica. Os edifícios altos geralmente, primeiro, para poupar em estruturas e, segundo, para criar comunidade mais próxima e criva. No primeiro andar posso colocar uma instituição comercial, no do escritório e no terceiro uma pessoa a morar. Essa pessoa pode ir mente ao escritório e fazer as suas compras. Eu crio aí uma espécie a cidade na vertical. É claro que o valor do terreno para atender a um número de pessoas também é de atracção para investimentos. Muitos investidores quando vêm para Luanda e dizem que querem ir na imobiliária, eles estão a olhar para esses dois factores.

O factor do valor do terreno pelo número de clientes que ele pode pôr dentro deste terreno. Daí a tendência para alguns investidores apostarem nos edifícios altos.

6.21 Governo aprova preços de venda das residências dos projectos habitacionais

Jornal Grandes Notícias
31 De Julho de 2015

O Governo do Bengo aprovou em Caxito, a proposta de preços a praticar na venda das residências dos projectos habitacionais executados na circunscrição.

A proposta, apresentada na 4a sessão ordinária, orientada pelo governador provincial, João Bernardo de Miranda, define que as residências construídas pelo Fundo Coca-Cola e concluídas pelo governo provincial estão avaliadas em quatro milhões de kwanzas. Sobre o mesmo assunto, a proposta refere que as residências construídas pelo Ministério da Construção devem custar seis milhões de kwanzas para amortização durante 30 anos. No encontro, o governo do Bengo apreciou favoravelmente o projecto de reconversão da concessão mineira da empresa Coreangol, no âmbito do processo de deslocalização da actividade mineira das zonas consideráveis de risco, na comuna das Mabubas. A Coreangol no cumprimento dessa exigência, apresentou um projecto que criará 96 empregos directos, integrado por cinco unidades fabris, nomeadamente de produção de cimento e blocos, telhas de cerâmica, mosaicos, caixilharia de alumínio e de fundição de dentes de escavadora, tendo recomendado a empresa a providenciar um estudo de impacto ambiental. Durante o encontro foi igualmente apreciado a proposta de redimensionamento das unidades sanitárias e recomendou a reformulação da referida proposta enfatizando as componentes humana, técnica e financeira para uma discussão ampla envolvendo os administradores municipais na próxima sessão.

Na sessão ordinária, o governo da província aprovou igualmente proposta de alteração do regulamento interno da Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia e apreciou o "dossier" da situação do programa Angola Investe, visando promover a concessão de créditos por via dos bancos comerciais, a micro, pequenas e médias empresas, empreendedores singulares e criar cerca de 300 mil empregos diretos até 2017.

Neste âmbito, o governo aprovou a proposta de criação de grupos de trabalho de acompanhamento

dos projectos do programa Angola Investe no Bengo, para acompanhar os sectores da indústria transformadora, materiais de construção, agricultura, pecuária e pescas, para monitorar os projectos financiados com incidência na província.

Os participantes, a 4a sessão ordinária do Governo do Bengo, tomaram conhecimento, entre outros assuntos, sobre as instruções do Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial relativa a elaboração do programa de Investimento Público para o ano de 2016, o processo de recrutamento e mobilização militar na província.

6.22 Lucrar com as centralidades

Jornal O PAÍS
31 De Julho de 2015
Texto: Domingos Bento

O Sector da habitação é dos assuntos mais bicudos e que frequentemente divide opiniões dos mais variados segmentos da sociedade angolana. A questão dos acessos e a gestão dos diferentes projectos imobiliários dificilmente reúnem consensos numa capital como Luanda onde, apesar do surgimento de várias iniciativas, ainda assiste-se à uma grande carência habitacional.

Com vista a dar respostas às muitas preocupações, o Governo apostou, nos últimos anos, na construção de centralidades na maior parte das províncias. Devido à sua densidade populacional que estão acima dos seis milhões de habitantes, Luanda foi a mais agraciada nesta empreitada com a alocação das centralidades do Kilometro44, Zango, KK Cinco mil, Cacuaco e Kilamba. As duas últimas, já habitadas, têm sido alvo de duras críticas por não reunirem uma série de serviços indispensáveis à uma vida socialmente confortável. Por este motivo, muitos moradores abandonam a comodidade dos apartamentos e vão em busca da realização das suas necessidades longe destes centros urbanos.

Segundo apurou O País, na falta de serviços dentro das novas centralidades, os bairros circunvizinhos, que na sua maioria enfrentam tremendos problemas no que toca a criminalidade, abastecimento de água e luz, saem a ganhar porque é lá onde aqueles moradores acorrem em busca de diversão, comércio e outros serviços.

Estendida numa área superior a três mil hectares, a centralidade de Cacuaco dispõe, actualmente, de dez mil apartamentos onde estão a residir cerca duas mil

famílias das 60 mil previstas este concentrado residencial "falta quase tudo", quem afirma é Manuel Zembo, morador.

"Viver aqui é fixe na medida que a pessoa tem um conforto maior e não se preocupa com essas cenas de luz e água. Aqui respira-se melhor tem-se uma perspectiva de vida diferente. Mas a vida que é vida vive-se mesmo nos bairros. Por isso é que estamos sempre do outro lado à procura de tudo: diversão, comida e até mesmo hospitais. As lojas que temos aqui não funcionam e nem todos têm condições de fazer compras no super mercado que está situado há quilómetros daqui", afirmou.

Todavia, enquanto na centralida as coisas não funcionam ao ritmo que se deseja, os moradores dos bairros vizinhos aproveitam a situação para "facturar". A porta das casas, que na sua maioria ficam há poucos metros da via expresso Cacuo/Viana, são montadas barracas e pequenas cantinas onde se comercializam diferentes tipos de produtos.

Luísa Agostinho, residente no bairro Sequele, não esconde a satisfação de ter como principal cliente moradores da vizinha centralidade "Eles vivem ali, no luxo, mas estão sempre aqui nas nossas cantinas. Procuram de tudo um pouco desde o peixe, carne, pão, arroz e outros produtos. Até quando querem fazer os seus grelhados é aqui, no nosso bairro, onde compram o carvão".

Já o mecânico Domingos António também morador da zona, vê uma mais-valia a construção da centralidade naquele perímetro. Tal como contou, a maior parte dos clientes que hoje procuram a sua oficina são residentes daquele centro habitacional. "Se o mano reparar bem vai notar que as pessoas que vivem aqui não têm carro. São mesmo de camada baixa. Todos esses veículos pertencem aos moradores da centralidade. Eles lá não têm oficina e são obrigados a recorrerem neste local"

Ainda de acordo com Domingo por ser o único mecânico naquela via, não sente-se no direito de especular o preço. Para ele, a fidelidade respeito e consideração pela clientela constituem principal arma do negócio. "As pessoas, as vezes, interpretam mal. Nem todos que vivem são ricos. Há lá também gente à rasca como nós. Por isso é que não posso explorar. Estabeleci um preço e vai de encontro com qualquer bolso. Somos angolanos, precisamos ajudar", explicou.

Por seu turno, Buco João assume te começou a lucrar quando a centralidade estava ainda em construção. De acordo com o jovem morador do bairro Terra

Vermelha, que dista há poucos metros do Sequele, não se pode negar que a centralidade atraiu coisas boas. "Fui ajudante pedreira durante as obras. Trabalhei lá alguns meses, mas tive de desistir porque os chineses pagam muito mal. Nem com isso devo deixar de reconhecer que o nosso bairro ganhou mais movimento com essa centralidade. Os moradores de lá quando querem se divertir descaem aqui porque dizem que ali não tem ambiente".

Pouca distância facilita emprego

Por outro lado, outro dos ganhos que a centralidade de Cacuo trouxe às populações das redondezas é questão do emprego. Diariamente verifica-se a grande movimentação de pessoas provenientes dos bairros da Vidrul, Sequele, Belo Monte, Kwata Cama e Terra vermelha que vão àquela infra-estrutura a procura de trabalho.

Sem o funcionamento das lojas e outras estruturas, a centralidade oferece, por enquanto, empregos nas áreas ligadas a jardinagem, culinária, serviços gerais e domésticos. É o caso de Paulo Katenda, jardineiro, que está já há seis meses a trabalhar naquele espaço. Para ele, ficou para traz o sofrimento de percorrer longas distâncias entre táxis e autocarros para chegar até ao antigo serviço que ficava localizado na Mutamba. "Agora tudo ficou mais fácil. Já não tenho problemas com essas coisas de táxis porque vivo do outro lado, no bairro da Terra Vermelha. Chegar aqui é apenas um passo".

Por seu lado, Maria Bernardo, doméstica, conseguiu também o seu primeiro emprego naquela centralidade. Visivelmente emocionada, a mesma diz sentir-se feliz por trabalhar a um passo de casa.

"Tão logo me apercebi que o novos moradores estavam a ocupar os apartamentos vim para aqui, bati a porta e encontrei uma vaga. Trabalho há nove meses como domestica e tem sido uma experiencia boa porque o pouco que ganho já dá para sustentar os miúdos lá em casa", atestou a jovem.

6.23 “Os problemas dos musseques só serão resolvidos quando tivermos autarquias”

Jornal O PAÍS

31 De Julho de 2013

Visitou há meses o Rangel onde nasceu e conhece os meandros da reconstrução de alguns bairros da

capital. Qual é o modelo que deveria ser adoptada nesta requalificação?

Falando concretamente do Rangel, a guerra provocou um êxodo muito grande das populações campesinas para a cidade de Luanda. Foram pessoas que vieram construir em Luanda e também familiares que vieram se juntar a outras que já estavam aqui. Num quintal onde havia 10 pessoas numa casa, passaram a ser 20. Não havia anexos e os quintais foram cortados para meter um e viver mais duas ou três famílias. Quando um país paralisa por causa de uma guerra prolongada, a primeira coisa que tem de fazer é trabalhar no saneamento e na mobilidade.

A água salobra e a degradação que existe em quase toda a extensão do Rangel está associado a isso?

No caso concreto do Rangel não se fez isso. É uma degradação que se multiplica exponencialmente, a cada ano que passa este momento, como ainda não se fez saneamento básico do Rangel, o que temos ali é um desastre verdadeiro. Todos os anos este desastre aumenta de nível. Portanto, mas também é preciso muito dinheiro para se fazer o saneamento básico e reurbanizar o Rangel todo. Por isso, digo que o problema dos musseques só vão ser resolvidos quanto tivermos autarquias montadas. Porque é uma loucura o Estado tentar fazer urbanização nos musseques.

O Estado, enquanto organismo central, tentar fazer reurbanização ou requalificação dos musseques é uma loucura. Tem que ser as autarquias, que são instituições públicas, a decidir como é que querem a sua requalificação. Portanto, temos que acelerar bastante em direcção à criação das autarquias, para que o próprio povo decida como é que deve ser a sua própria vida e a requalificação.

Quem for ao Palanca, no Kilamba Kiaxi, vai ver ruas asfaltadas, no bairro Popular estão a 'betonar' e noutras partes da capital. Tudo isso faz parte de um plano director ou são trabalhos paliativos?

Não obedece de um plano director.

Acho que são decisões tomadas ainda a nível das administrações municipais.

Portanto, mais uma vez a grande necessidade de acelerarmos com a constituição dos processos de autarquias para que elas próprias se municiem financeiramente, tenham uma autonomia administrativa e possam elas mesmas tomar decisões, contratar consultores e técnicos experientes e peritos que vão ajudar a materializar as ideias nascidas do próprio conselho ou da própria autarquia.

O que se pode esperar quando tivermos o plano director de Luanda?

Se o plano director de Luanda visa, no meu ponto de vista, criar circulares e resolver os problemas internos de Luanda sem ter em conta aberturas para o interior do país, nos moldes em que vos falei de pelo menos três eixos, vai redundar numa força contrária àquela que seria a ideal para desanuviar e descongestionar a cidade. Ou seja, poderíamos vir a incorrer num efeito boomerang. Se fecharmos a cidade de Luanda com circulares, e elas não tiverem ligação imediata com o interior, através de grandes linhas de fuga, uma para o interior, outra para o norte e uma para o sul, vamos ter o efeito boomerang. Todo o mundo vai entrar para Luanda e vai se congestionar ainda mais.

É preciso libertar Luanda do aperto a que se encontra. Não é fazendo arranjos internos, mas sim externos. Temos sempre que olhar para o plano director da cidade de Luanda numa perspectiva de entrada e saída. Não podemos ver o plano director como um quarto onde as pessoas entram por uma porta e depois não têm novas portas.

A cidade de Luanda neste momento está congestionada, tem uma demografia de cerca de sete milhões de pessoas, temos que ver através de um plano director como desanuviar a cidade, como fazer que as pessoas possam sair e entrar.

Não podemos fazer um plano em que as pessoas se sintam bem dentro e ficam fechadas por grandes circulares em espiral.

6.24 Moradores indignados e divididos

Jornal Inforsambila

Julho de 2015

Texto: Augusto Afonso

Os moradores, em declarações ao Inforsambila dizem sentir-se injustiçado na distribuição de casas no projecto zango e nos apartamentos dos prédios AnangoIa. Por este motivo os que abrangeram no Zango preferem voltar no bairro que os viu nascer. Segundo os moradores, a vida no zango é complicada, não há escola, hospitais, lugar de laser e estão Insatisfeito com o tipo de casas que estão a lhes ser entregue. Maria Simão Jungo1 residente do bairro disse, que as casas estão composta por três quartos, uma cozinha uma sala e casa de banho, quintal não vedado. Para ela, sair do bairro operário vai complicar porque para chegar no centro da cidade é necessário

madrugar, isso, de acordo com a fonte desestabiliza a situação das crianças que estão em idade escolar. Julião Dionísio, morador do bairro, há 15 anos disse que, enquanto uns nem, outros choram a quem pensa em tirar a sua própria vida por não beneficiar duma chave no zango, alguns estão a ser injustiçados no momento de distribuição das casas.

7. TERRA

7.1 Descartado envolvimento de militares

Jornal De Angola

27 De Julho de 2015

Texto: Rodrigues Tandala

O comandante da Região Militar de Luanda, tenente-general Simão Carlitos "Wala", abordou sexta-feira, com a Administração Municipal de Cacuaco, o alegado envolvimento de militares na ocupação ilegal de terras de civis.

Após serem recebidos pelo administrador municipal, Carlos Alberto Cavukila, a missão deslocou-se à localidade de Sequele, onde constatou os trabalhos de atribuição de lotes de terra à população e recolheu informações sobre as alegadas violações à ordem.

Simão Carlitos "Wala" constatou que as alegações não correspondiam à verdade, mas comprometeu-se a acompanhar as informações e, caso venham a confirmar-se, responsabilizar os prováveis ou presumíveis autores.

Ao representante da Região Militar de Luanda junto da Administração de Cacuaco, Simão Carlitos "Wala" orientou no sentido de acompanhar os acontecimentos diários e reportar ao comandante para tomada de medidas para a defesa do território.

Para se balancear o grau de cumprimento das orientações baixadas no encontro, as duas delegações agendaram outra visita dentro de 30 dias. O general Simão Carlitos "Wala" prometeu continuar a prestar apoio à população rural, particularmente das zonas sob sua jurisdição, para evitar conflitos com os militares.

Aos proprietários das terras, pediu que, junto das autoridades administrativas municipais, as legalizem, para evitar que sejam retidas por indivíduos desonestos. O comandante da Região Militar de Luanda disse ter verificado um bom relacionamento institucional, que tem permitido a observância dos limites dos espaços atribuídos à população e à unidade militar existente na área.

Ainda assim, orientou aos militares a manterem uma estreita ligação e cooperação com as autoridades administrativas para evitar o açambarcamento das terras da população e para observância e respeito às autoridades locais. Foi ainda orientada a manutenção

das boas relações entre autoridades militares e administrativas do município de Cacuaco.

Simão Carlitos "Wala" disse que visitas do género devem prosseguir nas várias regiões de Luanda, como forma de as autoridades acompanharem os vários acontecimentos e ao mesmo tempo evitarem o envolvimento de militares em acções delituosas. Efectivos da Região Militar de Luanda têm com a Polícia Nacional, começou no ano passado.

Estado a apoiar a Polícia Nacional no combate aos crimes violentos na capital do país. Segundo declarações recentes do general Wala, a criminalidade violenta em Luanda "baixou de forma substancial, devido ao patrulhamento conjunto entre elementos das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional". A participação da Região Militar de Luanda no combate à criminalidade violenta, em conjunto com a Polícia Nacional, começou no ano passado.

7.2 Em pouco tempo processo abortou

Jornal A Capital

25 De Julho de 2015

Texto: Osvaldo De Nascimento

Jurema Chiteculo, casada, a viver em casa arrendada, foi uma das interessadas. Segundo a nossa entrevistada, o processo foi tão concorrido que algumas vezes se tornou aborrecido por causa das longas filas que se formavam logo pela manhã.

"Havia uma certa organização, mas a presença de indivíduos fardados e outros armados, estava a intimidar um pouco a população, porque eles mostravam que tinham mais pressa que os outros", disse, acrescentando que havia entre os requerentes pessoas provenientes de vários pontos de Luanda e de outras províncias do país.

"Ainda sim", avançou, "deu para dar entrada da documentação". Por sua vez, Rafael Kinanga, esteve durante dois dias na bicha para conseguir um espaço. Só que, chegou tarde demais.

"Penso que foi um processo muito rápido, porque ainda há muita gente sem habitação ou terreno para erguer a sua residência", manifestou, sugerindo que a iniciativa deveria ser de âmbito provincial "para não termos que correr todos para um único local e com lugares limitados".

Acrescentou que durante o processo verificaram-se

algumas dificuldades provocadas pelos candidatos.

No processo de entrega de documentação no projecto Vila Verde Kativa, destinado para auto-construção de residências de alta renda, o movimento de candidatos foi grande.

O mesmo aconteceu no Maye Maye, projecto Vila das Ideias, onde existem lavras, cuja prioridade, será dada aos camponeses e alguns moradores de zonas de risco no município.

Contactado pela nossa equipa de reportagem, o arquitecto e director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro, José Pereira da Conceição, garantiu que o processo terá sequência. A paragem que se regista, adiantou, "é simplesmente para organização dos processos".

"Até agora temos em posse mais de 10 mil processos. Vamos dar prioridade àqueles que garantidamente nos provarem que não possuem, de facto, uma habitação e que têm condições urgentes para começar a construir", sublinhou, avançando que os mecanismos para se efectuar a triagem, residem nos cadastros que aquelas pessoas pedem ou possuem na legalização dos seus terrenos ou residências, tal como acontece a quem estiver cadastrado nas centralidades.

"Essas pessoas, até, podem ter vontade de ter um terreno. Porém, as que queremos são aquelas que têm necessidade", enfatizou, fazendo saber ainda que o espaço estabelece uma zona de três mil e 500 lotes para residências. Deste número, prossegue, 800 são para renda social, o local para o qual se pretende colocar a população que sairá das zonas de risco do Buraco do Iba.

"Teremos também espaços para renda média e alta. Para renda social os espaços estarão definidos em 15/15, equivalente a 225 mz, enquanto que para a renda alta e média serão 20/25, correspondentes a 500 mz", informou o director, para quem o projecto de loteamento inclui três áreas.

"Com a mudança da área de cultivo para a zona urbana, há a necessidade da inserção desses camponeses, que não possuem rendimentos altos. A Vila Verde Kativa, com 140 hectares, contígua à centralidade de Sequele, vai albergar construções de médio e alto padrão, assim como empreendimentos de lazer e turismo", especificamente hotéis, restaurantes, pequenos centros comerciais e espaços para recreação.

"As zonas inseridas no projecto devem estar enquadradas na requalificação do município, de modo a dar mais dignidade à vida das pessoas",

acresceu, prosseguindo, por outro lado, que as casas de renda baixa vão obedecer a um único modelo.

"Mas as pessoas com rendimento médio e alto podem solicitar alterações, desde que se enquadrem nos padrões do projecto", transpareceu.

Neste momento, frisou o entrevistado, os processos estão a ser seleccionados em função dos requisitos exigidos aos candidatos.

Não Queremos terrenos vedados

"Os processos que chegaram incompletos, são separados para depois serem alistados cada um na sua condição, e em função daquilo que é a capacidade financeira de cada pessoa", explicou, deixando claro que, por enquanto, ainda nada está definido.

"Esse processo é para todo o cidadão que não tem uma habitação, não apenas de Cacucaco. Também não é só Cacucaco que tem terrenos a nível de Luanda. Os outros municípios devem reagir para acudir a demanda dos seus municípios. Temos um número limitado e quando atingirmos a meta vamos fechar", apelou, ao destacar que é intenção do projecto, "evitar que venham para cá pessoas ocupar terrenos para guardar, evitar que haja segundas vendas".

"Muitos se inscrevem e depois tentam revender. Queremos no nosso projecto uma ocupação útil e efectiva dos espaços. Não queremos ver terrenos vedados sem construção. Chega de ocupar terrenos e abandoná-los", reiterou o aviso.

De acordo ainda com José da Conceição; na primeira fase ninguém deverá pagar nada. O loteamento a ser feito agora, sublinhou, destina-se àqueles que, de facto, precisam de casa própria.

"As pessoas que forem admitidas terão um prazo para o levantamento das guias para efectuarem o pagamento dos terrenos na Conta Única do Tesouro", só depois, já com o talão de depósito, entregá-le-ão no loteamento em que devem dar entrada do processo.

"Passado algum tempo vamos emitir título provisório do terreno e daremos 90 dias para as pessoas começarem a erguer os projectos", garantiu.

Grupos disputam prioridade

Terça-feira, 21, a reportagem A Capital esteve na zona do Maye Maye, onde constatou que um grupo de jovens tinha vandalizado uma máquina escavadora, partiram os vidros da mesma e correram com o maquinista que terra planava o local. O

maquinista Janeiro Sebastião, explicou que tudo aconteceu de repente.

"Estávamos a trabalhar na abertura de vias, eu e mais cinco colegas. De repente, um grupo de mais de 10 pessoas transportadas por motorizadas, apareceu e começaram a nos apedrejar. Ainda tentei recuar a máquina ameaçando-os, mas eles não recuavam. Aí começaram a nos apedrejar e a partir a máquina. Começamos a correr", contou, notando que teve mesmo que abandonar a máquina e pedir socorro no estaleiro. Foi necessária a presença do comandante municipal de Cacuaco, da Polícia Nacional, Joaquim do Rosário, com efectivos da Corpo ração, da Fiscalização municipal, bem como da Polícia Militar, que detiveram um total de 20 indivíduos.

Presume-se que os revoltosos sejam antigos proprietários das lavras ora em distribuição, uma vez que demos conta da existência de dezenas de casebres demolidos, dezenas de crianças, mulheres e jovens a pernoitarem naquele espaço sem as mínimas condições humanas.

"As terras são nossas", reivindicou uma anciã do bairro que para a população não se chama Maye Maye, mas sim 4 Abril.

"Chegamos aqui primeiro. Com é que priorizam pessoas de fora?" questionou Félix José, acrescentando que a população lá residente é oriunda do bairro dos Imbondeiros, na cercanias da centralidade do Sequele.

"Estamos aqui há quase dois meses. A Administração partiu as nossas tendas. Fomos pedir ajuda a administrador, mandou-nos esperar até agora", lembrou.

Sem meios humanos de sobrevivência, a população bebe água dos esgotos da centralidade. Uma senhora levou-nos até ao local e tomou meio litro de água suja, onde os mesmos tomam banho e tiram água para cozinhar;

"Esta água está a nos trazer diarreia" adiantou um menor.

No mesmo espaço, encontramos uma bebé recém-nascida, com apenas dois dias de vida. A mãe fez saber que antes vivia numa casa de renda mas, por causa das dificuldades optou pelas tendas.

Os populares dizem que são mais de dois mil residentes na zona, entre crianças, jovens e mais velhos.

Camponesas aplaudem

Dizem-se as únicas camponesas que sempre trabalharam aquelas terras só que, há meses, viram suas lavras serem ocupadas.

"Somos mais de mil camponesas mas a maioria fugiu dos bandidos. Chegavam e batiam nas mamãs. Está vamos a perder as nossas zonas de cultivo", pelo que, no entender de uma delas, Teresa Dias, o que a Administração está a fazer vai evitar mais sabotagem.

7.3 Terreno em Cacuaco. Administração apela à disciplina

Novo Jornal

31 De Julho de 2015

A suspensão do processo de recepção de requerimentos para obtenção de lotes de terreno teve a sua efectivação pouco antes do final da primeira quinzena de Julho. Os processos já recebidos passam agora por uma análise, para que seja observada a sua conformidade, o que vai condicionar a posição do requerente quanta ao lote de terreno requerido.

As zonas a serem loteadas são "Maie Maie", "Vila Kativa" e "Vila das Ideias". O director municipal de questão urbanística de Cacuaco e coordenador do maior dos três projectos esclarece que a ideia era que o processo fosse contínuo, mas "fomos forçados a interrompe-lo". "Um das coisas que nos dá garantias e que o regulamento geral das concessões de terra, no artigo 139, exige que as pessoas devam trazer um assento de nascimento que é um documento que leva uma certa morosidade na sua obtenção.

Esta situação impediu alguns cidadãos a entregarem os seus processos incompletos", frisou. José Ferreira da Conceição falou em números de entrada de processos que em 21 dias já tinham atingido a cifra de 10 mil. Segundo o arquitecto, a situação já estava a tornar-se incontrolável, uma vez que houve um incremento exponencial muito grande. "Houve a necessidade de revisão da condição logística com a contratação de pessoas que tem a responsabilidade de organizar e Cadastrar todos os candidatos a obtenção de um terreno, incluindo aqueles com processo incompleta", informou responsável que acrescenta ainda que as listas serão publicadas nalguns meios de comunicação tais como a televisão, a rádio local e as vitrinas de instituições do município onde exerce funções.

Questionado sobre as suas diferentes fases, informou que a primeira passa pelo cadastramento dos camponeses para que sejam compensados, uma vez que em processos anteriores estes eram indemnizados

mediante um valor monetário. O responsável avançou um número que totaliza quinhentos camponeses. Cada um deles receberá lotes de terra, fazendo uma comparação entre custo da urbanização e o terreno ocupado por cada um deles.

O que motivou a abertura deste processo, de acordo com o arquitecto, e o facto de muitos dos terrenos estarem a ser vandalizado por estranhos, tirando a possibilidade de o camponês ganhar alguma coisa com a ocupação desordenada do seu espaço e a consequente interrupção das suas actividades, situação que aconteceu no Belo Monte, área adjacente a zona da via expressa, no sentido Cacucaco Viana.

Ainda sobre a condição dos camponeses, o responsável falou da existência de um acordo feito já há algum tempo com a administração de Icolo e Bengo, mas que, por via da nova divisão administrativa, passou para a administração do Dande. O referido acordo resume-se na exploração de mil hectares de terra para onde serão transferidos alguns dos camponeses, garantindo assim a continuidade dos seus trabalhos; ao passo que aqueles que já não reúnem condições físicas para dar seguimento a produção agrícola serão colocados em pontos estratégicos para que possam exercer uma actividade comercial. Outra vantagem para estes contemplados será a recepção dos lotes com direito de superfície.

Quanto a distribuição, José Ferreira explica que será feita mediante um plano urbano. "O trabalho está a ser feito com base nos quatro eixos do urbanismo que são habitação, circulação, trabalho e lazer, para evitar o pendore de cidade dormitório, como se apresentam as centralidades já existentes", disse.

Respondendo a questão relacionada com a conclusão das construções, tudo dependerá da dinâmica que cada ocupante poderá imprimir. "Em caso de morosidade no arranque da obra, usaremos mecanismos da lei para levar as pessoas a que façam a sua construção atempadamente. Caso contrário, não haverá outra alternativa que não seja a confiscação do espaço".

Quanto as pessoas que vivem em zonas de risco, cuja situação se encontra pendente já há algum tempo, o director, enquanto coordenador do maior dos três processos denominado "Maie Maie", disseram que o mesmo abrange um total de novecentas. Estas famílias deverão ser retiradas das zonas do buraco do IBA e Boa Esperança.

No que toca aos processos que há já algum tempo foram entregues a administração com vista a

obtenção de terrenos, o funcionário da administração explicou que este é um caso que não está relacionado ao que está a ser agora realizado.

Quanto aos grupos organizados que vendem terrenos a pessoas mal informadas, Ferreira diz que a população não ajuda a denunciar oficialmente os detractores. "Os compradores deverão ser enquadrados nas pessoas que solicitam os lotes. Há os necessitados que, ilegalmente, ocupam os terrenos e que serão enquadrados no grupo de pessoas em situação de risco mas haverá a necessidade de alguma cautela para comportamentos e atitudes oportunistas". No capítulo da deslealdade de funcionários da administração, o responsável disse que as pessoas que se vêem injuriadas não denunciam, dando "o dito pelo não dito". E uma vez que, o processo entre para o tribunal, segundo a fonte, não se chega a conclusão pelo facto de os declarantes demarcarem-se e "o assunto fica em nada".

O processo de recepção de novos requerimentos será retomado logo que termine a análise e a avaliação dos pedidos entregues, segundo o responsável que apela a calma e a serenidade, garantindo o tratamento justo e imparcial de todos os requerimentos. Ernesto Goveia

7.4 Municípios em zonas de risco começaram a receber direitos de superfície provisórios

*Angop - Agencia Angola Press
24 De Julho de 2015*

Mário Narciso, um dos beneficiários, disse à Angop que possuir uma casa própria e em local seguro é o seu maior desejo, "antes residia no Cazenga em condições de risco, mas agora encontrei um bom sítio para a minha velhice".

Ana Joaquina, camponesa, que no passado viveu na área do buraco na comuna do Kicolo, agradece a iniciativa da administração municipal de Cacucaco e está pronta para cumprir com as orientações para a construção.

Nazaré Miguel, também agradece a iniciativa do Governo que tende a urbanizar as áreas e colocar nelas as pessoas em zonas de risco para o bem-estar das famílias.

O Director Municipal para a Área de Urbanismo, José da Conceição, disse que todos os beneficiários serão acompanhados por uma equipa de projectistas

que vai fiscalizar os trabalhos no local para que tenham uma zona de Cacucaco melhor e mais organizada.

“Esta zona habitacional vai ter vias de comunicação com a distribuição dos equipamentos em locais certos, onde cada pessoa vai ter o seu lugar e as crianças não vão andar quilómetros para chegar as escolas e a creches”, reafirmou.

Informou ainda que o projecto contempla no Mayemaye cerca de três mil lotes e na Vila das Ideias 1.450 lotes.

Os interessados devem pagar 37 a 40 mil kwanzas para os lotes 15x15 para residências de baixa renda, as parcelas e valores para as moradias de média e alta renda são superiores.

A vice-governadora para área política e social, Jovelina Imperial, disse na terça-feira, que a entrega simbólica dos terrenos surge em resposta da solicitação feita por camponeses da zona do Sequele que viram ocupados por marginais as suas lavras. Hoje estão satisfeitas e é preciso que elas as aproveitem.

Apelou ainda que estas pessoas cumpram com o prazo estabelecido de 90 dias, para o início da construção, vedação e todas as diligências necessárias para que os terrenos não fiquem expostos e outras pessoas tentem ocupar.

Por sua vez, o administrador municipal de Cacucaco, Carlos Alberto Cavuquila, denunciou o facto de haver "pessoas com interesse de ocupar terrenos nas zonas do Sequele e da Funda, talharem-nos e venderem-nos para sustentarem os seus vícios, enriquecerem-se e cuidarem das suas vidas sem se importarem com um município urbanizado ou não".

A entrega de parcelas de terra e dos direitos de superfície nos projectos “Vila das Ideias” e “Mayemaye”, realizou-se no âmbito da 75ª edição das festas populares de Cacucaco.

Com uma população estimada de 800 mil habitantes, o município de Cacucaco vive graves problemas relacionados com ocupações anárquicas de terrenos por parte de indivíduos armados e o registo de burlas.

7.5 Programa de requalificação dos Bitas causa revolta entre os camponeses

Jornal O PAÍS

10 De Julho de 2015

Texto: Neusa Filipe

Quem possui um pedaço de terra na área do Bita Progresso e Bitacacate, tem andado, nos últimos dias, com o coração nas mãos, em virtude dos trabalhos de requalificação que estão a ser desenvolvidos naqueles bairros.

Luisa António vive no bairro Bita Progresso há sete meses, e contou que o terreno em que construiu a casa em que vive com o marido e os filhos pertencia ao seu avô. Porém, há algum tempo Arras, Luisa e outros moradores e camponeses que tem os seus terrenos e lavras na referida zona tem visto as suas casas sendo demolidas e as plantações destruídas por indivíduos que alegaram estar ao serviço do Governo Provincial de Luanda.

A entrevistada contou que tudo começou quando num certo dia apareceu por lá engenheiro encarregado de supervisionar as obras em campo, e o mesmo responde pelo nome de Edgar, que, depois de chegar ao local, ordenou que se retirasse tudo o que se encontrava nos terrenos, incluindo a casa de chapa onde Luisa mora com a família.

"Quando o senhor Edgar chegou aqui encontrou-me em casa e disse que pretendia urbanizar a zona e que a minha casa tinha que sair daqui, mas eu disse-lhe que não iria retirar a casa daqui porque é onde vivo com o meu esposo e os meus filhos e que se ele quisesse pavimentar as ruas que passasse de lado e que deixasse a minha casa intacta, mas, ele insistiu em dizer que tudo o que estava naqueles terrenos tinha que desaparecer", disse.

Luisa afirmou que os homens que estão a executar os trabalhos no terreno fazem-se acompanhar por mil circunstâncias ameaçam a população, e que a população lesada está muito preocupada, pois os seus pertences estão a ser destruídos e não tem nenhuma garantia de serem indemnizados.

Quando a equipa de reportagem deste jornal chegou ao local pode constatar os muros das casas que estavam em construção demolidos e os inúmeros cajueiros e mangueiras derrubados. Os camponeses revoltados clamavam pelos seus bens destruídos, alegando que jamais baixarão a guarda diante de uma situação como esta, em que correm o risco de perderem tudo o que durante anos construíram com muito sacrifício.

Mama Antonica e também uma das proprietárias de lavras naquela área e disse que esta sendo também ameaçada para abandonar a sua lavoura e tudo o que nela investiu por mais de duas décadas. Indignada com a situação, Mama Antonica contou ao PAÍS como foi que os seus pais adquiriram aquelas terras que considerou serem a herança que um dia deixara aos seus filhos e netos, dizendo que as referidas terras foram ocupadas pelos seus pais no ano de 1981 e ainda possui os documentos comprovativos da sua posse.

"Para a gente vir aqui, em 1981, foi por apelo do Governo, como a guerra naquela época era demais e não havia emprego nem lojas suficientes, ordenou-se que o povo pegasse as enxadas e começasse a cultivar a terra, foi assim que viemos cá ocupar os terrenos onde cultivamos até hoje. E aqui onde sai o nosso sustento e com ele conseguimos formar os nossos filhos", disse mama Antonica.

Enquanto fazíamos a ronda na problemática da zona, os mais de vinte camponeses que naquele momento se encontravam no local lamentavam os tristes episódios que se tem registado em diversos municípios da província de Luanda relacionados aos conflitos na aquisição de terras, e manifestada o desejo de verem o Governo trabalhar no sentido de dirimir este problema.

O prejuízo das mangueiras

A jovem Ejoldina Inês, filha de uma das camponesas proprietárias de lavras, disse que foram destruídas algumas plantações na lavoura que pertence a sua mãe, tendo ainda sido demolida uma casa de quarto e sala e também um quarto de chapas que pertenciam

a sua família.

A jovem disse ainda que as mangueiras que estão a ser derrubadas, em consequência dos trabalhos que estão a ser feitos, constituem a fonte de riqueza daquela população, e que tudo o que ali foi cultivado é fruto de muito sacrifício.

"Uma mangueira, para crescer e dar frutos faz cerca de vinte anos, depois de tanto sacrifício que as nossas mães fizeram para cultivar estas terras que hoje estão

a dizer que devem ser destruídas, isso é muito doloroso", lamentou a jovem que em grito de protesto disse que as terras que hoje pertencem aos camponeses, tudo o que os seus filhos herdarão no futuro.

"Nós não temos dinheiro para comprar casa na centralidade do Kilamba nem em outros condomínios. As nossas mães não são 530 e nunca foram ministras, sempre foram camponesas e essas 530 as terras que irão nos deixar um dia para construirmos aqui as nossas casas e se hoje estão a expulsá-las daqui para onde é que os seus filhos vão?" Questionou.

Quem se sentiu igualmente revoltada com a situação é mama Maria, camponesa há cerca de quarenta anos. Ela contou que os seus pais ocuparam aquelas terras em 1975, quando foram orientados pelo primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto, que na altura aconselhou o povo a cultivar a terra para poder sustentar-se. A camponesa disse que investiu todas as suas forças naquelas lavras e de lá que sai o sustento da família. Afirmou ainda que as mangueiras de lá são muito produtivas e no seu tempo consegue colher alguns sacos de mangas que posteriormente são vendidas no mercado informal.

"Se o Estado quer nos tirar daqui e ficar com os nossos terrenos, para onde é que vamos? Onde é que os nossos filhos irão comer? Por acaso o Estado lhes dará de comer? Todas as minhas forças foram nestas lavras, hoje estou velha e cansada, mas os meus filhos e netos ficarão aqui", disse a anciã. Os camponeses e moradores entrevistados queixaram-se da forma como estão a ser maltratados pelos homens que estão trabalhando no projecto, alegando que os mesmos chegam aos terrenos, não respeitam as pessoas que encontram e destroem os seus pertences. "É uma guerra que temos que enfrentar todos os dias", disse um dos camponeses.

Apesar de se mostrarem indignados, os lesados afirmaram que não são contra a urbanização da área, porém alegaram que não permitirão que as suas terras sejam usurpadas e que fiquem sem receber uma boa indemnização para compensar os danos causados.

Comprar terreno ou construir no Bitá é um risco

O coordenador dos bitas, Armando Manuel, em entrevista ao País, afirmou que teve conhecimento do projecto em causa através da administração do Município de Belas. Disse ainda que o projecto foi concedido com o objectivo de requalificar a zona dos bairros do Bitá, a fim de se evitar que a mesma zona venha a apresentar, no futuro, desorganização semelhante a que se verifica noutras localidades de

Luanda, pelo facto desta se encontrar em zona adjacente a cidade do Kilamba.

Armando Manuel considerou ser benéfico o projecto de requalificaras do bairro, e garantiu que a população não será retirada das suas áreas, explicando que depois de se fazer o loteamento, cada individuo devera ceder urna parte da sua parcela para suprir as despesas das maquinas que estão a exercer o trabalho em campo. Esclareceu de igual modo que isso não significa que a população terá de pagar em dinheiro, mas sim ceder uma parte dos seus terrenos ao Estado.

O coordenador aproveitou a ocasião e deixou um apelo, dizendo que a área dos bitas, em geral, esta em risco, incluindo a zona da Barra do Kwanza e a do novo aeroporto, por estarem no plano de requalificação traçado pelo Governo. Aconselhou, desta forma, a população para não construir nem comprar terrenos na área dos bitas, que e composta por cinco bairros, nomeadamente o Bita Progresso; o Bita Cacete; o Bita Tanque; o Bita Ambriz e o Bita Júlio, alegando tratar-se de um perímetro que esta na mira do Estado.

7.6 Autoridades reduzem conflitos de terra

Jornal de Angola
09 De Julho de 2015
Texto: Edna Dal

A Procuradoria-geral da Republica (PGR) e o Instituto de Planificação e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) manifestaram ontem, em Luanda, o interesse em cooperar para reduzir problemas relacionados com a concessão de terrenos e de reservas fundiárias.

O IPGUL pretende interagir com a PGR pelo facto desta instituição receber muitos processos litigiosos relativos a problemática de terras, que muitas vezes vão parar aos tribunais. O interesse comum foi manifestado durante uma visita de procuradores e sub-procuradores gerais da PGR as instalação da IPGUL, onde foram informados sobre o funcionamento, objectivos e o processo de regularização de terrenos.

O fim da visita, a directora do Gabinete de Contencioso do Estado e Educação Jurídica da PGR, sub-procuradora Maria Paula Furtado, disse a imprensa esperar que muitos dos litígios que ainda persistem em relação a atribuição de terrenos possam ser resolvidos.

A sub-procuradora elogiou o trabalho do IPGUL para a criação de um sistema de controlo dos direitos que são depois protegidos, registados e assegurados a cada cidadão. Maria Paula Furtado reconheceu que tem havido muita confusão na questão da ocupação de terrenos, mas acredita que o IPGUL esta apostado em resolver o problema.

O director do IPGUL, Helder (Conceição José, disse ao Jornal (Angola que um dos grandes desafios da instituição e a execução (Plano Director Geral Metropolitano, cujo processo de aplicação está já na sua fase de conclusão.

Helder da Conceição José considerou o processo de aplicação a parte mais complicada de qualquer instrumento dessa natureza e disse esperar que a partir do encontro há uma maior aproximação com os órgãos de Justiça, o Instituto de Planificação e Gestão Urbana de Lua da, órgão técnico, trabalha para apetrechar o Governo Provincial Luanda com tecnologias que permitam coordenar materiais sobre o ordenamento do território.

7.7 Deputada da UNITA em concluiu com Administrador municipal de Viana usurpam terrenos de velha de 85 Anos de idade

Jornal A República
03 De Julho de 2015
Texto: Manuel Dias dos Santos

A Família, para o seu espanto, viu a ser construído, de uma para o outro, sem saber, de facto, quem, como e porque, alicerces (caboucos) e parede em bloco de frente a sua entrada principal para a Quinta, tendo recorrido a Fiscalização de Viana, a fim de denunciar o caso, embargada a obra em causa e recolhida o material de construção, Depois, depositada na Administração (Fiscalização) de Viana.

A Administração, por sua vez, notificou a deputada, Sofia Porfírio Kassungo Mussonguela, para comparecer, no dia 6 de Junho de 2015, pelas 9 horas. A família, em 6 de Junho de 2015, compareceu na Administração esperando, mais de duas horas, a já citada deputada que, infelizmente, não compareceu. E

de salientar que os profissionais, que se encontram a trabalhar na obra, servem-se de um cartão da senhora para se defenderem que ela, propositadamente, deixou no intuito de persuadir os proprietário do terreno, pelo facto de ser quem e, de forma a temerem possíveis retaliações por esta ser Deputada.

A família soube, após a retirada da Administração (Fiscalização), que a deputada, afinal, esteve na Administração, propriamente no gabinete do Sr. administrador Mateus Manuel Caterca. Existe, embora não confirmada nem desmentida, informação (boato) pela deputada que o Sr. administrador, Mateus Manuel Caterca, mantém urna relação próxima e familiar entre ambos, dado que ele tem um relacionamento com um familiar da supracitada deputada. Dai esta possibilidade de conluio entre a deputada e o administrador de Viana, Mateus Manuel Caterca, por este ter determinado a Fiscalização da Administração fazer a entrega de todo o material apreendido na referida obra ilegal e sem nenhum tipo de documentação e, muito menos, sem licença de construção na altura, isto e, exactamente no dia 6 de Junho de 2015.

Fazendo alusão ao princípio do contraditório, o jornal 'A REPUBLICA', entrou em contacto com a deputada, Sofia Porfírio Kassungo Mussonguela, por intermédio do seu contacto telefónico 923 519 913 tendo, depois de tanta insistência ao contacta-la, atendido o telefone só no dia seguinte dizendo que o espaço lhe fora dado pela presidente da Comissão de Moradores do Km 9, identificada apenas por Filomena, como consta no texto da cópia de Declaração de Ocupação o 12/C.M./K9/20 15, assinada pela referida presidente da Comissão de Moradores e que a construção da obra vem dentro de uma estratégia para posteriormente ganhar algum benefício com o alargamento da estrada do novo aeroporto de Viana aeroporto. Ou seja, esperando que seja indemnizada pelo Estado angolano pelo alargamento da estrada, visto que ela (oportunamente usurpando o terreno) esta a construir junto a estrada principal, cuja proprietária do terreno prevenidamente deixou ficar para possíveis alargamentos da referida estrada.

A deputada voltou depois a telefonar ao jornal mas, dando e claro, outra explicação mais suavizada que consistia em dizer que iria construir urna pastelaria para os seus filhos poderem fazer um pequeno negocio no local. Respondendo a nossa pergunta se, de facto, tinha documentação do terreno, responderam-nos categoricamente que não, sendo que lhe tinha sido cedido o espaço para um pequeno negocio pela dita presidente da Comissão de Moradores, que a deputada disse que era impossível falar com ela por esta ter viajado para o Bié, Voltamos, não obstante isso, a perguntar se a Comissão de Moradores, na verdade, tinha competência para atribuir terra de outrem e que ela esta a cometer um crime grave de usurpação de terra, a senhora deputada passou o telefone ao seu dito Marido Manuel António, com quem o jornal o senhor administrador, na mesma

carta, concede a autorização datada do mesmo dia, sem nenhum pagamento dos emolumentos do Estado e sem registo de entrada na Secretaria Geral da Administração Municipal de Viana.

Ela, alias, nem o talão de pagamento no banco exibiu, querendo isso dizer que o senhor administrador abusou do Poder que lhe confere, usurpando o terreno da cidadã angolana indefesa e de maior idade, facilitando a sua querida amizade, isto e, a representante da UNITA, Sofia Porfírio Kassungo Mussonguela, deputada da 5.º Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da Republica de Angola. Outra estratégia perpetrada pela senhora deputada foi mostrar que a Comissão de Moradores do KM 9 tenha averbado num documento na qual consta urna visita da presidente da Comissão, em que reconhece que o terreno agora seja pertença de uma dita empresa de nome 'SOFI- GOLDA., Pertencente a dita deputada e o esposo, conforme consta em Diário da Republica e, também, apresentado pelos mesmos pedreiros.

Tentamos, ate ao fecho desta edição, contactar o senhor administrador através do número de telefone (912 517 687) da sua adjunta, que nos disse que ia transmitir o recado da necessidade de falarmos sobre o assunto em causa, mas sem nenhuma resposta. O jornal 'A REPUBLICA', ainda assim, através de urna fonte conseguiu o número de telefone (923 406 379) do senhor administrador ligando-lhe por volta das 19h30min, no sentido de ouvi-lo antes do fecho da nossa editado. Este, por sua vez, foi ordinariamente mal-educado dizendo que não eram horas de ligar para um cidadão, desligando o telefone automaticamente na cara do referido jornalista. Prometemos aos nossos leitores trazer toda a envolvência nas nossas próximas edições.

7.8 Dez mil pedidos de terrenos dão entrada na Administração Municipal de Cacucaco

Semanário Angolense

25 De Julho de 2015

Texto: Ilídio Manuel

Cerca de dez (10) mil pedidos para a aquisição de terrenos deram entrada na Administração municipal de Cacucaco ate segunda-feira, 13, data em que o processo foi suspenso «para avaliação». O Semanário Angolense soube que a suspensão de recepção de novos pedidos ficou a dever-se ao grande afluxo de candidatos que, nas últimas três semanas, acorreram em massa a Administração local, em busca de espaços para a autoconstrução dirigida.

O arquitecto José da Conceição, que é o coordenador-geral dos três projectos, nomeadamente o de Maye Maye, Vilas Kativa e das Ideias,

respectivamente, revelou que em poucos dias a Administração de Cacuaco foi inundada por milhares de pedidos, que «ultrapassam largamente o numero de lotes disponíveis para construção de residências»,

Segundo ele, em função desse elevado mineiro decidiu-se pela suspensão da recepção de novos documentos, ate que os que já foram decepcionados «sejam devidamente avaliados», Garante que o processo de selecção será «transparente e que os nomes dos candidatos apurados, como também os não seleccionados serão divulgados em locais próprios».

Deu a conhecer que Os projectos compreendem três tipos de casas, as de renda social, media e alta. A Vila das Ideias, com 1.450 lotes, comporta unicamente habitações sociais a construir pelo Estado, e nesse espaço serão alojadas as pessoas de baixa renda. O responsável sublinhou que projecto contempla igualmente uma série de infra-estruturas sociais, mais concretamente escolas, centros de saúde, estabelecimentos comerciais, áreas de lazer e fabricas de pequeno porte não poluentes, que serão enquadradas no âmbito dos conhecidos quatro eixos: «Habitação, circulação, trabalho e lazer».

«Apesar dos apelos feitos no sentido dos candidatos reunirem toda a documentação solicitada (fotocópia do BI, assento de nascimento e extracto bancário), um bom número dos processos que deram entrada estão incompletos)), revela. Esclarece que a solicitação do extracto bancário servira para aferir se os candidatos possuem ou não liquidez para financiarem as suas casas, no quadro da autoconstrução dirigida. «Os que não cumprirem com o que será previamente acordado, perdem o direito sobre os terrenos», adverte.

Diz que alguns dos requerentes são oriundos de outras províncias do país, sobretudo circunvizinhas de Luanda. Questionado sobre a possibilidade de alguns dos interessados virem a beneficiar de terrenos, depois de terem sido contemplados com residências em projectos habitacionais como os do Zango, Panguila, Sequele ou Kilamba, José da Conceição) revelou que a Administração do Cacuaco já solicitou a Imogestin uma lista das pessoas que se encontram nessa condido. «Estes projectos não abrangem os cidadãos que já beneficiarem de casas noutros projectos desenvolvidos pelo Estado». O director do Gabinete de Gestão Urbana e Cadastros da Administração de Cacuaco afirmou que os projectos destinam-se, prioritariamente, a alojar os

milhares de populares que se encontram a viver no «Buraco Iba» e na «Boa Esperança», zonas consideradas de «grande risco» devido a erosão de solos, sobretudo durante a época chuvosa.

«Há cerca de 900 famílias que vivem nestes locais e que serão alojadas no novo projecto habitacional», promete. Camponeses compensados em espécie Disse que, ao contrario do que tem sido norma, os camponeses que foram desalojados da zona não serão monetária mente compensados, mas receberão terrenos para exploração comercial (pequenas lojas) ou encaminhados para áreas de cultivo na comuna do Dande, no município de Icolo e Bengo, «conforme o desejo de cada um».

«Existe um acordo com a Administração local que já disponibilizou uma extensão de mil hectares de terras para a exploração agrícola», adicionou o responsável. José da Conceição afirmou que os cerca de 500 camponeses não serão «marginalizados» nos projectos, visto que a Administração de Cacuaco ira conceder não só os terrenos, como também os direitos de superficie dos referidos espaços.

Denunciou, por outro, a existência de indivíduos que procuram tirar dividendos financeiros com a venda de terrenos naquela zona e que «tem estado a burlar cidadãos incautos». Não descartou a hipótese de estarem envolvidos alguns funcionários da Administração local nesse género de «negociatas», tendo para o efeito solicitado que os lesados procedam a denuncia dos supostos burladores, com o objectivo de serem criminalmente responsabilizados.

7.9 Camponeses recebem título de propriedade

Jornal De Angola
3 de Julho de 2015

Cinquenta camponeses dos bairros Vila das Ideias e do Maye, na comuna da Funda, que viram os seus terrenos expropriados pelo Estado e alguns habitantes que residiam em zonas de risco, receberam no último fim-de-semana títulos de direito de superficie provisória para a construção de residências.

A vice-governadora provincial de Luanda para a área política e social, que procedeu à entrega dos títulos de direito de superficie, explicou que esta iniciativa surge em resposta à solicitação dos camponeses que viram as suas lavras ocupadas por marginais. Juvelina Imperial apelou aos beneficiários para cumprirem o prazo de 90 dias para erguerem vedações e iniciarem a construção, para que terrenos não fiquem expostos.

O administrador municipal de Cacuaco, Alberto Cavukila, que testemunhou o acto, disse que a atribuição dos títulos de superfície aos camponeses foi a melhor forma que a administração encontrou para acabar com a ocupação de terras por parte dos marginais. Alberto Cavukila esclareceu que a iniciativa destina-se também a acabar com as ocupações anárquicas.

O administrador municipal denunciou o negócio ilegal de ocupação e venda de terrenos na zona do Sequele e Funda. "É lamentável que quando as autoridades pretendem agir com legalidade para pôr cobro a certas situações surgem indivíduos que dizem ser activistas cívicos a defenderem os marginais", afirmou.

Visivelmente feliz, Marcela Mateus Pombal, antiga camponesa da área do Sequele, agradeceu a iniciativa do governo. "Foi difícil alcançar o título de cedência de terreno para construção. Tivemos que contactar várias instituições, escrever várias cartas. Hoje, estou grata por isso", afirmou.

Marcela Mateus Pombal disse que varias vezes o seu terreno foi espero construir uma casa e ceder outra parte aos meus filhos", frisou. Donga Pamba Sangue, também um dos beneficiários do processo de legalização de terrenos, disse que ter casa própria em local seguro sempre foi o seu maior sonho. "Antes residia numa zona de risco, agora encontrei um local onde penso erguer uma residência para a minha velhice", adiantou.

O camponês Augusto Sangango também recebeu o documento que legaliza o seu terreno. "Fui proprietário de um hectare e meio que no passado serviu de lavra. Com a entrega deste título, tenho apenas a agradecer a iniciativa do Executivo", disse.

O director municipal do Urbanismo de Cacuaco revelou que os beneficiários são acompanhados por uma equipa de projectistas que fiscalizam as obras. José da Conceição anunciou que nessas zonas habitacionais vão ser construídas vias

Os cidadãos interessados em obter espaço para construção devem pagar entre 37 e 40 mil kwanzas para os lotes 15x 15, para residências de baixa renda. Os valores são superiores para os lotes destinados a moradias de média e alta renda. A zona habitacional do bairro Maye engloba cerca de três mil lotes e a Vila das Ideias tem 1.450.

Realojamento

Mais de novecentas famílias desalojadas em consequência das chuvas que assolaram o município de Cacuaco no último Verão começaram a ser

realojadas na zona do Maiombe, comuna da Funda, anunciou o administrador municipal, Carlos Alberto Cavuquila. Para o feito, foi criada uma comissão coordenada pela vice administradora para a área política e social, que está a trabalhar na recepção e no realojamento das famílias. As famílias provenientes da comuna da Funda e as populações que vivem e aceitaram abandonar voluntariamente as zonas de risco.

O administrador do Cacuaco assegurou que o processo decorre a bom ritmo e a única preocupação está relacionada com o deslizamento de terras na orla costeira e nos bairros Balumuka e Boa Esperança. Uma outra área que preocupa a administração, segundo Carlos Cavukila, é o chamado "Buraco da Igreja Baptista de Angola". Naquele local, disse, sempre que cai chuva, as residências ficam submersas e as pessoas têm que abandonar a área.

O administrador municipal de Cacuaco lamentou a atitude de alguns moradores do "Buraco", que recusam deixar a zona de risco sob a alegação de que a administração tem o dever de atribuir habitações.

7.10 Empresários defendem explorações inertes para diversificação da economia

Jornal a Política

17 De Julho de 2015

Empresários da província do Kwanza Sul defenderam esta Terça-feira, na cidade do Sumbe, a exploração de inertes com regularidade, no âmbito do processo de diversificação da economia nacional.

Em declarações à Angop, a propósito da diversificação da economia do país, Miranda Pedro disse que a exploração de inertes na província pode proporcionar um bom negócio, bem como permitir a arrecadação de receitas para os cofres do Estado, numa altura em que o preço do petróleo se encontra em baixa.

Miranda Pedra, empresário no ramo da construção, referiu que é preciso aproveitar as potencialidades do solo, bastante rico em pedras, areias e outros minerais que, bem explorados, podem ajudar na balança económica do país. Acrescentou que a exploração de inerte no país deve respeitar as normas de preservação do meio ambiente para que o não possam danificar. Por seu turno, Alfredo Castelo, explorador de inertes, admitiu ser uma grande oportunidade para o Estado arrecadar receitas, através de aplicação de política e critérios legais aos que realizam esta actividade. Disse que o Governo

angolano não pode depender de uma fonte de rendimento, por isso, deve haver uma conjugação de esforços para que a economia nacional possa alavancar no futuro. Já par Álvaro Cordeiro, empresário do imobiliário, a exploração de minerais de construção civil, em especial dos inertes, em todo o país atingiu grande expansão, motivada pelo crescimento do mercado imobiliário, construção de infra-estruturas e edificação de habitações. 'É preciso que os empresários aproveitem as oportunidades de negócio na exploração de inertes cumpram com as suas obrigações fiscais para que o Estado possa ter mal recursos financeiros', adiantou.

Existem no Kwanza-Sul, em todo a extensão da província, 10 pedreira e mais de 15 zonas de exploração de areia.

7.11 Lotes para construção entregue á população

Jornal De Angola

13 De Julho de 2015

Texto: Arão Martins

A administração Municipal do Lubango começou no sábado a distribuição de 3.125 lotes, de mil metros cada UIII, na nova área urbanística da Figueira, comuna da Arimba.

Os primeiros títulos de concessão. De direito de superfície foram entregues pelo. Coordenador do grupo de acompanhamento do secretariado do bureau político do MPLA à Huíla, Virgílio de Fontes Pereira, e pelo. governador provincial, João Marcelino Tyippinge.

António Catete, o primeiro a receber o título de concessão de direito de superfície, que reconheceu a importância do. documento, realçou a forma ordeira como o processo decorre.

O administrador municipal afirmou que a área urbanística foi concebida para as casas serem construídas de forma organizada e evitarem-se ocupações anárquicas de terrenos na zona adjacente ao estádio Nacional da Tundavala e serra da Chela,

Francisco. Barros referiu que o plano elaborado pela Administração Municipal do. Lubango se destina a proteger Estádio Nacional da Tundavala e a estação da Mukanka e com a área urbanística da Figueira se pretende "aproximar a Estrada Nacional I 05 das pessoas para lhes facilitar o transporte dos produtos agrícolas".

O administrador municipal salientou que a entrega de lotes resolve os problemas dos que vivem em zonas de risco e enquadrá-los melhor na sociedade, "Vamos procurar melhorar a qualidade de vida dos nossos habitantes", disse o responsável. a área urbanística da Figueira, que 6.720 lotes, vão ser construídas também escolas, centros médicos, recintos desportivos, creches, zonas verdes, bancos e uma Esquadra da Polícia Nacional.

Francisco Barros referiu haver também Ioteamentos nas zonas de Camunjenje, comuna da Quilemba, com 40 hectares, correspondentes a 380 lotes, e na povoação do Toco, comuna do Hoque, com 341 hectares. O governador provincial da Huíla, João. Marcelino Tyippinge, afirmou que o objectivo é criar áreas com serviços sociais básicos, como saúde, energia, água e saneamento básico e que o Executivo continua a desenvolver programas habitacionais para cada vez mais pessoas deixarem de viver em zonas de risco.

7.12 Autoconstrução com mais terras à disposição

Jornal De Angola

11 De Julho de 2015

Texto: Kamuanga Júlia

O Governo Provincial da Lunda Sul distribuiu ontem, em Saurimo, 66 lotes de terreno à população, para a autoconstrução dirigida, no âmbito do Programa de Ordenamento e Urbanização da Cidade.

A entrega simbólica dos lotes, situados nas imediações do bairro 4 de Fevereiro, numa área de mais de 1.881 metros quadrados, foi testemunhada pelos deputados do círculo provincial do MPLA e outros convidados.

O administrador municipal de Saurimo, Gregório Miasso, disse que na área preparada prevê-se também a construção de armazéns para o comércio, escolas e outros serviços, além de espaços de lazer, e decorrem os trabalhos para garantir o saneamento básico.

A governadora provincial da Lunda Sul, Cândida Narciso, garantiu que o Governo continua a envidar esforços, com a ajuda das autoridades tradicionais, para a criação de condições para evitar as construções anárquicas nas comunidades.

Agovernante reiterou, por outro lado, o apelo para os cidadãos cumprirem as regras de construção, a fim de permitir a instalação de sistemas de abastecimento de água e de fornecimento de energia eléctrica.

7.13 Novos pólos industriais em Angola

Jornal De Angola

7 De Julho de 2015

Texto: Sívio Fortunato

O Ministério da Indústria iniciou ontem o processo de entrega de títulos provisórios de terrenos a empresas interessadas em investir nos pólos de desenvolvimento industrial de Lucala e Massangano, na província do Cuanza Norte.

A cerimónia de abertura dos pólos industriais e a entrega dos primeiros títulos provisórios foi orientada, em Lucala, pela ministra da Indústria, Bernarda Martins, na presença do governador provincial, Henrique André Júnior, e do secretário de Estado das Minas, Miguel Paulino.

O sector vai facilitar o acesso ao solo industrial às empresas, independentemente da existência ou não de infra-estruturas, por entender que os recursos financeiros para esse fim nem sempre são fáceis mobilizar, garantiu a ministra.

"O Ministério da Indústria tomou a decisão de não condicionar à sua plena infra-estruturação a cedência de terrenos industriais às empresas nos pólos de desenvolvimento industrial", explicou Bernarda

Martins, para quem o tempo tem sugerido que esta decisão foi a mais acertada. "Verifica-se que onde essa medida foi implementada surgiram várias iniciativas de investimento privado e propostas de entidades privadas que se interessaram em infra-estruturar e explorar esses pólos industriais".

Numa primeira fase, funcionam os pólos industriais de Lucala e de Massangano, implantados em áreas de 1.165 e 853 hectares. Os pólos industriais devem ser infra-estruturados pelos órgãos públicos ou através de parcerias com entidades privadas. As ruas do perímetro industrial são asfaltadas e instaladas redes de telecomunicações, de água, energia e de tratamento de resíduos sólidos. O pólo industrial de Lucala, pela sua localização estratégica, é preponderante na ligação entre a província do Cuanza Norte e as regiões norte e leste do país.

O pólo de Massangano está situado perto da localidade florestal da Cerca, no Golungo Alto, e da área destinada ao processamento de minério de ferro, em exploração pelo Ministério da Geologia e Minas.

A ministra da Indústria reafirmou o compromisso do Executivo para com as iniciativas empresariais privadas, que visam criar novos postos de trabalho

para a juventude, e para todos quantos desejam contribuir com o seu esforço para o desenvolvimento do país. Bernarda Martins lembrou que o Executivo já encaminhou para a Assembleia Nacional para discussão e aprovação o novo Projecto de Lei de Investimento Privado e efectua uma profunda reforma fiscal para a melhoria do ambiente de negócios no país.

O governador provincial do Cuanza Norte, Henrique André Júnior, disse que estes investimentos industriais dão maior dinâmica ao desenvolvimento da província, com ganhos significativos para todos. "O estabelecimento dos pólos industriais concorre para a redução das assimetrias regionais que ainda caracterizam a situação actual do país", disse Henrique Júnior, que informou estar o parque industrial da província do Cuanza Norte praticamente desactivado. "O desempenho das unidades, ainda em elaboração, está afectado por inúmeros factores de estrangulamento, encadeados, persistentes e de difícil solução imediata".

As dificuldades exigem que se realizem acções direccionadas para uma mitigação de intervenções plurisectoriais de grande dimensão e concentradas no âmbito de uma política clara, integrada e actuante do desenvolvimento, informou o governador provincial do Cuanza Norte.

Henrique André Júnior concluiu que a entrega de títulos de propriedade coloca os alicerces na edificação dos pilares de desenvolvimento do sector industrial no Cuanza Norte, determinantes na melhoria das condições sociais da população, criação de postos de trabalho, aumento de rendimento das famílias e oferta crescente de bens.

7.14 'Terra do Futuro' cria 17 novos fazendeiros

Jornal Semanário Económico

23 De Julho de 2015

Texto: Mariano Quissola

Um total de 17 fazendas foi entregue esta semana no município da Quibala, província do Kuanza Sul, a jovens empreendedores, no âmbito do Projecto "Terra do Futuro".

O acto, presidido pelo secretário de Estado da Agricultura, Amaro Tati, contemplou ainda cada beneficiário com um tractor, uma viatura (carrinha Hilux cabine dupla), e uma residência.

Com 250 hectares cada, as fazendas vão dedicar-se ao cultivo de cereais (milho, feijão e soja) para o

consumo humano, animal e para a grande indústria. Entretanto, os fazendeiros poderão criar, de forma individual, cerca de 200 empregos directos.

O director geral do Projecto, Edgar Somacumbi, disse tratar-se da continuidade da estratégia da criação de uma nova geração de empreendedores no sector agro-pecuário e industrial, sendo as populações locais as maiores beneficiárias. Maria Florindo Carnilo Teixeira é uma das beneficiárias e afirma que vê o seu sonho realizado' sobretudo através dos inputs postos à sua disposição, designadamente um tractor, uma viatura e uma casa. Formada em Gestão Agrária, no Instituto Superior Agrário do Kuanza Sul, a beneficiária afirma ter frequentado uma formação de seis meses em matéria de Horticultura, Mecanização, Técnicas de cultivo de soja e de feijão e Técnicas de plantio directo, depois de ter passado nos testes promovidos pelo projecto. "Já começamos a empregar pessoas. Existe aqui um bairro chamado 17 que na sua maioria, cerca de 200 pessoas estão empregadas", esclareceu a fazendeira. Por sua vez, o seu esposo, outro beneficiário, afirma que o projecto "Terra do Futuro" está a realizar o sonho de muitos jovens e várias famílias, na medida em que criaram-se vários postos de trabalho para as populações circunvizinhas.

O secretário de Estado da Agricultura disse que o projecto acaba por criar uma nova forma de fazer agricultura, porque trás para o interior jovens formados.

Amaro Tati garantiu diversos incentivos aos fazendeiros, que se consubstanciam na entrega de fertilizantes, calcário e combustível. Entretanto, prometeu apelar ao BDA para alargar o tempo de reembolso do financiamento, definido para 10 anos.

"Nem sempre os bancários são especialistas em Agricultura, colocam as expectativas muito altas. Mais ou menos aproximam-se ao estilo que fazem no Comércio ou na Indústria pura, mas precisam de algum tempo de maturação e cautela. Acredito que o BDA vai ter que ir vendo a utilidade deste projecto e fazer reanálise", disse o governante .:

O Soba do município da Quibala, Domingos Múzangala Sayendo disse ao SE que o projecto proporcionou a realização de sonhos de muitos jovens na região, bem como dinamizou a vida socioeconómica das populações.

"Há cinco anos era tudo mata, mas hoje o projecto conseguiu colocar em funcionamento muitos campos agrícolas, muitas fábricas estão a funcionar. Isso vai ajudar o município da Quibala", ressaltou aquela autoridade tradicional .

7.15 Luanda. Arranca loteamento 'Inteligente' de parcelas no Icolo e Bengo

Jornal Agora

24 Julho de 2015

Texto: Júlio Gomes

Uma das frentes urgentes da Administração de Icolo e Bengo é a distribuição de terrenos, levando a que o cidadão possa erguer a casa do seu sonho de forma legalizada, depois de pagos os respectivos emolumentos.

O administrador Adriano Mendes de Carvalho não quer mais 'chatices' neste domínio e, de modo a evitar construções anárquicas, projecta loteamentos que venham a corresponder, razoavelmente, às necessidades da procura que não está para menos.

Embora não tenham sido reveladas datas (mas não está para muito longe), pensa-se, numa primeira fase, no arranque com 10 mil 'lotes' que devem ser distribuídos a quem, realmente, ainda não tenha espaço condigno para morar.

E, para evitar que beneficiem 'chico espertos', o processo de cedência será informatizado, incluindo a recolha de impressões digitais.

O administrador é um homem extremamente ocupado às quartas-feiras, em virtude de ser este o dia em que se dedica, exclusivamente, a receber pessoas e 'extrair' delas o pensamento para melhorar a acção administrativa.

Antes de receber a equipa do Agora, já era aguardado por um grupo de sobas com os quais manteve um demorado 'bate-papo', certamente sobre as questões que mais preocupam o povo de Icolo e Bengo.

Durante a breve conversa que Adriano Mendes de Carvalho concedeu aos repórteres deste jornal, no seu arejado gabinete de trabalho na vila de Cate te, sede do município, deu para passar, rapidamente a limpo, algumas questões que se prendem com os salários dos professores ou do sindicato, que não são tão gritantes como, recentemente, foi noticiado.

Outros assuntos não menos importantes que colocamos à mesa têm a ver com as 500 casas do projecto 'Aldeia Solar, ou ainda, das 'Quintas do Rio Bengo', No primeiro caso, as casas estão há mais de um ano sem morador. Por isso, correm o risco de degradação, o mesmo com boa parte das moradias do 'Rio Bengo'.

Sobre a 'Aldeia Solar', o edil não entrou em detalhes, em virtude de esta iniciativa ter sido implementada antes de assumir o cargo.

Mas, o Agora soube, por portas travessas, que se trata de uma 'gigantesca' empreitada financiada pela Sonangol, que chamou, para a sua execução, a construtora portuguesa Mota-Engil. Não foi revelado o valor da obra, mas apurámos que, no seu conjunto, o projecto seria composto por mais de duas mil residências para alojar os camponeses das aldeias precárias de 'Hanga Zanga' e 'Cassango'.

As casas da 'Aldeia Solar' têm dois dormitórios, uma sala de jantar, um WC e uma despensa. Têm energia eléctrica fornecida por painéis solares e água canalizada.

"Ainda nada está perdido. Os painéis funcionam e a água jorra das torneiras a uma boa velocidade. As casas estão intactas, apesar de poderem vir abrir fissuras, uma vez não estarem a ser usadas", a garantia é de um dos 45 guardas do projecto, que não recebem salários há vários meses.

O homem, a caminho de meia-idade, tem sete filhos e diz que a Ecol, empresa de segurança para a qual trabalha, não lhe paga os ordenados, e não vê tão

cedo o fim deste calvário. "Entre nós, uns não recebem há cinco meses e outros há seis. A mulher e os filhos têm de desenrascar para sobreviver", lamenta o segurança que também não sabe quando esta iniciativa da petrolífera será retomada ou a quem serão entregues os aposentos prontos a morar.

Não muito longe de Cabiri, estava em curso outro projecto de casas de luxo, que foi abandonado. As pessoas que se habilitaram para a aquisição das vivendas com três a quatro compartimentos e piscina terão pago entre 500 a 600 mil dólares, mas não as receberam.

"O projecto está encalhado e o construtor em fuga". Pelo menos, é esta explicação que nos foi dada no local. "Algumas residências que já estavam prontas ficaram sem portas, janelas e aparelhos de ar-condicionado. Para salvar o pouco que resta, há quem se decidisse a entrar mesmo nestas condições. É uma forma que as pessoas encontraram para não perderem tudo", atira uma fonte no local.

A velocidade do desenvolvimento.

O município de Icolo e Bengo, que passou à jurisdição de Luanda, depois de pertencer à província

do Bengo, parece estar a ganhar um ritmo progressivo nos eixos do desenvolvimento.

Na própria Vila de Catete, o jardim das imediações do restaurante 'Hollywood', que estava abandonado e parecia mesmo uma mata já está mais 'alegre'. O seu aspecto era quase selvagem.

São visíveis investimentos em infra-estruturas, Há numerosos estabelecimentos comerciais de médio e pequeno portes, bares e lanchonetes. Com isso, sai a ganhar a indústria do turismo aqui onde as potencialidades são enormes e susceptíveis de encantar os visitantes, quer nacionais, quer estrangeiros.

São, igualmente, notáveis os estaleiros de várias empresas como a portuguesa AC, que opera em diversos sectores, incluindo de frio, a Lincagro, ou ainda as cerâmicas CIC e Helmarc, situada na estrada Catete-Funda. A indústria de cerâmica encontra, nesta região, 'terreno fértil', tal é a abundância da matéria-prima para a confecção de tijolos, abobadilhas e telhas, só para falar destes produtos.

Ao visitante, anima, ao mesmo tempo, constatar que o troço rodoviário Catete-Funda está a ser ampliado. A empreitada está a cargo da construtora MCA, e tudo indica que irá traduzir-se na melhoria da circulação de pessoas e bens da região. Olhando para a forma como decorre a obra, fica-se com a sensação de que a perigosa e estreita estrada actual ficará relegada ao passado.

A vila de Catete, a cerca de 50 quilómetros de Luanda, é ainda servida pela linha do Caminho-de-Ferro de Luanda. Ao longo da via-férrea, para além da estação, foi erguida ao lado uma bateria de silos que, seguramente, pode ser uma mais-valia na conservação de cereais que chegam dos camponeses locais ou mesmo das províncias do Cuanza-Norte e de Malange.

E A ENERGIA ELÉCTRICA? Aos habitantes de Icolo e Bengo, conforta saber que as crónicas 'makas' da energia eléctrica, que também afectam boa parte da periferia luandense, estarão minimizadas.

Pelo menos, o município poderá beneficiar, brevemente, do fornecimento de energia proveniente de uma turbina a gás, que está ser instalada no município do Soyo, na província do Zaire.

Essa é uma informação, recentemente, avançada à Angop pelo director municipal do Ambiente, Energia e Água, Bento Cadete, tendo sublinhado que, num período curto, a região deixará de ter problemas relacionados com a energia, fruto desta aposta do Executivo.

O projecto já é visível na circunscrição, devido à colocação de postes de alta tensão a partir do Soyo, estando a 12 quilómetros de distância de Catete, mais propriamente na localidade do Dungo.

O ramal de alta tensão proveniente deste projecto deve, inclusive, beneficiar o Aeroporto Internacional de Luanda, que está a ser construído na comuna de Bom Jesus, para além da comuna de Catete.

Para além deste projecto, realçou, encontram-se, igualmente, em curso, nesta municipalidade, os empreendimentos de duas subestações eléctricas, uma em Catete e outra na localidade do Bango, na via da Kiminha.

Actualmente, o município recebe energia das barragens hidroeléctricas de Cabambe e Capanda. Apesar de algumas insuficiências, mais de três mil 180 casas estão electrificadas, para além de algumas instituições do Estado.

Bento Cadete entende que, com todas estas iniciativas das autoridades, "não há dúvidas de que os problemas de energia eléctrica nesta região estarão resolvidos brevemente".

Icolo e Bengo possui, de acordo com dados do Censo 2014, uma população estimada em 74 mil e 644 habitantes que se dedicam, maioritariamente, à actividade agrícola e à piscatória.

7.16 Militares armados tentaram usurpar terreno (Lavra) Da Mãe do Presidente do Tribunal Supremo na zona do Bitá

Jornal A República
24 De Julho de 2015

Militares armados que operam na zona dos Zangos 2, 3, 4 e 5, transformaram-se, eles próprios, em usurpadores de terrenos, tentando usurpar a lavra da Mãe do Presidente do Tribunal Supremo, Dr. Manuel Aragão. Depois de perceberem quem era de facto a Velha, Mãe do Presidente do Tribunal Supremo, recuaram na ocupação ilegal da lavra (terreno) que já estava consumado, destruindo uma cabana na qual a Mãe do Presidente do Tribunal Supremo guardava os seus materiais para o cultivo dos seus mantimentos.

Eles não querem saber de quem quer que seja, fazendo e desfazendo, ninguém sabe onde se queixar, as instituições da Justiça têm medo deles.

Vários cidadãos, principalmente velhos e velhas, que são vítimas de usurpação de terrenos, recorreram,

inclusive, ao Ministro da Administração do Território, mas sem nenhuma resolução até agora. A situação está completamente descontrolada.

7.17 Concessão de terrenos com grande procura

Jornal de Angola
21 De Julho
Texto: Yara Simão

O sonho da casa própria levou milhares de cidadãos a candidatar-se a um lote de terreno em Caçoadó. Devido à grande procura, a Administração Municipal viu-se obrigada a suspender a recepção de processos desde o dia 13 de Julho.

Mais de 20 mil processos foram recebidos pela Administração Municipal de Caçoadó durante as duas primeiras semanas de inscrições para a concessão de terrenos naquele município.

Alguns candidatos disseram à reportagem do Jornal de Angola que se no passado a aquisição de um terreno e a construção da residência esbarrava com a falta de recursos financeiros, hoje, com o crédito à habitação concedido por vários bancos, as dificuldades são menores.

Maria Ricardo deu entrada do processo de candidatura e manifestou-se confiante.

"Quando cá cheguei, não pensava que fosse assim. Imaginava correrias e abusos que passamos durante a inscrição nas centralidades. Estava tudo bem organizado e todos os presentes conseguiram inscrever-se", disse à reportagem do Jornal de Angola.

De 53 anos, Clotilde Matias fez a inscrição para a filha, que trabalha no Zumbé. "Milhares de jovens têm a oportunidade de construir uma casa ou abrir um pequeno empreendimento com o que auferem", afirmou. Para ela, os procedimentos durante a inscrição são "prova de que as coisas estão a mudar. Não há demora no atendimento, muito menos discriminação".

Cansado, Jorge Garcia souo para fazer a inscrição, pois chegou num momento em que havia alguma confusão. "O processo estava bem organizado, mas um grupo de jovens incomodou as demais pessoas mas a situação foi rapidamente normalizada. Vamos aguardar para saber se fomos seleccionados", contou.

Três áreas disponíveis

O projecto de loteamento inclui três áreas. A Vila das Ideias era antes ocupada por lavras, que perderam terreno para a construção de residências. "Com a mudança da área de cultivo para a zona urbana, há a necessidade da inserção desses camponeses, que não possuem rendimentos altos", disse ao Jornal de Angola o director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro, José Pereira da Conceição.

A Vila Verde Dativa, com 140 hectares, contígua à centralidade de Sequela, vai albergar construções de médio e alto padrão, e empreendimentos de lazer e turismo, como hotéis, restaurantes, pequenos centros comerciais e espaços para recreação. O Maré Mayé, com 1.200 hectares disponíveis, vai albergar uma grande parte da população do município que vivia em situação de risco.

"Sabemos que estas pessoas não têm rendimentos muito altos. Vamos projectar um tipo de habitação para elas e, depois, distribuir os terrenos para os detentores de rendimentos médios e altos", disse.

Habitação, lazer, trabalho e circulação foram os quatro itens levados em conta na execução dos projectos. Embora os espaços estejam distanciados entre si, a intenção é a rede rodoviária a ser criada permitir a integração das urbanizações.

Sem padrinhos na cozinha

A procura de terrenos superou em muito as expectativas. "Temos um número limitado. São 1.500 lotes para a Vila das Ideias e Verde Kativa, e no Mayé Mayé três mil lotes para habitação", explicou o director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro, José Pereira da Conceição. As zonas inseridas no projecto devem estar enquadradas na requalificação do município, "de modo a dar mais dignidade à vida das pessoas", referiu o director municipal. As casas de renda baixa vão obedecer a um único modelo, mas as pessoas com rendimento médio e alto podem solicitar alterações, desde que se enquadrem nos padrões do projecto. José Pereira da Conceição garantiu que o processo decorre com transparência. "Vamos dar oportunidade a todos, sem precisar de padrinhos na cozinha", afirmou.

O director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro esclareceu que o prazo de 90 dias estabelecido pelas autoridades se refere ao início da construção e não à sua conclusão. "Queremos evitar que venham para cá pessoas ocuparem terrenos para guardar, para uma construção futura, que nem sequer tenham a certeza do que vão construir. E queremos evitar que haja segunda venda porque há muitos que se inscrevem e depois tentam revender", disse José Pereira da Conceição. "Queremos no

nosso projecto uma ocupação útil e efectiva dos espaços. Não queremos ver terrenos vedados sem construção. Chega de ocupar terrenos e abandoná-los porque se pretende fazer a casa dos sonhos sem ter meios para começar a obra", acrescentou o director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro.

Fim da ocupação ilegal

O administrador municipal, Carlos Cavuquila, afirmou à reportagem do Jornal de Angola que, em virtude da ocupação anárquica de terrenos município, a Administração Municipal teve necessidade de se antecipar e propor ao Governo Provincial um projecto para disciplinar a construção de residências. A preparação dos instrumentos legais relativos ao programa começou no ano passado.

Com a concessão legal de terrenos, "fica coarctada a ocupação ilegal, sobretudo por aqueles que o fazem com fins especulativos, usando o património do Estado para enriquecer", afirmou Carlos Cavuquila.

O administrador municipal disse que nem todos os pedidos recebidos cumprem os requisitos legais. "Ficamos com a impressão de que as pessoas estão a fazer uma festa. Até mesmo aqueles que não têm necessidade acorreram ao projecto. Também encontramos processos falsos. Vamos fazer o rastreio de todos os documentos enviados e depois publicar no Jornal de Angola os admitidos e os não admitidos", referiu Carlos Cavuquila.

Os admitidos são convocados para receber as guias de pagamento, a ser feito na conta do Tesouro. Os terrenos a conceder variam de acordo com os projectos apresentados. O valor mais baixo ronda os 39 mil kwanzas e o cliente tem cinco dias úteis para proceder ao pagamento. Caso não o faça, é-lhe retirado o nome da lista.

Camponeses contemplados

O projecto abrange as pessoas de rendimentos baixos, em particular os camponeses que tinham as suas lavras naquelas zonas, a quem a Administração Municipal vai entregar um modelo de construção para evitar a descaracterização urbanística, disse o administrador de Cacucaco.

Os projectos incluem lotes para moradias de renda média e alta, comércio, pequena indústria, actividades de lazer, serviços sociais e públicos. "Estamos num processo dinâmico, que é seguido constantemente. Tudo para não ouvirmos nem nos depararmos mais com problemas de ocupação ilícita de terrenos no município", garantiu.

Carlos Cavuquila alertou os interessados para a existência de indivíduos oportunistas, como alguns que já se fizeram passar por funcionários da Administração Municipal para ludibriar os mais incautos e ansiosos, que acabam, na sua inocência, por entregar dinheiro em troca de falsos favores.

"Temos de fazer as coisas com toda a transparência e equidade. O processo é transparente e livre. As pessoas não precisam de dizer de que partido são, basta serem angolanos", disse o administrador municipal.

O administrador municipal chamou a atenção para o cumprimento estrito das normas estabelecidas no processo, como o pagamento dos terrenos nos cinco dias úteis subsequentes à recepção das guias, para homologação das licenças de ocupação, e o início das obras em 90 dias.

"Muitos vão perder o dinheiro como sanção pelo incumprimento do regulamento. Quem não tem capacidade para construir agora, o melhor é juntar as poupanças do que ocupar um terreno e não construir", advertiu Carlos Cavuquila.

Os que fizeram a inscrição para os três projectos vão ser excluídos, muitos só querem obter terrenos para revender, prejudicando assim os que precisam de um tecto para morar", concluiu o administrador municipal de Cacuaco.

Após a publicação da lista dos contemplados antevê-se, daí a 90 dias, o início da construção de centenas de residências e de equipamentos sociais que vão alterar a paisagem urbana de Cacuaco, pondo fim à anarquia da ocupação e construção ilegais e em zonas de risco, que perigam a vida da população.

7.18 Oficial Militar Ocupa e destrói Lavras

Jornal A Capital

18 De Julho de 2015

Texto: Osvaldo de Nascimento

João David, responsável pela única igreja de chapas lá existente, é um dos primeiros moradores do bairro Chimuto. Segundo ele, a comunidade está deveras preocupada com os últimos acontecimentos, resultantes do mau comportamento do suposto tenente-coronel Matadidi naquela zona.

"A maior parte do povo que aqui vive é camponesa. Desde que aqui estou a viver, há mais ou menos sete anos, nunca vi nenhum boi", mas, continuou, "nas

últimas semanas estão a aparecer muitos, em nosso detrimento, porque destroem as lavras".

O religioso adiantou que, o que mais os espanta é que, uma semana depois do surgimento dos bois, apareceu um grupo de militares fortemente armados, transportados por uma carrinha Hilux, vidros fumados, a avisar os populares que a zona estava sob seu controlo e que, brevemente, "teríamos uma visita, uma vez que, segundo eles, o terreno é pertença de generais".

"Assim que eles se retiraram, deslocamo-nos à Administração do bairro para pontuar a situação. Este, por sua vez, garantiu-nos que os militares queriam apenas um espaço", contudo, detalha João David, a verdade é que a ameaça continua, tendo em conta que volta e meia surgem homens armados a fotografar terrenos e pessoas.

Outro entrevistado foi Orlando da Silva, agricultor. Declarou ter sido com ele que os militares falaram na última semana do mês de Junho. Oi camponeses associam os tropas que por lá têm aparecido a alegados guardas da suposta fazenda do oficial Matadidi, situada a poucos metros do bairro Chimuto.

"Isto está a nos preocupar, porque o senhor Matadidi já recebeu lavra! noutros locais, sendo que são os antigos proprietários das mesmas que nos estão a alertar. Ele possui muitos bois e não tem mais espaço para colocar", manifestou.

"Ontem o meu vizinho comprou blocos, mas quando veio com o carro para descarregar, o senhor Matadidi estava presente e impediu o descarregamento. Queremos que a Administração municipal venha esclarecer o povo. Aqui ninguém é estrangeiro. Se a terra não é para o povo, é para os bois?", questionou, visivelmente aborrecido com o facto de "em vez de ser a Administração comunal a tratar com a população, é um militar que nada mais quer senão tirar o povo de suas terras.

"Pertencemos ao Bengo, sobrevivemos dos produtos do campo que os bois dele têm estragado todos os dias", lamentou, observando que são muitos bois que vão lá pastar nas lavras todos os dias, danificando tudo.

"A minha casa é de chapas. Ultimamente têm vindo muitos gatunos. Aí já não sei se fico atento com a lavra que está a ser destruída pelos bois, ou se fico em casa para não entrar ladrão", desesperou um ancião, visivelmente agastado, acrescentando que, tanto quanto sabe, o oficial em causa não vive na zona.

"Vive em Luanda. Aqui vem apenas cuidar do pasto e nos intimidar. Estamos a ficar revoltados porque se ele diz que o espaço é dele, devia apresentar documentos. Já ocupou boa parte da zona onde colocou o gado. O que não pode fazer é receber as lavras dos agricultores", esboçou ainda. No local, a nossa reportagem não encontrou nenhum boi a pastar. Contudo, no recinto da suposta quinta do oficial, dezenas de animais eram guarnecidos por vários homens fardados.

7.19 Dez mil pedidos de terrenos dão entrada na Administração Municipal de Cacuaco

Semanário Angolense

25 De Julho de 2015

Texto: Ilídio Manuel

Cerca de dez (10) mil pedidos para a aquisição de terrenos deram entrada na Administração municipal de Cacuaco ate segunda-feira, 13, data em que o processo foi suspenso «para avaliação». O Semanário Angolense soube que a suspensão de recepção de novos pedidos ficou a dever-se ao grande influxo de candidatos que, nas últimas três semanas, acorreram em massa a Administração local, em busca de espaços para a autoconstrução dirigida.

O arquitecto José da Conceição, que é o coordenador-geral dos três projectos, nomeadamente o de Maye Maye, Vilas Kativa e das Ideias, respectivamente, revelou que em poucos dias a Administração de Cacuaco foi inundada por milhares de pedidos, que «ultrapassam largamente o numero de lotes disponíveis para construção de residências»,

Segundo ele, em função desse elevado mineiro decidiu-se pela suspensão da recepção de novos documentos, ate que os que já foram decepcionados «sejam devidamente avaliados», Garante que o processo de selecção será «transparente e que os nomes dos candidatos apurados, como também os não seleccionados serão divulgados em locais próprios».

Deu a conhecer que Os projectos compreendem três tipos de casas, as de renda social, media e alta. A Vila das Ideias, com 1.450 lotes, comporta unicamente habitações sociais a construir pelo Estado, e nesse espaço serão alojadas as pessoas de baixa renda. O responsável sublinhou que projecto contempla igualmente uma série de infra-estruturas sociais, mais concretamente escolas, centros de saúde, estabelecimentos comerciais, áreas de lazer e fabricas de pequeno porte não poluentes, que serão

enquadradas no âmbito dos conhecidos quatro eixos: «Habitação, circulação, trabalho e lazer».

«Apesar dos apelos feitos no sentido dos candidatos reunirem toda a documentação solicitada (fotocópia do BI, assento de nascimento e extracto bancário), um bom número dos processos que deram entrada estão incompletos)), revela. Esclarece que a solicitação do extracto bancário servira para aferir se os candidatos possuem ou não liquidez para financiarem as suas casas, no quadro da autoconstrução dirigida. «Os que não cumprirem com o que será previamente acordado, perdem o direito sobre os terrenos», adverte.

Diz que alguns dos requerentes são oriundos de outras províncias do país, sobretudo circunvizinhas de Luanda. Questionado sobre a possibilidade de alguns dos interessados virem a beneficiar de terrenos, depois de terem sido contemplados com residências em projectos habitacionais como os do Zango, Panguila, Sequele ou Kilamba, José da Conceição revelou que a Administração do Cacuaco já solicitou a Imogestin uma lista das pessoas que se encontram nessa condido. «Estes projectos não abrangem os cidadãos que já beneficiarem de casas noutros projectos desenvolvidos pelo Estado». O director do Gabinete de Gestão Urbana e Cadastros da Administração de Cacuaco afirmou que os projectos destinam-se, prioritariamente, a alojar os milhares de populares que se encontram a viver no «Buraco Iba» e na «Boa Esperança», zonas consideradas de «grande risco» devido a erosão de solos, sobretudo durante a época chuvosa.

«Há cerca de 900 famílias que vivem nestes locais e que serão alojadas no novo projecto habitacional», promete. Camponeses compensados em espécie Disse que, ao contrario do que tem sido norma, os camponeses que foram desalojados da zona não serão monetária mente compensados, mas receberão terrenos para exploração comercial (pequenas lojas) ou encaminhados para áreas de cultivo na comuna do Dande, no município de Icolo e Bengo, «conforme o desejo de cada um».

«Existe um acordo com a Administração local que já disponibilizou uma extensão de mil hectares de terras para a exploração agrícola», adicionou o responsável. José da Conceição afirmou que os cerca de 500 camponeses não serão «marginalizados» nos projectos, visto que a Administração de Cacuaco ira conceder não só os terrenos, como também os direitos de superfície dos referidos espaços.

Denunciou, por outro, a existência de indivíduos que procuram tirar dividendos financeiros com a venda de terrenos naquela zona e que «tem estado a burlar

cidadãos incautos». Não descartou a hipótese de estarem envolvidos alguns funcionários da Administração local nesse género de «negociatas», tendo para o efeito solicitado que os lesados procedam a denúncia dos supostos burladores, com o objectivo de serem criminalmente responsabilizados.

7.20 Moradores indignados e divididos

Jornal Inforsambila

Julho de 2015

Texto: Augusto Afonso

os moradores, em declarações ao Inforsambila dizem sentir-se injustiçado na distribuição de casas no projecto Zango e nos apartamentos dos prédios AnangoIa. Por este motivo os que abrangeram no Zango preferem voltar no bairro que os viu nascer. Segundo os moradores, a vida no Zango é complicada, não há escola, hospitais, lugar de lazer e estão insatisfeitos com o tipo de casas que estão a lhes ser entregues. Maria Simão Jungo1 residente do bairro disse, que as casas estão compostas por três quartos, uma cozinha, uma sala e casa de banho, quintal não vedado. Para ela, sair do bairro operário vai complicar porque para chegar ao centro da cidade é necessário madrugar, isso, de acordo com a fonte, desestabiliza a situação das crianças que estão em idade escolar. Julião Dionísio, morador do bairro, há 15 anos disse que, enquanto uns nem, outros choram a quem pensa em tirar a sua própria vida por não beneficiar de uma chave no Zango, alguns estão a ser injustiçados no momento de distribuição das casas.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Moradores envolvidos na limpeza da Maianga

Jornal De Angola
30 De Julho de 2015

A administração do Distrito Urbano da Maianga, no município de Luanda, através da sua Unidade Técnica de Serviços Comunitários (UTSC), tem feito nos últimos dias a recolha e tratamento de lixo da circunscrição com a participação da comunidade, disse, ontem, fonte da Administração Distrital.

Na rua 22 de Julho, no Rocha Pinto, nas zonas do Cassequel do Buraco, Cantinton e Margoso foram retiradas grandes quantidades de resíduos sólidos dos passeios e da via com auxílio de sacos plásticos.

Nas zonas onde não é possível efectuar a recolha com camiões, são usados motociclos com carroçaria, tractores e outros meios ligeiros, como carros de mão.

Para reforçar a recolha de lixo e a limpeza, já está a operar a Empresa de Saneamento de Limpeza de Luanda (Elisal), cujo trabalho é visível diariamente nas principais vias urbanas da Maianga, com os meios pesados e ligeiros a apoiar os varredores, enquanto a Unidade Técnica de Serviços Comunitários faz o seu trabalho nas zonas suburbanas com acesso mais difícil.

O novo modelo de recolha de lixo na província de Luanda começa a funcionar a 1 de Agosto deste ano, disse recentemente o governador provincial Graciano Domingos.

8.2 Drenagem de águas pluviais antes do início das chuvas

Jornal De Angola
25 De Julho de 2015
Texto: Leonor Mabiala

As obras de construção de sistemas de micro-drenagem no troço entre o supermercado Simbila e o entroncamento do rio Lucola, para permitir a evacuação das águas pluviais até ao mar, ficam concluídas antes do início da época chuvosa, garantiu ontem o secretário provincial de Cabinda das Obras Públicas, Juliano Capita.

Segundo o responsável, as obras, iniciadas há um mês e meio, incluem também a colocação de novo

asfalto no referido troço, já que os trabalhos de construção das valetas provocaram cortes na via. O secretário provincial das Obras Públicas anunciou também a construção em breve de uma nova ponte sobre o rio Lucola, nas imediações da Estação de Tratamento de Água nº 1, para facilitar a circulação de veículos, no sentido Tchizo-Cabassango.

Para facilitar os trabalhos de construção de sistemas de micro drenagem no troço entre o supermercado Simbila e o entroncamento do rio Lucola foi interrompida a circulação de viaturas.

Juliano Capita apelou aos automobilistas a terem uma condução prudente e alertou-os para utilizarem as vias alternativas já reabilitadas pelo governo da província, nos bairros Amílcar Cabral, Tchizo e Lombo-Lombo.

8.3 Benguela investe milhões de kwanzas

Jornal De Angola
27 De Julho de 2015

O Governo Provincial de Benguela vai investir, ainda este ano, 44,2 mil milhões de kwanzas na implementação do plano director de drenagem para o município sede, com vista a permitir o escoamento de água.

A informação foi avançada sábado durante a apresentação do plano pela empresa Dar Al Handasah, responsável pela construção da drenagem. A obra é implementada em três fases, para reduzir os danos provocados com a passagem das águas das zonas mais altas para o mar.

O administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, disse que a obra engloba o desassoreamento das valas de drenagem, a construção de diques, protecção das margens, assim como a sensibilização das populações para não construírem junto das linhas de água.

O município de Benguela possui dois rios principais, Cavaco (a Norte da cidade) e Uche (a Sul), além dos afluentes Damba ya Mina e o Monnolo.

Leopoldo Muhongo disse que a população comprometeu-se perante a administração municipal a não ocupar as zonas ribeirinhas, a fim de permitir a movimentação das máquinas.

Ainda no município de Benguela, a empresa Odebrechet está a construir canais de escoamento das águas do rio Engue, afluente do Cavaco, evitando inundações como as que vitimaram dezenas de

pessoas em Março último, nos bairros da Santa Teresa e Pecuária.

Outra preocupação para a administração municipal está dirigida para a vala do Coringe, que se encontra entupida por resíduos sólidos junto ao mar. Por isso, os administradores comunais receberam instruções para impedir que os habitantes da zona depositem lixo na vala.

8.4 Novo modelo entra em vigor. É hora de limpar Luanda

Novo Jornal

31 De Julho de 2015

Governo da Província de Luanda (GPL) e seus parceiros levaram para por em marcha o novo programa de recolha de lixo que poderá "salvar" a cidade capital das lixeiras que se encontram espalhadas por quase toda circunscrição. Actualmente, Luanda apresenta-se suja e mal cheirosa.

Esta semana, o governador Graciano Domingos reuniu-se com o vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda, com os administradores municipais, os presidentes das centralidades e com o director geral da Elisal, para dar arranque ao processo.

Graciano Domingos garantiu no encontro que tudo está preparado para o início da limpeza que, doravante, será da responsabilidade directa dos municípios e das centralidades. "Para chegarmos até aqui, trabalhamos durante quatro meses com os municípios no sentido de habilidades organizativas que o modelo de limpeza urbana e municipal exige", explicou o governador.

Garantiu ainda que o orçamento para a operação também já foi aprovado, cabendo ao Ministério das Finanças proceder a transferência dos recursos alocados às administrações municipais. Explicou que o critério de repartição do orçamento define por cada município 20 por cento para as micro empresas, 25% para as empresas de pré-recolha e 55% para as operadoras principais.

No processo, de acordo com o governador, foram apuradas operadoras principais para os municípios de Cacuaco e Viana, ficando entretanto, a Elisal como operadora para o município de Luanda, Cazenga e Belas em virtude do não apuramento de nenhum vencedor do concurso realizado. A Elisal continuará a assumir o papel de gestora do sistema de limpeza pública, assumindo as funções de gestão do aterro

sanitário, que é uma infra-estrutura comum ao sistema de limpeza pública na província, e assumirá a responsabilidade pelos postos e estações de transferência dos lixos perigosos.

Graciano Domingos chamou igualmente a atenção das administrações municipais e centralidades no sentido de reforçar e melhorar os serviços de fiscalização, bem como aprofundar o diálogo com os moradores e suas comissões e punir os que colocam em risco o saneamento do meio

Para o governante, o sucesso do programa depende do compromisso da população e não dos recursos financeiros disponíveis. "Desejo a todos os que ficarem envolvidos nesse modelo coragem e criatividade na sua implementação, que quanto a nós constitui a via acertada para uma Luanda limpa não pelos recursos financeiros disponíveis, mas pelo compromisso da sua população com o asseio e a higiene", disse. Por fim, o governador apelou aos municípios a, rapidamente, diferenciar o lixo doméstico do lixo das actividades comerciais que, segundo o responsável, implicará a comparticipação nos encargos financeiros.

Verbas insuficiente

Alguns responsáveis municipais consideraram de "ínfimos" os valores para o combate ao lixo alocados às suas jurisdições. Porém, prometeram tudo fazer para a melhoria da imagem da cidade capital. Para o administrador do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, a verba destinada ao seu município é "uma gota no oceano". "Temos um orçamento de 325 milhões de kwanzas para os seis meses. O que perfaz cerca de 40 milhões de kwanzas mensais para distribuímos pelos nossos parceiros desde as operadoras, as micro-operadoras, e as operadoras de pré-recolha. Portanto, acho que o montante não é suficiente", reclamou Tany Narciso.

Para o município de Luanda as verbas também não chegam, segundo o vice-presidente da Comissão Administrativa, António Fiel Didi, que apesar da situação, pede a colaboração dos seus municípios. "Esta é uma tarefa de todos os municípios e esperamos que se engajem. De resto, as empresas estão todas preparadas para o projecto. A verba disponibilizada não é suficiente, mas é com ela que vamos trabalhar", disse Fiel Didi.

O administrador do município de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, preferiu evitar comentários sobre o montante para a operação de limpeza atribuída à sua localidade. Afirmou apenas que as duas empresas que farão a limpeza do município estão conscientes dos "ganhos e perdas".

"Prefiro não comentar, se é suficiente ou não. Mas, se as empresas concorreram e porque estavam conscientes das dificuldades que poderão vir a ter", frisou o governante, estimando em cerca de seis milhões de kwanzas a verba para o seu município.

Por fim, o director da ELISAL John Junior, entende que a empreitada não será fácil para a sua empresa, a julgar pela companhia no processo. Porém mostrou-se optimista quanto ao sucesso da nova aposta de recolha de lixo do Governo de Luanda. A verba está estimada em cerca de dez milhões de kwanzas, uma parte deste montante é para a ELISAL e a outra é para o sistema operativo. Portanto vamos trabalhar com aquilo que temos finalizado. António Paulo

8.5 Sistema electrónico trava garimpo de água

Jornal de Angola

31 De Julho de 2015-08-03

Texto: Nilza Massango

Lionidio Ceita justificou a medida a imprensa como forma de assegurar uma melhor distribuição do precioso líquido pelos diferentes municípios de Luanda.

A EPAL trabalha com três empresas estrangeiras para permitir que em 2016 estejam criadas as condições para combater o garimpo de água em tempo real ao longo dos muitos quilómetros de condutas existentes. "Vamos começar onde a situação é mais preocupante. O sistema de protecção electrónica vai garantir a segurança de todas as condutas da EPAL", disse.

Lionidio Ceita falou também do perigo do garimpo para a saúde pública, por tirar parte substancial do cloro da água que a toma potável, e apontou como novos pontos de garimpo de água na capital a Rua Brasileira, Capalanca, Viana, Quinta, Sexta e Sétima Avenidas do Cazenga. A EPAL possui mais de 500 mil clientes e prevê aumentar esta cifra antes de Dezembro.

O presidente do conselho de administração da EPAL pensa primeiro eliminar os constrangimentos respeitantes a falta de cultura de pagamento pelos cidadãos. "Existem clientes que não pagam as contas", afirmou, admitindo que a actual tarifa, que vigora há quase oito anos, pode a qualquer momento sofrer aumento.

A título de exemplo, disse que os cidadãos que residem no município do Cazenga gá tem seis mil kwanzas por mês e os habitantes do Kilamba, que

tem agora 14 horas por dia, pagam entre 450 e 1.600 kwanzas. Lionidio Ceita considerou "enormes" os prejuízos económicos resultantes do não pagamento de água pela população de Luanda, salientando que devido ao garimpo e fuga ao pagamento dos consumos, o Estado arrecada apenas o equivalente a 2,9 milhões de dólares, quando devia arrecadar cerca de quatro milhões de dólares.

Ceita apontou as rupturas provocadas pelas obras na via como outro factor que emperra a normal distribuição de água em Luanda. "É preciso haver punições maiores", defende. Lionidio Ceita anunciou para Abril do próximo ano a conclusão do projecto "700 mil ligações". "Existem milhares de consumidores sem água em casa quando se trata de um projecto que custou milhões de dólares ao Estado", disse.

Numa altura em que cresce o número de consumidores, Lionidio Ceita defende o aumento do valor da tarifa de água e o combate de forma drástica do garimpo.

Dividas milionárias

Lionidio Ceita disse que a dívida dos clientes para com a EPAL ronda os 170 milhões de dólares. "Esta dívida é incobrável, mas levamos o assunto a consideração do Executivo para encontrar uma solução, que pode passar pela limpeza do peso contabilístico da EPAL", disse.

Ceita sublinhou a intenção do Executivo de melhorar a distribuição de água potável em toda a extensão do território de Luanda até Dezembro deste ano. "Não vai ser 24 sobre 24 horas, mas vai haver um melhoramento substancial", assegurou. O presidente do conselho de administração da EPAL disse que pelas condições que estão a ser criadas, até 2018 Luanda pode vir a ter água 24 sobre 24 horas, no âmbito dos objectivos do Plano de Desenvolvimento para o Sector das Águas.

Ministro da Energia e Águas

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, defendeu a formação de quadros do sector, no quadro do processo de reestruturação e melhoria da qualidade dos serviços prestados a nível do país. Ao reconhecer a insuficiente capacidade técnica e humana no subsector das águas ainda existente em grande parte das províncias, João Baptista Borges disse que é fundamental a criação, nos próximos tempos, de mais centros de formação nas águas e energia.

João Baptista Borges disse que se adoptou um critério que vai permitir que em cada projecto de

infra-estrutura exista a componente formação, numa altura em que no processo de reestruturação do subsector das águas são criadas as empresas provinciais de água para gerir os sistemas que estão a ser reabilitados e construídos nas sedes provinciais e municipais. No sector eléctrico, o ministro da Energia e Águas considerou "colossal" o investimento que está a ser feito para o aumento das capacidades eléctricas, referindo que os novos empreendimentos em construção no país e os sistemas de transporte e distribuição requerem a ampliação dessas capacidades e melhoria da sua gestão, organização das empresas e qualidade na prestação de serviço.

Luanda acolheu o quinto conselho consultivo do Ministério da Energia e Águas por ser a província que concentra grande parte dos problemas relacionados com o abastecimento de água e energia eléctrica, disse o ministro João Baptista Borges.

Investir nas cobranças

A vice-governadora provincial de Luanda para Área Política e Social, Jovelina Imperial, fez a abertura do conselho consultivo e realçou que a energia e águas e um dos sectores estratégicos da ecoarria nacional. Jovelina Imperial apelou que fossem matérias de reflexão a questão da monitorização e controlo da qualidade da água potável para o consumo, aperfeiçoamento da facturação e cobrança de consumo e Fiscalização, o conselho consultivo, disse, acontece numa altura em que estão em fase de conclusa o, na província de Luanda, as reformas administrativas, um exercício que também se verifica no sector da energia e águas, onde se destaca a aplicação do Programa de Transformação do Sector Eléctrico, que compreende a sua reestruturação com a criação da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE-EP), Empresa Pública de Produção de Electricidade (PRO DEL) e a Rede Nacional de Electricidade (RNT).

8.6 Municípios exigem qualidade das obras

Jornal Manchete

31 De Julho de 2015

Texto: Moreira Mário

O governador da província de Luanda, Graciano Domingos, visitou na segunda-feira, 27, as ruas que estão a beneficiar de asfaltagem e terraplanagem no município do Cazenga, para se inteirar do nível do trabalho em execução naquela circunscrição.

No entanto, alguns municípios que falaram à nossa reportagem mostraram-se insatisfeitos pela ausência de valas de drenagem nalgumas vias recentemente concluídas. Os mesmos disseram que do ponto de vista geral, esta condição tem sido um dos problemas que leva a degradação prematura da maioria das estradas em Luanda, por falta de escoamento das águas residuais.

Pelo que acreditam que grande parte delas, poderão não resistir quando começar a cair as chuvas em Luanda. Para tal, o município António Domingos recorda quando em 2008 a administração municipal terá requalificado as ruas de alguns bairros do Cazenga. Hoje, referiu, nenhuma delas resta pelo menos alguns metros de asfalto.

Sete anos depois, este programa volta à tona e foi precisamente em Setembro do ano passado que o Governo Provincial de Luanda terá atribuído às administrações municipais, a gerência orçamental e execução dos programas que anteriormente eram directamente da sua responsabilidade. É assim que o município do Cazenga começa a dar primeiros passos, no âmbito do seu projecto de reabilitação de estradas da municipalidade no presente ano. Porém, os municípios mais atentos pedem às autoridades locais que, na medida do possível, as execuções desses trabalhos seja de maior qualidade. Em gesto de chamada de atenção para a administração municipal do Cazenga, Ernesto Saraiva apontou algumas insuficiências das obras que foram realizadas no troço Cípal/Rotunda da Cuca. Segundo este município, apesar de ter melhorado a circulação rodoviária, ainda assim, as águas residuais continuam a invadir o asfalto. Já Margarida Vilola manifestou a necessidade de ver no seu município a serem feitas obras de carácter definitivo e não provisória "de maneira a se evitar gastos desnecessário aos cofres do Estado, por estradas que não vão durar muito tempo", salientou acrescentando que "as chuvas não podem persistir como maior impasse para a sobrevivência das vias".

8.7 "Vamos construir valas de drenagem"

Jornal Manchete

31 De Julho de 2015

Entretanto, o governador de Luanda, Graciano Domingos, garantiu que o seu executivo em conjunto com o Governo central, vão antes da chegada do período chuvoso, construir as valas de drenagem em falta nas vias cujas obras foram recentemente concluídas.

Durante o seu percurso o governador visitou a avenida Ngola Kiluanje, rua dos Comandos, Kambaxe, rotunda da Cuca, 5^a, 7^a e 8^a avenidas que beneficiam de obras de restauro.

Na ocasião, Graciano Domingos, admitiu que no Cazenga está a concretizar-se o que definiu, por isso, sublinhou, enquanto não acontece as grandes obras é necessário assegurar e garantir a transitabilidade no interior dos bairros.

As obras de reciclagem e terraplenagem das vias, fez saber, estão a contribuir na mobilidade no interior da municipalidade, daí que tão logo os recursos financeiros sejam disponibilizados serão asfaltadas outras, para ampliar a circulação rodovia na província de Luanda.

Informou que enquanto não acontece as grandes obras vão se fazendo paliativos para garantir a transitabilidade no interior dos bairros. "Estou satisfeito pelo que vi, por isso, encorajo a administração do Cazenga a continuar com os trabalhos de terraplenagem", enfatizou, pedindo à população para colaborar, não deitando águas nas vias já reparadas e colocar o lixo nos locais indicados.

8.8 Quiçama, o único município de Luanda sem água canalizada

Jornal O PAÍS

24 De Julho de 2015

Texto: Alberto Bambi

Quando são questionados por alguns munícipes sobre tal situação, dirigentes afectos à Administração do Município da Quiçama não deixam de reconhecer que, mais do que nenhuma outra municipalidade da Capital, a sua localidade reúne fontes adequadas para não ter o líquido vital em falta, conforme deixou expresso o administrador-adjunto para área política, social e de comunidades, Dionísio Guia, numa entrevista concedida a O PAÍS, Terça-feira, 14.

"Como devem saber, Quiçama é o único município de Luanda localizado entre dois rios, mas é também o que não tem água canalizada", observou Dionísio Guia, tendo justificado, logo a seguir, a falta de efectividade da canalização da sua área de jurisdição com o facto de ter sido anexada à província capital, muito recentemente.

Recusando-se falar da similar do Icolo e Bengo cujas condições, no que toca à disposição da água são diferentes, o segundo homem forte da referida administração avançou nos pormenores, alegando

que a construção da Basílica da Muxima que, segundo assegurou, arranca ainda neste ano, também deixa aprazada a implementação de alguns serviços básicos.

"Torneiras para as casas dos moradores constitui um processo e julgo que a gente chega lá, só não o fizemos, até agora, devido a grandes projectos que, praticamente, o Governo Central tem para com a vila da Muxima, como é o caso do Mega-projecto da construção da Basílica e da requalificação do próprio município-sede", explicou o administrador adjunto, tendo adiantado que essas projecções colocavam o seu pelouro de mãos atadas, no tocante à construção de outras infra-estruturas, as quais considerou estarem interditas pelas causas por si invocadas.

Dionísio Guia, que acredita ser na Muxima onde a esperança deve ser a última a morrer, faz fé de que, embora o país esteja mergulhado num mar de crise financeira provocado pela queda do preço do barril de petróleo, num futuro muito próximo, a população de Quiçama possa tirar água, a partir de suas próprias residências.

Para não deixar a população sem alternativas, enquanto isso não acontece, a administração local socorre-se do «Projecto Água para Todos», através do qual foi erguido um centro de captação e tratamento de água, na sede do município, bem como urna rede de sete chafarizes, sendo três no bairro Pita, dois em Catondo e igual número, na vila, de onde os habitantes' peregrinos e outros cidadãos, que visitam a localidade, tiram a água, a fim de atender suas necessidades básicas.

Um dos três fontenários disponibilizados no Pita foi encerrado, alegadamente por causa da confusão que os moradores mais próximos protagonizavam, na disputa do acesso ao líquido vital.

Por causa disso, o fluxo de gente nos dois outros chafarizes aumentou consideravelmente, sobretudo nas primeiras horas da manhã.

Por ser visitante, Domingas demorou algum tempo para encher os seus recipientes, pois tinha de esperar por quase todos residentes que chegavam ao primeiro fontenário, situado no lado esquerdo, no sentido Santuário da Muxima-bairro Zeca.

"Como sou nova no bairro tive de esperar mesmo que todos acarretassem a água e só depois enchi os meus bidões", informou Domingas, realçando que até as crianças a preteriram para o último lugar.

A senhora que está hospedada na área do chafariz encerrado propôs que as autoridades locais corrigissem a sua decisão, voltando a abrir o bem público.

"O povo não se educa com o chafariz fechado, é preciso conversar com todos e castigar só os que fazem confusão", sugeriu.

Por sua vez, Justina Abel Sebastião de 22 anos, que nasceu na Muxima, refutou a informação que corre no bairro Pita, segundo a qual o fontenário tinha sido encerrado devido à confusão dos moradores.

"Para dizer a verdade, havia aqui um pouco de confusão, como é normal num sítio onde há muitas mulheres, mas fecharam as torneiras, porque as mesmas se estragaram", revelou Justina Sebastião.

A moradora informou sobre a tentativa de recuperação levada a cabo por funcionários da administração, que não tiveram sucesso.

Quanto à enchente registada nos dois postos de abastecimento, Justina sublinhou que era necessário conhecer os períodos em que estes lugares se encontravam aparentemente vazios, tendo adiantado que a maior parte dos residentes preferia chegar aos chafarizes, antes das cinco e meia, a esperarem que os mais jovens afluíssem ao local.

Já Vande considerou que o bairro Pita, devia ter mais chafarizes, por ser o mais populoso da comuna da Muxima. Ela disse que, nos fontanários existentes, ainda se regista muita enchente.

Algumas vizinhas de Vande falaram do anseio que nutrem em ver torneiras nas suas residências, uma vez que, na Muxima, já se nota a presença de funcionários da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL).

Mau estado dificulta distribuição

Além da política de construção de chafarizes, que beneficiou mais a sede do município, a administração municipal da Quiçama dispõe de outros meios para fazer chegar a água a outras comunas.

Trata-se da disposição de seis camiões-cisternas, dois dos quais se encontravam avariados, na ocasião desta reportagem.

Os dois carros referenciados com prejuízos superáveis, já que, de acordo com o administrador-adjunto, requeriam manutenção, mais concretamente, trabalhos de apertos e reapertos.

Um se encontrava na sede municipal e outro, na comuna de Cabo Ledo, o que indicava serem três veículos para cada uma dessas localidades.

Com estes meios de transporte adaptados, alguns funcionários da administração tinham a

responsabilidade de levar água às populações das cinco comunas.

Até à altura desta reportagem, a transportação só era regular para as comunas da Muxima e do Cabo Ledo, já que o mau -estado das vias de acesso a Demba Chio, Mumbondo e Kixinje dificultavam a transportação do - precioso líquido, através dos referidos camiões-cisterna.

a época seca, ainda é possível chegar -se às localidades do Zeca, Antenas e Demba Chio, mas arriscava-se a ter uma viagem em cada três meses, porque depois de uma empreitada, o carro tinha de parar para uma revisão geral.

"Sabe-se que a Quiçama, dada a sua grande extensão, 13 mil e 500 quilómetros quadrados, também é o município que comporta algumas regiões muito áridas, onde se nota a escassez deste precioso líquido, principalmente nos períodos em que as quedas pluviométricas não são tão eficazes, então a alternativa devia ser o transporte por camiões cisternas, mas as estradas estão mesmo péssimas", recordou o dirigente.

Os quatro veículos em circulação estavam divididos para as comunas de Muxima e Cabo Ledo ligadas por tapete asfáltico.

Os habitantes das localidades com estradas viáveis, que, por sinal, tinham chafarizes e centro de captação de água, respectivamente, também beneficiavam de água trazida por camionistas' que saíam de outros pontos de Luanda.

Há seis anos como administrador-adjunto, Dionísio Guia admitiu que o abastecimento de água, por essa via, não era o mais eficaz, primeiro porque o processo era bastante honoroso, atendendo ao facto de haver muitos gastos, nomeadamente, da própria componente técnica da viatura, do físico humano e, depois, por ser um processo quase impossível para as restantes" áreas mais longínquas do município.

Novo centro de captação minimiza situação

Por ocasião das festas do município da Quiçama, ocorridas a 2 de Julho, a administração procedeu á inauguração de um centro de captação e tratamento de água, na localidade de Calamba.

"Julgamos que este empreendimento vai valer bastante e minorar as dificuldades, no que tange ao consumo de água não potável" , considerou Dionísio Guia.

Informou que deste ponto de tratamento e captação, os camiões cisterna terão a possibilidade de buscar o

bem precioso, que é a água tratada e proceder o abastecimento às populações.

"Quando me refiro a camiões cisterna, estou a falar de um modo geral, tanto sobre os que pertencem a administração municipal, quanto aos que são propriedades particulares. O objectivo é abastecer água aos populares", julgou.

Entretanto, Jerónimo Manuel Tavares, administrador-adjunto da comuna de Cabo Ledo adiantou, Terça-feira, 21, que, numa primeira fase, as portas do centro de tratamento estavam fechadas para os condutores de veículos particulares, por haver baixa de caudal do rio e, conseqüentemente, fraca pressão de água.

"Outra preocupação reside no facto de o carro da administração ter de fazer, pelo menos, duas viagens por dia para abastecer os tanques da comunidade", referiu Jerónimo Tavares, acrescentando que nem sempre se consegue cumprir com o objectivo.

Os automóveis disponibilizados para a comuna dificilmente fazem uma viagem sem inconvenientes, segundo o vice-administrador, que anunciou ter agora apenas um camião-cisterna a trabalhar.

"São viaturas de 2009 e já não têm uma rotação normal para um percurso na região de Cahululo, à beira do rio Kwanza, uma zona linútrofe entre os municípios de Icolo e Bengo e Quiçama.

Outro empreendimento, mas a partir de um riacho com corrente regular será erguido na comuna de Demba Chio, em Agosto do ano em curso.

A ser concretizada a intenção da administração, restará apenas criar infra-estruturas do género nas comunas de Kixinge e Mumbondo.

Nesta última, os habitantes ainda tiram a água para consumo e outros serviços domésticos directamente do rio Longa, que passa pela vila, ao passo que, para o povo dos Luandos e Kixinge onde a corrente fluvial está ' há mais de oito quilómetros, o líquido é captado de poços escavados pelos moradores.

Tomar água dos pântanos

Recorde-se que em Junho último, O PAÍS tinha apurado que os habitantes do Aldeamento diziam não ter outra alternativa senão conseguir água para beber, lavar e lavar -se dos pequenos charcos, localizados há cerca de dois quilómetros do bairro-sede de Caxarandanda.

Esses depósitos naturais de água, que reforçavam o seu conteúdo hídrico com as chuvas e as cheias do

rio Longa, apresentavam-se totalmente lamacentos e com um líquido acastanhado ou esverdeado, quase sempre contendo alguns bichos.

Os jovens da comunidade tinham achado uma forma de minimizar o consumo de impurezas, optando por arrefecerem parte da água que servia para esfriar o tubo do alambique.

De acordo com o soba dessa localidade, Francisco Dias, o pessoal da sua área podia beber água do rio, mas este fica há mais de dez quilómetros da zona, o que tornava difícil a sua aquisição. Alguns moradores alugavam os serviços dos poucos motoqueiros que actuam na região, para conseguir o líquido fluvial, mas os condutores destes veículos rapidamente deixaram de prestar esse tipo de trabalho, alegando que tal exigia muito esforço.

8.9 Recomendado prosseguimento do programa

Jornal De Angola
25 De Julho de 2015

Os membros do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social de Saurimo, capital da província da Lunda Sul, recomendaram quinta-feira a continuidade do programa "Água para Todos".

O administrador municipal de Saurimo, Gregório Miasso, destacou os objectivos da 2ª sessão ordinária para o desenvolvimento do município e a conseqüente melhoria das condições de vida dos seus habitantes. Gregório Miasso pediu mais envolvimento da sociedade civil nas actividades da administração municipal para dar cumprimento aos objectivos preconizados, com vista à melhoria substancial das condições de vida da população com aproximação dos serviços básicos das comunidades.

Durante a reunião foram analisados e discutidos os relatórios da administração municipal, do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza.

Os participantes foram ainda informados sobre a preparação do Fórum das Cidades, loteamento de parcelas de terra, campanha de vacinação contra a poliomielite, transportes públicos e o registo de cooperativas agrícolas e fazendas para terem acesso a financiamento.

Por outro lado, o sector da Saúde na Lunda Sul vai ser reforçado com a inclusão de doze novos médicos angolanos e cubanos, para melhorar a assistência médica.

8.10 “Garimpo” de água deve ser denunciado

Jornal De Angola
27 De Julho de 2015

A Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) apelou sábado à população que denuncie casos de "garimpo", para que "todos os munícipes tenham acesso à água sem constrangimentos".

O pedido foi feito, em nome da empresa pública, pelo administrador para a área de Projectos Industriais, quando falava à comunicação social no final de uma visita às estações de tratamento de água da Maianga, Marçal, Cazenga, Kifangondo, Camama, Benfica e Talatona, e outras instalações da EPAL.

Albertino Viegas salientou que "a água é para ser consumida por todos e não para ser comercializada por terceiros" e anunciou, ainda para este ano, mais ligações domiciliárias em Luanda, no âmbito do programa "700 mil ligações", levado a cabo pela empresa há já alguns anos.

O responsável explicou que a reabilitação do sistema dois da estação de tratamento de água de Kifangondo em curso explica a redução actual do volume de água disponível nos centros de distribuição do Cazenga e Marçal, que estão a trabalhar de forma alternada.

"Das 700 mil ligações domiciliárias temos já metade executada", informou Albertino Viegas, adiantando que tudo está a ser feito para melhorar o fornecimento de água à província de Luanda, depois da conclusão dos projectos Bitá e Kílonga, com o objectivo de atender ao aumento da população.

Albertino Viegas integrou uma delegação chefiada pelo ministro da Energia e Água, João Baptista Borges, que visitou sábado as estações de tratamento de água da Maianga, Marçal, Cazenga, Kifangondo, Camama, Benfica e Talatona. Na ocasião, o ministro disse que a construção de novas estações de tratamento de água e a reabilitação das existentes vão melhorar o nível de cobertura da rede de distribuição à capital angolana, beneficiando mais de um milhão de habitantes até 2016.

Desde há muito que a EPAL se queixa da actividade dos "garimpeiros" de água potável que causam danos às condutas, para desviarem água para tanques e camiões cisternas, a fim de ser comercializada em áreas onde o abastecimento é insuficiente ou não chega. Em operações concertadas com a Polícia Nacional, foram detidos "garimpeiros" angolanos e estrangeiros, por praticarem essa actividade ilegal,

sobretudo no distrito urbano do Kilamba Kíaxi e nos municípios de Viana e Belas.

O Serviço de Investigação Criminal (SIC) deteve em flagrante delito, na primeira quinzena deste mês, 10 indivíduos por desviarem água potável a partir das condutas da EPAL.

O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, disse à agência Angop que os detidos fazem parte de redes que obstruem as condutas, desviando a água para tanques e camiões cisternas para a comercialização ilegal. A luta contra o "garimpo" de água, desencadeada em operações conjuntas entre a Polícia Nacional e a EPAL, começou em 2011 nos distritos urbanos do Kilamba Kíaxi e Samba e nos municípios de Belas, Viana e Cacucaco.

Na sequência dessas acções, foram desactivadas várias áreas de "garimpo" e erguidos novos postos de abastecimento onde, anteriormente, era inviabilizada a distribuição de água a instituições e a áreas residenciais. A Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) tem sublinhado que o "garimpo" causa prejuízos de nove milhões de kwanzas por dia.

8.11 Condições melhoradas nas cadeias

Jornal De Angola
30 De Julho de 2015
Texto: André Da Costa

Novos estabelecimentos prisionais vão entrar em funcionamento até Dezembro deste ano, disse, ontem, em Luanda, o secretário de Estado do Interior para os Serviços Penitenciários.

Ao discursar no encerramento do curso intensivo de ordem interna e do curso de direcção e chefia, na Escola Técnica Penitenciária, em Viana, José Bamoquina Zau frisou que a entrada em funcionamento de mais estabelecimento prisionais permite criar mais sete mil vagas e melhores condições de acomodação dos reclusos.

Angola tem 24 mil reclusos, quando os estabelecimentos penitenciários existentes têm a capacidade de internar apenas 21.875 reclusos. "O Executivo vai construir mais 13 cadeias", informou o secretário de Estado, que frisou que estão em construção os estabelecimentos prisionais de Cuquema, Capolo, Culango, Cacongo, Matala, Ondjiva, Luena, Bentiaba, Cassosso, nas províncias do Bié, Cabinda, Huíla, Moxico, Namibe e Benguela. Estão a ser construídos centros penitenciários para jovens em Luanda, Malanje e Huambo. José

Bamoquina Zau disse que o Serviço Penitenciário se tem confrontado com o aumento exponencial de internamentos, pelo que as novas cadeias vão permitir maior comodidade.

8.12 Lixo deixa vias intransitáveis

Jornal A República
03 De Julho de 2015
Texto: Rita Fernando

Os moradores reclamam de cheiros nauseabundos, moscas, baratas, que o lixo produz e muitos vermes que chegam a entrar nas residências que se encontram próximas dos montões de lixo. Para além desta situação, os resíduos sólidos interrompem a transição dos moradores, bem como de taxistas que fazem a via que dá acesso ao bairro da Simangola Praça. Regista-se montes de lixo a partir do bairro Petrangol, Goma, Socola, Refinaria até à rua direita do mercado dos Kwanzas. A Administração Municipal do Distrito Urbano do Sambizanga, por seu turno, está rodeada de resíduos sólidos, assim como o cheiro produzido pelo lixo que incomoda os utentes que solicitam os serviços da mesma Administração.

Segundo os moradores, as empresas que recolhiam o lixo naqueles bairros estão em greve "para mostrar as autoridades que eles trabalham", ou seja, que retiraram os contentores de depósito de lixo.

Adão Modinga Manuel, morador do bairro Petrangol, há 10 anos, conta que a problemática da não recolha de lixo é antiga. "O lixo está assim espalhado em qualquer sítio, porque as empresas de recolha já não prestam os seus serviços há dois meses. Por outra, não há contentores de lixo, porque levaram os contentores de lixo para mostrar ao Estado que eles estão em greve e que também trabalham", disse. Ainda segundo ele, o município do Sambizanga regista mais lixo do que os municípios de Cacucaco e Cazenga, defendendo que tem maior parceria com as empresas. "A operadora que limpa Cacucaco, por exemplo, só chega apenas até ao bairro Socola, o que já não se regista no Sambizanga (particularmente na Petrangol)", afirmou.

Adão Miguel pede, à Administração Municipal, que se reúna com os municípios e que pague as operadoras para melhorar a situação do saneamento básico do município e terminar com o lixo. A nossa equipa de reportagem chegou também ao Hospital Municipal do Sambizanga, onde constatou muito lixo acumulado na parte exterior do referido hospital. Dona Joana, que comercializa ao lado unidade

hospitalar, reclamou das moscas que saem do lixo e possam nos alimentos e frutas que vende.

A mesma afirma que o lixo é depositado pelos moradores e pelos comerciantes que saem no Parque do Mercado dos Kwanzas. O jornal 'A REPUBLICA' contactou a directora-geral do Hospital em causa, para justificar a existência constate do lixo no exterior do Hospital, mas sem sucessos. Tentamos ainda falar com o actual administrador do Sambizanga, Orlando Paca, que não aceitou dar entrevista. Mas, 'em off', disse-nos que fora nomeado recentemente e, por isso, não sabe ainda dos muitos problemas que o município tem.

8.13 Fraca gestão de resíduos contrasta com urbanização de Angola

Jornal de o País
17 De Julho de 2015

Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa abordou a problemática durante o Seminário sobre "Controlo e Fiscalização na área dos Resíduos", para Governadores provinciais e Administradores municipais, organizado pelo Ministério do Ambiente em parceria com a Agência Nacional de Resíduos, ontem em Luanda.

De acordo com a entidade ministerial o actual saneamento e a gestão de resíduos sólidos e urbanos constituem-se como principais preocupações para os responsáveis das administrações municipais e de cidades, que têm a incumbência de supervisionar a saúde pública.

Bornito de Sousa revelou ainda nesta vertente, a insuficiência de recursos financeiros assim como a falta de clareza na definição de funções e responsabilidades dos órgãos da administração central e local que têm dificultado as tarefas desempenhadas por estes gestores.

O governante afirmou ainda que estes factos representam um problema sério, pois que Angola encontra-se entre os países do continente africano de mais rápida urbanização, seguindo a tendência mundial, que faz com que a maioria da população a resida em cidades.

Face este crescimento, o ministro salientou que os municípios e as cidades angolanas terão que ajustar-se às tendências mundiais seguindo o exemplo de países em que o lixo é transformado de um mal para uma

vantagem, pois que pode ser usado como uma fonte de receitas e em energia limpa.

"As novas urbanizações e cidades bem como os condomínios podem encabeçar o ensaio de algumas soluções inovadoras que visam melhorar significativamente o desempenho da gestão de resíduos", fez saber.

O ministro da Administração do Território salientou também que mecanismos de tratamento de resíduos existentes potencializam a proliferação de doenças nomeadamente por intermédio de sectores tais como moscas e mosquitos assim como a crescente poluição da ambiente notória nas principais zonas periurbanas e rurais.

Disse ainda que os cidadãos e as comunidades devem participar nas despesas com o saneamento do meio e a recolha de resíduos.

Concluiu que, de forma prática, cada família, instituição e empresa, deve empenhar-se em manter o asseio no seu espaço incluindo na parte frontal da rua.

Executivo engajado na resolução da problemática dos resíduos

Por sua vez, a ministra do Ambiente' Fátima Jardim afirmou que o executivo encontra-se engajado na resolução da problemática da Gestão de Resíduos Urbanos e demais componentes, dentre os quais se destacam os resíduos hospitalares e industriais.

Prosseguiu dizendo que por tal facto, de acordo com o plano estratégico da Gestão de Resíduos Urbanos estabelecido pelo ministério do Ambiente, já encontram-se em curso os programas e políticas que visam a sua resolução.

Fátima Jardim afirmou que as propostas de gestão que vão sendo ensaiadas bem como a descentralização na gestão de resíduos melhorarão os serviços.

Disse ainda que as mesmas abrangerão várias áreas que já estão a ser integradas' dentre as quais a educação, saúde, ambiente e energia.

Nesta vertente, a entidade ministerial disse ainda que à luz do ano formativo, estabelecido pelo MINAMB, ainda este ano serão promovidas mais acções de formação e seminários que visam a "Educação da separação do lixo", a nova etapa que se aproxima. A ministra do Ambiente apontou a necessidade da integração de todos os intervenientes do sector de modo que se alcance uma maior qualidade de vida para os cidadãos assim como

sejam reduzidas e reaproveitadas as quantidades de resíduos produzidos.

8.14 Ampliado sistema de tratamento de água

Jornal De Angola

11 De Julho de 2015

Texto: Jaquelino Figueiredo

O limite para o início dos trabalhos de ampliação do actual sistema de tratamento e distribuição de água da cidade do Sovo, no Zaire, é o próximo ano, assegurou ontem o secretário de Estado para o sector.

Luís Filipe da Silva disse que as obras de ampliação do sistema de distribuição de Nvuembanga vão ser realizadas porque o actual equipamento já não se adequa às necessidades da população.

O governante disse que as obras de ampliação vão incidir sobretudo na área de tratamento e bombagem de água, bem como a nível da conduta e da rede de distribuição domiciliária.

O processo está já em curso. Neste momento, existe um projecto de contratação que se encontra na fase final e antes do fim do ano o mesmo fica concluído, permitindo que as obras arranquem em 2016.

A única conduta de transporte de 300 metros cúbicos, com ramagens de distribuição ao longo dos seus cerca de 15 quilómetros de percurso, partindo do rio Nvuembanga para o centro da cidade do Soyo, vai ser substituída por outra de 500 metros cúbicos.

A actual central de captação do Nvuembanga, projectada para tratar em média quatro mil metros cúbicos por dia, mostra-se insuficiente para abastecer os cerca de 120 mil habitantes, sendo já necessários cerca de 60 mil metros cúbicos diários. No concernente ao programa "Água para todos" elaborado pelo Executivo, Luís Filipe da Silva assegurou que muitos pequenos projectos estão a ser implementados a nível da província do Zaire, cujos trabalhos se encontram concluídos em cerca de 50 por cento e outros próximos da conclusão.

Além destes, têm sido implementados outros projectos, como a construção de furos subterrâneos com painéis solares, que estão já a abastecer várias povoações com água potável, sobretudo no meio rural. Luís Filipe referiu que estão em fase avançada projectos noutras sedes municipais, com destaque para o município do Tomboco, cujas obras vão ter início em breve.

8.15 Elisal

Jornal Agora

10 De Julho de 2015

O lixo na capital está cada vez pior e, mesmo com as mudanças na direcção da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), está-se a verificar melhorias. Os vários modelos de recolha de resíduos sólidos que vêm sendo ensaiados nunca funcionaram, de facto. As operadoras associadas à Elisal, umas como a EnviroBac, há muito desistiram de varrer a urbe, e outras ainda vão dando o ar da sua graça, mas com um raio de acção extremamente reduzido. A Elisal precisa de encontrar o norte, para justificar a razão da sua criação.

8.16 Poluição sonora preocupa as autoridades

Jornal De Angola

13 De Julho de 2015

Domingos Lourenço, que falava na cerimónia de apresentação do Programa de Actividades da Administração para o mês em curso, disse que os principais focos de poluição sonora no Palanca já estão identificados.

O trabalho de identificação, contou, teve a participação de responsáveis de quarteirões, que indicaram as zonas, ruas, locais de culto e salões de festa, onde se produz barulho que perturba o silêncio da população, principalmente à noite.

O administrador do Kilamba Kixi aconselhou a população a criar comissões de disciplina nos sectores ou quarteirões para melhor organização e combate à criminalidade.

Além da Polícia, a Administração conta ainda com a colaboração de igrejas e autoridades tradicionais. Sobre os estrangeiros ilegais que residem no Palanca, Domingos Lourenço disse que a Administração está a trabalhar com os responsáveis dos quarteirões para resolver o problema o mais breve possível.

"É intenção da Administração devolver aos moradores do Palanca a tranquilidade, saneamento básico e as árvores ornamentais que tinham no passado", frisou. O administrador do Kilamba Kixi pediu particularmente ao líder espiritual da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo do Mundo (Tôcoísta), bispo Dom Afonso Nunes, o seu engajamento pessoal nos esforços da Administração destinados a melhorar a qualidade de vida da população.

Limpeza nas ruas

Domingos Lourenço lamentou o facto da Administração do Kilamba Kixi ter de recorrer, por vezes, aos préstimos de outras congregações religiosas para fazer limpeza em áreas adjacentes à Igreja Tocoísta.

O administrador do Palanca, Paulo Fortunato, disse que entre as principais preocupações dos moradores estão a reparação das ruas, a melhoria do saneamento básico e o combate à delinquência.

A proliferação de seitas religiosas e vendas em locais impróprios são outros males que preocupam moradores e administradores do bairro. A Administração do bairro inicia em breve um trabalho de cadastramento das igrejas para saber quantas são, a sua localização e a sua situação legal.

Em relação às ruas do Palanca, o administrador do Kilamba Kixi, Domingos Lourenço, assegurou que a Administração tem meios técnicos para a sua reparação. As máquinas estão a intervir, neste momento, no bairro Golfe, de onde saem para o bairro Havemos de Voltar, antes de irem ao Palanca.

8.17 Lixo com dias contados

Novo Jornal

10 De Julho de 2015

Texto: António Paulo

UM MÊS É O TEMPO que resta para que as ruas de Luanda estejam desafogadas das lixeiras que deixam fechadas e intransitáveis várias avenidas, bermas e estradas da capital. Muitas vias encontram-se encurtadas e barricadas pelo lixo. Até ao mês de Agosto parece ser este o principal cenário que continuará a caracterizar avenidas e bairros da cidade da Kianda, apesar dos vários apelos e reclamações das populações, como tem sido reportado pelo Novo Jornal e pelos demais órgãos de comunicação social.

A quantidade de lixo que cresce diariamente chega mesmo a fechar importantes vias de acesso a vários bairros da periferia. O perigo das lixeiras que se espalham por aquelas zonas tornam-se maiores devido às queimadas que os populares optaram por fazer, muitas vezes junto a postos de transformação eléctrica e demais condutores de energia.

Na zona dos Mulenvos de Cima em Viana, o perigo está à espreita bem a escassos metros da empresa de lixo Engenvia que há meses deixou de recolher os detritos. No meio do lixo há um poste de alta tensão que pode causar danos maiores devido ao ateamento do fogo.

Situação similar também se assiste na zona da Petrangol, distrito urbano do Sambizanga, onde um posto de transformação, vulgo PT, encontra-se rodeado de lixo sob o olhar desatento dos homens da ENDE e das autoridades. O fogo que queima o lixo pode causar a destruição do PT e conseqüentemente resultar em danos materiais e humanos em caso de incêndio, motivado pelos populares que, aflitos, procuram combater o aumento do lixo.

A convivência com o lixo torna-se cada vez mais insuportável segundo fiéis de uma das capelas da Igreja Católica sediada na Petrangol. A igreja está rodeada de lixo, o que poderá comprometer a continuidade dos cultos. Fazendo alusão à missa de domingo passado, os devotos disseram que o pastor católico local dedicou alguns minutos da sua homilia para falar sobre os amontoados de lixo ao redor da igreja.

"O padre tirou três ou cinco minutos da sua pregação para falar sobre o lixo. Disse mesmo que se a situação persistir terão de fechar temporariamente a igreja", contaram os fiéis.

A nossa reportagem constatou também amontoados de lixo no Cazenga e Rangel. Relatos de populares de outras zonas dão conta que, a imagem do lixo é visível por quase toda a cidade com realce para as zonas suburbanas, onde os amontoados crescem a todo o instante. A dívida do Governo para com as operadoras de recolha de lixo e o rompimento de contrato com outras, alegadamente, por falta de capacidade técnica à luz do actual modelo de recolha, é apontado como estando na base das lixeiras que se espalham pela cidade capital.

Sem ensaio

A par do mês de Agosto, data para implementação de mais um novo modelo, tal como perspectivam as autoridades, Julho é a data apontada pelo Governo de Luanda para o ensaio do novo modelo que poderá entrar em definitivo no próximo mês. Apesar das várias reuniões preparatórias realizadas pelo governador Graciano Domingos com os administradores municipais, distritais e das novas centralidades para afinar as máquinas, até ao momento, nada se vislumbra no terreno à volta do aludido ensaio do novo modelo de lixo que poderá "salvar Luanda". As ruas continuam "repletas" de lixo, tal como voltou a constatar a nossa reportagem em bairros de Luanda.

Pagar para limpar

Com a entrada do novo modelo a partir do próximo mês tal como evocam as autoridades, os habitantes de

Luanda passarão a pagar um valor monetário pela recolha do lixo. Os administradores municipais serão os responsáveis pela contratação e fiscalização das operadoras de lixo. Os municípios passarão a ter verbas próprias para resolver o problema da limpeza nas suas zonas.

O orçamento a ser atribuído às administrações municipais estima-se entre os três a 206 milhões de kwanzas por cada município, segundo deu a conhecer à imprensa o porta-voz do Governo da Província de Luanda (GPL), Sebastião José, no final de um dos encontros preparatórios para o combate ao lixo, que se julga definitivo, na cidade capital.

Informou na ocasião que o município de Luanda receberá o montante mais alto, cerca de 206 milhões de kwanzas mensais. O município que terá um orçamento menor é o da Kissama que terá apenas três milhões de kwanzas por mês. "Esta diferenciação deve-se à localização dos municípios, densidade populacional e às características de cada zona", explicou o responsável.

No que toca à comparticipação financeira dos munícipes para a recolha do lixo doméstico, o porta-voz disse que "nada ainda está decidido". "Ainda não está aplicada nenhuma taxa. Mas, já está orientada a recolha do lixo comercial que terá de ser pago pelo comerciante.

O GPL vai futuramente definir aplicação destas taxas no quadro da lei das transgressões administrativa. Pensamos que isto será uma peça relevante para ajudar a execução do modelo de limpeza ",

Apesar do GPL se mostrar confiante no sucesso que o novo modelo de lixo poderá proporcionar, populares atentos e ambientalistas mostram-se cépticos quanto à sua implementação nos próximos dias e recordam que há décadas que o GPL vem ensaiando vários modelos, sem sucesso.

A cidade de Luanda, de acordo com responsáveis do sector, produz diariamente cerca de três mil toneladas e tem seis milhões de habitantes. A criação de um modelo de gestão de recolha de resíduos híbridos para a cidade de Luanda, por apresentar características diversificadas resultantes da sua estrutura administrativa, é o que defende o ambientalista Vladimir Russo.

8.18 Lixo Entre Alimentos

Jornal Manchete

3 De Julho de 2015

Texto: Ngola Nobre

Quando vejo a proliferação do lixo em quase todas as ruas, lembro-me logo das lixeiras em Malanje, é que nos kimbos desta província o lixo é depositado longe do convívio social. Além de estar longe das residências é carbonizado, posto numa cova e queimado imediatamente. Todos os aldeões optam o critério de escava para depositarem os resíduos sólidos, ao fazê-lo estão a transmitir a uma educação ambiental. Por isso todos sabem que é contra saúde ter por perto amontoado de lixo. Dessa visão nasce a teoria de enterro do lixo fora dos locais de convívio ... as pessoas naquelas paragens acham que a iniciativa de inibir o lixo é acima de tudo pessoal. Eu creio que os aldeões de outras partes do nosso país têm uma postura correcta relativamente a esse resíduo asqueroso que afeita o ambiente e o estado físico do homem.

Já vi muita coisa desagradável nesse mundo, mas o fenómeno do lixo em Luanda é o mais impressionante para mim. O principal objectivo deste artigo não é relatar a existência do lixo em si, mas realçar a sua convivência com as pessoas. O que mais me apoquento é saber que algumas pessoas acham que estar junto de um aglomerado de lixo constitui uma atitude normal da vida. Há os que pensam que se durante a sua vida sobreviveram diante de grandes peripécias, não será a simples existência de lixo que os irá derrota-los. Por isso seus comportamentos perante o lixo continua num nível normal. São teses como essas que coloca em risco a saúde pública.

Nós sabemos que a recolha e o tratamento dos resíduos sólidos nos centros urbanos é tarefa do Estado, mas a sociedade não está isenta de cooperar com as entidades vocacionadas à esta empreitada. Ora, o nosso foco aqui hoje é o de repudiar as pessoas que passam certo tempo permanecido junto de contentores de lixos ou em lixeiras de grande e pequena dimensão. Há vários interesses que fazem com que as pessoas permaneçam a todo custo num lugar nocivo à saúde. Elas consideram seus interesses superior por isso aventuram a vida.

Contudo, vamos identificar algumas dessas pessoas ... os agentes do comércio informal, por exemplo, são os grandes potenciais elementos que permanecem durante o dia junto de um contentor ou uma lixeira. Em várias ocasiões nós vemos senhoras a venderem quase um metro de distância do lixo. Por incrível que pareça algumas delas fazem mesmo o comércio de alimentos por cima do lixo. Essa tenacidade na

comercialização dos alimentos básicos diante do sítio nocivo, é vencido por um espírito elou pela força do superior interesse pessoal, o de ter dinheiro e sustentar o lar.

Se há agentes a comercializarem alimentos junto ao lixo ou por cima dele ... existem também os potenciais compradores que imbuídos de um espírito estranho compram os produtos com toda normalidade possível do mundo. Muitos destes compradores acabam mesmo de consumir o alimento adquirido naquele lugar nocivo. Aliás, é típico o consumo de certos manjares no local da venda. São, exemplos, os famigerados casos de "pinju", churrasco, jingumba torrada comi ou banana assada, entre outros ... esses autênticos produtos expostos ao sol e junto ao lixo que são consumidos na sua

naturalidade perigam sem sombra de duvida a vida social das comunidades. São práticas que podem ser ignoradas independentemente da interferência Estadual.

Devemos saber que a saúde humana está ligada com o que comemos, o que comemos é fiscalizado por cada consumidor em primeira linha. Ninguém tem o direito de consumir alimentos entre lixos sob pretexto de a vida correr mal, ninguém tem o dever de comercializar produtos alimentares por cima do lixo ou junto dele com o subterfúgio de cumprir um interesse superior... a nossa saúde não tem preço, a nossa vida é apenas uma, a nossa tarefa é viver em salubre ambiente. Qualquer alimento consumido ao lixo constitui um vector confirmado para a destruição do nosso organismo.

8.19 Recolha eficaz d resíduos sólidos torna cidades mais urbanizadas

Jornal Económico e Finanças

24 De Julho de 2015

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, apontou recentemente, em Luanda, a gestão dos resíduos sólidos urbanos, a insuficiência financeira e as infra-estruturas inadequadas como as principais preocupações das administrações municipais e distritais responsáveis pela saúde pública e saneamento básico das cidades.

Presidindo a abertura do seminário de capacitação sobre controlo e fiscalização da área de gestão de resíduos, que decorreu na capital angolana, o governante citou ainda a falta de clareza na definição de papéis e responsabilidades entre os órgãos centrais e locais da Administração do Estado.

A esse respeito, o ministro disse ser importante uma clara repartição de competências com a entidade reguladora, departamentos ministeriais, governos provinciais, administrações dos municípios e cidades.

"Todos devem concorrer e capacitar-se para as adequadas tarefas ligadas ao tratamento dos resíduos, sem excluir a municipalização dos serviços de recolha destes resíduos", disse.

Bornito de Sousa referiu que o evento constituiu uma iniciativa encorajadora no quadro das actuais reformas da governação local, em especial na província de Luanda.

Plano de gestão

De acordo com o governante, a aprovação pelo Executivo de leis de gestão de resíduos, como o plano estratégico para gestão de resíduos urbanos (PESGRU), e a consequente criação de órgãos fiscalizadores, como a Agência Nacional de Resíduos, servem de suporte à acção dos departamentos ministeriais, governos provinciais, administrações municipais e cidades, relativamente à gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos e hospitalares.

O seminário teve como objectivo transmitir conhecimentos, mecanismos de controlo e fiscalização na componente dos resíduos e sobre as técnicas e processos correctos dos resíduos urbanos e hospitalares e outros, além da optimização de custos e formas de financiamento do sistema de limpeza urbana e de recolha de resíduos sólidos.

Com a duração de um dia, no evento, os participantes abordaram temas ligados à estratégia nacional sobre a gestão de resíduos urbanos em Angola; a fiscalização na componente específica dos resíduos, como forma de prevenção e controlo da saúde pública e do ambiente, assim como o poder local na gestão de resíduos aterros como solução para a gestão sustentável de resíduos.

O processo de concessão de serviços de limpeza e recolha de resíduos urbanos, mecanismos legais existentes para a prossecução da actividade de fiscalização (relação entre a Agência Nacional de Resíduos e as administrações municipais) foram outros temas debatidos durante o evento, orientado pela ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim.

Formação ambiental

Enquanto isso, cerca de 200 finalistas do curso de geografia no Instituto Superior de ciências de Educação (ISCED) no Sumbe (Cuanza Sul) terminaram recentemente uma formação em

Educação ambiental para a gestão de resíduos sólidos urbanos.

Segundo um comunicado a que a Angop teve acesso, o curso, primeira edição levada a cabo por aquela instituição de ensino superior, enquadra-se na investigação que se desenvolve no ISCED sobre educação ambiental para a gestão de resíduos sólidos urbanos, na especialidade de geografia.

O curso teve a duração de cinco dias com seis temáticas subordinadas às orientações do Ministério do Ambiente que consagram 2015 como o I ano de educação ambiental para a recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos.

O vice-decano para os assuntos académicos, António Zinga, destacou que a realização do curso "é o contributo para que se leve a cabo a educação ambiental nas cidades e nas comunidades, com vista a criarmos um perfil que seja aceite na preservação e conservação do meio ambiente, tendo em vista a gestão dos resíduos sólidos urbanos à luz da legislação angolana".

O curso foi ministrado pelo docente de ciências da natureza Augusto José Fazenda e abordou "As consequências da má gestão de resíduos sólidos urbanos perante o ambiente e a saúde pública é "A classificação de resíduos sólidos urbanos e ecopontos".

Foram também abordados temas como "A proposta de recolha diferenciada na escola", "A importância da caracterização dos resíduos na educação ambiental para a recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos" e "Aulas práticas relacionadas com a recolha selectiva na escola e apresentação dos ecopontos",

Mudas florestais

Um milhão de mudas florestais foram produzidos nos últimos dois anos no município da Tchicala Tcholohanga, província do Huambo, informou, o técnico agrário Juliano Sayeveta.

Em declarações à Angop, explicou que foram produzidos eucaliptos, pinheiros e acácias rubras, que foram utilizados no repovoamento de perímetros florestais da província e no melhoramento do panorama ambiental das vilas municipais, de acordo com os princípios ecológicos recomendáveis.

Juliano Sayeveta deu a conhecer que foram também produzidas 500.000 mudas de frutícolas, no quadro do programa de combate à fome e à pobreza no município da Tchicala Tcholohanga. Entre estas, destacou os limoeiros, abacateiros, goiabeiras e

laranjeiras.

8.20 Epal

Jornal Manchete

24 De Julho de 2015

O projecto de implementação de novas redes e ligações domiciliárias, vulgo "Projecto de 700 Mil Lições", com o propósito de aumentar a distribuição de água e que previa a execução de redes novas de distribuição e ligações nas zonas mais carentes do precioso líquido da cidade de Luanda, parece ter caído em saco roto, pois não se cumpriu a meta que era prevista atingir-se.

Só no município do Cazenga onde se prognosticava cerca de 216.548 ligações, muitos bairros apesar de ter sido feita a colocação de tal ligações há mais de dois anos que nas torneiras das residências dos cidadãos não jorra o precioso líquido. Enquanto os bairros como, por exemplo, 11 de Novembro que no ano passado teve o privilégio do fornecimento de água, afinal serviu somente de propaganda do Governo, porque depois de alguns meses - até hoje nem um único "pingo d'água" voltou a sair nas torneiras das casas dos cidadãos.

8.21 Está a nascer “ Fábrica” de Mosquito

Jornal A República

24 De Julho de 2015

Texto: João Diala

Está a nascer, na Cidade do Kilamba, uma vala de drenagem de esgotos e águas pluviais (limpas e sujas), passando por outras zonas da província de Luanda, está a ser construída pela dona da obra, Unidade Técnica e Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL), entidade afecta à Casa Civil da Presidência da República. A Construtora Chinesa CIT, Empresa de Construção da República Popular da China, foi adjudicada para a realização e execução da construção da referida vala, como nos fez constar.

Esta referida obra de drenagem vai escoar todos os resíduos líquidos e fecais, em direcção ao mar, passando por outras zonas habitadas de Luanda, ligando posteriormente com outras valas de drenagem que estão a ser construídas, respectivamente, sem nenhum prazo do término das mesmas, sendo que as obras em curso estão há mais de 5 anos.

É importante salientar a qualidade da obra, sendo que esta vala de drenagem a céu aberto irá, de certeza, produzir muitos mosquitos em Luanda, visto que tecnicamente a referida obra não tem nenhuma qualidade, seja do ponto de vista de segurança pública ou ambiental, como de saúde pública. Sabemos que do ponto de vista de custos, claramente que fica muito mais oneroso ter este tipo de vala de drenagem aberta do que coberta. Mas, também, é verdade que o dinheiro que não se gasta agora foi, de certeza, para o bolso de alguém, até porque não se concebe uma monstruosidade dessas. Estranho é que ninguém se oponha publicamente a ela, mesmo sabendo dos danos que irá causar, principalmente aos angolanos mais desfavorecidos, que não têm como e onde se tratarem do ponto de vista de saúde medicamentosa. Estas entidades do nosso País, que têm competência e capacidade de intervenção, devem obrigatoriamente dar uma explicação sobre esta péssima obra, sendo que a responsabilidade de governação que dos seus respectivos órgãos têm os senhores Edeltrudes Costa, ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República; Bornito de Sousa, ministro da Administração do Território; José Van-Dúnem, ministro da Saúde; Maria de Fátima Jardim, ministra do Ambiente; Graciano Domingos, governador provincial de Luanda; devem rapidamente intervir impedindo a gravidade da situação, perspectivando que uma "fábrica" de mosquitos irá nascer na província de Luanda, com graves consequências de saúde pública, sendo que a maior causa de morte, em Angola, é o paludismo (malária). Surgem, perante estes factos, as seguintes perguntas: 'Como é possível na nossa terra ter governantes com este tipo de maldade e crueldade?', 'Quem foi o engenheiro que autorizou e assinou este tipo, qualidade e efectividade de obra?', 'Quanto foi o dinheiro que terá ganho, para permitir que esta obra seja executada em Luanda?' 'Porque é que, em Angola, se oculta este tipo de operatividade e execução?' 'Quem ganha com este tipo de projecto que tenta corrigir o mal causando um mal ainda pior?'

8.22 Paralisada hoje estação de tratamento de água

Jornal De Angola

23 De Julho de 2015

A estação de tratamento de água de Luanda Sudeste vai paralisar hoje a actividade para ser reparada uma avaria identificada no sistema de bombagem, informou ontem, em comunicado, a Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL).

Devido aos trabalhos de reparação da avaria, de acordo com o documento, enviado à Angop, o fornecimento de água potável vai estar restringido, entre as 8h00 e as 12h00 de hoje, nas zonas da Sapu II, Camama, Jardim do Éden, edifícios da Vila Estoril, urbanização Nova Vida, Lar do Patriota, Benfica, Terra Nova, bairro Popular e Golfe I.

Há cerca de uma semana, o presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas de Luanda, Leonídio de Ceita, anunciou que, para a melhoria do abastecimento à cidade, está previsto até Dezembro o aumento de 750 mil metros cúbicos de água e, em 2017, este número é elevado para 1,4 milhões. O gestor da empresa pública frisou que está também prevista para o próximo ano a entrada em financiamento das centrais de tratamento de água do Bita e do Kilonga.

O presidente do Conselho de Administração da EPAL efectuou, há dias, uma visita de campo aos municípios de Viana e de Belas, onde constatou o andamento das obras que vão permitir levar água potável a mais moradias de Luanda, uma província que cresceu, de forma exponencial, nos últimos vinte anos, sendo habitada, actualmente, por cerca de seis milhões de pessoas.

8.23 Distribuidora aposta na melhoria da oferta

Jornal de Angola

19 De Julho de 2015

Texto: Victorino Joaquim

As obras de recuperação dos reservatórios do Centro de Distribuição de Água de Talatona ficam concluídas dentro dos próximos quatro meses, anunciou ontem, o presidente do conselho de administração da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), Leonídio de Ceita.

O centro foi construído há cerca de três anos, pela empresa brasileira Odebrecht, que, segundo Leonídio de Ceita, utilizou material inapropriado, que ditou o seu envelhecimento precoce e, conseqüentemente, a redução da capacidade, de 12 mil metros cúbicos para cerca de metade, fazendo com que a água não chegue a todas as casas.

Em declarações no final de uma jornada de campo aos municípios de Viana e Belas, durante a qual foram detectados vários pontos de garimpo de água, na zona do Calemba II, nas 500 casas e Talatona,

Leonídio de Ceita assegurou que as obras em curso melhoram o abastecimento de água local.

A Empresa Pública de Águas de Luanda - EPAL passa, até ao final deste ano, a produzir 750 mil metros cúbicos de água, contra os 500 mil metros cúbicos produzidos actualmente, explicou Leonídio de Ceita.

O programa prevê um aumento gradual de produção e, até ao final de 2016, a capacidade da empresa deve atingir os 900 mil metros cúbicos de água. Em 2017, está prevista a entrada em funcionamento de uma parte da estação de tratamento do Bita e Quilonga Grande, devendo assim a empresa pública atingir um milhão e 400 mil metros cúbicos de água.

Leonídio de Ceita disse que a situação do garimpo está sob controlo da Polícia Nacional e do Ministério de Energia e Águas, que já trabalha em propostas de legislação para punir os infractores. Actualmente, muitos desses garimpeiros de água ficam impunes e são mandados para casa, por falta de legislação. A Empresa Pública de Águas de Luanda-EPAL procede, desde há alguns dias, em Luanda, ao corte de abastecimento de água aos consumidores devedores.

Numa das operações de corte a devedores, um trabalhador da empresa foi agredido fisicamente, caso já encaminhado para a Polícia Nacional, informou o presidente do conselho de administração da Empresa Pública de Águas de Luanda -EPAL, que pediu aos consumidores maior consciência dos deveres, para evitar cortes no fornecimento de água.

Leonídio de Ceita revelou que os moradores da Cidade do Kilamba são os maiores devedores, apesar de serem privilegiados em termos de abastecimento de água.

8.24 Nuvens Cinzentas envolvem novo modelo de recolha de lixo

Jornal O PAÍS

31 De Julho de 2015

Texto: Norberto Sateco

O administrador do município do Cazenga Nataniel Narciso aplaude a iniciativas, porém, levantam receios quanto ao seu sucesso por, alegadamente, o dinheiro alocado ser insuficiente para fazer face ao trabalho a ser realizado pelas operadoras, assim como as

modalidades de pagamentos, dado os habituais atrasos na sua alocação.

Para Nataniel Narciso, o envolvimento da população é uma inovação que irá conferir estabilidade e eficácia a essa iniciativa comunitária.

A grande novidade deste propalado novo modelo está relacionada com a descentralização anunciada que vai permitir a autonomia da limpeza da cidade em relação aos municípios.

Contudo, os mais de trezentos milhões de kwanzas para os seis meses foram considerados irrisórios por Narciso alegando não cobrirem as necessidades. O responsável governamental manifestou -se bastante céptico quanto ao seu êxito do pelas razões por ele evocadas.

"Não chega de forma nenhuma. Há uma redução do dinheiro do lixo em cerca de 70 por cento. Os anos anteriores eram 37 milhões de kwanzas hoje não passam de oito milhões. E esses cortem se reflectem em toda cidade de Luanda" disse.

Apesar de reconhecer que este modelo pode trazer inovações, ele insistiu em como a questão da modalidade de pagamento pode realmente entrar o bom andamento do projecto.

Quem alinha nesse mesmo diapasão é o presidente da cidade do Kilamba, Joaquim Israel.

" Não há mais dinheiro e vamos ter que trabalhar com os disponíveis contando com a colaboração de todos, num processo coordenado pelo município de Belas", disse.

Instado a pronunciar-se sobre o amontoado de lixo que se verifica na cidade que dirige, o responsável, atribui a culpa ao " ovo Modelo" que afirma estar a introduzir regras que as empresas não estão a conseguir enquadrar em termos de capacidades impostas.

O político adiantou igualmente que a cidade de Kilamba não é um caso à parte, comparada com outras zonas da cidade de Luanda.

"Esperamos que os serviços sejam melhorados com a nova empresa quer ficar no Kilamba" augurou aquele responsável, sem precisar os valores monetários alocados nesta primeira fase de implementação do projecto durante os primeiros seis meses.

Já o administrador do município de Belas, Filipe Espanhol é de opinião que precisaria mais de 70 milhões para os seis meses contra os 50 milhões de kwanzas previstos.

"Só em termos de viaturas para o município que dirijo a necessidade vai acima de 60", explicou o político. Para a principal operadora, Elisal, até ao momento, a grande dificuldade consiste no modelo de pagamento do Estado, sobretudo neste período de cortes orçamentais em virtude da crise da baixa do preço do petróleo. Sendo este elemento considerado como o fulcral nesse processo, o seu administrador Pedro Samuel afirmou não ser a razão suficiente para ditar um fracasso antecipado à iniciativa governamental.

"O processo não tem andado a 100 por cento por vários factores. Mas nós continuamos a fazer o que está ao nosso alcance" justificou-se o director da Elisal.

O governador provincial Graciano Domingos, deu esta Terça-feira o "tiro de largada" ao projecto novo de recolha de lixo para a cidade capital afirmando que "trabalhamos durante quatro meses com os municípios no sentido de cada um cumprir com as suas responsabilidades organizativas desse novo modelo".

O governante, que chamou especial atenção para a fiscalização e gestão com rigor das verbas que serão alocadas para cada município a julgar pelas especificidades de cada uma, principalmente neste projecto onde as administrações serão autónomas. Graciano Domingos, que falava na abertura de uma reunião "ad-hock", sublinhou que independentemente da verba disponível de 60 mil milhões de Kwanzas a serem aplicados nos primeiros seis meses do arranque do " ovo Modelo de Recolha de Lixo" cujo sucesso, disse, "depende dos administradores, operadores e das comissões de moradores".

Micro-empresas seleccionadas

A questão da adjudicação dos concursos ou da adjudicação das continuam a ser alvo de fortes críticas por suposta falta de transparência que o mesmo processo denota.

Há quem suspeite que as mesmas empresas sejam aprovadas não por mérito, mas baseadas em alegadas negociações, conforme disse uma fonte que não quis revelar seu nome.

Não obstante estas inquietações, seis microempresas, não reveladas, estarão já seleccionadas para essa primeira fase com base num concurso realizado recentemente.

A Elisal, continua a ser a detentora dos municípios mais populosos de Luanda, designada mente

Cacuaco, Viana, Belas e Cazenga e supervisionará todas as outras micro-operadoras.

De acordo com a mesma fonte as micro-empresas terão como missão a pré recolha ao nível dos municípios. Das verbas existentes 20 por cento serão destinadas às micro-empresas, 2S para as de pré-recolha e SS para a operadora principal, a ELISAL. Quanto a esta última ela irá continuar a gerir o sistema de limpeza pública, aterro sanitário, pontos de transferências, bem como cuidar da gestão dos chamados "lixos perigosos".

Outras operadoras de pré-recolha entram em cena após concurso realizado ao nível das administrações locais.

8.25 Lixo domina meio ambiente

Jornal Inforsambila

Julho de 2015

Texto: José Virgílio

O grito de socorro é dos populares daquela zona. Gaspar António morador da socola disse aos nossos microfones que esta situação é do conhecimento das autoridades competentes visto que alguns deles têm usado a via que liga o distrito do Sambizanga e o Município de Cacaco e vice-versa e o amontoado de lixo é visível a quem passa pela mesma estrada. «As pessoas estão a ser tratadas como se fosse animal irracional nunca vivi nessas condições o pior é quando queimam o lixo o fumo todo tem penetrado nas nossas casas e provocando irritações nos nossos organismos bem como o mau cheiro divide os animais domésticos mortos que tem deitado no mesmo sítio », Salientou Joaquina Nzuzi "o lixo vai nos matar já basta as mortes pela sinistralidade, o governo deve resolver essa situação nos não somos culpados porque existe governante esse é o momento em que ele deve mostrar as suas capacidades de gestor público, é a hora de abandonar os gabinetes e resolver o problema que afecta o povo que dirige!":

Francisco António estudante e morador do referido bairro disse que as Empresas de recolha de lixo estão a atravessar momentos défices devido a famosa crise financeira que afectou os cofres do Estado, nesse momento o governo deve mudar de atitude a fim de estancar a situação e os amontoados de lixo a nível, do Sambizanga, caso contrário o povo vai morrer aos poucos devido o mau cheiro provocado pelo lixo e principalmente quando é queimado o fumo tem tido substâncias químicas.

Francisco, pede as autoridades ao distrito para que abandonem os gabinetes e vão junto dos populares a fim de reaverem os problemas sociais que apoquentam os governados dentro das Localidades.

8.26 Solução do lixo só em Agosto

Jornal Inforsambila

Julho de 2015

Texto: Landinha Bento

O bairro do São Pedro da Barra carece de contentores de lixo, tudo porque a empresa que recolhia o lixo retirou os contentores que lá existiam. O grito de socorro vem aos moradores mas o governo promete apenas resolver o problema em Agosto.

A moradora do "bairro Telma Gomes, disse que, a falta de contentores nas ruas leva os residentes a deitarem o lixo no chão, «não temos culpa porque a empresa que fazia a recolha de lixo retirou os contentores onde os moradores depositavam os resíduos sólidos e não voltou a trazê-los. Adiantou ainda que a Administração e a Comissão de moradores é que devem velar pelo bem-estar da população, devem contratar empresas para fazerem esses trabalhos. O mesmo cenário acontece na via que liga o São Pedro da Barra a Sonangol, lixo em todos os cantos da rua, e os automobilistas passam dificuldades ao transitarem.

Monteiro António, vive no bairro desde pequeno, a nossa reportagem com ou que os moradores têm feito limpeza mas atendendo a falta de apoio por parte da Comissão de moradores dificulta ainda mais o trabalho.

8.27 Maré de problemas no bairro Kalussinga

Jornal Inforsambila

Julho de 2015

Texto: Landinha Bento

A falta de água potável, desemprego; e a energia são os principais problemas que enfrentam os moradores deste bairro. Januário Domingos jovem de 35 anos de idade, morador do Kalussinga, há cinco anos, contou a nossa reportagem que a vida neste bairro não tem

vido fácil. "Temos enfrentado vários problemas sociais, como a falta de água, a falta de emprego, e as constantes falhas de energia eléctrica, temos andado no mercado a procura de emprego mas tem sido muito difícil encontrar o emprego. Razões estas, que tem levado muitos jovens a praticarem a delinquência".

De acordo com Januário muitos tornam-se lavadores de carros, vendedores, ambulantes e há outros que preferem inclinarem -se no alcoolismo, nas drogas.

Outra situação, é a carência de água, "passamos mal, por falta de água aqui no bairro, geralmente temos acarretado a água nos Kupapatas, onde a cada bidão de 20 litros pagamos 100 kwanzas. Quando os Kupapatas falham, somos obrigados a percorrer longas distancias, para conseguirmos água, as vezes a mesma que consumimos é turva, as crianças queixam -se de muita dores de barriga) e diarreia factores tem feito com que os hospitais ficam lotados de crianças com diarreia aguda e dores de barriga".

O que Januário fez referência, é apenas uma gota no oceano, o bairro vive outros problemas. Às 17horas o bairro fica o escuro. "Não temos iluminação, o índice de criminalidade está a aumentar, e as estradas estão esburacadas. Por essa razão) as pessoas não andam a vontade.

Domingos Manuel, do mesmo bairro e até nascido no mesmo, é vendedor ambulante, contou que já bateu várias portas a procura de emprego, mas sem sucesso, por isso, preferiu ser vendedor ambulante para sustentar a família.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Aumentam os casos de violência doméstica

Jornal de Angola

31 De Julho de 2015

Texto: LOURENÇO BULE

Mais de duzentos casos de violência doméstica foram registados na província do Cuando Cubango, no primeiro semestre de 2015, disse ontem, ao Jornal de Angola, na cidade de Menongue, a directora provincial da Família e Promoção da Mulher. Florinda Alberto Katongo explicou que dos 235 casos de violência domestica registados 53 foram resolvidos, 40 resultaram em divórcio, oito foram encaminhados a Procuradoria, sete aos Serviços de Investigação Criminal (SIC) e igual numero a Justiça militar, tendo uma ocorrência sido encaminhada ao sob a do e 119 estão pendentes.

Durante o período em referencia 107 mulheres e 34 homens apresentaram queixas a Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher, informou Florinda Alberto Katongo, que acrescentou que do total dos casos se destacam 56 de ofensas morais e 14 corporais, 16 de fuga a paternidade, 19 de natureza económica, igual numero de abandono de lar, 11 de desalojamento e seis de adultério.

Florinda Alberto Katongo realçou que, por falta de representações nos restantes municípios da província do Cuando Cubango, a instituição, durante o período em balanço, apenas registou casos no município de Menongue. A Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher tem como perspectivas, para o ano em curso, o desenvolvimento de campanhas de educação e sensibilização sobre o género, criação de um quadro orgânico e independente, visitas as mulheres intimadas nos hospitais, promoção de dialogo no seio das famílias e realização de encontros com os representantes municipais e comunais, disse Florinda Alberto Katongo. Esta igualmente prevista a capacitação das parteiras tradicionais nos municípios e aldeias, divulgação da lei contra a violência domestica, acesso ao micro credito, realização de palestras sobre as doenças transmissíveis, o apoio continuo as mulheres rurais, a promoção de emprego, incentivar a adesão as aulas de alfabetização, concluiu a directora provincial da Família e Promoção da Mulher no Cuando Cubango.

9.2 Na Matala foram Registados mais de 90 casos de violência doméstica

Jornal Grandes Notícias

24 De Julho de 2015

Noventa e um casos de violência doméstica foram registados durante o primeiro semestre deste ano pela Direcção Municipal da Matala dos Assuntos Sociais, revelou nesta localidade' a sua responsável, Francisca Nonjamba Neto. Francisca Neto disse que os casos estão a diminuir devido a palestras que são realizadas pela Secção Municipal da Família e Promoção da Mulher nas comunidades rurais e nas instituições religiosas, sobre a Lei contra a violência doméstica. Segundo a responsável, os casos de falta de assistência a crianças têm como protagonistas efectivos das Forças Armadas que "fazem muitos filhos e não os assumem, faltando sempre às suas responsabilidades':

9.3 Delinquência no Cacuco leva ao abandono de casas

Jornal O PAÍS

24 De Julho de 2015

Texto: Milton Manaça

Um agente da Polícia Nacional está entre os moradores do bairro que preferiram abandonar as suas residências para irem à busca de paz noutros sítios. No total, no Sábado, 18, O PAÍS contou dezasseis casas abandonadas no bairro Rio Seco, em Cacuco.

Na zona, também conhecida pelo nome de Vila Ngonguambo, nas fachadas de algumas das casas abandonadas encontram-se tabuletas a anunciar à venda. "Há portas que estão fechadas há mais de um ano", conta José Caetano, um dos moradores.

Constituídos maioritariamente por adolescentes e jovens, de acordo com José Caetano, há pelo menos dois anos que grupos de marginais têm aterrorizado o bairro, criando um clima de medo nas pessoas para mais facilmente atingirem os seus intentos.

"Se dermos uma volta por outras partes do bairro notarão que a realidade é a mesma, as pessoas estão a fugir daqui por causa da delinquência acentuada e essa situação não é nova", disse José Caetano.

Este morador de S4 anos, avançou que o sentimento de insegurança reinante no seu bairro é tanta ao ponto de não se encontrar pessoas interessados na compra ou arrendamento das casas, facto constado

pelos repórteres deste jornal a avaliar pelo número de panfletos afixados nas paredes das mesmas.

Sem citar nomes, o interlocutor que guiou os repórteres de O PAÍS pelo bairro fazendo a descrição dos mais diversos crimes que levaram os seus vizinhos a abandonarem o bairro, disse não ter dúvidas de que os marginais que por lá actuam contam com a colaboração dos jovens do seu bairro.

"Eu posso afirmar categoricamente que há pais a protegerem os filhos e não aceitam denunciar, outros vizinhos' porém, mesmo conhecendo' preferem não dizer nada com medo de retaliação".

Apesar de temer represálias, Caetano afirmou que os diferentes crimes acontecem constantemente em virtude da fraca presença dos agentes da polícia que chegam a ficar duas semanas sem fazer rondas no bairro.

O Rio Seco dista há aproximadamente 10 Quilómetros da esquadra da Pedreira que fiscaliza o referido bairro' por isso, os seus residentes realçam que "fazer patrulhamento dois dias e depois ficarem ausentes durante duas semanas não faz muita diferença porque os próprios bandidos já dominam os movimentos da polícia".

A retirada do agente policial antes residente no bairro é para os moradores, o exemplo claro de que caso não se inverta a situação novas mortes acontecerão nos próximos dias, e em consequência outros moradores fugirão para outros bairros a busca de segurança.

"Na Terça-feira, 14, foi morta uma senhora aqui mesmo na rua desse polícia e acho que foi esta razão que o fez sair daqui com urgência", contou Octávio Bila, morador da mesma rua. A existência de indivíduos afectos às Forças Armadas Angolanas (FAA) e A Polícia Nacional (PN) no bairro, em nada tem contribuído para desencorajar os marginais da prática de crimes, apesar da vontade os militares alegam não ter autorização para saírem armados das esquadras, segundo José Caetano.

Pais deixados pela filha

Sofia de 24 anos abandonou a casa dos pais tendo-se refugiado no bairro Sapú 2 aonde vive a avó, contou a senhora Landu mãe da jovem.

Landu que lamentou a forma brutal como as pessoas têm sido assassinadas, aventou a possibilidade de nos próximos dias convencer o esposo para de igual forma abandonar o bairro.

Com lágrimas nos olhos, a entrevistada de O PAÍS não escondeu o medo que enfrenta passando os dias sozinha no período em que o companheiro vai cumprir com os seus deveres laborais.

"Apesar de estarmos a nos sentir sozinhos sabemos que a minha filha decidiu fugir por uma questão de segurança, acho que em breve sairemos também nós".

Cantineiros em alerta

Contrariamente ao que acontece noutros bairros de Luanda em que os estabelecimentos comerciais, também chamados cantinas dos mamadús, são deixados à porta aberta para permitir a circulação dos clientes, O PAÍS averiguou que no Rio Seco estas permanecem fechadas inclusive durante o dia, sendo os clientes atendidos a partir de uma abertura feita ao meio do gradeamento. É que, a par das casas, as cantinas constam igualmente do leque de propriedades mais visadas, onde para além do dinheiro, os marginais levam consigo diversos produtos entre os quais alimentares e de higiene. "Aqui os gradeamentos é só para cumprir formalidade, porque os bandidos normalmente se fazem acompanhar de marretas (martelos grandes), para destruírem as paredes caso o dono de casa se recusar a abrir a porta", disse Jorge Bengue.

Prosseguiu dizendo que de tanta preocupação "às noites até quando um rato ou gato faz algum barulho as pessoas assustam-se pensando tratar-se do primeiro sinal dos marginais".

9.4 Há bairros sitiados» em Luanda

Semanário Angolense

25 De Julho de 2015

Texto: Mim Alves

Um jovem de 20 anos de idade foi morto na semana passada, atiro, quando um grupo de meliantes assaltou a residência em que morava, para roubar uma motorizada, pertença do seu irmão mais velho, que, em consequência dos disparos, também ficou ferido num dos braços.

Este e apenas um dos episódios da criminalidade violência que grassa Luanda, entre as dezenas que ocorrerão diariamente pela cidade, de tal modo que ate os noticiários de alguns estacões de rádio, com alguns descontos, já se parecem com os serviços noticiosos das principais estações televisivas brasileiras, nos quais a violência e a principal referenda.

Era o fim da tarde de domingo (12) no bairro Belo Horizonte, arredores do Ângelo, na zona da Boa-fé, próximo da divisória dos municípios de Cacucaco e Viana. De repente, a calma do anoitecer de um domingo pacato foi quebrada por vários tiros. Era um grupo de assaltantes armados que atacava a residência de um jovem de 24 anos, natural do Uíge, proprietário de uma motorizada com a qual fazia o trabalho de moto-táxi para sustentar a sua família.

O dono da casa, apenas identificado por Giresse, nome conhecido em toda a vizinhança, tinha acabado de chegar da sua faina e estava no interior da casa com a esposa e o filho menor. A motorizada estava no quintal e o seu irmão mais novo, de 20 anos, conhecido por Reagan, que também residia lá, brincava com o sobrinho mais velho, um pequeno de cinco anos.

Quando ouviu os tiros, a primeira preocupação de Giresse foi tirar do quintal o filho, o irmão e a motorizada. Infelizmente, já os assaltantes tinham rompido o portão e dispararam contra tudo o que se mexesse. Reagan ainda conseguiu por o sobrinho dentro de casa, mas quando tentava tirar a motorizada foi mortalmente baleado. Giresse, que tentava sair, foi atingido num dos braços, mas conseguiu fugir para pedir socorro. Os assaltantes, para além da moto, seu alvo principal, ainda penetraram na residência e subtraíram o televisor, um leitor de DVD e algum dinheiro, após obrigarem a mulher de Giresse a dar-lhes. Horas depois surgiu a polícia e o corpo do malogrado jovem foi removido

para o morgue de Cacucaco.

Segundo moradores da zona aquele foi o sexto assalto registado naquele perímetro em pouco mais de três meses. «Já mataram aqui um motoqueiro por ter resistido aos bandidos e quase todos os dias há assaltos na rua, sobretudo de telemóveis e dinheiro. Também tem havido violações de casas, «Mesmo este vizinho Giresse e o segundo assalto que sofreu; o primeiro foi na rua, onde lhe receberam a primeira motorizada e agora foram mesmo em casa e por pouco toda a família perdeu a vida sublinhou uma das nossas fontes.

O corpo de Reagan, depois de libertado pela Polícia, foi a enterrar na quinta-feira (16).

Zona complicada

Entre casas de construção definitiva e casebres de todo o tipo, o Belo Horizonte e mais um desses bairros nascidos de venda ilegal de terreno pelos funcionários das administrações, sem qualquer

condição (urbanização, entre ruelas e becos esburacados e sem nenhum amanho.

A zona não possui água canalizada e a energia eléctrica quase que não existe. A pouca iluminação nocturna e de geradores, para que tem e podem, Grande parte dos moradores são desempregados e alguns sobrevivem de trabalhos temporários, de pequenos biscates e do comércio informal nas ruas.

Em face disso, são muitos os jovens desocupados, que, não encontrando outro meio de sobrevivência, optaram pela delinquência. De acordo com uma moradora, apenas identificada por Marisa, os assaltos são constantes na via pública durante o dia, assim como as rixas de grupos (vulgo gangues). De noite, a situação é mais alarmante, sendo que os delinquentes esperam por aqueles que regressam a casa, principalmente os que se dedicam a pequenos negócios ou a prestar serviços, como as zungueiras, roboteiros e moto-taxistas, para «aliviar-los» do pouco que conseguiram nas suas lides. «Também violam casas e matam quem resistir ao assalto e isso acontece mais com os motoqueiros», sublinha a senhora Marisa.

Ela diz ainda que tem havido algum patrulhamento policial no bairro, mas apenas durante o dia. «A polícia aparece uma vez ou outra, mas os agentes ficam mais preocupados em 'pentear' os moto-taxistas do que a combater ou a prevenir a criminalidade propriamente dita. Aliás, dificilmente se vê patrulhamento à noite, mesmo quando há confusão ou assaltos. A população pode comunicar, as vezes telefonamos para os números conhecidos, mas ninguém aparece. Só quando o pior acontece, depois de muito tempo, e que a polícia surge, como no caso deste jovem: os agentes colhem alguns dados e removem o corpo e tudo fica na mesma», disse revoltada, acrescentando: «No bairro há uma esquadra da Polícia, na zona do Ângelo, mas parece que não existe. De dia ainda há algum movimento, mas, à noite, os agentes ficam resguardados lá dentro a dormir, deixando-nos sem entender qual a sua verdadeira função».

Clima de insegurança

Em Luanda, em função dessa escalada da criminalidade violenta, e cada vez maior o sentimento de insegurança geral, como se depreende dos relatos que chegam à mídia. Crimes violentos, roubo a agências bancárias, assaltos a mão armada, violações e homicídios registam-se com maior frequência nas zonas de Viana, Cacucaco, Cazenga, Sambizanga, Kilamba Kiaxi e Samba, embora não praticamente nenhum bairro livre da criminalidade.

Viana e Cacuaco, entretanto, são os municípios que, nos últimos tempos, devido ao aumento de bairros anárquicos e o crescimento populacional, tem sido mais referenciados. Com o surgimento dos moto-taxistas, passou a haver uma grande apetência dos marginais pelas motorizadas. Muitos assaltos, roubos e homicídios tem a ver com este meio de transporte.

Para os luandenses, a falta de iluminação nos bairros e um dos factores para o aumento da criminalidade. Outro factor, como dizem, e a galopante falta de emprego. Os populares defendem que o Governo deve combater o desemprego e a falta de ocupação da juventude como forma de diminuir a criminalidade.

Nota curiosa e que nem a proximidade de esquadras e postos policiais inibe a acção dos bandidos, que beneficiarão desta aparente letargia das forcas da ordem. Porem, os populares apontam o dedo dizendo que só tem havido reacção da polícia depois dos bandidos cometerem das suas. «Em regra, só depois de o crime se consumar, com vítimas e/ou prejuízos a lamentar e que a Policia reage, quando devia realizar acções para prevenir e assustar os delinquentes. Hoje por hoje, a nossa Policia quase que perdeu a autoridade porque os próprios agentes e oficiais não se fazem respeitar. Enquanto persistir a 'gasosa' e os 'padrinhos', as coisas não vão melhorar», lamenta uma nossa fonte.

9.5 Situação insustentável no Golf-II

Semanário Angolense

25 De Julho de 2015

Moradores do Golfe -II afirmam que são assaltados a porta das suas residências quando partem para os seus locais de trabalho ou ao chegarem a casa, mas as principais vítimas dos assaltos são alunos, entre crianças e jovens.

A reclamação vem de varies moradores, todos eles vítimas de assaltos e que temem pelos seus filhos que diariamente se confrontam com semelhante situação no bairro em que moram. Os moradores dizem que estão agastados com a situação, porque, apesar das denúncias feitas as autoridades, tudo continuam na mesma e com tendência em piorar.

Faustina Almeida, 42 anos de idade, funcionária pública, diz que já foi vítima de assalto a porta da sua residência, tendo perdido alguns haveres como telemóvel, documentos e uma quantia no valor de vinte mil kwanzas.

A senhora alega que um dos seus filhos, de 14 anos, também já foi vítima dos meliantes quando ia para a

escola. «Os bandidos apoderaram-se da mochila e retiraram-lhe o lanche, o telemóvel e levaram consigo a própria mochila deixando o material escolar espalhado no chão», revelou a senhora, bem agastada da vida dela.

Outra moradora do mesmo bairro, que e professora de um dos colégios da zona, também vive momentos aflitivos quase todos os dias, devido as invasões que os marginais fazem ao recinto escolar, na tentativa de receberem os haveres dos alunos e ate de professores, ameaçando-os com armas brancas ou pistolas.

Já a directora de um colégio que não quis ser identificada acrescentou que, na zona que fica entre a administração e o corpo de bombeiros, a delinquência e assustadora. Os marginais assaltam as pessoas normalmente a luz do dia; eles rondam especialmente as escolas (segundo ela, varias queixas já foram dirigida a esquadra ali existente, mas não são atendida porque nunca se viu nenhum policiamento na zona.

Conforme disse, alguns marginais estão bem identificados, como e o caso de dois jovens, um mestiço e um negro, que tiram o sossego aos estudantes. «Eles andam com uma motorizada de quatro rodas, rondam o bairro e molestas outros jovens e moradores da zona, mas a polícia não os prende», disse a nossa fonte.

Alguns moradores, agastados com a situação concluem que a elevação da onda de crimes deve-se a extensão do bairro e aos novos Moradores vindos de outros países. Assim, a criminalidade no Golfe-II aumentou nos últimos dias e, dos vários crimes que se cometem, o que mais preocupe desestabiliza famílias e o desaparecimento das meninas com idades compreendidas entre os 1 e 18 anos.

Os moradores daquela zona de Luanda dizem estar indignados com a Policia da esquadra local, por não ter capacidade para par cobro a esta situação que periga a vida de muita gente inocente.

Por este motivo, os próprios moradores afirmaram a reportagem do *Semanário Angolense* (SA) que se a Policia não agir rapidamente, Serão eles próprios a fazer justiça, no sentido de salvaguardarem a sua segurança e a dos seus.

9.6 Bairro Paraíso

Jornal A República

03 De Julho de 2015

Os bandidos, no bairro Paraíso, em Cacuaco, não deixam os moradores a vontade. Alem dos ataques

feitos em plena luz do dia, outros são realizados a noite pelos marginais na disputa de espaço de actuação e namoradas. Os moradores querem ver os referidos delinquentes presos, mas a Policia, segundo populares, esta a fazer olhos de mercador. O bairro continua a ser alvo das acções maquiavélicas dos criminosos.

9.7 Regista-se aumento de crimes

Jornal de Republica
03 De Julho de 2015

De acordo com o porta-voz em exercício da corporação nesta região, agente de 1ª classe Edgar Sapengo, foram esclarecidos 13 crimes, resultando na detenção de 15 cidadãos acusados de os terem cometido.

Esclareceu que os 21 delitos foram cometidos contra propriedades (11), pessoas (oito) e contra ordem e tranquilidade publica, destacando um homicídio voluntário e roubo qualificado. Os mesmos aconteceram nos municípios da Caála, Bailundo, Longonjo, Chicala-Cholo-hanga e Ucuma.

Ainda durante o período em balanço, segundo o agente de 1ª classe Edgar Sapengo, a Policia Nacional removeu três cadáveres, na via pública, estando por determinar as causas das mortes.

9.8 Nação Unida defende cumprimento dos direitos políticos das mulheres

Jornal Política
17 De Julho de 2015

A abordagem sobre a mulher rural e os seus problemas volta a cair numa alegada letargia quando parecia ganhar outra dinâmica depois da conferência sobre o assunto dirigida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em Agosto de 2014.

A temática considerada "abrangente" tem encerrado acesos debates, embora alguns especialistas considerem que as políticas não têm sido adequadas para colmatar alguns dos maiores problemas da mulher rural.

Entretanto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, quer contribuir para a consciencialização e capacitação das mulheres no

exercício dos seus direitos políticos, sociais e económicos na sociedade, por intermédio de organizações da Sociedade Civil.

De acordo com Maria Casal, especialista em questões de género, do PNUD, a abertura do Governo face ao empoleiramento da mulher angolana oferece espaço para uma maior afirmação das Organizações da Sociedade Civil vocacionadas para a questão de igualdade de género.

Este mecanismo, segundo a fonte, é considerado fundamental para o desenvolvimento das comunidades partindo de onde elas se inserem.

Para além de grupos de mulheres e Organizações da Sociedade Civil (OSC), a iniciativa das Nações Unidas inclui também as universidades, pela via da atribuição de subvenções para a implementação de micro projectos ligados ao género.

9.9 Suspeita-se que funcionário do ENDE colabora com marginais

Jornal Crime
18 De Julho de 2015

Aqui matam! Mano, não vale a pena falar. Se falares alguma coisa, vão te dizer está a se meter na vida dos filhos alheios". Fomos, com esta declaração, recebidos na residência de Dona Joana, 63 anos, moradora da BCA, arredores do Cazenga. Segundo populares, os bairros com maiores índices de violência, assaltos e roubos são: A zona das Cinco Curvas, Dona Bela, Cabritos e, igualmente, a zona do Buraco. Sugeriram-nos, para mais pormenores, que nos dirigíssemos à esquadra da polícia. A BCA, 'O Crime' apurou, através de relatos dos nossos interlocutores, que o bairro da Terra Vermelha é, actualmente, dos mais serenos no que diz respeito à matéria em causa.

Gonçalves André, 55 anos, segurança e supervisor de profissão, morador do referido bairro, propriamente na Rua dos Cassumunas, atesta que o índice de violência reduziu bastante, resultado de um esforço dos efectivos da polícia. "Antes estávamos muito mal. Éramos, frequentemente, incomodados, assistíamos sempre a lutas entre grupos rivais e ouvíamos, inclusive, vizinhos a queixarem-se de que foram vítimas de as alto e por aí fora," recorda.

Graças a intervenção da Polícia - disse-a situação criminal é "calma", ou seja, o surgimento de uma esquadra, na zona, tornou ISSO possível. Por outro lado, André António Pedro, que dedica-se ao serviço de moto táxi, explica que nas suas 'viagens' (idas) já

ouviu relatos de uma senhora moradora do bairro acima mencionado que contando do esposo que foi baleado na praça por meliantes aquando do regresso do serviço.

Conta que o mesmo indivíduo foi atingido mortalmente com dois tiros na zona do tórax mas que, de acordo com a esposa, sobreviveu. Isto aconteceu por volta das 19 horas na paragem dos 'Kwanzas', conhecida também por paragem da Vala.

Crime só ocorre depois de desligarem a energia

A mesma fonte disse ainda que a cidadã acredita que tudo isto é resultado da promoção que o esposo teve dias antes e ele, nesse mesmo dia, levava consigo quantias em dinheiro muito altas que, felizmente, a dupla de marginais que se faziam transportar em uma motorizada não levaram.

O moto taxista disse também que o demais casos que acompanha tem 100 a dos marginais aos seus colegas que, muitas vezes, acabam feridos quando tentam mostrar resistência.

Ficamos igualmente a saber que os bairros mais letais são: Kalawenda, Asa Branca e a zona do Grafanil B, que estão sob controlo de um grupo de marginais altamente perigoso denominado 'Os Demónios'.

O antigo membro das FAPLA, João Domingos, 56 anos, residente no Kalawenda, já há nove anos, revelou que, horas antes a nossa chegada ao referido bairro as forças policiais acabavam de dismantelar um grupo de marginais, isto é, no dia I^o de Julho.

O cidadão que tem a mecânica como profissão tem, em sua casa, uma oficina onde dedica-se a reparação e manutenção de viaturas, em companhia de cinco instruendos, disse que o grupo tinha como costume roubar e assaltar à mão armada em cantinas. Referiu ainda que o conjunto ocupava uma residência desabitada, na qual preparavam as suas atrocidades. "Tudo foi bem planeado pela polícia, nós acordamos, ouvimos uns tiros outros, infelizmente, conseguir escapar". Falou que os assaltos apenas ocorrem por voltas das 19 horas em diante, ou seja, na altura que os técnicos de electricidade propositadamente desligam a energia apesar das chamadas de atenção moradores. Por essa razão, a militar na reforma afirma que electricistas da cabine do Muxin têm colaborado com os marginais.

Na mesma linha de pensamento interlocutor culpabiliza igual a policia pelo fraco patrulhamento na zona adjacente ao hospital I (entenda-se Hospital Municipal Cazenga) e, por isso apela, que coloque uma esquadra no bairro 1 pôr fim a actividades inimigas do convívio. Caro leitor, se no bairro aqui

mencionado a polícia removia homens para a prisão por serem delinquentes, já no Asa Branca no mesmo dia, os efectivos da (anteriormente DNIC) 'remo igualmente dois cidadãos.

9.10 Comerciantes Estrangeiro clamaram por intervenção

Jornal Crime

18 De Julho de 2015

A nossa equipa de reportagem foi constatar 'in loco' o clamor dos moradores no que concerne à criminalidade naquele bairro. Disseram ao 'O Crime' que os assaltos têm tomado conta do bairro, sobretudo em cantinas, para não falar das motorizadas, telefones e violações sexuais. As pessoas, a partir das 18 horas, não conseguem circular naquelas 'bandas' do Kicolo. Teresa Miguel disse que se precisa, no bairro 'Augusto Ngangula', de muito trabalho das autoridades competentes, sob pena de combater os índices de delinquência que está alarmante. De acordo com Teresa. Já apelaram ao Comando Municipal da Polícia para reforçar o patrulhamento, mas sem sucesso.

"Ninguém consegue andar à noite, por um lado, e, por outro lado, alguns moradores estão a mudar do bairro por causa dos assaltos à mão armada", disse. José Pambassangue, por sua vez, salientou que a delinquência tem sido o dia-a-dia no bairro 'Augusto Ngangula', ou seja, há sempre assaltos em nas cantinas e, às vezes, em plena à luz do dia, enfim, roubam motorizadas, roubam telemóveis na via pública e violam sexualmente as mulheres.

Os munícipes já reuniram-se com administrador municipal, Carlos Alberto Cavuquila, e o comandante de Divisão de Cacuo, Joaquim do Rosário, para construir uma esquadra Policial no 'Augusto Ngangula', mas a verdade é que nada foi feito até ao momento.

"Nós, agora, não temos como fazer. Neste preciso momento, foram assaltadas seis cantinas. Ligamos para a polícia, mas apareceram muito tarde, ou seja, depois de os marginais terem realizado a sua pretensão e ido embora. Se chegassem cedo, deveriam evitar o assalto ou apanhá-los. Infelizmente, não aconteceu", lamentou. Marginais fogem algemados de esquadra

O cidadão João Antunes, morador no bairro 'Augusto Ngangula' há mais dez anos, disse que os assaltos estão a aumentar cada dia que passa. Há duas semanas - disse - o seu irmão (serralheiro de profissão) deparou-se, nas proximidades do 'Colégio

Caweye', com um grupo de marginais, no qual havia dois elementos algemados que terão, possivelmente, fugido de uma esquadra policial. Os restantes estavam armados até aos dentes com armas de fogo e pediram, inclusive, que ele 'cortasse' as algemas com o seu material de serviço. Ele, a princípio, recusou-se a cortar; mas, depois de tanta insistência, isto é, depois de ouvir disparos obedeceu, a fim de não perder a vida. "Pedimos, faz tempo, que construíssem aqui uma esquadra móvel, para evitar casos de assaltos em cantinas dos 'marnadus', pois têm sido alvo de assaltos. Desta vez, por exemplo, os marginais arrombaram seis cantinas e encontramos produtos alguns espalhados na rua", declarou.

A cidadã Ndiangakeita, de nacionalidade da guineense, disse que já mantiveram diferentes encontros com a Comissão de Moradores, para a construção de uma Esquadra Policial, por causa dos assaltos nos últimos dias. "Nós trabalhamos com os geradores até às 22 horas e desligamo-los por causa da escuridão. É um dos motivos que têm influenciado os assaltos em cantinas". "Nós, agora, não temos como fazer. Neste preciso momento, foram assaltadas seis cantinas. Ligamos para a polícia, mas apareceram muito tarde, ou seja, depois de os marginais terem realizado a sua pretensão e ido embora. Se chegassem cedo, deveriam evitar o assalto ou apanhá-los. Infelizmente, não aconteceu", lamentou

9.11 General acusado de expropriar terras de Camponeses em Malange

Jornal o Crime
18 De Julho de 2015

Camponeses e um oficial das Forças Armadas Angolanas, por sinal, também malanjino, sobre a propriedade de algumas terras localizadas entre às aldeias de Kiusso a Kalundo. Comco "Essas terras estão ocupadas por nós, desde muito tempo, mas agora o general disse ter papel do Governo que diz serem dele, até mesmo algumas de Sandango, Caxito e Tanque", disse um dos sobas, que lamenta nada lhes terem dito. No entanto, um dos representantes do actual chefe de Estado Maior General Adjunto para a Educação Patriótica disse ao F8, haver um mal-entendido, porquanto alguns indivíduos de má-fé é que se encontram nas suas terras de forma ilegal, pretenderem "em função da posição do general tirar as vantagens, financeiras, estando por isso a fazer todo tipo de chantagem", chegando uns a acusá-lo de estar "a queimar as culturas agrícolas da população, o que é completamente falso". Assegurou Kizua

Manuel alega terem alguns homens a mando do general proibido que ele e outros regressassem as lavras "com pena de prisão por invasão, quando nós é que fomos invadidos e estamos a ver a nossa produção ser arrancada com os tractores". Mas, para o soba Kalundo tudo teria solução se "os homens desse chefe falassem com modos com o povo e não viessem só nos ameaçar de morte, porque nós não somos bandidos e apenas cultivamos a terra como fonte de sustento das nossas famílias": lamenta, apelando o bom senso do general Disciplina, para pôr ordem e disciplina nos seus homens, para não mancharem o seu nome, "pois se ele é filho de Malanje sabe qual é a tradição e deve vir falar com o povo e não mandar pessoas nos fazer mal", conclui.

Em oposição, o soba Sandango adverte o general a repensar nessas atitudes musculadas, rei em brando o respeito devido as autoridades e poder tradicional. "Estes homens têm o poder das armas, para nos ameaçar, mas o chefe deles, não deve esquecer a força da nossa tradição, quando as almas dos outros vierem lhes cobrar... Depois vão dizer que estão enfeitados", adverte o soba, bastante emocionado pelo facto de muitos camponeses lhe terem queixado em relação a devastação das lavras "e da produção de mandioca, batata-doce, feijão, milho e outros produtos, fazendo com que a fome possa invadir a casa desses camponeses" das regiões de Kiusso e Kalundo. Face a esta problemática, os sobas das aldeias expropriadas, recorreram administração municipal de Kalandula. A fim de denunciarem as arbitrariedades dos homens do general, solicitando que este se pronuncie. "Gostaríamos de saber se estas são mesmo ordens do general Disciplina ou não, porque o que os seus homens estão a fazer é muito feio e comprometedor".

Em função desse clamor popular, o administrador local, à cabeça de uma comissão de inquérito, do Instituto de Gestão Cadastral de Angola (IGCA), foi as zonas de conflito, alegadamente, "devastadas", pelos homens de Egidio dos Santos, tenda constatado a existência, em algumas ocasiões, do LISO da força bem como de ocupação anormal de terras.

Face a situação preocupante que pode degenerar em mais um conflito de terras, com consequências imprevisíveis a Administração local, tendente a encontrar uma solução à contento das partes, notificou o general Disciplina, na sua condição de cidadão para ajudar a dirimir a fricção. Inconformados com a decisão da Administração, um grupo de sobas de Kalandula, reuniu - se com o administrador local, Nuno de Oliveira Chiquito e em função das reclamações, suplantarem a sua competência, foram aconselhados a enviar a queixa exposição ao governo provincial de Malanje. Neste

âmbito, F8 visando auscultar a opinião do principal visado, Egídio de Sousa Santos "Disciplina" deslocou-se no 01.07 ao Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, para um contacto e versão dos factos, ao que fomos impedidos pelo primeiro-sargento responsável do Posto de Controlo e Passagem (PCP), sob alegação de indisponibilidade do "camarada general, pelo que devem-lhe contactar noutra altura ou local".

9.12 Marginais voltam a aterrorizar Luanda

Jornal Novo Jornal
3 De Julho 2015

Segunda-feira 29 de Janeiro de 2015. 17h00, a equipa do Novo Jornal deslocou-se a três municípios de Luanda. O nosso primeiro destino foi Viana, município em relação ao qual nos últimos dias temos recebido relatos de vários assaltos a residências e cantinas. Viana é também o município que lidera a lista de roubos de viaturas.

Durante a nossa reportagem, presenciámos jovens a fazerem assaltos à mão armada no meio da estrada.

Vários assaltos também na zona da comarca de Viana. Segundo relatos de alguns moradores, todos os dias há mortos e feridos por disparas de arma de fogo. "Pedimos ao comandante provincial de Luanda para ver essa situação porque estamos cansados. Todos os dias há mortes e roubos em vários bairros do município. Por vezes não entendemos qual é o trabalho que a nossa polícia faz aqui".

Joana Adão, moradora do bairro Mamã Gorda, igualmente de Viana, disse que a situação está cada dia pior. "Apresentar queixa como? Não é tudo a mesma coisa? Eu pessoalmente já perdi a confiança na polícia. Prendem os marginais depois em troca de

valores são postos em liberdade e ficamos a temer pelas nossas vidas". O NJ soube que alguns pedidos de socorros dos moradores de Viana são do conhecimento do responsável máximo da polícia, Francisco Notícia.

De acordo com Joana Adão, várias queixas já foram apresentadas à divisão de Viana e até ao comandante provincial de Luanda mas nada até agora foi feito.

Eva Simão, do bairro da Caop, disse que a semana passada foram assaltadas no bairro 10 residências. "Das 10 casas assaltadas apenas dois vizinhos foram apresentar queixa. Os outros não foram, porque dizem que mesmo apresentando queixa nada vai ser feito então é só mesmo perder tempo. Luanda já

esteve melhor nos anos de 2010 e 2011. Aqui então no bairro para ver a polícia à noite é difícil e quando há crime só aparece depois de os marginais realizarem as suas acções. Este país é um país de brincadeira", diz a moradora.

Em entrevista ao Novo Jornal os nossos entrevistados foram unânimes em afirmar que nos últimos dias a criminalidade em Luanda está a aumentar consideravelmente e dizem não entender o que se está a passar porque até ao mês de Fevereiro deste ano a situação parecia estar calma.

No mesmo município, para além dos assaltos e assassinatos, em alguns bairros os moradores reclamam também da falta de água, energia eléctrica, razões pelas quais já contaram o administrador municipal de Viana. "Nós aqui temos muitos problemas, não é só a criminalidade, a falta de água e de luz. As operadoras de lixo aqui não aparecem e os moradores deitam o lixo em qualquer lugar. Contactámos a administração municipal de Viana, mas nada foi feito e já não sabemos mais o que fazer. Sei também que se não houver vias em condições não tem como a polícia trabalhar".

Já no município de Belas os moradores também estão insatisfeitos com trabalho dos homens da farda azul.

Luísa Gomes considera que o crescimento de novos bairros também é um dos motivos do aumento da criminalidade. "Estão a crescer muitos guetos em Luanda, muitas dessas zonas não têm luz eléctrica e é difícil a polícia fazer trabalhos em zonas assim. A falta de energia é o grande adversário das autoridades policiais na actuação e de qualquer estratégia de combate, que apenas tenha em conta o recurso à repressão".

No bairro da Sapú, os moradores também reclamam do aumento da criminalidade. De acordo com as fontes, a maior parte dos assaltos ocorrem no período nocturno, junto ao mercado 11 de Novembro. Sónia Pombolo disse que há duas semanas o seu vizinho foi morto por marginais que assaltaram a sua residência tendo violado as suas filhas.

Marginais não poupam Kilamba

O NJ passou também pela centralidade do Kilamba, onde os moradores reclamam do aumento da criminalidade. Pedra Santos, morador do bloco D, é de opinião que a Polícia Nacional precisa de fazer mais do que tem feito para os habitantes da cidade se sentirem tranquilos. "As coisas aqui estão mal, principalmente no período nocturno, horário em que muitos moradores chegam a casa depois de

cumprirem mais um dia de trabalho e suportar um trânsito intenso. Quando chegamos fomos assaltados. Eu já fui assaltado

9.13 Polícia denuncia venda ilegal de armas

Jornal De Angola

11 De Julho de 2015

Texto: Marcelino Dumbo

O coordenador da Subcomissão Técnica Nacional de Desarmamento, comissário-chefe Paulo de Almeida, denunciou quinta-feira, no Huambo, a existência de indivíduos que comercializam armas de fogo de calibre diverso, numa altura em que os homicídios, roubos, violações e assaltos com recurso a armas de fogo estão a atingir níveis alarmantes em todo o país.

Paulo de Almeida discursou no seminário que marcou as comemorações do Dia Internacional da Destruição das Armas e manifestou-se preocupado com o grande número de armas de fogo ilegalmente com a população, desde desmobilizados, empresas de segurança privadas e até polícias e militares desertores ou já desmobilizados. As campanhas de sensibilização vão continuar, no sentido de desarmar as mentes e retirar as armas de fogo dos marginais e de todos que insistem em manter estes meios, alegadamente para defesa pessoal.

A missão de cada cidadão no bairro, aldeia, sector, comuna, município ou província, disse, é ajudar os órgãos de defesa e segurança, denunciando todos os casos que ocorrerem nas suas comunidades. Por isso, Paulo de Almeida aconselha os cidadãos a fazerem a entrega voluntária nos locais indicados.

O acto central do 9 de Julho, Dia Internacional da Destruição de Armas de Fogo, foi marcado com a destruição de 102 armas de calibres diversos, entregues voluntariamente e recolhidas de forma coerciva dos cidadãos. No país, a data começou a ser comemorada em 2002, após a criação da Comissão Nacional de Desarmamento, que até ao momento recolheu e destruiu 94 mil armas de fogo.

9.14 Criminalidade atormenta bairros de Luanda

Jornal O País

3 De Julho de 2015

Apesar das constantes operações levadas a cabo pela Polícia Nacional com vista a neutralizar atitudes que

atentam contra a ordem e segurança pública, tal como a "Operação Ombêmbwa", ainda assim, assiste-se em alguns bairros e distritos de Luanda o crescendo da criminalidade com recurso a arma de fogo.

O relato vem dos próprios moradores das zonas afectadas por este mal e por isso se dizem cada vez mais inseguros.

De acordo com o que O País apurou' dos bairros que apresentam um quadro preocupante constam o Prenda, o Cassequel, o Grafanil, a Vila da Mata e a Vidrul. Populares destas zonas revelaram que o número de assaltos a residências seguido de violações tem sido urna prática muito recorrente nos últimos tempos.

Segundo as nossas fontes, habitualmente, os assaltos e roubos acontecem no período da noite. Uma maior intervenção policial é o que os moradores solicitam das autoridades para que situações piores não venham a acontecer.

Ami Kitoco, residente no bairro do Prenda, junto à Escola do Yaza, ainda se recorda do dia em que foi vítima de assaltantes. Segundo a senhora, o acto aconteceu no passado mês de Maio por volta das 2h00 da madrugada. Três homens armados arrombaram a sua residência e levaram bens materiais e mais 120 mil kwanzas. "Foi o dia mais horrível da minha vida. Quando eles (os bandidos) entram na minha casa apontaram a arma na cabeça do meu marido exigindo dinheiro. Disseram que se nós não tivéssemos valores então deviam me violar sexualmente. Mas Deus não permitiu, porque demos todo o dinheiro que tínhamos. Insatisfeitos, ainda levaram o televisor e um aparelho de som. Foi um pesadelo terrível" lamentou a senhora que vai agora mudar-se para o bairro do Zango, por causa do trauma causado pelo assalto.

Também Paulo Moras, igualmente morador da zona do Prenda, teve o mesmo infortúnio. Recentemente viu a sua casa assaltada por homens armados que o espancaram e levaram artigos de valores que tinha. "Eram por volta da meia-noite quando comecei a sentir algo estranho no tecto. Tentei ainda ligar para a Polícia mas não deu em nada.

Os bandidos foram mais rápidos. Arrombaram a porta e fizeram-nos reféns durante alguns minutos. É que nem mesmo a Polícia que funciona no Campo do Felício conseguiu fazer alguma coisa. Ainda espancaram-me e levaram tudo que eu tinha em casa. "Já no bairro da Vidrul, uma jovem que não se identificou relatou ter sido por duas vezes vítima dos homens do mal. De acordo com a mesma, os meliantes se apresentam normalmente munidos de

armas de fogo e têm como preferência o período acima da meia-noite. "Quando vieram a primeira vez exigiram, que déssemos dinheiro. Já no segundo assalto encontraram-nos sem nenhum tostão. Ficaram furiosos e bateram no meu marido. Ameaçaram que deviam nos matar. O problema é que a Polícia nunca aparece nestes momentos. Por mais que ligués, não aparece", atestou a moradora.

Ainda no bairro da Vidrul, ao município de Cacucaco, muitos populares estão a ser obrigados a abandonar as suas residências com medo de sofrerem algum tipo de violência ou assalto. Pedro Guilherme é uma destas pessoas. O também funcionário público manifestou total desagrado com o estado da delinquência naquele bairro onde disse viver há mais de três anos. "Não tem como continuar aqui. Já fui tentado muitas vezes, mas o assalto nunca se efectivou. Ao ver os meus vizinhos de porta a serem constantemente assaltados fico apreensivo e penso logo que não tarda também um dia serei vítima. Por isso resolvi viver noutra zona, bem longe daqui", asseverou.

No Grafanil, moradores falam em linchamento

Em consequência do aumento da delinquência no bairro Grafanil, os moradores falam em fazer justiça com as próprias mãos. Nelson do Amaral, residente da referida zona, na rua dos Picos, disse que todos os dias verificam-se assaltos naquele bairro do município do Cazenga. Segundo o mesmo, a Polícia já foi accionada várias vezes, mas ainda assim tudo continua na mesma.

"Violam as nossas irmãs, batem nos homens e levam tudo o que uma pessoa comprou ao longo de muitos anos. Cansados com tudo isso decidimos em linchar estes meliantes.

É que a Polícia nada faz e nós não podemos continuar a viver neste ambiente", referiu.

Por sua vez, Joana Alfredo, moradora da zona há mais de vinte anos, disse que os malfeitores não vêm de longe. Na visão da anciã de 62 anos, são mesmo jovens da área que à noite se transformam em bandidos para fazer mal às pessoas. "Também não podemos dizer que são pessoas de outras áreas, nada disso. São mesmo os nossos filhos que ao longo do dia controlam os nossos passos para posteriormente, à noite, nos fazer mal. É assim que penso porque pessoa que não te conhece não te faz mal. Nem pensar", assegurou.

9.15 Situação insustentável no Golf-II

Semanário Angolense
25 De Julho de 2015

Moradores do Golfe -II afirmam que são assaltados a porta das suas residências quando partem para os seus locais de trabalho ou ao chegarem a casa, mas as principais vítimas dos assaltos são alunos, entre crianças e jovens.

A reclamação vem de varios moradores, todos eles vítimas de assaltos e que temem pelos seus filhos que diariamente se confrontam com semelhante situação no bairro em que moram. Os moradores dizem que estão agastados com a situação, porque, apesar das denúncias feitas as autoridades, tudo continuam na mesma e com tendência em piorar.

Faustina Almeida, 42 anos de idade, funcionária pública, diz que já foi vítima de assalto a porta da sua residência, tendo perdido alguns haveres como telemóvel, documentos e uma quantia no valor de vinte mil kwanzas.

A senhora alega que um dos seus filhos, de 14 anos, também já foi vítima dos meliantes quando ia para a escola. «Os bandidos apoderaram-se da mochila e retiraram-lhe o lanche, o telemóvel e levaram consigo a própria mochila deixando o material escolar espalhado no chão», revelou a senhora, bem agastada da vida dela.

Outra moradora do mesmo bairro, que é professora de um dos colégios da zona, também vive momentos aflitivos quase todos os dias, devido as invasões que os marginais fazem ao recinto escolar, na tentativa de receberem os haveres dos alunos e ate de professores, ameaçando-os com armas brancas ou pistolas.

Já a directora de um colégio que não quis ser identificada acrescentou que, na zona que fica entre a administração e o corpo de bombeiros, a delinquência é assustadora. Os marginais assaltam as pessoas normalmente a luz do dia; eles rondam especialmente as escolas (segundo ela, varias queixas já foram dirigida a esquadra ali existente, mas não são atendida porque nunca se viu nenhum policiamento na zona.

Conforme disse, alguns marginais estão bem identificados, como é o caso de dois jovens, um mestiço e um negro, que tiram o sossego aos estudantes. «Eles andam com uma motorizada de

quatro rodas, rondam o bairro e molestas outros jovens e moradores da zona, mas a polícia não os prende», disse a nossa fonte.

Alguns moradores, agastados com a situação concluem que a elevação da onda de crimes deve-se a extensão do bairro e aos novos Moradores vindos de outros países. Assim, a criminalidade no Golfe-II aumentou nos últimos dias e, dos vários crimes que se cometem, o que mais preocupe desestabiliza famílias e o desaparecimento das meninas com idades compreendidas entre os 1 e 18 anos.

Os moradores daquela zona de Luanda dizem estar indignados com a Polícia da esquadra local, por não ter capacidade para par cobro a esta situação que periga a vida de muita gente inocente.

Por este motivo, os próprios moradores afirmaram a reportagem do Semanário Angolense (SA) que se a Polícia não agir rapidamente, Serão eles próprios a fazer justiça, no sentido de salvaguardarem a sua segurança e a dos seus.

9.16 Há bairros sitiados» em Luanda

Semanário Angolense

25 De Julho de 2015

Texto: Kim Alves

Um jovem de 20 anos de idade foi morto na semana passada, atiro, quando um grupo de meliantes assaltou a residência em que morava, para roubar uma motorizada, pertença do seu irmão mais velho, que, em consequência dos disparos, também ficou ferido num dos braços.

Este e apenas um dos episódios da criminalidade violência que grassa Luanda, entre as dezenas que ocorrerão diariamente pela cidade, de tal modo que ate os noticiários de algumas estações de rádio, com alguns descontos, já se parecem com os serviços noticiosos das principais estações televisivas brasileiras, nos quais a violência é a principal referência.

Era o fim da tarde de domingo (12) no bairro Belo Horizonte, arredores do Ângelo, na zona da Boa-fé, próximo da divisória dos municípios de Cacucaco e Viana. De repente, a calma do anoitecer de um domingo pacato foi quebrada por varies tiros. Era um grupo de assaltantes armados que atacava a residência de um jovem de 24 anos, natural do Uíge, proprietário de uma motorizada com a qual fazia o trabalho de moto-táxi para sustentar a sua família.

O dono da casa, apenas identificado por Giresse, nome conhecido em toda a vizinhança, tinha acabado

de chegar da sua faina e estava no interior da casa com a esposa e o filho menor. A motorizada estava no quintal e o seu irmão mais novo, de 20 anos, conhecido por Reagan, que também residia lá, brincava com o sobrinho mais velho, um pequeno de cinco anitos.

Quando ouviu os tiros, a primeira preocupação de Giresse foi tirar do quintal o filho, o irmão e a motorizada. Infelizmente, já os assaltantes tinham rompido o portão e dispararam contra tudo o que se mexesse. Reagan ainda conseguiu por o sobrinho dentro de casa, mas quando tentava tirar a motorizada foi mortalmente baleado. Giresse, que tentava sair, foi, atingido num dos braços, mas conseguiu fugir para pedir socorro. As assaltantes, para além da moto, seu alvo principal, ainda penetraram na residência e subtraíram o televisor, um leitor de DVD e algum dinheiro, após obrigarem mulher de Giresse a dar-lhes. Horas depois surgiu a polícia e o corpo do malogrado jovem foi removido pala morgue de Cacucaco.

Segundo moradores da zona aquele foi o sexto assalto registado naquele perímetro em pouco ma de três meses. «Já mataram aqui um motoqueiro por ter resistido aos bandidos e quase todos dias há assaltos na rua, sobretudo de telemóveis dinheiro. Também tem havido violações de mocas, «Mesmo este vizinho Giresse e o segundo assalto que sofreu; o primeiro foi na rua, onde lhe receberam a primeira motorizada e gora foram mesmo em casa e por pouco toda a família perdia a vida sublinhou urna das nossas fontes.

O corpo de Reagan, depois de libertado pela Polícia, foi a enterrar na quinta-feira (16).

Zona complicada

Entre casas de construção definitiva e casebres de todo o tipo, o Belo Horizonte e mais um desses bairros nascidos da venda ilegal de terreno pelos funcionários das administrações, sem qualquer condição (urbanização, entre ruelas e becos esburacados e sem nenhum amanho.

A zona não possui água canalizada e a energia eléctrica quase que não existe. A pouca iluminação nocturna e de geradores, para que tem e podem, Grande parte dos moradores são desempregados e alguns sobrevivem de trabalhos temporários, de pequenos biscates e do comércio informal nas ruas.

Em face disso, são muitos os jovens desocupados, que, não encontrando outro meio de sobrevivência, optaram pela delinquência, De acordo com urna moradora, apenas identificada por Marisa, os assaltos

são constantes na via pública durante o dia, assim como as rixas de grupos (vulgo gangues). De noite, a situação é mais alarmante, sendo que os delinquentes esperam por aqueles que regressam a casa, principalmente os que se dedicam a pequenos negócios ou a prestar serviços, como as zungueiras, roboteiros e moto-taxistas, para «aliviar-los» do pouco que conseguiram nas suas lides. «Também violam mocas e matam quem resistir ao assalto e isso acontece mais com os motoqueiros», sublinha a senhora Marisa.

Ela diz ainda que tem havido algum patrulhamento policial no bairro, mas apenas durante o dia. «A polícia aparece uma vez ou outra, mas os agentes ficam mais preocupados em 'pentear' os moto-taxistas do que a combater ou a prevenir a criminalidade propriamente dita. Alias, dificilmente se vê patrulhamento a noite, mesmo quando há confusão ou assaltos. A população pode comunicar, as vezes telefonamos para os números conhecidos, mas ninguém aparece. Só quando o pior acontece, depois de muito tempo, e que a polícia surge, como no caso deste jovem: os agentes colhem alguns dados e removem o corpo e tudo fica na mesma», disse revoltada, acrescentando: «No bairro há uma esquadra da Polícia, na zona do Ângelo, mas parece que não existe. De dia ainda há algum movimento, mas, a noite, os agentes ficam resguardados lá dentro a dormir, deixando-nos sem entender qual a sua verdadeira função».

Clima de insegurança

Em Luanda, em função dessa escalada da criminalidade violenta, e cada vez maior o sentimento de insegurança geral, como se depreende dos relatos que chegam a mídia. Crimes violentos, roubo a agências bancárias, assaltos a mão armada, violações e homicídios registam-se com maior frequência nas zonas de Viana, Cacuaco, Cazenga, Sambizanga, Kilamba Kiaxi e Samba, embora não praticamente nenhum bairro livre da criminalidade.

Viana e Cacuaco, entretanto, são os municípios que, nos últimos tempos, devido ao aumento de bairros anárquicos e o crescimento populacional, tem sido mais referenciados. Com o surgimento dos moto-taxistas, passou a haver uma grande apetência dos marginais pelas motorizadas. Muitos assaltos, roubos e homicídios têm a ver com este meio de transporte.

Para os luandenses, a falta de iluminação nos bairros é um dos factores para o aumento da criminalidade. Outro factor, como dizem, é a galopante falta de emprego. Os populares defendem que o Governo deve combater o desemprego e a falta de ocupação

da juventude como forma de diminuir a criminalidade.

Nota curiosa é que nem a proximidade de esquadras e postos policiais inibe a acção dos bandidos, que beneficiarão desta aparente letargia das forças da ordem. Porém, os populares apontam o dedo dizendo que só tem havido reacção da polícia depois dos bandidos cometerem das suas. «Em regra, só depois de o crime se consumar, com vítimas e/ou prejuízos a lamentar e que a Polícia reage, quando devia realizar acções para prevenir e assustar os delinquentes. Hoje por hoje, a nossa Polícia quase que perdeu a autoridade porque os próprios agentes e oficiais não se fazem respeitar. Enquanto persistir a 'gasosa' e os 'padrinhos', as coisas não vão melhorar», lamenta uma nossa fonte.

9.17 Mulheres formada em Empreendedorismo

Jornal Inforsambila

Julho de 2015

Texto: José Virgílio

O curso está inserido no projecto a mulher e o Empreendedorismo é um projecto que surge em resposta as preocupações levantada por várias mulheres de diferentes grupos religiosos locais, no bairro Ngola Kialuanje, distrito urbano o Sambizanga.

De acordo com o responsável da formação Afonso Manuel, o projecto tem o objectivo, de capacitar todos aqueles que tem como base de sustento, a zunga, pracinhas e cantinas. É um projecto que surge em resposta as preocupações levantadas por várias mulheres de diferentes grupos. Está inserido no projecto Março mulher tendo em conta que as mesmas na comunidade vivem na base de negócio informal, «nós conseguimos fazer uma parceria com IN-APEN instituto nacional de apoio as micro pequenas e médias empresas, no sentido de capacitar as senhoras. O curso teve a duração de cinco dias, houve bom aproveitamento apesar do nível de escolaridade ser baixo, já têm a prática nas suas actividades. Fez-se grande esforço por parte do formador para familiarizar com a linguagem e traduzindo aquilo que esta dentro do conhecimento numa linguagem muito mais comunitário", concluiu.

Segundo o responsável o projecto estende-se também aos fazedores de artes e ofícios a nível do distrito, no

caso de alfaiataria, marcenarias, salão de beleza, e outros ofícios que os cidadãos têm praticado de forma ilegal. Essas actividades não duram e não tem progresso por falta de noção do empreendedorismo. Maria Afonso, uma das beneficiárias zungueira das ruas do São Paulo, mãe de quatro filhos residente na pedreira "estou feliz com essa formação não sabia o que aprendi. Sinto-me capacitada e agora mudarei o rumo do meu negócio para melhorar a minha vida".

10. AMBIENTE

10.1 Benguela investe milhões de kwanzas

Jornal De Angola
27 De Julho de 2015

O Governo Provincial de Benguela vai investir, ainda este ano, 44,2 mil milhões de kwanzas na implementação do plano director de drenagem para o município sede, com vista a permitir o escoamento de água.

A informação foi avançada sábado durante a apresentação do plano pela empresa Dar Al Handasah, responsável pela construção da drenagem. A obra é implementada em três fases, para reduzir os danos provocados com a passagem das águas das zonas mais altas para o mar.

O administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, disse que a obra engloba o desassoreamento das valas de drenagem, a construção de diques, protecção das margens, assim como a sensibilização das populações para não construir junto das linhas de água.

O município de Benguela possui dois rios principais, Cavaco (a Norte da cidade) e Uche (a Sul), além dos afluentes Damba ya Mina e o Monnolo.

Leopoldo Muhongo disse que a população comprometeu-se perante a administração municipal a não ocupar as zonas ribeirinhas, a fim de permitir a movimentação das máquinas.

Ainda no município de Benguela, a empresa Odebrechet está a construir canais de escoamento das águas do rio Engue, afluente do Cavaco, evitando inundações como as que vitimaram dezenas de pessoas em Março último, nos bairros da Santa Teresa e Pecúria.

Outra preocupação para a administração municipal está dirigida para a vala do Coringe, que se encontra entupida por resíduos sólidos junto ao mar. Por isso, os administradores comunais receberam instruções para impedir que os habitantes da zona depositem lixo na vala.

10.2 Drenagem de águas pluviais antes do início das chuvas

Jornal De Angola
25 De Julho de 2015
Texto: Leonor Mabiala

As obras de construção de sistemas de micro-drenagem no troço entre o supermercado Simbila e o entroncamento do rio Lucola, para permitir a evacuação das águas pluviais até ao mar, ficam concluídas antes do início da época chuvosa, garantiu ontem o secretário provincial de Cabinda das Obras Públicas, Juliano Capita.

Segundo o responsável, as obras, iniciadas há um mês e meio, incluem também a colocação de novo asfalto no referido troço, já que os trabalhos de construção das valetas provocaram cortes na via. O secretário provincial das Obras Públicas anunciou também a construção em breve de uma nova ponte sobre o rio Lucola, nas imediações da Estação de Tratamento de Água nº 1, para facilitar a circulação de veículos, no sentido Tchizo-Cabassango.

Para facilitar os trabalhos de construção de sistemas de micro drenagem no troço entre o supermercado Simbila e o entroncamento do rio Lucola foi interrompida a circulação de viaturas.

Juliano Capita apelou aos automobilistas a terem uma condução prudente e alertou-os para utilizarem as vias alternativas já reabilitadas pelo governo da província, nos bairros Amílcar Cabral, Tchizo e Lombo-Lombo.

10.3 Nevoeiro denso é causador da chuva fraca em Luanda

Jornal De Angola
30 De Julho de 2015
Texto: Walter António

A chuva fraca que tem caído em Luanda resulta do facto de estar a registar-se, nos últimos dias, nevoeiro denso, inabitual nesta época do ano, disse, ontem, *Jornal de Angola*, em Luanda, o chefe de Departamento de Vigilância Meteorológica do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET).

Lutumba Tima explicou que o fenómeno ocorre ao longo do litoral, nas províncias do Zaire, Uíge e Malanje e em algumas províncias do centro, sul e leste, onde, quase todos os dias, pela madrugada e manhã, nesta época do ano, é registado nevoeiro denso, que provoca precipitação. O nevoeiro denso, sublinhou, é consequência da presença de gotas de águas suspensas no ar que, depois de ganharem volume e peso, levam à precipitação.

"Só não há precipitação quando o nevoeiro é menos denso. Quando estamos na presença de nevoeiro denso, mesmo a dez metros não se consegue ver", explicou Lutumba Tima, acrescentando que "o nevoeiro é formado pelo arrefecimento do ar, o que provoca a condensação do vapor de água contido na atmosfera".

O fenómeno não foi registado pela Estação Meteorológica de Luanda, localizada no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, a única existente em Luanda, por o seu raio de acção ter apenas um alcance de 50 quilómetros, informou o chefe de Departamento de Vigilância teorológica do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

"De acordo com as orientações da Organização Meteorológica Mundial (OMM), em cada 50 quilómetros deve existir uma estação meteorológica com igual raio de acção!", acrescentou Lutumba Tima.

"E por isso que em alguns locais de Luanda foi registada chuva fraca e a estação não registou a ocorrência", concluiu o chefe de Departamento de Vigilância Meteorológica do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

10.4 Elisal não consegue dar soluções na recolha de lixo no Distrito Urbano do Sambizanga.

Jornal a República
17 De Julho de 2015

Os moradores reclamam de cheiros nauseabundos, moscas, baratas, que o lixo produz e muitos vermes que chegam a entrar nas residências que se encontram próximas dos montões de lixo. Para além desta situação, os resíduos sólidos interrompem a transição dos moradores, bem como de taxistas que fazem a via que dá acesso ao bairro da Simangol a Praça. Regista-se montões de lixo a partir do bairro Petrangol, Goma, Socola, Refinaria até à rua direita do mercado dos Kwanzas. A Administração Municipal do Distrito Urbano do Sambizanga, por

seu turno, está rodeada de resíduos sólidos, assim como o cheiro produzido pelo lixo que incómoda os utentes que solicitam os serviços da mesma Administração. Segundo os moradores, as empresas que recolham o lixo naqueles bairros estão em greve "para mostrar as autoridades que eles trabalham", ou seja, que retiraram os contentores de depósito de lixo.

Manuel Pedro, morador do bairro Petrangol, há 10 anos, conta que a problemática da não recolha de lixo é antiga. "O lixo está assim espalhado em qualquer 'sítio, porque as empresas de recolha já não prestam os seus serviços há dois meses. Por outra, não há contentores de lixo, porque levaram os contentores de lixo para mostrar ao Estado que eles estão em greve e que também trabalham. Queremos que o novo Administrador faça alguma coisa par acabar com o lixo", disse.

Segundo o mesmo, o município do Sambizanga regista mais lixo do que os municípios de Cacucaco e Cazenga, defendendo que têm maior parece na com as empresas. "A operadora que limpa Cacucaco, por exemplo, só chega apenas até ao bairro Socola, o que já não se regista no Sambizanga (particularmente na Petrangol) ", afirmou. Adão Miguel pede, à Administração Municipal, que se reúna com os munícipes e que paguem as operadoras para melhorar a situação do saneamento básico do município e terminar com o lixo no Sambizanga.

A nossa equipa de reportagem chegou também ao Hoga, onde constatou muito lixe na parte exterior do referido hospital. Dona Joana, que comercializa ao lado da unidade hospitalar, reclamou das moscas que saem do lixo ('posam' nos alimentos e frutas que vende. A mesma afiro ma que o lixo é depositado pelos moradores e pelos comerciantes que saem no Parque do Mercado dos Kwanzas.

O jornal 'A REPÚBLICA contactou a Directora-geral do Hospital em causa, par, justificar a existência constate do lixo no exterior de Hospital, mas sem sucessos. De recordar que o jornal 'P REPÚBLICA' já publicou matéria falando do lixo no Sambizanga há mais de três semanas, na qual o actua administrador disse-nos que fora nomeado recentemente e, por isso, não sabe ainda do! muitos problemas que o município tem. E o que se registre actualmente é o aumento excessivo do lixo naquele Distrito Urbano.

10.5 Senhor Governador, vem aí as chuvas

Jornal República
17 De Julho De 2015

Com o aproximar do período chuvoso, é relevante realizar-se os devidos trabalhos de profilaxia, antecipação e de protecção do possível temporal chuvoso que pode assolar a província de Luanda, isto é, criando enchentes ao longo do percurso das valas de drenagem que até hoje estão por se construir. É visivelmente notório a quantidade de lixo que existe nas valas de drenagem entre a zona da Calemba, Catinton até ao Rio Cambamba, aproximadamente na zona do Benfica.

Nesta zona, não existem contentores de lixo expostos, nem muito menos contentores grandes para resíduos (entulhos de obras), fazendo-se as descargas do lixo das obras de construção no decurso das valas de drenagem e obstruindo todo o percurso das possíveis águas pluviais. Esta situação pode causar enchentes ao longo da trajectória da cova devido ao desaguar das águas da chuva para o percurso da vala de drenagem ainda não construída. Governador Provincial de Luanda - Graciano Francisco Domingos destruída. Se não se executar as limpezas e as escavações para tomar possibilidade dos fluxos do caudal, ou as correntes das águas das chuvas possíveis sem obstruções por causa do lixo, possivelmente teremos, mais uma vez, enchentes nas zonas ribeirinhas ao longo do percurso das valas de drenagem ainda não construídas.

Este trabalho deve ser executado com alguma celeridade, para evitar danos maiores que acontecem praticamente todos os anos, ou seja, provocando inundações, destruindo habitações, mortes por afogamento, etc.

Estas pequenas obras de manutenção e de precaução devem ser realizadas com um custo mínimo sem nenhum aproveitamento económico, de maneira a tomar o custo da obra exactamente real e justo. Uma máquina buldózer e 5 camiões podem executar a obra normalmente, sem nenhum custo adicional ao longo de todo o percurso das valas de drenagem ainda por se construir.

É importante que se governe Luanda demonstrando de facto a capacidade e ausência que todos os luandenses esperam da nova governação provincial.

10.6 Produtos que não ajudam a economia da província

Novo Jornal
10 De Julho de 2015

SE NO SECTOR comercial a situação é preocupante, a exploração da madeira pouco ou nada ajuda ao desenvolvimento da província mesmo tratando-se de uma região rica.

"A madeira é saqueada de uma forma desenfreada", queixa-se o empresário deste ramo António Gombo.

Abordado pelo Novo Jornal à margem do quinto fórum de oportunidades de negócio que ocorreu na cidade do Uíge, Gombo pede a intervenção por parte do Governo a fim de se pôr cobro à situação.

"O corte selectivo de um pequeno número de espécies de árvores pelos empresários florestais e a não especialização das empresas do sector pode ocasionar a sua extinção", queixaram-se os participantes ao encontro.

Os conferencistas concluíram ser necessária a criação de condições e incentivos para a construção de entrepostos de comercialização da madeira, evitando o enorme prejuízo à economia local e a aceleração da degradação das infra-estruturas rodoviárias, que propicia o aumento da sinistralidade rodoviária na região.

Pediram ao governo da província e ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural que reflectam e analisem conjuntamente a legislação sobre a matéria e as condições técnicas para o relançamento do café e que a partir do próximo ano se proíba a saída massiva de madeira da província.

Os participantes ao fórum de oportunidades de negócios exigiram ao Governo e às empresas privadas existentes na região a criação de condições para o fomento e arranque de centros de formação profissional em diversas especialidades florestais e a engajar a juventude em tarefas úteis.

O comunicado refere ainda que nos próximos Fóruns sobre o café o Ministério da Agricultura possa apresentar um estudo exaustivo sobre a situação do café a nível nacional, balanceando o grau do cumprimento dos planos sobre a matéria apontados pelo governo para 2013/2017.

10.7 Governo combate corte ilegal de madeira

Jornal De Angola

5 De Julho de 2015

Texto: Nicodemos Paulo

O Fórum de Oportunidades de Negócios realizado no Uíge é uma excelente oportunidade para reflectir sobre a importância dos recursos florestais, disse, na sexta-feira, no Unge, o secretário de Estado para os

Recursos Florestais.

José de Jesus Moda falava na abertura do V Fórum de Oportunidades de Negócios e Investimentos, sob o lema "Unge e os desafios da diversificação da economia", no âmbito dos 98 anos da cidade, e afirmou que o país possui uma capacidade permissível de corte anual de madeira em toro calculado em 3.600 metros cúbicos.

"A província do Uíge apresenta nos últimos anos grandes volumes de produção de madeira em toro, seguida pelas províncias de Cabinda, Cuanza Norte e Bengo. E também a província com maior concentração de concessionários florestais, cerca de 50 empresas, porque a região apresenta boas condições para se tomar o maior centro produtor de madeira do país", disse José de Jesus Moda.

A valorização e a gestão sustentável dos recursos florestais, acrescentou José de Jesus Moda, constituem a preocupação central das políticas do Estado, dada a sua capacidade de produção de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades básicas da população, alta capacidade de absorção de mão-de-obra e contribuição para a segurança alimentar.

José Moda destacou a aprovação da Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação, que define os objectivos e estratégias de actuação do sector. Trata-se de um documento que descreve a visão de longo prazo bem como os objectivos e estratégias a adoptar, o uso sustentável e a conservação dos recursos florestais e faunísticos. O secretário de Estado dos Recursos Florestais recomendou às autoridades tradicionais e às comunidades rurais que prestem uma colaboração activa às autoridades competentes do Estado na execução de tarefas de fiscalização, protecção e conservação de recursos florestais, prevenindo os actos lesivos e denunciando a acção dos agentes ilegais.

"Aos empresários e concessionários florestais cabe, dentro das condições de investimentos, agregar aos

programas de exploração florestal uma adenda social em benefício da comunidade e da área onde realizam a extracção da madeira, que deve ser feita mediante participação activa nos programas das administrações locais do Estado", apelou Q secretário de Estado dos Recursos Florestais.

Exploração racional

O governador do Uíge, no discurso de boas-vindas, defendeu uma exploração racional e sustentável dos recursos florestais e seus derivados para aumentar as receitas do Estado e melhorar as condições de vida das populações, sem alterar as características climáticas da região. Sobre o Fórum de Oportunidades de Negócios, Paulo Pombolo considerou imperativa a realização das conferências sobre a "Problemática da exploração, industrialização e comercialização de produtos florestais e madeira", a "Reflexão sobre as perspectivas do desenvolvimento da aqui cultura na província do Uíge" e sobre "O Café, produção, comercialização e incentivos aos produtores e empresários", por reunirem grandes possibilidades de fortalecer o desenvolvimento da província.

O Fórum teve como objectivo analisar a organização dos processos de exploração da madeira, examinar a relevância da problemática florestal, a comercialização e aproveitamento dos recursos florestais e informar a arrecadação de receitas provenientes da exploração de madeiras a nível da província.

O empresariado local e estrangeiro foram incentivados a ver no sector das pescas, indústria alimentar e de bebidas, áreas propícias a encetar negócios na província do Uíge. "Preocupa-nos a forma desenfreada como foram exploradas as florestas nos municípios de Quitexe, Bembe e Songo, por exemplo, sem acautelar a conservação de espécies raras ou a perpetuação de tais recursos, o que coloca em perigo a estabilidade ambiental e a fertilidade dos solos", disse o governador provincial, que acrescentou:

"Por este andar, dentro de 25 anos o país pode não ter mais nada para as próximas gerações usufruírem, porque existem operadores que, sem licença de exploração, trabalham na calada da noite, não pagam impostos e os poucos que o fazem pagam na Repartição Fiscal de Luanda, em detrimento da província produtora da madeira explorada", sublinhou.

O governador Paulo Pombolo disse ser necessário passar da teoria à prática, sobretudo no que diz respeito ao financiamento destinado aos produtores

de café e defendeu que os bancos comerciais e o Ministério da Agricultura devem adoptar um sistema viável que potencie o sector com meios financeiros e materiais capazes de garantir a maximização da produção.

10.8 Ministério desencoraja uso de plásticos

Jornal De Angola

5 De Julho de 2015

Texto: João Gomes

O Ministério do Ambiente elaborou um decreto sobre resíduos específicos, que entre outros objectivos, desencoraja a utilização de sacos plásticos descartáveis, com a aplicação e cobranças de taxas.

A chefe de Departamento de Gestão de Resíduos do Ministério do Ambiente, Joana Bernardo, citada ontem pela Angop, disse que o decreto, já aprovado pela titular da pasta, Maria de Fátima Jardim, pode entrar em vigor este ano, depois de receber o parecer e aprovação dos órgãos superiores competentes.

Joana Bernardo referiu que os sacos plásticos têm impactos negativos no meio ambiente, sobretudo na morte de várias espécies de animais, que confundem estes produtos com alimentos.

"A dispersão dos sacos plásticos constitui um perigo para a sociedade, visto que a sua decomposição varia entre os 450 a mil anos, um aspecto que ainda continua a ser ignorado pelas pessoas", sublinhou.

Com a eventual entrada em vigor do decreto, o Ministério do Ambiente quer ver reduzida a utilização de sacos plásticos, de acordo com Joana Bernardo.

Uma empresa portuguesa está interessada em montar uma indústria para o reaproveitamento dos sacos plásticos de Luanda, onde a produção de resíduos continua elevada, a julgar pelo número dos seus habitantes, estimados em seis milhões.

Este projecto é uma mais-valia, tendo em conta os impactos negativos causados pelos plásticos ao meio ambiente. No quadro da aplicação deste decreto, o Ministério do Ambiente e seus parceiros têm feito campanhas de sensibilização da população nas principais superfícies comerciais do país.

Mais divulgação

O presidente da Juventude Ecológica de Angola, lamentou ontem em Luanda que o Dia Internacional Sem Sacos Plásticos, que anualmente se assinala a 3 de Julho, seja pouco conhecido no país e defendeu a

sua divulgação para maior reflexão sobre o impacto deste produto no meio ambiente. O ambientalista disse ontem à Angop, a propósito da data, que a JEA está a trabalhar na recolha de informações para que a efeméride passe a constar do livro oficial de datas ambientais.

"Os sacos plásticos são vistos em vários pontos das cidades, desde os pequenos aos grandes espaços comerciais, que constituem os principais focos deste tipo de resíduo", observou. José Silva advogou a elaboração e aprovação de diplomas específicos para regular o uso de sacos plásticos, à semelhança de outros países africanos, como Cabo Verde.

"A JEA prevê estabelecer parcerias com grandes superfícies comerciais e realizar campanhas de promoção e sensibilização aos seus clientes em relação à temática", avançou. O dia 3 de Julho é comemorado para alertar a sociedade sobre a necessidade de redução do consumo e utilização excessiva de sacos de plástico descartáveis que, na maioria das vezes, terminam no lixo após uma única utilização, ou acabam por ser libertados no ambiente, o que constitui um problema ambiental grave em termos de poluição.

A iniciativa surgiu em 2008, na Espanha, com o projecto "Catalunha livre de sacos plásticos" e foi promovida em vários países europeus. Em 2010, foi feita uma convocatória internacional, por várias organizações mundiais, que se associaram à iniciativa, nascendo assim o "Dia internacional sem sacos plásticos".

Entrada de equipamentos

O presidente da Juventude Ecológica de Angola disse que as autoridades angolanas devem aperfeiçoar os mecanismos de entrada de determinados equipamentos, uma vez que nem todas as tecnologias são amigas do ambiente. "Podemos estar a comprar gato por lebre e a criar constrangimentos, quando permitimos a entrada em Angola de equipamentos que já não são usados noutros países", realçou.

A proibição de entrada de determinadas viaturas é um bom exemplo desta situação. "Agora, é necessário prestar atenção a outros equipamentos." Nas organizações, disse, é necessário que haja sistemas de gestão ambiental, para certificar certas actividades e estabelecer normas locais ou adaptar algumas internacionais ligadas à qualidade e à produção.

José Silva advogou "maior dinâmica no estabelecimento de acordos de parcerias, a nível da cooperação internacional, quer no sector público, quer no privado, sempre com vantagens mútuas, que

permitam a transferência destas tecnologias para o nosso país".

"O desenvolvimento de tecnologias com baixa geração de resíduos constitui-se no foco central de minimização de resíduos", defendeu.

10.9 Produção de madeira atrai empresas do sector

Jornal Agora

10 Julho de 2015

Texto: Miguel Daniel

De acordo com o comerciante, os preços da venda, quer de toro, quer da madeira em tábua ou barrote, variam de região em região, mas não vão além dos 2.500 kwanzas para cada tábua de moreira, contra os 2.000 kwanzas de outras marcas.

"O metro cúbico do toro de moreira custa 25.000 kwanzas, enquanto os demais, como o Munguba e mudianunim estão fixados em 2.000, contra os 550 kwanzas para um barrote de quatro metros por sete", salientou, lembrando que estes são os valores monetários praticados na mata ou zona de exploração.

Macaia disse, igualmente, possuir uma fábrica de materiais de madeira, mas lamenta o facto de muitos ainda preferirem mobília importada e de pouca duração, ao esclarecer que uma cama feita na sua marcenaria é comercializada por 50 mil kwanzas, contra os 200 mil para uma mobília de cozinha com dois metros e meio, e a cadeira fica por 5.000 mil kwanzas.

Recordar que, na província, ainda se vislumbram vestígios de pequenas marcenarias, que trabalham com equipamentos manuais, mas muitos jovens que labutam com esta matéria-prima são formados no único centro da Igreja Católica.

Produção de mandioca

A província do Uíge é, actualmente, a maior produtora de madeira e touros a nível do país, que tem uma capacidade total estimada em 360 metros cúbicos, dos quais, 95 mil produzidos nas terras do bago vermelho, por ano, o que representa 25%, garantiu o secretário de Estado para os Recursos Florestais, André de Jesus Moda.

O governante avançou esta informação durante a conferência sobre a exploração, industrialização e comercialização de produtos florestais, tendo

anunciado, para breve, a instalação de entrepostos de comercialização de madeira, sendo Cabinda a primeira beneficiária.

"Os entrepostos vão facilitar, também, o trabalho das autoridades no controlo e na fiscalização da madeira produzida antes do seu destino final, seja para o efeito de controlo estatístico, e para efeitos de controlo das características técnicas, incluindo a sua origem", ressaltou.

"A moda não fugiu da moda" é a frase actualmente usada nos discursos dos governantes, no que à diversificação da economia diz respeito, em substituição do combate à pobreza, até porque, segundo ele, Angola dispõe de recursos florestais de grande dimensão, que podem ser explorados a médio e longos prazos.

"Segundo estimativas, o país possui uma capacidade permissível de corte anual estimado em 360 mil metros cúbicos de madeira em touro de floresta natural", assegurou, acrescentando que o potencial em exploração na província permite a instalação de um parque industrial de transformação desta matéria-prima, capaz de abastecer o mercado local e nacional e exportar o excedente.

De acordo com o secretário de Estado, torna-se importante conhecer a situação prevalecente na região, para que se tomem medidas acertadas na gestão dos recursos florestais e o desenvolvimento das actividades de exploração madeireira.

Em contrapartida, revelou estar em curso a elaboração e a aprovação de diversas normas legais no quadro da reestruturação e reorganização do sector florestal, visando substituir a legislação colonial e ultrapassar os constrangimentos e limitações estruturais ainda existentes para o desenvolvimento sustentável do sector.

Em contrapartida, mais de 90 empresas do sector estão legalizadas, das quais 50 operam no Uíge, 23 no Bengo, 11 em Cabinda e 9 no Cuanza Norte, mas as regiões perdem, uma vez que cerca de 95% do produto vai parar em Luanda, em forma de touros.

Conforme ele, as acções governamentais privadas precisam de ter como metas a diversificação e o aumento da produção, bem como a prestação interna de bens e serviços, a revitalização da economia rural e dos circuitos económicos e comerciais.

Plano do Executivo.

O Governo Angolano prevê, a curto prazo, instalar e reabilitar, nas 18 províncias, grandes, médias e

pequenas indústrias de exploração e transformação de madeira.

O Ministério da Indústria tem um programa destinado ao estabelecimento de indústrias de exploração e transformação de madeira no país, sendo visível o interesse de investidores estrangeiros.

IDF não tem meios.

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Uíge controla 23 empresas ligadas ao sector das 50 licenciadas.

Indagado pelo Agora sobre o processo de repovoamento florestal, visando garantir a sustentabilidade das espécies, o responsável respondeu que o IDA possui um viveiro com cerca de 10 mil espécies, que não são repovoadas, pois os sobras não permitem.

Pegado revelou as pegadas das autoridades tradicionais, sublinhando que alegam que as empresas, ao repovoarem as árvores, podem, no futuro, apoderar-se das terras, mesmo sendo esta uma das responsabilidades legais, o que requer, conforme ele, um trabalho aturado e concertado.

"Concluimos que a exploração da madeira pouco beneficia a região pela saída massiva de touros, em virtude de muitas empresas não serem residentes fiscais", deplorou, ao apontar que o corte não selectivo de outras espécies de árvores pelos empresários florestais, por falta de especialização, pode causar sua extinção.

Artésio da Rosa conclui ser necessária a transformação da madeira localmente, para se evitar a degradação das infra-estruturas rodoviárias, o que pode resultar na redução da sinistralidade, visto que tem havido muitos caminhões avariados na via e outros acidentados que abandonam os touros.

10.10 Mais de 750 mil pessoas afectadas pela seca

Jornal Manchete
3 De Julho de 2015

O governo identificou 755.678 pessoas afectadas pela seca que assola a província do Cunene e 508.483 cabeças de gado que correm o risco de morrer em consequência da situação. O governador da província, António Didalelwa, ao abordar a situação na cerimónia de abertura das festividades dos 45 anos daquela região, apontou a necessidade do reforço do abastecimento alimentar e do fornecimento de água potável aos afectados. António Didalelwa, citado pela

Angop, disse que o governo provincial, em coordenação com o executivo central, adoptou como medidas de emergência o abastecimento alimentar, a abertura e reparação de pontos de água, entre outras.

Do plano consta ainda o estabelecimento de um sistema de alerta contra as calamidades, o apoio a fazendeiros com material de irrigação, criação de silos e outras medidas de médio e longo prazo.

O Cunene enfrenta desde 2011 uma situação de seca contínua, que tem afectado as populações e o gado. Recentemente, o Rede Angola noticiou que a segurança alimentar e nutricional do Cunene, Namibe, Cuando Cubango e Huíla será avaliada durante oito meses por um projecto de parceria entre o governo e a União Europeia através do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Segundo o coordenador do programa, António dos Santos, os períodos de seca recorrentes na região sul estão na base da escolha das quatro províncias para a sua implementação. Saiba mais.

10.11 Cabinda Forma Activistas Ambientais

Jornal De Angola
23 De Julho de 2015
Texto: Bernardo Capita

Um grupo de 150 mulheres dos municípios de Cabinda, Cacongo, Buco Zau e Belize participaram, na aldeia de São Vicente, num seminário de formação de activistas de educação ambiental, informou, ontem, a coordenadora do projecto.

Joana Bernardo referiu que o seminário foi promovido pelo Ministério do Ambiente e consta de um projecto nacional denominado "Novo Rumo", virado para a educação ambiental das mulheres.

"Pretende-se formar activistas ambientais em todas as províncias do país, com o objectivo de sensibilizar as comunidades rurais e peri-urbanas para a necessidade da protecção do ambiente", explicou Joana Bernardo, que acrescentou: "O projecto "Novo Rumo" preconiza a formação até final deste ano de cerca de três mil activistas ambientais, em pelo menos dez províncias".

A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba, presente no seminário do projecto "Novo Rumo", aconselhou as mulheres da região a tirarem

maior proveito do ambiente, evitando acções que possam causar danos à protecção da natureza.

As educadoras ambientais das comunidades rurais e peri-urbanas da província de Cabinda receberam, durante o seminário, conhecimentos sobre a preservação do ambiente, como técnicas de reciclagem de resíduos sólidos e recuperação de sucatas e outros detritos produzidos pelo ser humano.

10.12 Administrações devem impedir novas tragédias

Jornal de Angola

24 De Julho de 2015

Texto: Arcângela Rodrigues

As administrações municipais de Luanda foram, ontem, em Luanda, exortadas, pela vice-governadora de Luanda para a Área Técnica e Infra-estruturas, a criarem condições que evitem a ocorrência de "situações catastróficas" para a população durante a época chuvosa.

Njila de Carvalho disse, na abertura da reunião da Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros de Luanda, ser importante que durante o tempo de cacimbo "se criem estratégias e condições de modo a evitar-se situações catastróficas para a população", e acrescentou que as administrações municipais devem ter um domínio das zonas de risco.

"As campanhas de sensibilização devem ser reforçadas nos órgãos de comunicação social, solicitando o apoio da sociedade civil, igrejas, comissões de moradores, escolas e sementeiras de forma a encontrarmos uma (má) linha de trabalho para a redução da sinistralidade que tem vitimado muitas famílias na nossa província", disse a vice-governadora na reunião que analisou a época chuvosa 2014-2015 e plano de contingência até 2017.

O chefe de secção de Planeamento e Operações do Comando Provincial de Luanda dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Flávio Chibumdi, informou que os municípios de Viana, Cacucaco, Cazenga, Luanda e Icolo e Bengo são os que registaram mais vítimas humanas e prejuízos materiais.

10.13 Fome e seca agravam nos Gambos

Jornal O PAÍS

10 De Julho 2015

Texto: Norberto Sateco

Nos zona dos Gambos tudo está em risco permanente de morrer: aldeões e as suas principais culturas alimentares, animais e plantas. A região encontra-se literalmente devastada por uma das piores secas da sua história.

Nos Gambos, há cerca de três meses que as culturas, que pareciam resistentes, ficaram totalmente devastadas em consequência de uma seca "terrível e jamais vista" conforme considerou um especialista em Mesologia, que se pronunciou sob anonimato.

"Vivo e cresci nesta região. Não me lembro de ter visto uma seca igual" disse.

Houve quem tivesse apontado a situação como sendo consequência do aquecimento global da terra, bem como, para o caso concreto, o avanço do deserto do Namibe onde as árvores e os arbustos são cada vez mais escassos.

População alimenta-se de frutos silvestres

Na comuna de Fimo Tyipeio a população está a alimentar-se de frutos silvestres, e, como resultado, o estado em que se encontra a maioria é de desnutrição aguda. Os poucos riachos que continham alguma água, embora não adequada para consumo humano, acabaram por secar por completo.

As doenças de fórum nutricional, respiratório e a malária são as mais frequentes e preocupantes. Os cidadãos de terceira idade, viúvas, crianças e deficientes físicos são os mais afectados, ao nível de todo o município. Dados da Administração local confirmam a existência de mais de 11 mil pessoas nesta condição.

As próprias comunidades, face a este quadro, desconhecem os números exactos de óbitos ocorridos desde 2013 para cá. O velho Luelo Luelio, por exemplo, refere-se à morte de um senhor de 70 anos, alegadamente vítima de fome, na localidade da Taka, (um dos pontos também críticos da região).

“Estava muito fraco e não resistiu. Não tinha nada para comer. Nem mesmo se levantava para ir ao Centro de Saúde lá existente”, disse. Segundo relatou, este é um dos muitos casos que vêm sendo registados ao longo destes últimos anos.

À semelhança da localidade de Fimo, outras também vivem o mesmo drama, nomeadamente, Kafela, Tyitongotongo, Luvota, Katoho, Tapu, Kafela Nguelengue, Mapupu, entre outras. “Neste momento não há cereais nos celeiros. Alguns recorrem ao mercado paralelo para fazer permuta e adquirir alimentos” disse a senhora Muandaninavo, com o filho ao colo, também aparentemente debilitado. A mesma lembrou com alguma nostalgia os anos de abundância, tendo enumerado as culturas típicas que não foram poupadas, designadamente, o massango, a massambala, o feijão frade, o milho, a batata doce e a abóbora.

Por isso mesmo as populações têm estado a lançar o grito de socorro clamando por uma maior intervenção das autoridades. Alegam que o pior já está a acontecer e só não sabem o que mais lhes aguarda.

As fontes deste jornal reconhecem o apoio feito pelo Governo sob a forma de mantimentos, como o milho, o feijão e a fuba mas, lamentam que as respectivas quantidades muitas vezes “não passam dos cinco dedos de uma só mão”. Uma delas acrescentou que uma das medidas a adoptar para mitigar a situação seria a abertura de furos para a extracção de água subterrânea.

O gado não resiste

Apesar de estar visível aos olhos de qualquer um, a crise alimentar e a escassez de água que atingem aproximadamente mais de 80 mil pessoas, as zonas mais “crucificadas” são aquelas afastadas da sede municipal. Daí que, mesmo com as crateras exacerbadas e com enormes pedras a obstaculizar a passagem, a equipa deste jornal, rondou algumas das aldeias duramente atingidas. Fimo Tyipeio foi a primeira comuna a ser visitada, num percurso de cerca de 50 quilómetros.

A comuna, isolada das restantes, aparenta estar desabitada devido às distâncias que separam os “kimbos” uns dos outros, algo típico da tradição dos Nhanekas e Muhakahonas.

Os amontoados de areia, as árvores secas e o gado pálido, denunciavam nitidamente a gravidade da situação.

“Já perdemos muitas cabeças de gado. Morreram porque não tem pasto, nem água para beber” disse

um dos sekulos, tendo acrescentado que a situação está mesmo crítica, pois os nativos temem perder mais animais, a julgar pelo estado de desnutrição que o gado apresenta, com sérias dificuldades para realizar a transumância de longas distâncias.

“Já perdi 20 cabeças do meu rebanho. Estamos mal. É ali onde sai o nosso sustento. Agora o gado não tem o que beber, o pasto secou todo”, disse, Tchapinga, outro velho pastor local. Uma situação que tende a entrar no seu quarto ano, sem resoluções à vista, segundo fontes locais.

Ao longo deste tempo de crise, os pastores têm preferido levar os animais aos mercados da Chibia e do Lubango para comercializá-los, “quer queira quer não”. Esta foi a única forma encontrada para se evitar perdas maiores com a morte súbita dos bois. “Preferimos vender o gado. Mas a preço baixo, devido ao estado em que os mesmos se encontram”, disse o pastor Tchiapinga.

A luta pela sobrevivência

Não têm sido poucos os que ultimamente têm preferido prestar determinados serviços nos locais em que já se regista algum progresso social e oportunidades.

A par do município sede, a vila de Chibemba, as cidades do Lubango e de Luanda, têm sido os principais destinos de muitos residentes seus, principalmente jovens.

A justificar isso está o facto de este jornal ter encontrado mais de meia centena de membros de distintas comunidades acampados num quintal, na sede municipal. Questionados, apontaram como razão a crise alimentar e a escassez de água que assola as suas áreas de origem. Dentre estas pessoas, encontram-se senhoras com crianças de tenra idade e também adultos.

Os velhos só não o fazem devido às longas distâncias que teriam de percorrer. De acordo com fontes locais, muitos destes ganham a vida transportando areia de um lado para outro para obras em curso, de pessoas singulares. Por cada saco de 100 quilogramas de areia recebem em troca 100 kwanzas que no final do dia, dizem dar para comprar qualquer coisa para a alimentação.

“Não dá para muita coisa, mas vale a pena do que esperar morrer no kimbu de braços cruzados, tal como aconteceu com muito dos nossos irmãos”, declarou um dos prestadores de serviços ambulantes, de 48 anos, que disse chamar-se Luelo Luelo.

Do grupo de cidadãos que se aglomerou em volta da equipa de reportagem, num sinal claro de que uma mensagem precisava de ser passada ou simplesmente para matar a curiosidade das lentes da câmara fotográfica que o repórter transportava ao peito, uma fonte admitiu mesmo que a região está diante de uma situação de êxodo rural massivo.

Trata-se de uma questão recorrentemente referenciada por especialistas comunitários, quando o assunto é desenvolvimento sustentável que, em princípio, devia ser sustentada a partir do campo para a cidade ao invés do inverso.

“A pessoa fica mesmo cansada, bem partida. Aqueles dias que não consegue nenhum cliente fica-se mesmo assim, sem comer”, disse.

Um dos maiores sonhos da fonte, conforme afirmou, é avançar para o Lubango, ou até mesmo Luanda, para passar a mandar dinheiro para a família deixada na comunidade dos Gambos.

Sociedade civil diz-se cansada de alertar

De acordo com o activista comunitário Pio Wakussanga, a situação da fome já se arrasta há muito tempo e várias vezes alertou este facto para que as autoridades tomassem medidas urgentes, com alguma eficácia, visando controlá-la. Porém, segundo sustenta a fonte, as medidas do Governo até ao momento têm sido diminutas e paliativas. O entrevistado é de opinião que as mesmas não deviam ser só consubstanciadas no fornecimento de alimentos, o que também acontece de forma tímida, por entender que não colmatará definitivamente o problema.

Wakussanga faz duras críticas às autoridades em virtude daquilo que chamou de “politização do problema”, uma vez que “ao invés de se encarar a realidade como tal, procuram escamoteá-la”.

Deste jeito, na visão do também clérigo da Igreja Católica, será difícil, encontrar soluções sólidas para a situação dessas comunidades. “Nós chamamos várias vezes a atenção, mas temos sido confundidos e rotulados como agitadores e a cada ano que passa a situação agudiza-se, com relatos de mortes até” disse.

Algumas entidades singulares têm apoiado com alimentos, “mas não tem chegado para suprir as necessidades de toda a gente” admitiu. Uma das saídas apontadas como medidas de emergência, seria o aprovisionamento de alimentos de forma regular. Outra, segundo referiu, passaria pela criação de condições para a criação de

mecanismos de renda familiar, com destaque para a feitura de materiais de olaria, jóias tradicionais e artesanato para comercialização. A abertura de furos e a construção de uma barragem também são apontados como iniciativas que podiam favorecer a agricultura familiar de regadio, para a subsistência e com culturas resistentes à falta de água como a mandioca, bem como serviria de igual modo para o aceleramento do gado.

II. MIGRAÇÃO

II.1 Estrangeiros ilegais detidos

Jornal de Angola
28 De Junho de 2015

O comando provincial do Zaire da Polícia Nacional deteve mais de uma centena de cidadãos estrangeiros por situação migratória irregular, refere um comunicado de imprensa distribuído ontem.

O comunicado indica que foram detidos 114 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), 18 da Mauritânia, dois da Guiné Conacri e um da Somália.

A Polícia informa que os imigrantes que já se encontram sob custódia do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) foram interpelados em diferentes pontos da província, no quadro da busca e recolha de estrangeiros em situação migratória irregular.

Segundo ainda o comunicado do comando provincial do Zaire da Polícia Nacional, durante a semana finda foram expulsos, através da fronteira terrestre e fluvial do Luvo (Mbanza Congo) e Kimbumba, no município do Soyo, 14 cidadãos da República Democrática do Congo, assim como foi recusada a entrada de nove outros, por falta de meios de subsistência.

Quanto à situação da fronteira, comando provincial da Polícia Nacional informa terem sido frustradas dez tentativas de violação dos limites fronteiriços entre a província do Zaire e a região do Baixo Congo (República Democrática do Congo), mais sete casos em relação a igual período anterior. Na sequência das ocorrências, indica o comunicado, foram detidos 34 cidadãos da República Democrática do Congo e cinco angolanos, estes acusados de promover e auxiliar a imigração ilegal.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Conversações para a adesão a organização internacional

Jornal De Angola
30 De Julho de 2015

O processo de adesão de Angola aos Princípios Voluntários na Indústria Mineira é analisado hoje, em Luanda, durante um encontro entre o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, e o sub-secretário de Estado adjunto dos EUA para a Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Steven Feldstein, anunciou, ontem, em Luanda, em comunicado, o Ministério da Geologia e Minas.

Os Estados Unidos, que sucederam ao Reino Unido na presidência da organização, são igualmente representados no encontro pela sua embaixadora em Angola, Helen LaLime, e pela ministra conselheira, Constance Arvis.

Durante a presidência do Reino Unido deram-se importantes passos no sentido de Angola aderir aos princípios que visam a observância dos Direitos Humanos e de Segurança na actividade Mineira.

Essa questão já foi tratada o ano passado em Londres e em Luanda por governantes dos dois países.

A Embaixada do Reino Unido em Luanda continua a tratar com as autoridades angolanas o processo de adesão de Angola.

Em Outubro de 2014 e Junho deste ano, o Executivo e a Embaixada do Reino Unido realizaram, em Luanda, seminários sobre segurança e direitos humanos na actividade mineira industrial e artesanal.

12.2 “Um terço dos diamantes artesanais escapam ao nosso controlo”

Jornal Semanário Económico
30 De Julho de 2015
Texto: Rila Berta

O Responsável recomenda que se reveja a política de duração das licenças de exploração artesanal de diamantes, de um para dois anos. a conversa, Paulo Mvika que também é coordenador executivo da Comissão Nacional do Processo Kimberley fala

também do funcionamento das Cooperativas artesanais em Angola.

Qual é o valor actual da produção artesanal de diamantes em Angola?

No plano que temos a nível da Endiama esta produção vai até 500 mil quilates ano. Em termos de receitas isto varia, porque a actividade artesanal se concentra nos aluviões e nestes muitas vezes encontramos pedras de grande valor, as nossas normalmente variam entre 250-a 300 milhões de dólares.

Quanto se perde com a exploração ilícita?

Considerando a porosidade entre fronteira e a complexidade do seu controlo e o nível da emigração podemos estimar cerca de um terço do valor dos diamantes arrecadado anualmente no sector artesanal e informal escapam ao nosso controlo. É preciso fazer um esforço para que a produção desta exploração ilícita não vá à fronteira do país vizinho, porque ela capitaliza o país vizinho. Então deve-se controlar as zonas transfronteiriças e trazer toda esta produção no circuito legal. Mas é difícil, e pode haver muitas fugas. Razão pela qual apelamos à cooperação bilateral, o reforço de controlo interno.

Em África quais são as zonas mais críticas no que diz respeito à exploração ilegal de diamantes? Temos a África ocidental em que estão os países, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Gana e Togo, na África do Oeste há o livre movimento e muitas vezes as fronteiras não são controladas. Nós, em Angola, temos um risco porque temos uma extensa fronteira com a República Democrática do Congo, temos grupos étnicos que falam a mesma língua. Então todo este trabalho é contínuo. Não queremos que os diamantes sejam considerados chamarizes de emigração.

Em Angola há algum tempo falava-se da existência de alguns grupos, sobretudo oriundo dos Congos, que praticavam de forma ilícita a exploração de diamantes. Ainda se regista esta prática? Apesar do esforço que tem sido feito para reduzir o nível informal desta actividade, existe porosidade entre fronteiras e pouca cooperação entre os países fronteiriços' por isso nós promovemos no comércio o diálogo bilateral ou regional, a fim de mitigar estes riscos. Quando as nossas autoridades, sobretudo ligadas ao serviço de migração e estrangeiros, detêm cidadãos estrangeiros a atravessar a fronteira com valores como cinco ou 10 milhões de dólares é bem patente que estes valores não são provenientes do pequeno comércio, como venda de cabrite (risos.), são valores provenientes de actividade ilícita, como

por exemplo a exploração ilegal de diamantes. Há esforços que têm sido feitos a nível do controlo da migração, melhoramento do controlo interno, também a nível dos governos das Lundas Norte e Sul tem havido cooperação bilateral com o país limítrofe sobre este aspecto. Temos também promovido o repatriamento voluntário destes cidadãos para não sermos conotados com o fenómeno de xenofobia, entretanto reconhecemos o direito de cada país de proteger as fronteiras por ser uma questão de cidadania e segurança nacional. Temos notado ultimamente também a implementação de igrejas e ceitas nas áreas de exploração diamantífera, como uma forma de acolhimento de estrangeiro ou de um dinheiro que circula ilicitamente. Ós não queremos criar espírito de repatriar à força, mas pensamos que qualquer pessoa que esteja em situação legal, que venha com visto de trabalho e licenciamento da sua actividade económica será bem - vinda. Temos que prevenir e combater o risco do radicalismo étnico e religioso nas áreas de exploração diamantífera.

A criação de cooperativas de exploração artesanal de diamantes vieram precisamente para desencorajar esta exploração ilícita! Exactamente, nós começamos com o processo de licenciamento das operações à base de entrega de senhas individuais com credenciamento de dez pessoas, com duração de um ano. Mas, é preciso renovar, entendemos que, se agruparmos 10 detentores de senha, teremos uma cooperativa de 50 pessoas, que podem empregar 100 pessoas. Com a cooperativa é mais fácil controlar, fazer cumprir as leis e obrigar que se faça uma actividade sustentável.

Tem funcionado?

Tem. Temos já duas cooperativas em funcionamento e vamos continuar a promover.

Há perspectiva de fazer evoluir a exploração artesanal para a actividade semi-industrial?

Esta é sim uma forma de transformar a actividade artesanal para semi-industrial. Contamos já com algumas explorações a pequena escala autorizadas pelo Ministério da Geologia e Minas. Isto é uma tendência que queremos seguir naquelas áreas que a escala industrial não é rentável.

Quando se concluirá o processo de transformação da actividade artesanal para a semi-industrial? Isto é um processo regular. Porque a informalidade tem de ser encorajada a sair desta categoria para o formal. A informalidade não pode ser um "status quo" que permanece, senão torna-se um crime económico. Mas atendendo ao desafio que temos nas comunidades, tendo em conta a realidade africana, há muita actividade informal não só no sector

diamantífero, mas no comércio, ou nos programas habitacionais. Mas é preciso haver regras e os sectores que regem estas actividades é que devem coordenar.

Quantos artesãos actualmente estão registados no país?

Os temos cerca de 800 senhas entregues, com 10 cada uma, dá uma média de mais de 1000. Mas hoje, nessas cooperativas temos também cerca de 1000 pessoas empregadas.

Que percentagem representa a produção da exploração artesanal de diamantes?

No mundo esta actividade representa 25%. Em 2012 houve uma tendência de a Sociedade Civil transmitir a informação de que esta prática não reunia os padrões internacionais, sobretudo do consumidor. Nós, Angola, que lideramos o grupo, conseguimos apresentar em Washington algumas recomendações, aquilo a que chamamos a "Declaração de Washington" em que identificamos os pontos fortes e fracos e conseguimos criar oportunidades e soluções para os pontos fracos. Assim, identificamos ser preciso formalizar a actividade, reduzir os custos em termos de taxas para aquisição de licença, apoiar o operador artesanal com meios de exploração, capacitar a formação, evitar o uso do trabalho infantil, o respeito pelo género, enfim. Tudo isto foi dando garantia de que esta actividade responde o carácter sustentável integral, na dimensão social económica e ambiental. Até porque o diamante é um bem de luxo.

E é considerado o melhor amigo das mulheres!

Exactamente. Os consumidores hoje em dia são muito exigentes no que diz respeito a proveniência deste recurso. Imagina uma estrela na passarela desfilar com um diamante explorado em condições penosas, não cai bem. Então para evitar estas situações, nós promovemos recomendações que visa melhorar a forma como esta actividade tem sido exercida.

No que diz respeito à redução de taxas para aquisição de licenças, qual para si seria a taxa adequada para este ramo de actividade?

Nós agora isentamos estas taxas. O regulamento prevê pagar 10 mil kwanzas, mas entendemos na altura que as camadas que identificamos como potenciais detentoras destas licenças, nomeadamente, jovens, idosos, antigos combatentes, entre outros que careciam destes valores. Então procuramos facilitar, incorporando na taxa de comercialização da empresa que faz a compra, ou seja o produtor não paga, mas

quem comprar para exportar paga ao Estado. Isto funciona há já cerca de três anos.

O que se pode melhorar para facilitar a renovação dos contratos de exploração artesanal?

A licença tem duração de um ano. Os produtores artesanais residem noutras províncias e quando o contrato expira, às vezes têm dificuldades em deslocar-se a Luanda para renovar o documento. Por isso entendemos que o aspecto burocrático precisa de ser melhorado. Ou os documentos passam a ser emitidos pelas delegações do Ministério de Geologia e Minas nas províncias, ou então deve-se criar uma equipa móvel que poderá deslocar-se às áreas mais recônditas e facilitar a renovação. Pois com os documentos expirados estes produtores correm o risco de perder o direito de exploração. Então o ideal seriam dois anos de duração, além de ser necessário analisar a duração de reserva na área entregue à exploração.

Durante a sua intervenção na reunião de intercessão do Processo Kimberley (PK), que Luanda acolheu entre os dias 22 e 26 de Junho, alertou para a necessidade de se analisar a proveniência do capital destinado à aquisição de diamantes, sobretudo o artesanal. O que deve ser feito de concreto para que se distinga a proveniência do capital lícito ou ilícito?

O primeiro seminário sobre o branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo foi escolhido para que os países pudessem identificar toda a cadeia de diamantes, factores de vulnerabilidade e de risco. Nós enquanto produtores de diamantes, sobretudo artesanal, conseguimos identificar que nos países africanos, a maior parte dos detentores das casas de compra e venda são 'estrangeiros do médio oriente, ou até mesmo de países africanos do norte, e os operadores mineiros 'artesanais são os nacionais.

Então o risco identificado é que esses detentores de casas de compra também possuem lojas de abastecimento de bens alimentares. Não digo que todas as casas que fazem este tipo de comércio estão neste ramo, mas uma boa parte do sector informal ao receber a receita proveniente desta actividade económica informal, transforma a receita patrocinando a actividade artesanal, por sua vez recebe os diamantes que a posterior revende e obtém divisas, ou então, optam por exportar para os países africanos do norte. Este fenómeno pode ser identificado com estando associado ao branqueamento de capital, porque se os pagamentos circulassem por meio da banca e pagassem imposto seria diferente. Entretanto, ao invés de se acumular dinheiro em moeda, sobretudo neste país em que há alto nível de inflação e ausência de divisas, estes

comerciantes transformam a moeda inflacionada em activo de "gema". Outro risco que identificamos é a proveniência do capital. Muitas das pessoas que exercem a actividade informal ou formal, o seu capital provém de um patrocinador externo que está num dos países das referidas regiões, portanto são valores injectados que depois saem em forma de bens, como diamantes.

Portanto, estes riscos devem ser analisados pelas autoridades competentes e os países membros do Processo Kimberley devem enquadrar isto nas suas comissões que combatem o branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

A Sociedade Civil está contra a candidatura do Dubai à Vice-presidência do Processo Kimberley, qual a vossa opinião a respeito desta posição?

Nós tomamos nota em relação às preocupações. Angola nesta matéria é neutra como presidente. Nós simplesmente promovemos o diálogo entre as partes, nós tomamos em conta as preocupações da Sociedade Civil como fizemos em Guangzhou. Vamos usar os bastidores falar com as partes e procurar uma via em busca do consenso.

Quais foram as conclusões da reunião de intercessão do Processo Kimberley (PK), sobretudo no que diz respeito à exploração artesanal de diamante?

Vamos recomendar a plenária do próximo ano para que as autoridades relevantes dos países membros adoptem medidas que visam a prevenção e mitigação de certos riscos que identificamos, como emigração ilegal, doenças como ébola, é preciso levar serviço de saúde junto das comunidades, o uso de drogas, o consumo de bebidas alcoólicas entre outros riscos. Em relação à adesão vamos encorajar os países a aderir ao princípio voluntário sobre os direitos humanos, vamos também promover os países a aderir à iniciativa de transparência de uma boa governação.

12.3 Inaugurada mina de exploração de granito

Jornal De Angola
5 De Julho de 2015

Uma mina de exploração de granito afecta à empresa Angolaca foi inaugurada sexta-feira; na província do Huambo, pelo ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz. A mina possui uma capacidade de produção diária de 450 metros cúbicos de granito, que pode ser usado na construção de calçadas, lancis,

sarjetas, entre outros artefactos de pedra e betão. Numa primeira fase, a exploração da mina está na ordem dos 3 O por cento.

O ministro da Geologia e Minas, que se encontra desde quinta-feira na província do Huambo, onde está a constatar o funcionamento de empreendimentos mineiros e cooperativas de extracção artesanal de inertes, enalteceu o modo de organização das cooperativas, uma experiência que deve ser extensiva a outras províncias onde se realiza a mesma actividade.

Francisco Queiroz disse no final da visita de constatação do funcionamento de cinco cooperativas de extracção de inertes na província do Huambo que a forma de constituição das mesmas respeita o código que regula a actividade e que o nível de organização facilita a legalização das mesmas, bem como a possibilidade de algumas serem elevadas à categoria de semi-indústrias.

O ministro elogiou igualmente a comparticipação das empresas ligadas à exploração de forma industrial de inertes na província, pois estão a contribuir na construção de escolas e postos de saúde nas localidades em que funcionam. "Notamos uma intervenção muito forte na área social por parte das empresas que estão a explorar as pedras. Constatamos o surgimento de escolas nas comunidades e outras infra-estruturas que estão a contribuir na melhoria da qualidade de vida da população", sublinhou. Francisco Queiroz apelou às empresas a cumprirem com os princípios ambientais.

12.4 Angola com boas referências na liderança do Processo Kimberly

Jornal Grande Notícias
31 De Julho de 2015

Angola é um exemplo de modelo de liderança que se pode seguir quando se fala de extracção de diamantes no que toca ao asseguramento de um processo de extracção segura, considerou em Luanda, o sub-secretário de Estado para a Democracia, Direitos Humanos e Trabalho dos Estados Unidos da América, Steven Feldstein. Ao falar à imprensa, depois do encontro que manteve com o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiróz, o sub-secretário Steven Feldstein sublinhou que os EUA olham com bastante positivismo a liderança de Angola no Processo Kimberly. "Todos têm confiança da importância dos diamantes e do sector quando se fala em economia, e também temos a consciência de que quando a extracção de diamantes não é desenvolvida da melhor maneira possível pode

haver consequências negativas", sublinhou. No encontro, o ministro angolano informou que a nível do país existe um órgão ministerial que, neste momento, trabalha no sentido de Angola fazer parte dos Princípios Voluntários. Por sua vez, Feldstein referiu que os EUA estão dispostos a oferecer a sua colaboração para que Angola seja integrada nestes princípios, a medida que o Governo angolano estuda igualmente a sua entrada.

Os Princípios Voluntários, actualmente presidido pelos Estados Unidos da América, é uma iniciativa de vários países que serve para assegurar que todos actores envolvidos (sociedade civil, empresas privadas e órgãos estatais) levem a cabo um diálogo construtivo, no sentido de garantir que a exploração mineira possa ser desenvolvida de forma sustentada e que os direitos de todos os cidadãos estejam seguros. Para aderir ao Princípios Voluntários é necessário que o país interessado apresente a sua intenção em aderir. Depois de manifestado este interesse' o país deverá elaborar um plano de acção que reflecte a sua disponibilidade em implementar os referidos princípios. Posteriormente, este plano de acção é discutido pelos membros desta iniciativa (Princípios Voluntários) no sentido de abordarem como este país vai implementar o referido plano e depois, e na sequência das discussões dos membros, é que o país poderá tornar-se membro efectivo, explicou Steven Feldstein.